

***AS VOZES DO SILÊNCIO DE UMA REDE DE REDES:
O movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984-1994)***

MARCIO VIEIRA DE SOUZA

Orientadora: Prof^a. Dra. Ilse Scherer- Warren

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Curso de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Membros da Banca :

Prof^o. Dr. Murilo Cesar Ramos

Prof^a. Dra. Tamara Benakouche

Prof^o. Dr. Fernando Pontes de Souza (suplente)

Florianópolis, 1995

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

***AS VOZES DO SILÊNCIO DE UMA REDE DE REDES:
O movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984-1994)***

MARCIO VIEIRA DE SOUZA

Orientadora: Prof^{ra}. Dra. Ilse Scherer-Warren

*Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Sociologia Política.*

Florianópolis, outubro de 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

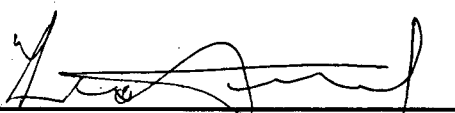
**AS VOZES DO SILÊNCIO DE UMA REDE DE REDES:
O Movimento pela Democratização da Comunicação no
Brasil (1984-1994)**

Márcio Vieira de Souza

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores Doutores:



Profa. Dra. Iise Scherer-Warren
Orientadora



Prof. Dr. Murilo Cesar Ramos
Membro



Profa. Dra. Tamara Benakouche
Membro

Florianópolis, novembro de 1995.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476

CEP. 88049 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

TEL. (0482) - 33.1000 - TELEX: 0482 240

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins que **MÁRCIO VIEIRA DE SOUZA**, cursou regularmente o Mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo defendido sua dissertação intitulada: "AS VOZES DO SILÊNCIO DE UMA REDE DE REDES: O MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL (1984-1994)", perante a Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores: Ilse Scherer-Warren, (como Presidente), Murilo Cesar Ramos e Tamara Benakouche, no dia 23 de Novembro de 1995, obtendo conceito final "A".

Florianópolis, 15 de Dezembro de 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Tamara Benakouche

Prof. Dr. Tamara Benakouche
COORDENADORA

*Para Cristiana Tramonte,
pela amizade e companheirismo de todas as horas*

*e para meus pais,
Edi Vieira de Souza e Aurino Antônio de Souza,
por acreditarem em mim*

Resumo

O Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil originou-se como um movimento social organizado em nível nacional, no início da década de oitenta (1983/1984). As intervenções no processo político nacional por parte das elites detentoras dos meios de comunicação e o forte monopólio privado destes meios no país, incentivaram vários grupos e movimentos sociais a organizarem-se para lutar pela democratização da comunicação. No bojo do movimento pela democratização da nação, surge a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC) em 1984. Com a derrota da maioria das propostas da FNPDC na Assembléia Nacional Constituinte (1987) esta Frente se desarticula.

Após as eleições para Presidente da República em 1989, com a manipulação e intervenção decisiva dos meios de comunicação à favor de Collor de Melo, deflagrou-se um sentimento de indignação em vários setores da sociedade civil que começam a rearticular um movimento nacional pela democratização da comunicação. Em julho de 1991 surgem vários comitês estaduais de luta pela democratização da comunicação que reúnem-se em Brasília e formam o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Deste de sua fundação em 1991, o Fórum realizou cinco plenárias nacionais e atualmente (1994/1995) organiza o seu sexto encontro nacional. Atualmente o FNDC conta com 19 comitês regionais estruturados, 32 entidades nacionais e 273 entidades regionais filiadas. Identificar os atores sociais que fazem parte do Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC), compreender e analisar as complexas redes de relações sociais deste movimento e suas lutas, são o objetivo deste trabalho. A partir da identificação dos vários atores sociais e das *redes de movimentos sociais* (sindical, estudantil, vídeo popular, rádio livre, ONGs, etc.) refletimos sobre a importância das *redes tecnológicas* que surgem com o fenômeno da globalização e das novas tecnologias para a dinamização das *redes de movimentos sociais* populares neste final de século.

ABSTRACT

The movement for the democratization of communications in Brazil originated as a social movement organized on the national level in the early 1980s (1983-84). The interventions on the national political process by the elites which controlled the means of communication through a powerful private monopoly, motivated several social groups and movements to organize themselves in a battle for the democratization of communications. From the bulge of the movement for National Democratization, emerges the National Front for Democratic Politics of Communication (FNPDC) in 1984. This Front will be disarticulated in 1987 due to the defeat of most of its proposals in the National Constituent Assembly.

After the Presidential elections in 1989, with the decisive manipulation and intervention by the media in favor of Collor de Melo, a feeling of indignation was deflagrated among several sectors of the civic society that begins to rearticulate a national movement for the democratization of communications. In July 1991, several State Committees for the democratization of communications met in Brasilia and organized the National Forum for the Democratization of Communications (FNDC).

Since its foundation in 1991, the Forum has organized five National Plenary, and is currently organizing its sixth National Meeting. Presently the FNDC counts on 19 structured regional committees, 32 national entities and 273 joint regional entities. To identify the social agents that are part of this Movement for the Democratization of Communications, and to comprehend and analyze the complex social relations networks of this movement and its struggles, are the objectives of this paper. Starting with the identification of several social agents and the *social movements networks* (unions, students movements, popular video, free radio, NGOs, etc.) we reflect on the importance of the technological networks that arise along the globalization phenomenon and the new technologies for the dinamization of the popular social movement networks at the end of this century.

SUMÁRIO:

<i>Resumo</i>	<i>IV</i>
<i>Sumário</i>	<i>V</i>
<i>Principais abreviaturas e siglas</i>	<i>XI</i>
<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>01</i>
<i>PARTE I: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL</i>	
<i>Capítulo 1- O movimento nos anos oitenta</i>	<i>07</i>
<i>1.1- O início da luta organizada</i>	<i>07</i>
<i>1.2- O surgimento da Frente Nacional de luta por Políticas Democráticas de Comunicação</i>	<i>09</i>
<i>1.3- A luta pela Democratização da Comunicação na Assembléia Nacional Constituinte</i>	<i>11</i>
<i>1.4- A política de concessões de radidifusão na Nova República</i>	<i>14</i>
<i>Capítulo 2- A rearticulação nacional do movimento nos anos noventa</i> ... <i>17</i>	
<i>2.1- O surgimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação</i>	<i>19</i>
<i>2.2- A Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação</i>	<i>21</i>
<i>2.3- O impeachment do presidente Collor</i>	<i>22</i>
<i>2.4- IV Plenária deflagra nova fase do Fórum</i>	<i>23</i>
<i>2.5- Crise e greve na Rede Manchete: a oportunidade da articulação de uma alternativa democrática para a TV brasileira</i>	<i>24</i>

<i>2.6-V Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: A consolidação da importância de um Fórum como espaço de uma rede</i>	<i>26</i>
<i>2.7- A luta da TV a cabo: da guerra do cabo às negociações</i>	<i>28</i>
<i>2.8- F.N.D.C. e o Movimento pela Ética na política denunciam manipulação na eleição</i>	<i>30</i>
<i>2.9- Lei da TV a cabo: uma vitória do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação</i>	<i>31</i>
<i>2.10- Conselho de Comunicação: uma história com mais de oito anos de luta.....</i>	<i>32</i>

PARTE II: O CONTEXTO INTERNACIONAL PARA O SURGIMENTO DO MOVIMENTO

Capítulo 3- a globalização, a sociedade civil mundial e o movimento internacional por uma Nova Ordem Informativa e Comunicativa

<i>3.1- A crise dos paradigmas e uma nova trindade nas concepções de desenvolvimento</i>	<i>36</i>
<i>3.2- A globalização e as quatro dimensões institucionais da modernidade..</i>	<i>37</i>
<i>3.3- As sete características da globalização</i>	<i>38</i>
<i>3.4- O fluxo de informação e a desterritorialização</i>	<i>39</i>
<i>3.5- O fascismo descobre a força dos meios de comunicação de massa.....</i>	<i>41</i>
<i>3.6- A internacionalização da indústria cultural e o monopólio da comunicação no Brasil.....</i>	<i>42</i>
<i>3.7- O movimento por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação</i>	<i>44</i>
<i>3.8- O Movimento internacional de rádios e TVs livres e comunitárias</i>	<i>47</i>
<i>3.9- A aprovação do relatório MacBride em Belgrado: um movimento precursor na luta pela democratização da comunicação</i>	<i>49</i>

3.10- <i>As novas tecnologias, a democracia e sua dimensão no Brasil</i>	51
3.11- <i>A sociedade civil mundial e a criação de alternativas ao monopólio da comunicação: ação e articulação local e global.</i>	53
3.12- <i>A importância do controle público do poder e da comunicação para a democracia</i>	55
3.13- <i>A ética nos media e a democracia</i>	57
3.14- <i>As Redes de movimentos sociais no processo de democratização da sociedade</i>	59
3.15- <i>A Redes físicas (tecnológicas) e as Redes (de movimentos) sociais</i>	63
3.16- <i>Os MIDIASSAUROS frente as mudanças dos anos noventa</i>	68
 <i>PARTE III: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO</i>	
 <i>Capítulo 4- Os anos oitenta: Da resistência ao impulso das novas tecnologias</i>	
4.1- <i>As possibilidades democráticas das novas tecnologias</i>	81
4.2- <i>A luta institucional do Movimento pela Democratização da Comunicação</i>	87
 <i>Capítulo 5- Nos anos noventa, a consolidação institucional do movimento</i>	
5.1- <i>Identificação dos atores sociais da rede do Fórum Nacional</i>	92
5.2- <i>O Fórum Nacional de Democratização da Comunicação: Uma Rede de Redes</i> ..	99
5.3- <i>As Entidades Sindicais e Representativas de Trabalhadores da Comunicação e Telecomunicação</i> ...	103

5.4- <i>A atuação das entidades não vinculadas diretamente com a comunicação</i>	106
5.4.1- <i>O desafio para romper com o corporativismo se articulando em uma rede estratégica</i>	106
5.5- <i>As entidades e movimentos de atuação direta com novas tecnologias em comunicação</i>	109
5.5.1- <i>O movimento de rádios livres e comunitárias: a aproximação entre a contestação do monopólio e a educação popular</i>	109
5.5.2- <i>O movimento de vídeo popular na América latina: uma contribuição para a democratização do continente</i>	116
5.5.3- <i>Redes telemáticas de comunicação eletrônica: Um diálogo alternativo e globalizado dentro da INTERNET</i>	123
5.5.4- <i>A INTERNET COMERCIAL: uma luta de hegemonia entre a sociedade civil mundial e a sociedade capitalista</i>	125
5.5.5- <i>A INTERNET no Brasil</i>	127
5.5.6- <i>As redes internacionais de comunicação eletrônica alternativas no Brasil</i>	129
5.5.7- <i>Os centros de poder na INTERNET</i>	133
5.5.8- <i>O FNDC e a INTERNET</i>	136
5.6- <i>As entidades acadêmicas e de pesquisa em comunicação</i>	137
5.7- <i>As igrejas progressistas: das Cebis às redes de Comunicação Católica</i>	142
5.7.1- <i>A Rede Brasileira de Imprensa Católica : organizando políticas alternativas de comunicação para a Igreja Católica</i>	145
5.7.2- <i>De Rede em Rede: Da Rede de Imprensa para a Rede de Rádio</i>	147

5.7.3- <i>Rede Vida de Televisão: terceirização e interatividade em um projeto de rede de televisão católica</i>	148
5.7.4- <i>A ética na Comunicação: uma importante contribuição das organizações cristãs</i>	154
5.8- <i>Os Comitês Estaduais e Regionais pela Democratização da comunicação</i>	158
5.8.1- <i>Os comitês regionais são um retrato dos atores sociais do Fórum Nacional</i>	159
5.8.2- <i>A importância das Entidades Nacionais no Fórum Nacional</i>	161
5.8.3- <i>A hegemonia das entidades sindicais nos comitês regionais do Fórum</i>	164
5.8.4- <i>A presença de alguns atores sociais estimulam ambiente para organização e crescimento dos comitês</i>	165
5.9- <i>O movimento estudantil e sua tradição de lutas democráticas</i>	166
5.9.1- <i>O movimento estudantil: do impeachment de Collor ao FNDC</i>	168
5.9.2- <i>A ENECOS, força atuante no FNDC</i>	169
5.10- <i>A hegemonia das ONGs no maior comitê do país</i>	170
5.11- <i>Outros setores da sociedade civil estão presente, mas são pouco ativos no Fórum</i>	173
5.12- <i>Os partidos políticos no FNDC: hegemonia da esquerda, mas autonomia do movimento</i>	174
5.13- <i>Casa de ferreiro, espeto de pau: a falta de um projeto de marketing do FNDC</i>	180
<i>Capítulo 6- As frentes de luta atuais do FNDC</i>	184

6.1- <i>Da luta pela LID, à aprovação das leis do Conselho de Comunicação e de TV a Cabo</i>	184
6.2- <i>A construção do conceito de “controle público” numa rede de movimentos sociais</i>	185
6.3- <i>Oito anos de luta por um Conselho Público de Comunicação Social</i>	189
6.4- <i>A polêmica Lei de imprensa</i>	194
6.5- <i>Projeto Zaire Rezende: um projeto ambicioso, que serve para mobilizar e popularizar a luta pela democratização da comunicação</i>	196
6.6- <i>A proposta de regulamentação para radiodifusão comunitária e livre</i>	200
6.7- <i>Novas tecnologias : TV a Cabo é a maior vitória do Fórum até o momento, mas corre o risco de ser engolida pelo monopólio</i>	201
6.7.1- <i>A luta pela lei da TV a Cabo</i>	203
6.7.2- <i>O FNDC entra na disputa da TV a Cabo</i>	204
6.7.3- <i>A TV a Cabo agora tem lei</i>	207
6.7.4- <i>Lutar para que a lei vingue: um desafio para o FNDC</i>	208
CONCLUSÃO.....	212
BIBLIOGRAFIA.....	231
ANEXOS.....	245

PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS NO TRABALHO:

- ABEPEC- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação
- ABERT- Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
- ABI- Associação Brasileira de Imprensa
- ABONG- Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
- ABT- Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
- ABTA - Associação Brasileira de Televisão por Assinatura
- ABVP - Associação Brasileira de Vídeo Popular
- ALER - Associação Latino-Americana de Emissoras de Rádios Educativas
- ALOP - Asociación Latino- Americana de Promocion
- AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias
- ANDES - Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
- ANEATE - Associação Nacional de Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos
- ANER - Associação Nacional de Emissoras de Rádio
- ANJ - Associação Nacional de Jornais
- APC - Associação para o Progresso da Comunicação
- APU - Associação Uruguaya de Imprensa
- ARLESP - Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo
- ARLIVRE - Movimento Nacional de Rádios Livres
- BBS- Bulletin Board System

C-Span - Rede de televisão Norte-americana destinada aos migrantes de língua espanhola.

CAMECO - Catholic Media Council

CDHMP- Centro de Direitos Humanos e Memória Popular

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CIESPAL - Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina

CIIF - Centro Integrado de Informações de Florianópolis

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNN - Rede de Televisão Norte-americana

CONCLAT- Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

CPC - Centro Popular de Cultura

CROCEVIA - Centro Internazionale Crocevia

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DIALOGO - Associação Diálogo- Cultura e Comunicação

DISTV- Distribuidoras de Televisão - serviço de redistribuição de canais de TV via cabo, produzidos por terceiros

DPH - Diálogos e Documentos para o Progresso da Humanidade

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

ENECOM - Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação

ENECOS - Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação

FAMERJ - Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro

FASE - Federação de Orgãos de Assistência Social e Educacional.

FATPREN - Federação Argentina de Trabalhadores de Imprensa

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas

FIJ - Federação Internacional de Jornalistas

FITTEL - Federação Interestadual dos Trabalhadores em telecomunicações

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNPDC - Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação

FITERT - Federação Interestadual dos trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão

FPH - Fundação para o Progresso do Homem

G.M. - General Motors

IBASE - Instituto Brasileiro da Análise Social e Econômica

IBRAC - Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã

IC - Internacional Comunista

ICLEB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana

ILET - Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais

INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação

INTERNET - Rede Internacional de Comunicação Eletrônica

IPAL - Instituto para a América Latina

LID - Lei da Informação Democrática

MDC - Movimento pela Democratização da Comunicação

MNDC - Movimento Nacional de Democratização da Comunicação

NOII - Nova Ordem Internacional da Informação

NOMIC - Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OCIC - Organização Católica de Cinema

ONG - Organização Não-Governamental

Pcdo B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS - Partido Popular Socialista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PV - Partido Verde

RBS - Rede Brasil Sul

RCR - Rede Católica de Rádio

RNP - Rede Nacional de Pesquisa

RVT- Rede Vida de Televisão

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SNI - Serviço nacional de Informação

SPP - Sindicato dos Jornalistas do Paraguai

TELEBRÁS - Telecomunicações do Brasil

UCBC - União Brasileira de Comunicação Social

UCLAP - União Latino-Americana de Imprensa

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNDA-AL - Organização Latino-Americana de Emissoras Católica de Radiodifusão

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba-SP

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos- RS

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí- SC

USP - Universidade de São Paulo

VHF - Very High Frequency

VIDEAZIMUT - Coalizão Mundial de Vídeo

WACC - Associação Mundial de Comunicação Cristã

INTRODUÇÃO

AS VOZES DO SILÊNCIO DE UMA REDE DE REDES:

O movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984 -1994)

O Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil (MDC), surgiu de forma organizada e institucional no seio do movimento pela redemocratização do país em 1983/1984, durante a campanha das “Diretas já”. As tentativas de manipulação do processo político feito pela Rede Globo durante a campanha da “Diretas já”, serviu de estímulo para que um grupo de jornalistas, professores e estudantes de comunicação, apoiados por várias entidades da sociedade civil, organizassem a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC). A Frente cresceu em 1985, mas com a derrota da emenda Dante de Oliveira e a sedimentação da transição conservadora negociada através do Colégio Eleitoral, o movimento desmobilizou-se, assim como boa parte dos atores da sociedade civil democrática. A Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, serviu como referência para a atuação de uma aliança de entidades articuladas pela FENAJ durante o processo da Assembléia Nacional Constituinte (87-88). O movimento se multiplicou com o surgimento em São Paulo do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC) (1987), reforçando a luta na Constituinte. Apesar da maioria das propostas da Frente terem sido derrotadas na Constituinte, é aprovada a instituição de um Conselho de Comunicação Social, como propunha a FNPDC, como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Após a derrota na Constituinte o movimento se desarticula totalmente.

Depois da campanha presidencial de 1989, após a manipulação pela Rede Globo do último debate político entre Collor e Lula, deflagrou-se um sentimento de indignação nacional. O movimento volta a se reorganizar nacionalmente em 1990 criando o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O Fórum cresce e ganha força. Atualmente possui cerca de 300 entidades filiadas, 19 comitês regionais espalhados pelo Brasil. Nos seus primeiros quatro anos de vida, o Fórum diversificou suas lutas, ampliou sua composição social, criou dinâmica e organização próprias.

O objetivo deste trabalho é estudar este movimento social - o Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC) - durante uma década (1984-1994), resgatando sua origem, suas lutas e analisando a composição dos atores e as redes de relações sociais que dele fazem parte, refletindo sobre os desafios e contexto atual no qual se insere.

Quando falamos em Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC)¹, estamos nos referindo aos inúmeros movimentos, grupos, experiências sociais e culturais que se desenvolvem na sociedade brasileira com o intuito de expressar diversas vozes, diversas culturas e ideologias que não tem chance de se manifestar livremente ou são ignoradas pela mídia brasileira. São centenas de grupos de comunicação, cultura popular e sindical,

¹ Neste trabalho também nos referimos ao Movimento Nacional de Democratização da Comunicação (MNDC), um movimento organizado basicamente em São Paulo, e que representou uma das primeiras tentativas de organizar institucionalmente o movimento pela democratização da comunicação (MDC) nos anos oitenta. Essa diferenciação é importante, pois quando citamos o Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC), queremos falar sobre essa "rede de redes" complexa e que nem sempre está articulada institucionalmente e orgânicamente ao movimento institucional que surge nos anos oitenta com a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC) e se consolidada a partir dos anos noventa no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O MDC é uma rica e complexa rede de redes que possui variadas formas de organização social.

que se articulam em complexas redes de movimentos sociais. Estas redes de movimentos que vem se formando no Brasil apresentam características comuns: busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político (SCHERER-WARREN, 1994). Quando falamos de redes, são *redes sociais*, formas de organização humana e de articulação entre grupos e instituições. Porém, é importante salientar que estas redes sociais ligadas à comunicação, estão intimamente vinculadas ao desenvolvimento de *redes físicas* e de recursos comunicativos. O desenvolvimento das novas tecnologias e a possibilidade de criação de redes de comunicação, redes de interesses específicos, *redes técnicas (físicas)*, utilizando os mais variados recursos, meios e canais, são fundamentais para o desenvolvimento destas *redes de movimentos sociais*. Estas “Vozes do Silêncio”, destas *redes de redes*, utilizam muitas formas criativas e complexas de manifestação cultural (rádio, vídeo, teatro, cinema, jornais, música, manifestações, etc.) para tentar comunicar-se e articular-se politicamente para democratizar a comunicação no Brasil e lutar por mudanças na legislação nacional de comunicação.

Nesta pesquisa, quando falamos do MDC, estamos nos referindo a todas essas “Vozes do Silêncio”, ao movimento em ebulição na sociedade brasileira que, apesar de desconhecido de grande parcela da sociedade, existe e possui uma riqueza impressionante. Grande parte deste “silêncio”, ou do desconhecimento da existência deste movimento social por grande parcela da sociedade brasileira, deve-se ao fato de que ele atinge diretamente os interesses dos grandes proprietários dos meios de comunicação social no Brasil

Seria impossível neste trabalho abordarmos todas as redes de movimentos sociais que trabalham com comunicação ou com a democratização da comunicação. De certa forma, todos os chamados novos movimentos sociais e sindicais utilizam meios de comunicação para tentar se comunicar com os demais setores da sociedade brasileira. Analisamos nesta dissertação uma parcela significativa dos atores sociais que fazem parte deste movimento, porém de maneira alguma esgotamos o assunto e as redes de atores sociais que fazem parte do movimento².

No Brasil existe uma tradição de análise dos meios de comunicação de massa e do monopólio dos meios de comunicação. Essas análises nos ajudaram a tentar desvendar as outras “vozes” ainda tão pouco estudadas, o lado que quase não tem espaço nestes grandes meios, suas formas de organização social e sua luta pela democratização da comunicação.

Para isso, resgatamos e estudamos documentos escritos (jornais, boletins, panfletos, etc.) do movimento, fizemos entrevistas com lideranças do FNDC. Participamos como observadores de duas plenárias nacionais do Fórum (no Rio de Janeiro em 1993 e Salvador em 1994), onde gravamos os debates das plenárias em fita-cassete. Utilizamos para nossa reflexão mais de trinta horas de gravação das discussões propostas e dilemas enfrentados pelo movimento. Reunimos, graças ao apoio da direção do Fórum, todos os boletins (FAXFORUM) dos últimos três anos (vinte e sete), além de cerca de quarenta documentos, dossiês e panfletos sobre as várias frentes de luta do

² Como exemplo, podemos mencionar o movimento teatral brasileiro, que é citado neste trabalho, mas não é analisado profundamente, bem como o movimento dos cineclubes e da produção cinematográfica nacional que teima em existir, apesar do desestímulo por parte do Estado brasileiro.

movimento (LID, TV a Cabo, Conselho de Comunicação Social, radiodifusão comunitária, etc.) Além dos documentos oficiais do FNDC, aproveitamos documentos de outras entidades que compõe o Fórum para analisar as diferentes concepções do movimento. Utilizamos estes materiais, bem como bibliografia já publicada pelas entidades ou atores sociais filiados ao Fórum (livros, artigos em jornais e revistas), para completar nosso trabalho. Referenciamos também nossa análise em artigos publicados por lideranças expressivas do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

O trabalho é dividido em três partes: a primeira parte, é composta de dois capítulos e resgata sucintamente a história do movimento durante os seus primeiros dez anos (1984-1994). A segunda parte, composta de um terceiro capítulo, faz uma reflexão do contexto internacional em que o movimento está inserido e os fatores que estimularam o seu surgimento. Analisamos o fenômeno da globalização, no momento atual de grandes perplexidades políticas, de crises paradigmáticas nas ciências, artes, religião e metafísica (RAMOS, 1994), assim como o surgimento das novas tecnologias em comunicação e informática, que deram impulso para o fortalecimento da luta pela democratização da comunicação no Brasil.

Na terceira e última parte, compostas de três capítulos, identificamos e analisamos os principais atores sociais que fazem parte do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), sua complexa rede de relações sociais e organizacionais, bem como as suas principais frentes de luta. Destacamos também algumas redes específicas que acreditamos ter muita importância para o MDC, pois suas redes específicas e trabalhos vão para

além do Fórum, como por exemplo, as redes envolvidas em novas tecnologias de comunicação, ou as redes das entidades de pesquisa em comunicação. Nesta última parte, salientamos as estratégias nas quais vem acontecendo a construção do conceito de controle público dentro do Fórum. Essa é uma das idéias-chaves que demonstra o esforço do FNDC para criar uma nova estratégia política em sintonia com os novos tempos nos quais estamos vivendo. Neste contexto, analisamos a luta do FNDC para construção e o desenvolvimento do conceito de “*controle público*” da sociedade sobre os meios de comunicação, fazendo com que a sociedade civil organizada canalize suas ações para a constituição de alguns “locus”- espaços mediadores- entre o mercado e o Estado, entre os empresários de comunicação e o Executivo, produzindo normas que incidam sobre os meios de comunicação de massa. Na conclusão, tentamos sintetizar as reflexões feitas durante o trabalho, reforçando algumas análises e desafios que o movimento e o Fórum Nacional terão que enfrentar neste final de década de noventa e início de um novo século.

PARTE I

A HISTÓRIA DO MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL - (1984-1994)

O primeiro capítulo tem como objetivo, de forma sintética, situar historicamente os fatos, acontecimentos e articulações significativas, acontecidas no Brasil nos últimos dez anos, que influenciaram e fizeram parte do que pode ser chamado de Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC). Os fatos relatados aqui enfocam o ponto de vista das relações, lutas, disputas legais e institucionais entre os movimentos sociais e o Estado.

CAPÍTULO 1- O Movimento nos anos oitenta

1.1- O início da luta organizada

Durante o início da década de oitenta, a necessidade da luta pela democratização dos meios de comunicação adquiriu relevância e despertou a consciência social a partir de episódios que marcaram profundamente a história da transição do regime militar para o regime de liberdades democráticas. “Tentativas grosseiras de manipular o processo político em curso - como a que foi feita pela Rede Globo na Campanha das “Diretas já”, em 1984 e que se repetiu nas eleições presidenciais de 1989 - demonstraram concretamente que uma sociedade democrática não pode ficar à mercê do controle da mídia por monopólios privados.” (MOTTER, 1993, p.8). A

transição conservadora e negociada que através do colégio eleitoral indicou Tancredo Neves e José Sarney para assumirem o governo federal, teve nos meios de comunicação o seu principal legitimador. As ruas foram substituídas pela mídia, tendo a Rede Globo assumido inteiramente a candidatura Tancredo Neves e o projeto político da “Nova República”. Este apoio legitimou os interesses da Rede Globo “...permitindo ao Sr. Roberto Marinho indicar o ministro das Comunicações e exercer verdadeira tutela sobre o primeiro governo civil.” (Ibid,p.8).

Paralelamente a estes acontecimentos históricos, ao movimento das diretas já, aos acordos e alianças das elites conservadoras brasileiras, brota no seio da sociedade civil, o embrião de um movimento que tentava superar os estreitos limites do corporativismo, tendo como objetivo principal a *democratização da comunicação no Brasil*. Foi no curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que alguns professores e alunos gestaram a formulação de uma proposta de lutas pela democratização da comunicação. No IV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação, realizado de 26 a 28 de setembro de 1980 em Curitiba-PR, essas propostas foram apresentadas e defendidas como teses publicamente pela primeira vez.

Em outubro de 1983, a UFSC sediou dois eventos simultâneos na área de comunicação: o IV Encontro latino-americano de Faculdades de Comunicação Social e o VII Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC). As Políticas Nacionais de Comunicação e suas implicações na democratização dos meios de comunicação foram o tema principal dos dois eventos. No último dia do Congresso, 7 de outubro de 1983,

foi programada uma reunião onde, pela primeira vez se reuniram entidades interessadas na democratização da comunicação.

Nesta reunião estiveram representadas as seguintes entidades: Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-RJ, Sind. dos Trab. em Empresas de Radiodifusão de São Paulo, Sind. dos Engenheiros do RS, Grupo Mídia de São Paulo, Assoc. dos Profissionais em Processamento de Dados do RS, Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal, Comissão de Comunicação da Câmara Federal, Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação - INTERCOM, União Brasileira de Comunicação Social - UCBC e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação - ABEPEC. Da reunião específica para tratar da formulação de uma proposta de luta por políticas democráticas de comunicação para o Brasil, resultou um documento final, baseado em um relatório produzido por alunos e professores do departamento da UFSC que apontava como tarefa imediata a articulação de uma frente nacional. (MOTTER, 1993, p.8, PEREIRA, 1987, p.53; HERZ, 1993, p.9).

1.2- O surgimento da Frente Nacional de luta por Políticas Democráticas de Comunicação

Depois de sucessivos adiamentos, provocados por carência de recursos para organizar uma nova reunião, a *Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação* foi criada no dia 4 de julho de 1984, com divulgação de um manifesto assinado inicialmente por seis entidades : Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, Associação Brasileira de Imprensa - ABI, Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro -

FAMERJ, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação - ABEPEC, Departamento de Comunicação da UFSC, Centro de Estudos de Comunicação e Cultura. No dia 24 de setembro do mesmo ano, ocorreu o lançamento oficial da Frente, com adesão de 24 entidades e 18 parlamentares.

No início de 1985 a *Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação* chegou a reunir 45 entidades e 27 parlamentares. Entretanto, com a derrota da emenda Dante de Oliveira³, a conciliação via colégio eleitoral e a instalação da “Nova República”, a mobilização pró-democratização da comunicação, assim como a campanha pelas “Diretas já”, experimentou um grande refluxo. A Frente se desarticulou e só retomou suas atividades em 1987, com o começo do processo Constituinte.

Em fevereiro de 1987, sob o patrocínio da FENAJ, realiza-se uma reunião de rearticulação da Frente, com a presença de 20 entidades. Ao propor a reorganização da Frente para atuar na Constituinte, a FENAJ apresentou a proposta de texto constitucional aprovada pelo jornalistas no seu congresso (1986) que versou sobre o tema: “A comunicação na Constituinte”. Uma nova reunião da Frente foi realizada em abril do mesmo ano, resultando na aprovação de um documento contendo as propostas para a Constituinte. Porém, diante das dificuldades de dar organicidade à Frente para atuar na Constituinte, de rearticular o conjunto das entidades e mesmo de buscar novas adesões, decidiu-se que a FENAJ sustentaria uma Emenda Popular a partir das posições da Frente. A Frente permaneceria como uma referência na luta da Constituinte (MOTTER, 1993, p.8, HERZ, 1993, p.27). A idéia era, mais tarde, buscar a articulação mais orgânica da Frente na luta pela legislação

³ A emenda do deputado federal Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas para presidente do Brasil, foi responsável pela mobilização popular e pela campanha pelas “Diretas já”.

ordinária quando se teria, inclusive, os resultados da Constituinte para mobilizar os setores que a Frente procurava envolver. A tarefa de rearticulação efetiva da Frente ficava assim adiada.

1.3- A luta pela Democratização da comunicação na Assembléia Nacional Constituinte

Em 1985, a OAB, CNBB, ABI, FENAJ, outras entidades da sociedade civil e partidos de esquerda participaram da mobilização em defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, que tinha a proposta de um processo constituinte e um Congresso eleito unicamente com a tarefa de elaborar a nova Constituição. Esta proposta acabou derrotada pela opção conservadora feita pelo governo Sarney, que delegava poderes constituintes aos congressistas eleitos em 1986.

Em abril de 1986 a FENAJ promoveu o Encontro Nacional de Jornalistas sob o Tema “Comunicação e Constituinte”, onde a entidade divulga um documento final denominado “Carta de Brasília”. Neste documento, a FENAJ reafirma a posição de crítica à “forma de convocação do Congresso Constituinte que se instalará em 87, por considerá-la restritiva, antidemocrática e antipopular” (MOTTER, 1993, p.9), posição compartilhada pela maioria das entidades que integraram a campanha por uma Constituinte exclusiva. Mesmo reconhecendo essas limitações estas entidades participam do processo Constituinte tentando defender e ampliar o espaço democrático na sociedade brasileira. A Carta de Brasília conclama “a mais ampla participação de todos os segmentos da sociedade para garantir as conquistas democráticas na

Constituinte” (Ibid.,p9) . Os temas mais polêmicos e inovadores do Encontro propõem a criação de um sistema público de comunicação social que venha a assegurar o direito social à informação, exercido através de fundações e sociedades civis sem fins lucrativos e a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social - composto por entidades da sociedade civil, partidos e governo - com amplas prerrogativas de deliberação sobre as concessões de canais de rádio e televisão, submetendo suas decisões ao Congresso Nacional.

Em julho de 1986, o movimento estudantil - representado pelos estudantes de comunicação - que sempre esteve engajado na luta contra a censura e a favor da democratização da comunicação, realizou o Xº Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação - ENECOM. Durante os dias 23 a 26 de julho, os estudantes de comunicação debateram em Brasília, as propostas para a Constituinte. Os estudantes também tiraram a sua “carta de Brasília” onde reafirmam várias propostas da Frente Nacional e mencionam as cinco ameaças ao direito social à informação: as restrições na atuação da Constituinte congressual, a atuação da comissão de “notáveis” - a comissão Afonso Arinos, a campanha pelo fim do diploma do Curso de Comunicação, a desvalorização do trabalho profissional e as investidas de grupos econômicos e governos estrangeiros para quebrar a independência nacional no âmbito da tecnologia. A inovação contida no documento do ENECOM em relação ao documento da FENAJ, refere-se à defesa das rádios-piratas, consideradas como recurso popular e democrático para o exercício da liberdade de expressão e a garantia da pluralidade. (PEREIRA,1987,p.84).

A repercussão e a reação às propostas defendidas pela Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação foram imediatas. Com o objetivo

de matar no nascedouro estas propostas que contrariavam seus interesses na Constituinte, os proprietários dos veículos da grande imprensa “divulgaram amplamente uma versão absolutamente distorcida, dando mais uma demonstração de que a liberdade de imprensa que existe no país é a liberdade dos donos dos jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão” (MOTTER, 1993, p.9). O conselho nacional foi interpretado como um órgão de censura e a criação de um sistema público foi divulgada erroneamente como uma proposta de “estatização de todos os meios de comunicação” (MOTTER, 1993, p.9).

Durante o ano de 1987, mesmo sem recursos financeiros significativos, a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, articulados pela FENAJ atuando em conjunto com a FITTEL e com a Associação dos empregados da EMBRATEL, realizou eventos para debater a democratização da comunicação em pelo menos 18 estados brasileiros. A mobilização em torno da proposta de Emenda Popular à constituinte, entretanto ficou “muito aquém do necessário para impor uma pressão significativa aos constituintes. Basta dizer que, enquanto a Emenda popular da FENAJ obteve 32.379 assinaturas, outra proposta, “a favor da censura” - patrocinada pela Associação Nacional dos Censores Federais, Associação Nacional dos Servidores do Departamento de Polícia Federal e Associação dos Delegados de Polícia Federal - reuniu 67.136 assinaturas. Isto é, mais que o dobro da emenda da FENAJ” (HERZ, 1993, p.28).

Em 1987, surgiu em São Paulo uma outra articulação apoiada por várias entidades e intelectuais daquele estado (Sindicato dos Radialistas, Sindicato dos Jornalistas, professores da ECA-USP, rádios-livres, etc.) com o objetivo de

lutar pela Democratização da Comunicação no Brasil. Este movimento se denominou Movimento Nacional de Democratização da Comunicação (MNDC). Este movimento inicialmente não se articulou com a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, enquanto entidade nacional, que neste momento estava bastante reduzida em suas atividades. A articulação ocorreu com a FENAJ em cima da emenda popular da constituinte.

Apesar da falta de recursos, das dificuldades de mobilização e de inicialmente, a direção da Frente avaliar como “uma derrota” a sua luta na Constituinte, pela primeira vez, o tema da comunicação Social foi tratado em um capítulo especial da constituição com cinco artigos dedicados a ela (Art.220 ao art.224) . Também foi aprovado a instituição do Conselho Nacional de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional com representação obrigatória de entidades representativas da sociedade civil.

1.4- A política de concessões de radiodifusão na Nova República

Em função dos compromissos públicos assumidos por Tancredo Neves e pela Aliança democrática, esperavam-se medidas moralizadoras na área da política de concessões de radiodifusão. Três dias depois de assumir o ministério das comunicações, o Ministro Antônio Carlos Magalhães determinou a suspensão de 140 processos de concessões outorgadas nos últimos seis meses do governo Figueiredo. O novo ministro prometeu colocar fim ao que classificou de “verdadeira orgia de concessões”. Porém, logo ficou demonstrado que tudo não passou de uma manobra para retaliar adversários políticos contemplados com concessões. O governo da Nova República adotou

a velha política do clientelismo e da barganha política na distribuição das concessões de emissoras de rádio e televisão, agravando a concentração da mídia eletrônica no país.

O presidente Sarney, apoiado pelo Ministro da Comunicações Antônio Carlos Magalhães (único ministro civil a permanecer no cargo até o último dia do seu governo), utilizou as concessões para beneficiar seus aliados políticos, destacando-se não apenas pelo recorde absoluto de 1.028 concessões de emissoras de rádio e televisão outorgadas (MOTTER,1993, p.9), mas pela forma direta e sem rodeios como essas concessões foram trocadas por interesses do Governo.

O Governo distribuiu concessões, principalmente durante a Constituinte, intensificando as outorgas durante as votações para aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Esses fatos foram amplamente denunciados por entidades da sociedade civil, sobretudo pela FENAJ que acompanhou de perto a política, que ficou conhecida pela frase “é dando que se recebe”, pronunciada pelo deputado governista Ricardo Fiúza. O auge da liberação de concessões aconteceu em 1988, com a outorga de 539 concessões, realizadas justamente, como já dissemos, no momento em que a Constituinte tomava as decisões que interessavam diretamente o Palácio do Planalto: duração de mandato, papel das Forças Armadas, sistema de governo entre outros.

Paulino MOTTER, em sua dissertação sobre as relações dos meios de comunicação na Constituinte analisa o perfil dos parlamentares e suas relações com os meios de comunicação: “Os dados analisados por esta pesquisa confirmam sem qualquer margem de dúvidas que todos os 91 constituintes

relacionados ...receberam pelo menos uma concessão de rádio ou televisão. Trata-se de um número bastante significativo, uma vez que representa 16,3% do total de 559 constituintes.” (MOTTER, 1994, p.176) Analisa também a “Bancada do rádio, formada pelos proprietários de emissoras de rádio e/ou televisão na Constituinte - identificada nesta pesquisa - reuniu um total de 146 parlamentares (somando-se aqueles que receberam concessão do governo Sarney com os que já eram concessionários de serviços de radiodifusão). Conclui-se, então que a bancada dos proprietários de emissoras de rádio e televisão reuniu 26,1% dos 559 constituintes encarregados de elaborar a nova carta. (...) Os dados apresentados (...)corroboram uma opinião largamente difundida à época de que as concessões de canais de radiodifusão foram utilizadas pelo governo como moeda de barganha para garantir aprovação do mandato de cinco anos.” (Ibid, p.177).

A Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, que atuou efetivamente até 1986, não consegue se articular após a Constituinte. O acúmulo político e teórico produzido pela experiência dessa Frente embasou a emenda popular apresentada na Constituinte pela FENAJ e contou com o apoio do Movimento Nacional de Democratização da Comunicação (MNDC), surgido em São Paulo em 1987. Depois dos limitados resultados obtidos na Assembléia Nacional Constituinte, a luta pela democratização da Comunicação prosseguiu com iniciativas regionais. Em março de 1990, foi constituído no Rio de Janeiro, o Comitê de Democratização dos Meios de Comunicação, com apoio de 67 sindicatos e de entidades da sociedade civil. Em novembro do mesmo ano, foi fundado o Comitê Paulista pela Democratização da Comunicação em São Paulo. Essa iniciativa foi tomada pelo Sindicato dos

Jornalistas de São Paulo e contou com o apoio de outras entidades deste estado.

Capítulo 2- A rearticulação nacional do movimento nos anos noventa

Após o episódio da manipulação do debate do segundo turno das eleições presidenciais de 1989 (Collor X Lula)⁴, deflagrou-se um sentimento de indignação por todo o país, fazendo com que vários setores da sociedade civil se articulassem para lutar pela democratização da comunicação. Surgem então em 1990, os primeiros comitês pela democratização da comunicação em vários estados (SP, RJ, DF, GO, etc.) que em 1991 se articulam no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) (FITERT, 1995).

Outro elemento que ajudou a dar impulso nacional à luta pela democratização da comunicação foram as iniciativas assumidas pelo 24º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado de 31 de outubro a 4 de novembro de 1990, em Florianópolis - SC. No Congresso de Florianópolis a FENAJ aprovou que “ somente um movimento nacional e unificado - que superasse os limites das articulações regionais e assumisse iniciativas e objetivos comuns de luta - poderia gerar força política capaz de impulsionar as mudanças necessárias à nação na área da comunicação” (FENAJ, 1991, p.2). O congresso dos jornalistas criou uma comissão pela democratização da

⁴ A manipulação do debate entre Collor e Lula, foi realizada pela rede Globo de Televisão, que editou o debate realizado durante o horário da noite (que foi até a madrugada) e assistido integralmente por poucos trabalhadores. Este debate foi reproduzido parcialmente nos jornais “Hoje “ e “Jornal Nacional” do dia seguinte. A matéria ficou conhecida como “melhores momentos de Collor e piores de Lula”. O jornal Nacional da Rede Globo é o programa de maior audiência da TV brasileira e para muitos teve um papel decisivo na eleição para presidente de 1989.

comunicação encarregada de encaminhar os projetos e tarefas e assessorar a direção da FENAJ nas questões referentes a democratização da comunicação. Em março de 1991, a entidade lança um documento/manifesto: “Proposta dos jornalistas à sociedade civil” fazendo um chamamento a sociedade civil para a necessidade de criação de um movimento de caráter nacional em defesa da democratização da comunicação.

A FENAJ não pretendia criar um movimento, mas defendia junto à sociedade civil a criação deste movimento “por empenho e compromisso dos setores democráticos do país.” (FENAJ, 1991, p.3). A avaliação que norteava essas iniciativas era de que, até 1993, quando haveria revisão constitucional, “não haveriam alterações institucionais significativas na área da comunicação, em virtude da inexistência de interesses dos grupos dominantes que só teriam riscos a enfrentar.” (ibid, p.3) Com essa avaliação as entidades e setores que lutam pela democratização teriam tempo para organizar o movimento nacionalmente para sustentar as disputas que estariam colocadas na revisão constitucional. Foram realizadas reuniões em oito estados (MG [2], GO, MT, MS, ES, SE, DF e SP), sendo que para maio de 1991 estavam para ser agendados eventos para outras 15 capitais do país, numa demonstração da potencialidade do movimento.

A democratização da comunicação foi o principal assunto do Congresso Extraordinário dos Jornalistas realizado em Brasília em abril de 1991. A conjuntura nacional porém, surpreende e desafia os organizadores do movimento colocando três fatos novos antes da revisão constitucional alterando o cronograma das disputas: O governo Collor acelerou as iniciativas de implantação do serviço de Cabodifusão (TV a Cabo) sem debate público e

sem regulamentação pelo Congresso. O confronto entre a Folha de São Paulo e o governo Collor faz surgir novos projetos sobre a Lei de Imprensa produzidos pelas entidades empresariais e pela OAB, colocando este debate na ordem do dia. Na Câmara dos Deputados, embalado por essa conjuntura, ganhou alento o projeto de regulamentação do Conselho de Comunicação Social (órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição) e que tinha projeto do Senador Pompeu de Souza aprovado no Senado, desde o final de 1990. Essas novas Frentes de lutas alteram decisivamente o rumo da atuação do movimento .

2.1- O surgimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Neste quadro de desafios e definições, realizou-se em Brasília, nos dias 5 e 6 de junho de 1991, uma reunião com representantes dos comitês estaduais que já estavam organizados em sete estados (SC, RJ, SP, GO, MG, DF, MT). Esta reunião decidiu retomar a idéia de um movimento nacional de luta pela democratização da comunicação e decidiu-se que os comitês existentes passariam a denominar-se integrantes do FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. As três lutas imediatas (Cabodifusão, Conselho e Lei de imprensa) pautaram a discussão e os encaminhamentos da reunião, deixando para segundo plano as tarefas planejadas para os outros quinze estados.

Nos dias 9 e 10 de outubro, realizou-se novamente em Brasília, uma reunião dos comitês integrantes do Fórum já então convocada como segunda

plenária nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Desta vez, a participação contou com cinco estados (RJ, SP, MG, DF e ES). As discussões deste encontro foram principalmente sobre os três temas em disputa, sendo que alguns dos desdobramentos da luta do Conselho, ocorreram durante os dois dias de realização da reunião, que aconteceu estrategicamente em Brasília. Assim, os representantes dos Comitês presentes tiveram a oportunidade de debater e formular objetivos na luta pelo Conselho de Comunicação Social. Por decisão desta reunião, a secretaria executiva, sob responsabilidade da FENAJ, passou a ter a incumbência de realizar a coordenação política e a representação pública, nos marcos das posições já aprovadas pelo Fórum, especialmente no que se refere à Cabodifusão e ao Conselho de Comunicação social. Os encaminhamentos referentes à Lei de Imprensa foram atribuídas a Luiz Carlos Bernardes, presidente da FENAJ e José Carlos Rocha, do Comitê de São Paulo.

Apesar de não ter sido traçado como estratégia, é em torno destas lutas concretas que o movimento pela democratização da comunicação amplia sua organização. Nos dias 11 e 12 de janeiro de 1992, em São Paulo, o Fórum realiza a III Plenária Nacional já contando com a participação de 12 estados: RJ, SP, SC, MG, DF, ES, MT, BA, PR, PE, GO e RS. Além dos comitês estaduais, onde entidades locais, regionais, grupos de comunicação alternativa e popular começam a participar do movimento, várias entidades nacionais se aglutinam ao Fórum dando a ele um caráter verdadeiramente nacional. Nesta plenária o Fórum conseguiu avançar na organização do movimento, criando uma Coordenação Executiva integrada pela FENAJ, Federação Interestadual dos trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão (FITERT), Associação

Nacional de Entidades de Artistas e técnicos de Diversões (ANEART) e por representantes de quatro comitês estaduais (RJ, SP, MG e SC).

Neste período, o Fórum consegue ampliar sua articulação e nos dois anos seguintes começa a ser identificado como um ator presente nas lutas e negociações sobre a política de comunicação no país. A atuação efetiva do Fórum resultou em conquistas importantes como por exemplo, impedir a regulamentação da Cabodifusão pelo Poder Executivo mediante decreto. O Fórum participou da elaboração de um projeto de lei para regulamentação do serviço de Cabodifusão, apresentado pelo deputado Tilden Santiago (PT-MG) em setembro de 1991, cuja maior conquista consiste na regulamentação do Conselho de Comunicação Social. O Fórum teve participação efetiva nas negociações com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT que levaram a um acordo para criar o Conselho de Comunicação Social, através de substitutivo ao projeto Pompeu de Souza, aprovado pelo senado, apresentado pelo deputado Antônio Brito (PMDB-RS). O substitutivo negociado foi aprovado por acordo de líderes na Câmara e, em seguida, no Senado, sendo sancionado pelo presidente Collor, sem vetos no dia 31 de dezembro de 1991.

2.2- A Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação

Influenciado e estimulado pelo Fórum pela Democratização ocorre em 06 de junho de 1991, o lançamento da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação. Esta iniciativa inédita levou para dentro do Congresso Nacional a discussão sobre políticas democráticas para a área da

comunicação. O manifesto da Frente recebeu adesão de cerca de 90 parlamentares de diversos partidos. Reconhecendo na sociedade civil, “um desejo nítido de mudanças no sistema de comunicação social no país”, a Frente se propôs a cumprir três objetivos: “1) Trabalhar dentro e fora do parlamento em defesa da democracia n comunicação; 2) contribuir para a regulamentação do Capítulo da Comunicação social na constituição federal; 3) Trabalhar pela criação de um amplo consenso no Congresso Nacional para que a democracia no país avance com a liberdade de informação através da conquista da pluralidade no sistema de concessão de rádio e TVs, com a elaboração de uma nova Lei de Imprensa; com a restrição de práticas monopolistas e a formação de oligopólios; com a desregulamentação para a instalação de rádios e TVs.” (FENAJ,1993, p.10). Esta articulação contribuiu no Congresso para que o tema da comunicação social entrasse em pauta e também para que as entidades patronais começassem a identificar e respeitar o Fórum como um dos atores e interlocutores importantes da sociedade civil.

2.3- O “impeachment” do presidente Collor

O impeachment do presidente Collor, votado pelo Senado em 30 de dezembro de 1992, foi resultado de um processo que começou no início do ano, no qual a maioria das entidades que participam do Fórum pela democratização tiveram atuação. Esse movimento de massa que deu origem ao Movimento pela Ética na Política foi responsável pelas denúncias de corrupção e pela mobilização popular que culminaram com o fim do governo Collor. No final de maio de 1992 já estavam reunidos FENAJ, ABI, OAB, INESC, CNBB, PNBE, SBPC, CONTAG entre outros, para lutar pela

moralização da política e pelo impeachment de Collor. Nesta tarefa, muitas entidades que fazem parte do Fórum, priorizaram neste momento a luta do Movimento pela Ética na Política, participando das vigílias, das manifestações públicas e coordenando o abaixo-assinado que reuniu mais de 20 mil assinaturas de cidadãos e 900 entidades em apoio ao impeachment.

2.4- IV Plenária deflagra nova fase do Fórum

Debates intensos, acalorados e a busca de unidade, foi a tônica da IV Plenária Nacional pela Democratização da Comunicação, realizada de 26 a 28 de março de 1993, no Rio de Janeiro. O Encontro reuniu, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), 20 delegados representando entidades nacionais e 33 delegados representando 20 comitês e comissões pró-comitês de 11 estados. Produziu-se um importante acordo sobre as definições estratégicas e táticas do Fórum. As principais Frentes de lutas (Cabodifusão, LID - Lei da Informação Democrática e Conselho de Comunicação Social) foram avaliadas e propostos encaminhamentos em grandes linhas. O tema que mais debates e polarizações criou foi o projeto de lei da LID - Lei da Informação Democrática. A IV Plenária culminou com a eleição de uma coordenação, integrada por 17 membros. Essa coordenação refletiu em sua composição a nova realidade do Fórum. Entidades como a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP), a Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo (ARLESP) e o Movimento Nacional de Rádios livres que trabalham com novas tecnologias e com comunicação popular e alternativa participam da nova coordenação. Nota-se também a presença de outras entidades não ligadas as categorias profissionais da área de comunicação

integrando a coordenação como a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), demonstrando uma preocupação em ampliar para outros setores da sociedade civil o debate sobre a democratização da comunicação no Brasil.

Desde 1992 o Fórum edita o seu boletim nacional - o FAXFORUM - distribuído via fax e fotocopiado nos estados, que no primeiro semestre de 1993 já editava seu número dez. A coordenação executiva é eleita pela coordenação e apresenta uma agenda de atividades. A LID -Lei da Informação Democrática é reforçada por uma campanha com apoio da Igreja Católica. A greve da Rede Manchete é apoiada e tem participação importante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

2.5- Crise e greve na Rede Manchete: a oportunidade da articulação de uma alternativa democrática para a TV brasileira

A crise da Rede Manchete de Televisão ocorreu durante a administração do empresário Hamilton Lucas de Oliveira, de junho de 92 a abril de 1993. Esta crise proporcionou ao Fórum a possibilidade de, além de apoiar os funcionários daquela empresa de comunicação na reivindicação pelo pagamento de seus salários, trazer para a mobilização e para o seio da sociedade a possibilidade de criação de uma alternativa para atual modelo de televisão desenvolvido no Brasil.

No início de 1993, de janeiro a abril, os funcionários da TV Manchete do Rio de Janeiro viveram uma situação dramática: sem receber salários, fizeram uma greve de 99 dias. Numa das maiores mobilizações de

trabalhadores em comunicação do país, o movimento chegou a ocupar o prédio da TV no Rio. No auge da crise, o Presidente Itamar Franco, negociando com entidades sindicais de radialistas e jornalistas dá o sinal verde para a elaboração de uma proposta de viabilização da Rede Manchete. Desta forma, abria-se a perspectiva de elaboração de um projeto diferente, alternativo aos conhecidos projetos até então, para gestão de uma rede de comunicação no país. Os funcionários realizaram dois encontros nacionais, com a participação de outras entidades da sociedade civil, para discutir um projeto para a Manchete. Assim o governo Itamar Franco abriu a perspectiva de uma gestão dos trabalhadores na Rede Manchete que é uma concessão pública do governo.

Depois que o empresário Adolfo Bloch recuperou na Justiça o controle administrativo da TV, devido às irregularidades cometidas por Hamilton Lucas de Oliveira e também às disputas internas, o movimento “esfriou” (GAZIR, 1994). Porém, durante esse período o Fórum Nacional, juntamente com outras entidades como por exemplo a CUT, foi uma referência e mobilizou setores da sociedade civil para discutir alternativas concretas para a TV brasileira. O Fórum participou da campanha S.O.S. Manchete, e no dia 26 de abril de 1993 organizou o “Dia Nacional de luta pela Democratização da Comunicação” com a palavra de ordem : “Manchete: Uma chance de democratizar a TV Brasileira”. Durante este período, pela primeira vez os meios de comunicação de massa, notadamente a TV, deram destaque para o debate que acontecia em relação às questões de política de democratização da comunicação no Brasil.

2.6- V Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: a consolidação da importância do Fórum como espaço de constituição de rede.

Durante os dias 29, 30 e 31 de julho de 1994 aconteceu em Salvador, Bahia, a quinta plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Estiveram habilitados para participação 81 entidades (28 comitês, 18 comissões pró-cômites e 35 entidades nacionais) (FAXFORUM, nº.20, 1994). O número de credenciados e a participação efetiva demonstraram a consolidação e a diversidade dos grupos participantes do Fórum. Um grupo cada vez maior de entidades sindicais, organizações não-governamentais, movimentos sociais populares e partidos políticos constrói uma rede de relações e uma trajetória de integrantes com identidade própria. O movimento pela democratização da comunicação consolida seus métodos de escolha de representantes. Nas três últimas e maiores plenárias (3ª, 4ª e 5ª), os representantes (delegados) dos comitês são eleitos em plenárias estaduais, onde o número de delegados é escolhido de acordo com a proporcionalidade das entidades presentes e participantes do comitê. Na quarta e a quinta plenária foram estabelecidas normas e critérios de participação do Fórum Nacional sendo que na última, estes critérios foram aprimorados. Além dos comitês, as entidades nacionais tem direito a um delegado nacional.

O encontro de Salvador foi recheado de discussões, divergências e busca de unidade na diversidade sobre o encaminhamento das diversas frentes de lutas (LID, Cabodifusão, Conselho de Comunicação Social, Ação da Cidadania, rádios-livres e vídeo popular, entre outros). A partir de um documento-tese proposto pela FENAJ sob o título : “Bases de um programa

para a Democratização da Comunicação no Brasil”, a plenária discutiu ponto por ponto suas divergências e propostas tentando chegar a um consenso e votando seus projetos para o país. O tema mais polêmico foi a cabodifusão. A disputa pela regulamentação da TV a Cabo foi tema de um grande debate polarizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL). A plenária avançou bastante neste tema, chegando a consenso e tirando uma comissão do Fórum para continuar as negociações com o empresariado e o Congresso Nacional com relação ao assunto. A regulamentação da TV a Cabo está prestes a se concretizar graças à intervenção do Fórum, que, tomando a iniciativa do processo e negociando com o empresariado, conseguiu chegar a um acordo sobre um projeto comum.

No final de agosto de 1994 o Fórum está prestes a alcançar sua maior conquista: a TV a Cabo deve ser regulamentada, amparada num consenso jamais alcançado antes entre os setores da sociedade civil e o empresariado da área de comunicação. Desde a década de setenta, está colocada a luta de hegemonia pelo modelo de cabodifusão que seria implantado no país. Em 1974, um grupo da sociedade civil do Rio Grande do Sul começou denunciando manobras para a implantação da TV a Cabo no Brasil que resultaria no controle exclusivo por parte de alguns grandes grupos econômicos beneficiados pelo Ministério das Comunicações. As denúncias destes fatos e seus desdobramentos provocaram uma obstrução no Congresso Nacional que persistiu até o final do governo Sarney.

2.7- A luta da TV a Cabo: da guerra do cabo às negociações

No final do governo Sarney (dezembro de 1989), o ministro Antônio Carlos Magalhães baixou uma portaria criando um serviço denominado DISTV⁵, destinado a criar situações “de fato”, criando condições para a instalação de redes que seriam transformadas posteriormente em TVs a Cabo. O governo Collor reforçou e ampliou essa tática até a sua queda, distribuindo 106 autorizações de DISTV. (FAX FORUM, n.º.22, p.03, 1994) . Em 1991, no seu primeiro ano de organização, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação começou a resistir a tentativa de regulamentação da TV a Cabo por decreto. Em outubro do mesmo ano apresentou projeto, através do dep. Tilden Santiago (PT-MG) regulamentando a matéria.

Em 1992, através da dep. Irma Passoni (PT-SP), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, o Fórum iniciou um processo de interlocução que envolveu setores empresariais da comunicação e da indústria, do Ministério das Comunicações, além do próprio Fórum e entidades filiadas a ele. Posteriormente, com a entrada do dep. Maluly Neto (PFL-SP), a negociação que se iniciava com o empresariado não avança. O fórum começou a trabalhar um documento com a TELEBRÁS. Este documento se tornou um texto substitutivo de lei. Enquanto isso, o empresariado de comunicação acelera a implantação das redes de DISTV em todo o país, demonstrando indisposição para negociar a regulamentação da TV a Cabo.

⁵ O serviço de DISTV permite que através da instalação de cabos transmita-se a programação de canais captados via satélite, não permitindo, porém, à produção e à veiculação de programas locais. Foi uma forma de abrir espaço à cabodifusão, burlando a lei sem caracterizar esse serviço como “TV a Cabo”.

Em setembro de 1992 o Fórum deflagra a “guerra do Cabo”, com o objetivo de derrubar a portaria 250 do serviço de DISTV e obstruir, através de representações na procuradoria da República, ações na justiça e no parlamento, a implantação “de fato” da TV a Cabo. Depois destas ações, em novembro de 1993, o empresariado aceita negociar com o Fórum. Em maio de 1994, três dos quatro negociadores representantes do Fórum chegam a um acordo com o empresariado de comunicação. O quarto negociador, representante da FITTEL (Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações), passa a questionar os termos do acordo fechado com o empresariado. Em 26 de julho o deputado Koyo Lha (PSDB-SP), relator da matéria apresenta o seu relatório final, referenciando-se no acordo fechado entre os empresários e o Fórum.

No final de julho de 1994, a V plenária do Fórum “reconheceu a importância histórica do acúmulo realizado no processo de negociação”, mas também reconheceu as divergências internas e para solucioná-las propôs ao empresariado uma recomposição do acordo. Os empresários aceitaram a retomada das negociações e depois de duas rodadas de negociações, no final de agosto, chegou-se a um acordo final. O acordo foi integralmente aceito pelo relator dep. Koyo Lha (PSDB-SP). Imediatamente, iniciou uma peregrinação buscando apoio dos líderes dos partidos na Câmara. Nunca uma matéria na área de comunicação reuniu tantos e tão diversos setores de comunicação. A expectativa era de que o projeto fosse aprovado pelo Congresso Nacional ainda no final de 1994. No dia 17 de setembro do mesmo ano, a Câmara dos Deputados aprovou de forma integral o projeto acordado pelo FNDC e pelo empresariado do setor.

2.8- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e Movimento pela Ética na política denunciam manipulação na eleição

Durante o processo eleitoral de 1994, o Fórum buscou desenvolver ações conjuntas com o Movimento pela Ética na Política denunciando a utilização partidária e ilegal de emissoras de rádio e televisão e a disseminação de práticas manipulatórias, nos meios de comunicação, contando com respaldo de grupos políticos e econômicos. Foram realizados três atos públicos (Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro) denunciando a manipulação da mídia no processo eleitoral e foi lançado em 12 de setembro de 1994 um manifesto sob o título “Manipulação nas eleições de 1994”.

O documento lançado pelo Fórum acusa a Rede Globo de televisão de ser o principal instrumento de manipulação das eleições nos meios de comunicação. Segundo o Fórum, a Globo volta a ter uma atuação partidária e de defesa de uma das candidaturas, a de Fernando Henrique Cardoso. “A Globo não está só mas, sem dúvida, é o principal instrumento. O passado e o presente, assim, estão a nos confirmar a necessidade do controle público sobre todos os meios de comunicação de massa, em especial sobre o rádio e a televisão. (FENAJ, 1994).

2.9- Lei da TV a Cabo: uma vitória do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

No dia 17 de setembro a Câmara dos Deputados aprovou, sem emendas o projeto acordado entre o empresariado e o FNDC. Devido às eleições gerais no país, o projeto ficou parado no Senado até o dia 15 de dezembro. Neste dia, acolhendo o consenso estabelecido na sociedade, a lei de TV a Cabo foi votada e aprovada pelo Senado, também sem vetos.

Aprovado pelo Congresso, restaram as ameaças de veto pelo Executivo. “De fato, o Ministério das Comunicações tentou, até o último momento, fazer com que o Presidente da República vetasse diversos pontos. Destaca-se a reação ao envolvimento obrigatório do Conselho de Comunicação Social com todas as normas e regulamentos previstos para o Ministério das Comunicações elaborar. O corpo técnico do Ministério alegou inconstitucionalidade, apesar da existência de diversos outros conselhos, nas áreas de saúde e previdência, por exemplo, que também se vinculam a processos de decisão do Executivo.” (FAXFORUM, n. 23, 1995, p.2)

Segundo o projeto, o Conselho de Comunicação Social é consultivo, ou seja, a lei exige apenas que o Ministério das Comunicações ouça o parecer do conselho sobre as normas e regulamentos que baixar, não obrigando o Ministério a acatá-lo. “O Ministério das Comunicações temia, na verdade, era um acompanhamento permanente da sociedade. Apesar do parecer do Ministério das Comunicações, recomendando vetos, o Presidente da República preferiu acolher o consenso alcançado na sociedade e referendado pelo Congresso.” (ibidem, p.2). Desta forma, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 8.977, sem vetos, no dia 6 de janeiro de 1995.

Segundo análise da direção do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, estão lançadas as bases para uma revolução na comunicação do Brasil : “...Pela primeira vez, uma Lei desta área fixou claramente uma missão para o empresariado de comunicação e estabeleceu objetivos verdadeiramente compatíveis com o interesse público. A maior vitória alcançada pelo Fórum abre caminhos para transformações estruturais nos sistemas de comunicação no Brasil.” (FAXFORUM, n.23, 1995, p.1)

2.10- Conselho de Comunicação: uma história com mais de oito anos de luta

O Conselho de Comunicação como órgão autônomo em relação ao Executivo e ao Legislativo para estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação, composto por entidades da sociedade civil, foi proposto pela primeira vez durante a Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). A FENAJ e o Movimento pela Democratização da Comunicação encaminharam o projeto. Após muitas negociações, a Assembléia Nacional Constituinte aprovou o Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso e com funções consultivas, sendo que a comissão de redação final, mudou o nome de “Conselho Nacional de Comunicação” para “Conselho de Comunicação Social” com a clara intenção de esvaziar a proposta.

Em dezembro de 1990 é aprovado no Senado Federal projeto do Sen. Pompeu de Sousa (PSDB-DF), com emenda do Sen. José Fogaça (PMDB-RS), que descaracteriza e limita a proposta do conselho. Já em outubro de 1991, o

recém criado Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, negocia com o empresariado de comunicação e ambos chegam a um acordo, encaminhando o texto substitutivo para o projeto de lei do Senador Pompeu de Sousa. Em novembro do mesmo ano, o substitutivo do dep. Antônio Britto (PMDB-RS), depois de ter passado na Câmara, é aprovado no Senado Federal. Assim em 30 de dezembro de 1991, o Presidente da República sanciona a Lei 8.389, que institui o Conselho de Comunicação Social como órgão consultivo ao Congresso Nacional.

Após esta primeira vitória do FNDC, a postura do empresariado foi de negociação quanto a composição do Conselho. Desta forma, em março de 1992, o FNDC e o empresariado de comunicação chegam a um acordo quanto à possível composição do Conselho de Comunicação a ser instalado.

A lei 8.389, porém, estabelecia um prazo de sessenta dias para que o Congresso Nacional elegeisse os membros do Conselho. Esgotou-se este e todos os prazos posteriores que o Congresso Nacional tinha para instalação do Conselho, após a sua eleição. O Conselho de Comunicação não foi implantado pelo Congresso até o primeiro semestre de 1995.

Desde então, o FNDC tem alternado uma postura estratégica ofensiva de denúncia, com a estratégia de negociação com o empresariado, visando forçar o Congresso Nacional a implementar o Conselho. Em novembro de 1993, o Fórum entra no Superior Tribunal de Federal com mandato de Segurança exigindo que o Congresso cumpra a Lei e instale o Conselho.

Em abril de 1994, o Ministro Francisco Resek não acata o mandato do FNDC, afirmando que “o direito dos jornalistas de integrarem o Conselho não foi ferido com o atraso da implantação do Conselho”, evitando a questão central do mandato que era o não cumprimento da lei 8389.

Em agosto de 1994, o Fórum se utiliza de uma nova estratégia para forçar a implantação do Conselho de Comunicação Social. O acordo negociado com o empresariado sobre a Lei de TV a Cabo, prevê que o Executivo só baixará regulamentos e normas sobre a cabodifusão após ser ouvido parecer do Conselho de Comunicação Social. Desta forma, o Fórum e empresariado tentam forçar o Congresso Nacional a implantar o Conselho.

Em dezembro de 1994, o Senado aprova a Lei de TV a Cabo, acolhendo acordo entre FNDC e empresariado de comunicação. Em janeiro de 1995, o Presidente Fernando Henrique sanciona a Lei de TV a Cabo, sem nenhum veto, acolhendo o acordo entre o Fórum e o empresariado. Porém, em maio, o presidente do Senado, Senador José Sarney (PMDB), demonstra resistência à implantação do Conselho, em reunião com o FNDC e o empresariado.

Com o caos jurídico instalado, criou-se um impasse. O FNDC pressiona o Congresso Nacional ameaçando iniciar uma batalha jurídica, que pode trazer sérias repercussões podendo revelar a estrutura do monopólio e trazer graves consequências sobre o mercado de comunicação. Esta é uma importante batalha para o Fórum, pois desde o início de sua existência ele tem lutado pela implantação do Conselho de Comunicação Social

PARTE II:

O CONTEXTO INTERNACIONAL PARA O SURGIMENTO DO MOVIMENTO

CAPÍTULO 3- A globalização, a sociedade civil mundial e o movimento internacional por uma Nova Ordem Informativa e Comunicativa

Neste capítulo vamos situar as condições do monopólio dos meios de comunicação na nova ordem mundial, discutindo elementos históricos do movimento pela democratização da comunicação em nível internacional, assim como o contexto em que surge e se desenvolve o Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil. O objetivo deste capítulo é refletir teoricamente sobre as condições histórico-sociais atuais, os desafios que a globalização e o aumento do fluxo de informações e de novas tecnologias trazem para o futuro próximo. Conhecer este contexto, essas novas tecnologias e suas possíveis conseqüências para a organização social, é fundamental para compreender o Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil e sua importância.

3.1- A crise dos paradigmas e uma nova trindade nas concepções de desenvolvimento

A nova ordem mundial tem como principal característica o fenômeno da globalização. Atualmente a idéia de globalização está nos quatro cantos do mundo. Ela não é um fato acabado, mas um processo em marcha. Em poucos anos terminou um ciclo da história e começou outro. Muitas coisas estão mudando no mundo, abrindo outras perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais. (IANNI, 1993)

Com a derrocada do socialismo de estado no leste Europeu, não se fala mais da tradicional trindade nas concepções de desenvolvimento: Capitalismo avançado (1º. mundo), socialismo de estado (2º. mundo) e países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (3º. mundo). Atualmente parece que uma nova trindade esta tomando lugar da anteriormente citada. Fala-se agora do caminho do Estado, do Mercado e de um caminho, cujas dimensões ainda são incertas, cuja importância é potencialmente enorme: o da sociedade civil. (WOLFE, 1992)

Estão ocorrendo mudanças nas relações hegemônicas estabelecidas entre os países e grupos econômicos mundiais. Os blocos e os mercados mundiais estão se reagrupando, as fronteiras se flexibilizando e alguns países e grupos econômicos - que até pouco tempo estavam no bloco hegemônico - estão perdendo espaço (ex-URSS, países do leste) enquanto outros estão se afirmando (Japão, tigres asiáticos). O mesmo pode-se dizer em relação às empresas. Várias empresas e indústrias estão ganhando importância com o

fenômeno da globalização (transnacionais, indústrias que utilizam novas tecnologias, informática, informação) enquanto outras tendem a perder um pouco a sua importância (indústria extrativista, militar, etc.). O sistema financeiro está criando cada vez mais autonomia em relação aos Estados Nacionais, sendo hoje quase impossível, controlar o fluxo de capitais em nível internacional, graças às novas tecnologias da informação.

A grande maioria da população mundial já está fora do atual processo de controle do fluxo das informações, de decisões e do controle econômico, social e cultural. A tendência atual é de manutenção do que já está estabelecido, com algumas modificações nos blocos de poder (algumas empresas e países saem, outros entram). Porém, nos parece que vai haver uma maior flexibilização nas relações geopolíticas Norte-Sul e Leste-Oeste. Nem todos os países do Norte serão ricos e nem todos os do Sul serão pobres. As empresas transnacionais poderão ter suas sedes onde bem entenderem, pois o fluxo de informações não terá fronteiras.

3.2- A globalização e as quatro dimensões institucionais da modernidade

A globalização pode ser definida como a “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. *A transformação local* é tanto uma parte

da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço” (GIDDENS, 1991, p.69 e 70).

Pode-se considerar quatro dimensões institucionais básicas da modernidade : O *Capitalismo*, entendido como acumulação de capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos, o *Poder Militar*, entendido como controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra, o *Industrialismo*, entendido como eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade, ou seja em um ambiente criado, ambientes sujeitos a coordenação e controles humanos e a *Vigilância*, entendida como controle da informação e supervisão social . O *Industrialismo* e a *Vigilância*, através do controle da informação, não afetam portanto somente o trabalho, mas as comunicações, os transportes e a vida doméstica. A modernidade é globalizante. O avanço e o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação, assim como o controle da produção e da divulgação de informações, fazem parte das características das dimensões institucionais básicas da modernidade. (ibidem, 1994)

3.3- As sete características da globalização

Otávio IANNI (1993, p.58) relaciona sete características da globalização que se acham em curso neste momento da história: A *energia nuclear* como a mais poderosa técnica de guerra, agora já disponível nas mãos de dirigentes de países de segundo e terceiro escalão; a *revolução da informática*, baseada na conquista eletrônica coloca nas mãos dos donos do poder uma capacidade de formar, informar, induzir e seduzir jamais alcançada anteriormente na mesma escala; a *organização do sistema financeiro internacional* em sintonia e conformidade com as exigências da economia

capitalista mundial; *as relações econômicas mundiais*, (compreendendo a dinâmica dos meios de produção, das forças produtivas, da tecnologia, da divisão internacional do trabalho e do mercado mundial), são amplamente influenciadas pelas exigências das empresas, corporações, conglomerados multinacionais, transacionais, mundiais, globais e planetários; *a reprodução ampliada do capital*, compreendendo a centralização e a concentração de capitais, universaliza-se na realidade em nova escala, recriando relações nos quatro cantos do mundo; *a transformação do inglês em língua universal*, uma espécie de língua franca, onde se expressam indivíduos, grupos e classes e como sétima característica, *o ideário neoliberal adquire domínio mundial*, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado, poder político, concepção do público e privado, ordenação da sociedade e visão de mundo.

3.4- O fluxo de informações e a desterritorialização

Ainda segundo IANNI, “Todas essas características da globalização, configurando a sociedade universal como uma sociedade civil mundial, promovem o deslocamento das coisas, indivíduos e idéias, o desenraizar de uns e outros, uma espécie de desterritorialização generalizada.” (ibidem, 1993, p.59). Pode-se dizer que a mídia é um dos principais baluartes da *desterritorialização*. O fluxo de informações, em nível mundial, se dá de forma quase que instantânea. Um telespectador no Brasil pode receber uma informação acontecida no Irã, antes mesmo de muitos iranianos. Um exemplo disso foi a guerra do Golfo, quando uma verdadeira “vídeo guerra” se

estabeleceu. Os bombardeios norte-americanos eram transmitidos ao vivo, via satélite, pela rede de TV norte-americana C.N.N. para todo o mundo, chegando ao requinte de mostrar a trajetória de mísseis e a destruição de seus alvos através de micro-câmeras instaladas nos próprios mísseis. Os telespectadores da C.N.N. em vários países assistiram ao vivo os bombardeios ao Iraque, recebendo informações sobre os alvos tingidos, a destruição causada pelas bombas e suas conseqüências, antes mesmo de muitos habitantes do território iraquiano.

A relação tempo e espaço está se modificando rapidamente, tanto no ambiente de trabalho, nas relações mercantis, como na vida cotidiana. A forma de organização das empresas está se transformando. O fenômeno do prestador de serviço autônomo, que trabalha em casa, fazendo seu serviço via rede de computador, já não é ficção. A terceirização é um fenômeno mundial. Este tipo de atividade faz com que os trabalhadores tenham um relação diferenciada com o capital e o trabalho, mas também com o seu espaço familiar. A prestação de serviço, em muitos casos, transforma a casa em espaço de trabalho, em mais um novo espaço mercantil. As relações legais e trabalhistas se alteram e a relação patrão -empregado também.

Este grande fluxo de informação também propicia um grande fluxo de capitais em nível internacional, tornando quase impossível para os estados nacionais o controle sobre o sistema financeiro que se globaliza e informatiza cada vez mais. Neste aspecto o Brasil se tornou um dos países onde o sistema financeiro é mais informatizado em todo o mundo. Atualmente já estão começando a funcionar os bancos “virtuais” que não possuem agências físicas, com sede, filas, caixas e tudo que comumente se convencionou pensar quando

se imagina um banco. Estas agências bancárias “virtuais” funcionam somente através de redes de computador. Ou seja, todos os serviços da agência são feitas através de um microcomputador do cliente e uma linha telefônica vinculada a uma rede informatizada, não possuindo agência física, onde o cliente se relaciona diretamente com o elemento humano. “Naturalmente muitas nações ainda tentam controlar o fluxo de conhecimento e dinheiro através das fronteiras. Mas tais controles estão se revelando crescentemente inúteis, em parte porque as tecnologias modernas tornam difícil o controle desses fluxos pelas nações... Muito do conhecimento e dinheiro, bem como de produtos e serviços, que os indivíduos de diferentes nações querem trocar uns com os outros, agora são facilmente transformados em operações eletrônicas que se movem através da atmosfera à velocidade da luz”. (IANNI apud REICH, 1993, p.93)

3.5- O fascismo descobre a força dos meios de comunicação de massa

Adolf Hitler é considerado pelos especialistas como o primeiro líder político que compreendeu a importância estratégica da comunicação. Em 1939, em plena segunda guerra mundial, Serge Tchakhotine, um psicólogo da escola pavloviana, dedicou-se ao estudo dos métodos de propaganda do nazismo e do fascismo. Em seu livro “A mistificação das massas pela propaganda política”, ele já indicava a importância que a propaganda e os meios de comunicação teriam neste século. Em plena ascensão nazista, Tchakhotine publica seu polêmico trabalho, analisando criticamente personalidades como Freud, Marx, Lênin, Pavlov, Hitler, Mussolini e Goebbels, com a intenção de “indicar caminhos que libertem as massas populares da mistificação em que a propaganda é capaz de envolvê-las hoje.”

(TCHAKHOTINE, 1967) Hitler foi o primeiro governante a criar um Ministério da Comunicação e Propaganda, indicando como ministro Goebbels, o seu braço direito. Em seu livro “Minha luta” (Mein Kampf), ele afirma: “A propaganda revolucionária desempenhará no futuro o papel que tem a cortina de fogo da artilharia como preparação para o ataque da infantaria. Suas tarefas serão derrotar psicologicamente o inimigo antes que entrem em ação os seus exércitos”. (HITLER, apud BISSIO, 1994, p.24). Tanto o nazi-facismo, como o estalinismo, o macartismo nos EUA e o getulismo no Brasil, dentre outros, souberam fazer um eficiente uso dos meios de comunicação de massa disponíveis na sua época (principalmente o rádio, o cinema e o jornal) para atingir seus objetivos políticos.

Porém, na Segunda Guerra Mundial, o rádio tornou-se também, importante arma política nas mãos dos aliados com objetivo de combater a propaganda nazista. A BBC de Londres teve grande importância na reconstituição de uma consciência nacional francesa, que estava debilitada pelas derrotas e pela propaganda alemã, com informes e campanhas anti-nazistas, fazendo de sua escuta nos países ocupados, um verdadeiro ato patriótico, animando a resistência interna dos países ocupados pelo nazi-facismo. (SANTORO, 1981).

3.6- A internacionalização da indústria cultural e o monopólio da comunicação no Brasil

Desde então, o poder dos meios de comunicação de massa tem aumentado e se tornado elemento essencial para as relações de poder da sociedade contemporânea. Com o surgimento da televisão e seu desenvolvimento e expansão de forma industrial nos anos 50 e 60, os meios de

comunicação adquirem um impacto audiovisual, cultural e espiritual muito grande, influenciando grande parte da população diretamente em suas casas, lugares de trabalho e lazer. O capitalismo monopolista internacional integrou os meios de comunicação de massa e em especial a televisão, na chamada indústria cultural.⁶ Assim, temos que entender os meios de comunicação de massa, dentro de um processo em que eles atuam como elemento de divulgação ideológica, mas também como elementos de uma indústria lucrativa.

Desta forma, com o avanço do capitalismo monopolista em nível mundial, a concentração oligopólica dos meios de comunicação também ocorreu. Segundo Noam Chomsky, atualmente 50% dos meios de comunicação dos Estados Unidos estão controlados por 23 grandes corporações transnacionais. “Hoje, em qualquer lugar do mundo, a comunicação é um processo que serve ao poder estabelecido” sentencia o especialista norte-americano Herbert Schiller (SCHILLER apud BISSIO, 1994, p.24)

Foi no final dos anos 50 e durante os anos 60 que se inicia uma penetração sistemática de capital estrangeiro na televisão da América Latina. A penetração do capital estrangeiro neste setor foi possível com o grande desenvolvimento alcançado por esse setor nos países hegemônicos, como Estados Unidos, originando excedentes econômicos que exigiam novos mercados para a sua aplicação (CAPARELLI, 1982). No Brasil, não foi diferente, sendo que inicialmente nos anos 50, se estabeleceu o império

⁶ Sobre indústria cultural ver: (TEIXEIRA, 1980), (ADORNO et al., 1982), (MATTELARD, PIEMME, 1981), (ECO, 1976)

Chateaubriand (Diários Associados), que no seu auge possuiu 36 emissoras de rádio, 34 jornais e 18 canais de televisão, formando um grande oligopólio.

Foi porém nos anos 60 que, através de um acordo feito entre a TV Globo e o grupo norte-americano Time/Life, estabeleceu-se o embrião dos oligopólios que atualmente dominam o cenário dos meios de comunicação no Brasil. (HERZ 1991, CAPARELLI,1982). Hoje no Brasil, somente a família de Roberto Marinho, dono das organizações Globo, detém o controle de 17 emissoras de TV e 20 emissoras de rádio. O Código Brasileiro de Telecomunicações prevê que uma entidade ou pessoa física não pode ter participação acionária em mais de dez emissoras de TV em todo o território nacional, sendo no máximo cinco em VHF. A Rede Globo não é a única que burla o dispositivo legal. As famílias Sirostky (grupo RBS), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes) e Câmara (Grupo Anhanguera) também ultrapassam o limite permitido por lei. O artifício mais comum usado pelos grupos para burlar o controle excessivo de empresas de comunicação, é registrar as empresas em nome de pessoas de confiança, os famosos “testas-de-ferro”. (MONTEIRO, 1994, p.24) .

3.7- O movimento por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação

É a partir desta constatação de monopolização dos meios de comunicação em nível mundial que, nos anos 70, surgiu uma importante iniciativa internacional visando à democratização da comunicação. Tendo a frente o movimento dos países não-alinhados, (que nesta época possuíam boa

articulação e força política), os debates internacionais sobre assuntos de comunicação atingiram pontos de confronto com os interesses dos grupos dominantes e com as elites dirigentes internacionais. Tendo como palco a UNESCO, devido à sua responsabilidade central dentro do sistema das Nações Unidas, várias entidades internacionais, governamentais e não-governamentais, intelectuais e pesquisadores da área da comunicação e ciências sociais, participaram de debates sobre a necessidade de construir uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). Com o vertiginoso crescimento e avanço tecnológico que os meios de comunicação alcançaram nas décadas de 60 e 70 e com a mudança do perfil dos países membros da UNESCO - em consequência do processo de independência de dezenas de nações africanas, asiáticas e americanas - cresce o movimento reivindicando a NOII, também conhecido como movimento por uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC). A NOMIC propõe a distribuição equitativa dos recursos de comunicação entre as nações e mudanças profundas nos fundamentos legais e institucionais que hoje regem as relações internacionais de comunicação. (UNESCO, 1983; MATTA, 1980; FISCHER, 1984; AMORIM, 1988; BISSIO, 1994)

Durante a década de setenta, o direito à informação como fundamento da luta pela democratização da comunicação passou por vários estágios nas sucessivas reuniões e Conferências organizadas pela UNESCO, organizações internacionais e instituições acadêmicas. Em 1970 *Jean Darcy* declara em Paris, no seminário do Instituto Internacional de Comunicação:

“virá o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez vinte

anos atrás no artigo 19. Trata-se do direito do homem se comunicar.” (FISCHER,1984, p.26)

Em 1974 a UNESCO, na Conferência Geral de Genebra trata do “Direito de Comunicar”: “A comunicação deveria ser um processo de mão-dupla, envolvendo o direito de informar assim como o direito de estar informado - um diálogo entre pessoas e um livre e equilibrado fluxo de informação entre as nações” (PEREIRA,1987,p.51) Na Conferência Geral de Nairobi em 1976, a UNESCO constituiu uma Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação presidida pelo jornalista, jurista e ex-ministro das relações exteriores da Irlanda, Sean Macbride e composta por 16 personalidades internacionais da área da cultura e da comunicação . Essa comissão trabalhou até 1980 quando elaborou e divulgou um relatório sob o título de “Um Mundo e muitas Vozes”, mas que ficou conhecido como “Relatório MacBride”. Este relatório é o documento internacional mais amplo e abrangente publicado até hoje sobre a democratização da comunicação:

“Nossas conclusões se baseiam na firme convicção de que a comunicação constitui um direito fundamental tanto do indivíduo quanto da coletividade, que deve estar garantido a todas as comunidades e a todas as nações.

A liberdade de informação - mais exatamente, o direito de procurar, receber e difundir informação - é um dos direitos humanos fundamentais e constitui, inclusive, um pré-requisito para muitos outros direitos.

Para se manifestar plenamente, com todas as virtualidades que encerra e, por sua própria natureza, a comunicação depende das condições políticas, sociais e econômicas

ambientais, sendo, entre todas, essenciais a democracia de cada país e a existência de relações iguais e democráticas entre todos eles. Neste contexto, a democratização da comunicação, nos planos nacional e internacional, adquire toda a sua importância, ampliando seu papel na própria democratização da sociedade” (UNESCO,1983,p.422).

O relatório final da comissão MacBride sintetiza no seu ante-título o conteúdo e a proposta da comissão: “Para uma nova ordem mundial mais justa eficaz da informação e da Comunicação” (ibidem,1983).

3.8- O Movimento internacional de rádios e TVs livres e comunitárias

Este movimento que acontecia nos fóruns internacionais nos anos 70, tendo como principal palco a UNESCO, foi influenciado também por novos movimentos sociais que surgiram na área da comunicação, como o movimento das rádios e TVs livres que acontecia principalmente na Europa (França, Itália, Holanda, etc.). O movimento das rádios-livres, tem seu apogeu na Itália e França em 1976 e 1977, sendo que neste período, o Tribunal Constitucional da Itália libera oficialmente as emissões de TV e rádios em FM no âmbito local. Surge nesta época em Bolonha a rádio ALICE, a mais importante iniciativa do movimento das rádios livres. A rádio Alice surge do encontro entre os “emarginati” (estudantes/lumpen), os trabalhadores do Norte industrial, imigrados do Sul, a classe operária tradicional estabilizada (os “garantis”) e diferentes correntes políticas e intelectuais de esquerda, destacando-se os chamados grupos autonomistas (feministas, homossexuais, secundaristas, etc). A rádio ALICE não participava apenas do movimento das rádios livres, ela era uma rádio *no* movimento tentando transversalizar sua

ação. Estava diretamente vinculada a uma ação político-cultural. (MACHADO, 1986; GUATTARI,1982) .

O ponto de vista da autonomia sobre esta questão dos meios de comunicação de massa é que cem flores desabrochem, que cem rádios transmitam...

A guerrilha da informação, a subversão organizada da circulação das informações, a ruptura da relação entre emissão e circulação de dados... situa-se no interior da luta geral contra a organização e a dominação do trabalho...

A interrupção e a subversão dos fluxos de produção e da circulação de signos emitidos pelo poder são campo sobre o qual podemos agir diretamente...

(Alice, A/traverso, Rivista per L'Autonomia, Potere Operaio, Rosso, Giornale nel Movimento) (GUATTARI, 1981, p.58)

Segundo Guattari, a originalidade da rádio Alice, que nasceu no seio do grupo autônomo Gatto Selvaggio e do movimento A/Traversso, era ultrapassar o caráter puramente sociológico das rádios independentes e se assumir enquanto um projeto político-cultural no seio dos movimentos autônomos de Bolonha. Em 1977, depois de uma crise sem precedentes, organiza-se um movimento que leva 15 mil pessoas às ruas. O prefeito comunista de Bolonha envia uma força policial repressiva e ocorre um confronto entre policiais e manifestantes que deixou um saldo de um morto e vários feridos . A rádio ALICE, com sua política de “transversalização”, apóia o movimento transmitindo ao vivo a voz e opinião dos manifestantes, além de alertar os manifestantes sobre o deslocamento da polícia e os focos de repressão. O

poder do Estado considerou intolerável a atuação da rádio Alice nos acontecimentos e por ordem expressa do Prefeito Zangheri, a emissora é invadida por forças policiais e seus articuladores são presos e processados. “A invasão foi transmitida pela rádio ao vivo até o seu último momento. Silenciada, Alice se transformou em um mito e o seu exemplo fez florescer outras incontáveis alices dentro e fora da Itália, como que fazendo vingar o postulado máximo da emissora:

“Que cem flores murchem! Que mil transmissores floresçam!”
(MACHADO, 1986, p.71)

3.9- A aprovação do relatório MacBride em Belgrado: um movimento precursor na luta pela democratização da comunicação

No seio desse intenso movimento na Europa, a UNESCO, que tem sua sede na França, não poderia ficar imune. A França foi o país onde as antenas livres se converteram rapidamente num dos mais significativos eventos políticos culturais do final dos anos 70 na Europa. Segundo Guattari, as rádios livres francesas produziram “uma revolução na relação com a palavra pública, um questionamento da manipulação do imaginário por uma ordem social opressora que fabrica o consenso majoritário”. (GUATTARI apud, MACHADO 1986.p.71)

Esses movimentos de base das rádios livres, acompanhados por uma conjuntura internacional favorável a partir do surgimento de novos países membros, através de processos de libertação e independência⁷ reforçando o

⁷O processo de surgimento de novos países membros da ONU, se deu através do fim do colonialismo na África e na Ásia. Estes países conseguiram sua independência através de guerras de libertação, sendo que

movimento dos países não-alinhados, culminaram com a aprovação do relatório MacBride em 1980 na reunião de Belgrado. Desenvolvendo seus trabalhos durante praticamente dois anos, (dezembro de 1977 a novembro de 1979), a Comissão Internacional para o Estudo da Comunicação, em relatório final, não deixou de tocar em nenhum problema relacionado ao tema da comunicação: censura, controle governamental, monopólio e comercialização dos meios de comunicação, domínio cultural, poder das sociedades transnacionais, direito de informar e ser informado e políticas de comunicação, etc.

Em seu prólogo para o relatório, Sean MacBride, sintetiza o espírito do documento: "...É mais exato afirmar que a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação é um processo e não um conjunto de condições e de práticas. Os aspectos desse processo modificar-se-ão constantemente, ao passo que os objetivos continuarão a ser os mesmos: maior justiça, maior equidade, maior reciprocidade no intercâmbio de informação, menos dependência em relação às correntes de comunicação, menos difusão de mensagens em sentido descendente, maior "auto-suficiência" e identidade cultural e maior número de vantagens para toda a humanidade." (UNESCO, 1983, p.xiii)

O relatório da Comissão e sua aprovação na conferência de Belgrado, são o ápice de um precursor movimento internacional, que a partir deste instante levantava definitivamente a discussão sobre o poder da comunicação e a importância da sua democratização. A polêmica estava instalada. As

muitos deles optaram pelo regime socialista. Em 1954, a rádio "Voz da Argélia Combatente" foi a centralizadora da resistência do povo argelino contra o colonizador francês. Esta rádio foi criada para fazer frente a Rádio Argel, voz do opressor colonial. Na guerra do Vietnã também a resistência e a guerrilha vietnamita utilizaram o rádio (SANTORO, 1981, P.98).

pressões internacionais das elites dominantes internacionais, não demoraram a se manifestar. Já antes da entrega final do relatório, as forças conservadoras e as elites dominantes vinham manifestando o seu descontentamento com a postura da UNESCO enquanto agência da ONU (Organização das Nações Unidas). A conjuntura internacional começava a mudar: tinha início nos anos 80 e traziam junto de si, a reação, a hegemonia do pensamento e das políticas neoliberais. Na era Reagan-Thatcher, a proposta da UNESCO foi duramente criticada e acusada de interferir, em vez de propiciar a liberdade de imprensa. Em consequência e como represália, os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra retiraram-se da UNESCO, deixando a agência em situação financeira difícil, já que eram as nações que mais contribuíam para o seu orçamento. (UNESCO,1983; BISSIO,1994; VIEIRA DE SOUZA,1993⁸).

3.10- As novas tecnologias, a democracia e suas dimensões no Brasil

Atualmente estamos vivendo um momento de transição nas tecnologias de comunicação. Estamos entrando na era digital, da multimídia, da união e articulação dos mais variados meios de telecomunicação. As redes informatizadas que existem atualmente são apenas um embrião das possibilidades que estão por vir. As pesquisas e as primeiras experiências das chamadas “auto-estradas da informação e da multimídia” já estão em avançado estágio. O vice-presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, que é um dos maiores entusiastas e incentivadores das auto-estradas ou “super rodovias da comunicação” e pai do programa “National Information

⁸ Citação de ficha documental produzida pelo autor para o banco de dados informatizado da Rede Diálogos e Documentos para o Progresso da Humanidade - DPH, baseado no programa ISIS da UNESCO. Ficha n.58 da base CEN da Associação DIALOGO - Cultura e Comunicação. Entrevista concedida ao autor por Américo Antunes, presidente da FENAJ, também cita o acontecimento.

Infrastructure” que desenvolve esta tecnologia, declarou: “É fundamental para a livre empresa assegurar-se do desenvolvimento deste setor essencial para o futuro”. E alerta as empresas americanas: “...somos chamados a modificar a nossa maneira de viver e trabalhar juntos e o país que não se engajar totalmente, poderá em menos de dez anos ver-se confrontado com um declínio desastroso”. (GORE apud CALAME, ROBIN, 1995 p.2) Estas grandes redes telemáticas interativas possuem grande capacidade, podendo *divulgar o mundo da multimídia*, combinando sons, textos, dados, imagens animadas, cruzando as tecnologias da informática, da telefonia e da televisão, a multimídia invadirá o mundo nos próximos decênios.” (CALAME, ROBIN, 1995, p.1 e 2).

Evidentemente, não está em jogo somente o lado econômico das relações de poder, como enfatiza o vice-presidente americano. O desenvolvimento das novas tecnologias é muito mais do que um simples debate econômico, ou ainda, a criação de novas possibilidades de consumo e programação de televisão. O que está em jogo é a infra-estrutura da sociedade da informação, as novas bases para a produção da cultura e da institucionalidade, assim como novas possibilidades políticas de relacionamento e criação da sociedade. (CALAME, ROBIN, 1995; HERZ, 1993). As auto-estradas da informação, ou as rodovias da comunicação, vão possibilitar inúmeras formas de articulação, de redes, de grupos de interesses (culturais, de gênero, de classe, de pesquisas, etc.) a um custo bastante reduzido. Estas são as contradições do atual sistema, onde a competição do mercado abre “brechas” para que setores interessados na real democratização da sociedade possam atuar. Temos que entender o cenário do surgimento das novas tecnologias como um novo campo de luta, um espaço cheio de

contradições onde os movimentos sociais podem atuar. Este mercado, que está se convencendo chamar de multimídia “e que ora movimentando celeremente poderosas empresas transnacionais, conformando um cenário extremamente importante de mudanças estruturais na economia, na política e na cultura, comparável à aquelas mudanças que a Humanidade de um dia vivenciou com as revoluções agrícolas, de base feudal, e a Revolução Industrial burguesa” (RAMOS, 1994, p.216).

Este fenômeno, cuja face e dimensão no Brasil, é o surgimento da TV a Cabo, é a disputa de mercados integrados de TV, transmissão de dados, telefonia, de vários tipos, caracteriza hoje uma arena fundamental para que a sociedade civil mundial possa se articular e disputar espaço de cidadania e democracia. O crescimento das redes de comunicação eletrônica, conhecida no Brasil como “rede INTERNET”, tem sido enorme no país. Atualmente as novas tecnologias de comunicação eletrônica, estão saindo dos muros da academia e ganhando espaços na sociedade civil e no mercado, com apoio explícito do governo federal, através da EMBRATEL.

3.11- A sociedade civil mundial e a criação de alternativas ao monopólio da comunicação: ação e articulação local e global.

Entendemos essa sociedade civil mundial (IANNI,1993), composta por grupos de pesquisadores, movimentos sociais, culturais, ecológicos, de trabalhadores e cidadãos de países de todos os cantos do planeta. Somente com o desenvolvimento desta sociedade civil mundial, articulada em redes,

trocando informações, se solidarizando na ações, fortalecendo suas instituições não-governamentais, (ONGs, sindicatos, Fundações, associações,etc.), de forma descentralizada, respeitando a diversidade, mas de forma articulada, poderá criar alternativas ao monopólio e a concentração das informações, concentração da comunicação e por consequência do poder mundial.

Com as novas tecnologias de comunicação, podemos imaginar algumas possibilidades que poderão surgir como alternativas para possíveis reutilizações dos meios de comunicação. Com o barateamento do custo dos equipamentos, muitos grupos poderão ter acesso a canais de comunicação. A tecnologia digital e a interação entre computador e vídeo vai também possibilitar a reprogramação ou a programação selecionada pelo próprio espectador. Além disso existe a possibilidade de criação de redes e movimentos de comunicação, Conferências vídeoeletrônicas, criando inúmeras possibilidades de troca de informações e de ações, realizando assim verdadeiras atividades de comunicação: diálogos eletrônicos nos quais o transmissor se torna receptor e vice-versa, criando atos comunicativos e possibilitando o avanço democrático.

Porém, é tão grande quanto o risco da concentração do poder pelas transnacionais, o risco da pulverização das ações dos milhares de grupos alternativos espalhados pelo planeta, perdendo-se em ações cotidianas locais. Cada vez mais se revela importante a visão da importância da ação local articulada com a ação global. As novas tecnologias começam a possibilitar essa articulação mundial, mas não basta existir a tecnologia, é preciso saber fazer uso dela e ter vontade política para o fortalecimento da sociedade civil.

As classes dominantes em todo o mundo não deixarão jamais de se apropriar, para expansão de seu domínio, de todo e qualquer desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em particular daqueles relacionados à comunicação e a informação (RAMOS, 1994, p.223). Não estamos aqui falando de nenhuma “teledemocracia direta” como “saída para a crise reconhecida da democracia de massa representativa”. (ibid,1994).

3.12- A importância do controle público do poder e da comunicação para a democracia

Como observa Norberto Bobbio, o controle público do poder é ainda mais necessário atualmente, pois hoje são praticamente ilimitados os instrumentos tecnológicos que possuem “os detentores do poder para conhecer capilarmente tudo o que fazem os cidadãos. Se manifestei alguma dúvida de que a computadorocracia possa vir a beneficiar a democracia governada, não tenho dúvida nenhuma sobre os serviços que pode prestar à democracia governante” (BOBBIO,1989). Segundo Bobbio, o ideal do poderoso sempre foi o de ver cada gesto e escutar cada palavra dos que estão a ele submetidos, sem ser visto nem ouvido. Nenhum déspota da antigüidade, nenhum monarca absoluto da idade moderna, apesar de cercado por mil espões, jamais conseguiu ter sobre seus súditos todas as informações que o mais democrático dos governos atuais pode obter com o uso dos cérebros eletrônicos. Para o pensador italiano, a pergunta que percorre toda a história do pensamento político, “Quem custodia os custódios?”, atualmente pode ser repetida com esta outra fórmula: “Quem controla os computadores?”. Diz ainda

Bobbio: “se a democracia não conseguir encontrar uma resposta adequada para esta pergunta, como advento do governo visível, está perdida”. E conclui: “Mais que uma promessa não cumprida, estaríamos aqui diretamente diante de uma tendência contrária às premissas: a tendência não ao máximo controle do poder por parte dos cidadãos, mas ao máximo controle dos súditos por parte do poder.” (BOBBIO, 1989, p. 30-31).

Não há como negar, que neste momento de grandes perplexidades políticas, de crises de paradigmas nas ciências, “de um repensar contínuo sobre as relações estremecidas entre o homem e a natureza, entre a arte e ciência, entre religião e metafísica, as inflexões tecnológicas que fizeram convergir de forma clara as mídias clássicas de informação e entretenimento com as telecomunicações e a informática nos apontam extraordinários desafios políticos e acadêmicos quando se trata de pensar a Comunicação Pública.” (RAMOS, 1994, p.233).

Os meios de comunicação de massa como estão instalados hoje, tendo a televisão como seu carro-chefe, são meios de informação e não de comunicação. Informação dirigida, monopolizada. O telespectador só tem duas opções: mudar de canal para ver quase sempre a mesma coisa ou desligar o aparelho. Esse monopólio da informação é um dos grandes obstáculos para o aperfeiçoamento do sistema democrático.

A televisão utilizada como instrumento de propaganda política foi estudada por diversos pesquisadores. Estes estudos permitem falar de algumas características comuns da chamada vídeopolítica em diversos países, incluindo o Brasil, como a tendência à espetacularização da vida pública, a personalização do processo político, a diminuição da influência partidária e da

orientação ideológica na decisão de voto, a preeminência da imagem transmitida pelos políticos, “o caráter de realidade construída propiciado pela TV, a ocultação das formas de produção da imagem da realidade, a des-realização da realidade, a sua capacidade de criação de significados públicos, a sua atuação destacada nas definições da realidade, na ressignificação das situações. Pode-se atribuir esses fenômenos a uma cognição dependente em relação à mediação⁹ da televisão, cognição afetada pelas possibilidades expressivas peculiares ao meio, enquanto dispositivo de linguagem” (SOARES, 1994, p.127-128).

3.13- A ética nos “media” e a democracia

Pelo caminho que percorremos até agora não poderíamos deixar de dizer algumas palavras sobre a ética nos “media”. Entender e falar de ética numa sociedade global, é pensar a diversidade e por conseqüência, um modo de tratá-la com respeito. A possibilidade de canais segmentados, de várias linguagens, não elimina as relações de poder e a disputa de forças e lutas pela hegemonia na sociedade. Pensar uma ética nos “media”, é pensar a democracia. Só o exercício democrático é capaz de trabalhar a diversidade, a pluralidade e as contradições desta pluralidade tentando respeitá-las.

A democracia, entendida como processo, significa socialização do poder, regulando o estado e os outros nichos de poder instalados na sociedade. Norberto Bobbio, em um texto sobre a democracia representativa e a democracia direta, fala em uma reviravolta “...que pode ser sinteticamente

⁹Mediação: termo que atualmente se convencionou utilizar para definir a ação mediadora dos meios de comunicação em relação à sociedade.

resumida em uma formula do seguinte tipo: da democratização do estado à democratização da sociedade.”¹⁰ Ao regular o funcionamento de poderes sociais, as prescrições democráticas propiciam a configuração de direitos individuais e sociais que, ao emergirem e se agregarem, forjam mesmo a substância da democracia, destituindo-a de uma feição apenas formal” (RUBIM,1994).

As regras democráticas tem que regular a diversidade de momentos de vivência, do homem ser e estar no mundo. Neste sentido, a democracia, formulada em termos históricos a partir da inspiração e tendo como eixo os lugares de convivência, deve permear as novas dimensões da complexa sociabilidade atual. O espaço da televivência obrigatoriamente tem que ser submetido às regras democráticas do controle social. Sem a democratização dos “media” não existe democracia possível na contemporaneidade. (ibid,1994).

Para Touraine, que se inspira na concepção negativa de liberdade formulada por Isaiah Berlin, para se ter um regime democrático é mais importante limitar o poder, do que dar o poder absoluto a uma soberania popular ou grupo hegemônico na sociedade. Para ele “não é somente a vontade coletiva que deve ser respeitada, mas a criatividade pessoal e, portanto, a capacidade de cada indivíduo de ser o sujeito da sua própria vida, se for preciso contra os instrumentos do trabalho, da organização e do poder da coletividade” (TOURAINÉ,1994, p.347). Com o avanço tecnológico, através da fibra ótica, poderemos ter, através da cabodifusão, cerca de 400 canais

¹⁰ RUBIM apud BOBBIO, Norberto - O futuro da democracia. Antônio Albino Canelas Rubim em seu texto, “Media e Democracia: Aspectos teóricos”, faz interessante análise das principais contribuições para o tema, de autores da modernidade clássica (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rosseau) bem como de autores da atualidade (Adorno, Horkheimer, Foucault, Guattari, Habermas, Chauí e Bobbio) e outros.

diferentes de multimídia, podendo chegar a médio prazo a mil canais. Isto poderá significar a possibilidade de muitas vozes - que hoje estão no silêncio - poderem ser ouvidas. Isto significa poder dar acesso aos mais variados grupos sociais e culturais. Porém, novamente dizemos que só quem poderá garantir a possibilidade de múltiplos usos dos meios são os próprios grupos sociais, culturais e movimentos democráticos interessados em ter acesso e voz na mídia, para falar à sociedade em geral. A capacidade de organização e articulação destes grupos em torno de interesses comuns, para defender o processo de utilização e democratização destes meios, em nível local, nacional e mundial, vai ditar a verdadeira possibilidade de medir forças e abrir espaços junto aos meios de comunicação neste novo momento histórico, nesta nova era da globalização.

3.14- As redes de movimentos sociais no processo de democratização da sociedade

Como falamos no início deste capítulo, atualmente vem se desenhando uma nova trindade nas concepções de desenvolvimento: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil (WOLFE, 1992).

Ilse Scherer-Warren, relaciona as principais correntes teóricas do pensamento atual, no contexto da área de pesquisa dos movimentos sociais, através de duas tendências principais: uma que trata a questão a partir de uma relação dual - sociedade civil versus Estado; e outra que considera uma relação tripartite - estado/mercado/sociedade civil.

Para Norberto Bobbio que segue a primeira tendência, a sociedade civil é o campo das várias formas de mobilizações, associações e organização das forças sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Dentro desta visão, em artigo recente, Calhoun (apud. SCHERER- WARREN, 1994) distingue a sociedade civil por sua capacidade de associativismo e autodeterminação política independente do Estado. Estas associações, que podem assumir a forma de comunidades, movimentos ou organizações, advindas da igreja, de partidos ou de grupos de mútua ajuda, tem o papel de intermediação junto à instituição Estado.

A segunda tendência, que considera a relação tripartite Estado-mercado-sociedade civil aponta que a sociedade civil é considerada parte de um terceiro setor, em contraste com o Estado e o Mercado e refere-se genericamente a uma ação, a entidades não-governamentais, independentes da burocracia estatal e sem fins lucrativos, independentes dos interesses do mercado. A própria noção de ONG (Organização Não-Governamental) tende a ser compreendida como parte deste setor.

Entretanto, Alan Wolfe, seguindo esta tendência tripartite, considera o terceiro setor como a própria sociedade civil, a qual denomina também de setor social. A noção de Wolfe de associativismo na vida cotidiana aproxima-se da de Tocqueville, incluindo-se aí a mútua ajuda, ações de solidariedade comunitária e familiar, além de ONGs e outros movimentos. Além disso, Altruísmo/gratuidade seriam outros elementos constitutivos da sociedade civil segundo este autor (SCHERER-WARREN, 1994, p.6).

A sociedade civil brasileira tem destacado uma outra trindade enquanto agente político na busca de articulação de redes de movimentos, na articulação

entre organizações populares, no sentido de formar um movimento mais abrangente. Uns são agentes oriundos do movimento sindical - principalmente a CUT; outros agentes vindos dos partidos políticos de esquerda - com destaque para o PT (Partido dos Trabalhadores) - e os que realizam um trabalho de mediação junto a movimentos populares através das ONGs (organizações não-governamentais) (SCHERER-WARREN, 1993, p.116). É dentro deste quadro conjuntural, dos novos movimentos sociais, que surge nos anos 80 o movimento pela democratização da comunicação no Brasil.

No Brasil, a sociedade civil tem se organizado com grande rapidez a partir dos anos setenta. Os movimentos de resistência dos anos setenta se transformaram em movimentos sociais massivos nos anos oitenta. Com o avanço da democratização do país e com a conquista de novos espaços na sociedade e no Estado (conquista de sindicatos, governos municipais, etc.), os chamados novos movimentos sociais (NMS) encontram-se no final dos anos oitenta e princípio dos anos noventa, diante do desafio da institucionalização : era preciso profissionalizar e institucionalizar (VIEIRA DE SOUZA,1995).

Apesar de concordar em grande medida com a concepção de Alan Wolfe sobre a sociedade civil, consideramos, diferentemente dele, que uma das características das ONGs na América Latina, enquanto entidades ligadas e oriundas dos novos movimentos sociais, é a profissionalização. A necessidade de profissionalização de seus quadros e de representação institucional, tem levado os movimentos sociais a criarem suas próprias entidades ou a se articularem com entidades de apoio próximas às suas concepções de mundo e trabalho. A necessidade de ter elementos, recursos humanos e lideranças capacitadas, para um novo período conjuntural, onde novos desafios estão

colocados, tem levado a essa profissionalização. Não bastava mais aos movimentos sociais, questionar e reivindicar do Estado. Era preciso responder às questões concretas do dia-a-dia, com propostas alternativas e viáveis. A criação de entidades de assessoria, de formação e de pesquisa, vem tentar ocupar esse espaço. Muitas lideranças começam a ocupar cargos públicos, tanto no legislativo como no Executivo, criando a necessidade de pensar propostas políticas alternativas realizáveis a curto prazo. O elemento voluntário, filantrópico e altruísta existe neste processo, porém, acreditamos que o que diferencia as ONGs oriundas dos novos movimentos sociais, de outras entidades filantrópicas tradicionais, assistencialistas não é o altruísmo e a gratuidade e sim a necessidade de ter quadros capacitados e profissionalizados.

O termo ONG (organização não-governamental) começou a ser usado em meados da década de oitenta, por entidades civis de direito privado, sem fins lucrativos, que mesclavam trabalho profissional e militância política, dentro de um quadro de crescente cooperação internacional com entidades não-governamentais e agências financiadoras de trabalhos sociais sediadas em países do norte. Hoje as ONGs no Brasil somam cerca de 3000 entidades segundo diversos cadastros e pesquisas (LANDIM, 1993).

Se nos anos oitenta as ONGs foram espaço de questionamento e de oposição, de articulação da sociedade civil para pressionar o Estado, nos anos noventa, com o aumento da conquista de espaços institucionais (sindicatos, prefeituras, governos estaduais, universidades) muitas ONGs falam em contribuir para a construção de políticas públicas alternativas. Os novos

movimentos sociais começam a participar e criar redes de movimentos locais, nacionais e internacionais.

Na década de noventa, estes novos movimentos sociais tem se caracterizado pelo fortalecimento em forma de redes, as chamadas redes de movimentos. Segundo Ilse Scherer-Warren, “as redes de movimentos que vem se formando no Brasil apresentam algumas características em comum: busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político” (ibid, p.199)¹¹. Podemos ainda, acrescentar a horizontalidade como característica dessas redes de movimentos sociais no Brasil (VIEIRA DE SOUZA, 1995).

3.15- A Redes físicas (tecnológicas) e as Redes (de movimentos) sociais

É interessante notar que as redes das quais falamos até aqui, são redes sociais, formas de organização humana e de articulação entre grupos e instituições. Porém, é importante salientar que estas redes sociais estão intimamente vinculadas ao desenvolvimento de redes físicas e de recursos comunicativos. O desenvolvimento das novas tecnologias e a possibilidade de criação de redes de comunicação, redes de interesses específicos, redes técnicas, utilizando os mais variados recursos, meios e canais, são fundamentais para o desenvolvimento destas redes de movimentos sociais.

¹¹ Para saber mais sobre o conceito de redes, que embora tenha sido incorporado pelas Ciências Sociais desde a década de 1940, vem se constituindo nos anos recentes num paradigma de análise bastante usado com significados diversos, ver o texto “Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 1995a, 12p.).

Podemos dizer que o desenvolvimento da multimídia, as novas formas interativas de acesso à informática, as conferências e redes via computação, são o mais novo território de disputa e luta na sociedade. As redes de movimentos sociais se utilizam da possibilidade de redes tecnológicas, de troca horizontal de informação para fortalecer suas estratégias de conquista de espaço na sociedade. Atualmente, muitas redes de movimentos sociais e culturais estão surgindo estimulados pelas redes informacionais e a partir de seu “locus”. Dialogicamente, o território, “o mar” das redes eletrônicas, está encontrando novos marinheiros que começam a navegá-la. Especialistas em informática começam a se interessar pelas ciências humanas, cientistas sociais começam a atuar em conferências informatizadas, sindicalistas trocam informações e recebem dados via satélite e todos participam de redes de comunicação. É importante salientar que este fenômeno não acontece somente com as redes de movimentos sociais: os agentes do mercado e do setor estatal também estão entrando com força neste novo território- INTERNET, BBS, e-mail, BITNET, Gopher e outros termos que até há pouco tempo eram utilizados apenas por especialistas estão se tornando termos e linguagens conhecidas de um número cada vez maior de usuários.

A INTERNET que é a maior rede informatizada do mundo, é na verdade uma rede de redes. Esta rede é um conjunto de redes de computadores interligadas em dezenas de países, oferecendo os mesmos serviços básicos de troca de informações, essencialmente operadas por instituições acadêmicas ou governamentais e mantidas por acordos inter-institucionais que cobrem os custos de conexão permanente entre as redes. “O espírito democrático e abrangente dos pesquisadores estadunidenses que criaram a INTERNET fez com que ela se tornasse a maior rede de computadores do planeta, em um

ambiente informal em que o espírito colaborativo e a confiança mútua são a base motivadora de seu desenvolvimento” (AFONSO, 1994, p.13).

A extensão da INTERNET, com mais de três milhões de computadores e cerca de 25 milhões de usuários; a facilidade de instalar sistemas conectados a ela (utilizando essencialmente programas de comunicação e controle de domínio público) e a surpreendente eficácia com que realiza suas atividades, fez com que grupos empresariais e o mundo do mercado começassem a atuar na rede, até então um campo exclusivamente vinculado ao Estado e a sociedade civil. (ibid,1995) Atualmente estão nascendo varias formas de redes comerciais que estão sendo chamadas de “INTERNET COMERCIAL”. No Brasil, com a entrada da EMBRATEL na parte comercial da INTERNET “a sociedade brasileira não acadêmica prepara-se para encarar uma nova realidade no mundo das comunicações, dos negócios e como em qualquer grupo organizado, de poder.” (SILVESTRE JR, 1995, p.6-16). A entrada do setores empresariais na INTERNET certamente causará uma disputa acirrada de poder pelo controle hegemônico da rede. Atualmente quem possui a hegemonia, um controle relativo da INTERNET, são as redes ou “nodos” que compõe a grande “rede Mãe”. Ao contrário do que se poderia supor, quem “manda” na rede não são as grandes organizações. “Deve-se lembrar que um dos problemas ou vantagens da INTERNET é que ela não tem um único dono”, diz José Barletta, diretor do escritório para a América Latina da INTERNET Society. “Os donos são os subdonos de cada uma das grandes redes que estão interagindo na INTERNET” (ibid,1995), segundo ele. Essas redes são, de um modo geral, compostas por Universidades e Centros de Pesquisa, subsidiados por estados nacionais, sendo que muitas dessas redes e instituições possuem forte vínculo com ONGs e outras entidades da sociedade civil, fazendo que

atualmente a INTERNET seja descentralizada e possua um aguçado espírito democrático.

Rainer Randolph, analisando as atuais transformações sociais e o surgimento de novas redes, observa que este processo ocorre em duas frentes: A primeira frente é na *esfera privada*, onde as transformações das empresas capitalistas ocidentais em *redes estratégicas* ocorrem sob o signo do LEAN Management (que representa um pacote de medidas de “flexibilização” e “emagrecimento” particularmente da grande corporação capitalista) e que englobam uma gama heterogênea de novas relações entre formas de “empreendimentos econômicos”. A segunda frente acontece na *esfera pública*, onde acontecem modificações relativas ao relacionamento entre Estado e a Sociedade, através da criação de *redes de solidariedade*, caracterizadas igualmente por uma grande diversidade de relações. Essas redes ganharam uma visibilidade e uma notoriedade maior com a proliferação das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) a partir da crise do Estado do Bem-Estar e da proliferação de propostas políticas neoliberais.

Em síntese, “tanto REDES ESTRATÉGICAS como REDES DE SOLIDARIEDADE não apenas questionam a fronteira entre o quadro institucional e sistema mas a própria consolidação de duas esferas (relativamente) separadas de PÚBLICO e PRIVADO. Teríamos, então, transformações em duas “direções”: tanto HORIZONTAL - com a reformulação e mutação das racionalidades comunicativa e instrumental - quanto VERTICAL - com a redefinição de “espaços” privados e públicos nas novas sociedades” (RANDOLPH, 1993, p.4-5)¹².

¹²Rainer Randolph utiliza aqui a conceituação de Habermas em sua “Teoria da Ação Comunicativa”

Podemos dizer que são esses questionamentos e mudanças de conceituação sobre público e privado, podem ser verificados com ênfase na disputa do chamado “ciberespaço” (espaço mundial de comunicação eletrônica) ou seja, o “mar” onde navegam os primeiros viajantes destas novas tecnologias da comunicação. É importante salientar porém, que no bojo do projeto das superrodovias da comunicação, desenvolvido pelo governo dos Estados Unidos, pode-se potencializar e desenvolver o espírito e o embrião já experimentado pela INTERNET de convivência num espaço e espírito democráticos, “ou podem simplesmente transformá-lo num grande mercado de serviços nas mãos dos grandes cartéis das telecomunicações” (AFONSO, 1994, p.13).

Neste processo de globalização e de surgimento das redes em nível internacional, articulam-se através da INTERNET, redes de ONGs, de movimentos sociais, culturais e de temas específicos, como por exemplo o Movimento pela Democratização da Comunicação. Um grande número de ONGs, já estão interligadas via “e-mail” trocando informações, correspondências e participando de conferências eletrônicas e de redes mundiais: AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias, VIDEAZIMUT - (coalizão Mundial de Vídeo), Rede VOZES DO SILÊNCIO - comunicação pela base - animada na América Latina pela ONG catarinense, DIÁLOGO - Cultura e Comunicação e rede APC - (Associação para o Progresso das Comunicações) da qual faz parte no Brasil a rede ALTERNEX coordenada pelo IBASE, Rio de Janeiro.

3.16- Os MÍDIASSAUROS frente às mudanças dos anos noventa

Desde os anos sessenta, mas principalmente nos anos setenta, falou-se muito das novas tecnologias de comunicação. Segundo Umberto Eco, neste período basicamente duas correntes analisaram a introdução e o impacto destas novas tecnologias na sociedade: os “Apocalípticos” e os “Integrados”. Os “Apocalípticos” eram basicamente críticos de origem marxista, que viam na introdução das novas tecnologias mais um “elemento de manipulação e alienação das massas” e que de antemão teciam somente críticas aos monopólios, aos meios, eliminando o rebento indesejável do capitalismo (ECO, 1978). Podemos citar o intelectual americano radical Herbert Schiller, o francês Armand Mattelart e o chileno Juan Somavía, entre outros, “todos de grande influência entre nós, na América Latina, que trabalhavam a partir de categorias clássicas de economia política, como luta de classes e mais-valia, sem sequer arranhar a superfície da questão tecnológica” (RAMOS, 1994, p.211). A outra vertente, a dos “Integrados”, ufanisticamente apregoavam as virtudes do desenvolvimento das tecnologias, acreditando que elas, por si só, trariam o desenvolvimento e a resolução dos problemas da humanidade. Esses, também classificados de “deterministas tecnológicos, o mais conhecido deles sendo talvez o ex-operário norte-americano, bom escritor e notável orador Alfin Toffler, podendo aí ser incluído também o sofisticado intelectual canadense Marshall McLuhan” (ibid., p.211).

Segundo Murilo César Ramos, após o fim da guerra fria e a queda do Leste Europeu, estamos vivendo um momento de possibilidades, de reconstrução do pensamento, de metamorfose. “Assim, entre a aceitação da neutralidade científico-tecnológica e a passividade de uma negação sem

alternativa, chegamos à década de 90, circunstancialmente às vésperas de um novo milênio, finalmente livres, enquanto esquerda e socialista, para compreender que tecnologia não é, de fato, um destino, mas acima de tudo, *um cenário de luta*” (RAMOS, op.cit., p.215).

Dentro deste contexto, é importante salientar que a introdução de novas tecnologias na atualidade não vão significar a “TV alternativa”, a utopia contracultural dos anos 60, de forma periférica. As novas tecnologias estão colocando em cheque o modelo central da comunicação de massa: a mídia atual. Segundo o escritor norte-americano Michael Crichton, os monopólios de comunicação nos Estados Unidos estão ultrapassados e de acordo com pesquisas recentes, grandes segmentos da população norte-americana pensa que a mídia está atenta a trivialidades e indiferente ao que realmente importa. O autor acredita também que a mídia não cobre os problemas do país, sendo em vez disso parte deles. “A mídia é uma indústria e seu produto é a informação. E juntamente com muitas outras indústrias norte-americanas, a mídia americana produz um produto de qualidade muito baixa. Sua informação não é confiável, tem lantejoulas e purpurina demais, suas portas rangem, quebra quase que de imediato e é vendida sem garantia. É chamativa, mas é basicamente lixo”. (CRICHTON, 1995, p.6-3)

Para ele, a idéia de que a informação é só um recheio, está ultrapassada. Crichton questiona o futuro da mídia norte-americana, analisando o desenvolvimento das novas tecnologias: “Nas últimas décadas, muitas companhias americanas atravessaram uma dolorosa e difícil reestruturação para produzir produtos de alta qualidade. Isto requer sobretudo um achatamento da hierarquia corporativa, movendo informação crítica da base para cima em vez

de fazê-lo do topo para baixo, dando mais poder aos trabalhadores. Isto significa mudar o sistema, não apenas o foco da corporação e procurar incansavelmente um produto de qualidade. Aumento da qualidade implica mudança na cultura corporativa- uma mudança radical”. (CRICHTON, 1995, p.6-3)

Em termos gerais, segundo o crítico norte-americano, a mídia dos Estados Unidos se manteve indiferente a este processo. Houve algumas inovações positivas como a CNN e a C-Span. Mas as notícias na TV e nos jornais são geralmente consideradas menos precisas, menos objetivas, menos informativas que há uma década atrás. “Em vez de se concentrar na qualidade, a mídia tem tentado ser viva e chamativa - vendendo o molho, não o bife; o apresentador do talk-show, não o assunto. Neste processo, abandonaram sua audiência” (ibid).

Crishton faz o seguinte pergunta em seu artigo: Quem será a GM ou IBM dos anos 90, a próxima grande instituição americana que vai se descobrir obsoleta e ultrapassada, enquanto se recusa obstinadamente a mudar? Ele suspeita que “uma resposta seria o “The New York Times” e as emissoras de TV comerciais.” (ibid.,p.6-3) O autor se pergunta também quem pressionaria as mudanças da grande mídia americana? E ele mesmo responde que a mídia sempre foi impulsionada pela tecnologia. “Mas o impulso da tecnologia moderna é radicalmente diferente, porque desafia o próprio conceito de informação em nossa sociedade.

A informação hoje tem importância vital. Nós vivemos dela. No ano 2000, pela primeira vez em nossa história, 50% de todos os empregos americanos vão requerer pelo menos um ano de universidade. Neste ambiente,

notícias - não são entretenimento - são necessidade. Precisamos delas - e precisamos que sejam de alta qualidade; abrangentes e fatuamente precisas(...) boa informação tem valor. A noção de que é apenas um recheio entre anúncios está ultrapassada” (ibid.).

Há uma segunda tendência, relacionada a esta: as pessoas querem acesso direto à informação que lhe é interessante e cada vez mais, esperam consegui-lo. Esta é uma tendência que tem perdurado em muitas tecnologias.

Crishton comenta que a possibilidade de assistir à C-Span nos leva a pensar sobre uma terceira tendência: a aproximação do fim do monopólio de informação da mídia e sua segmentação - “um monopólio que se mantém desde a concepção de nossa nação. A Revolução Americana foi a primeira guerra travada, em parte, através da opinião pública nos jornais e Ben Franklin foi o primeiro lobista a usar a mídia e empregar técnicas de desinformação. Pelos 200 ou mais anos que se seguiram, a mídia se comportou de maneira basicamente monopolística.(...) Mas uma vez que as pessoas possam ter acesso à informação primária por si mesmas, o monopólio acaba. E isso significa grandes mudanças, logo.” (CRICHTON, op. cit.).

Michael Crichton é autor de um romance sobre dinossauros, um romance sobre relações comerciais entre os Estados Unidos e o Japão e um sobre molestamento sexual e ironicamente comentá: “o que algumas pessoas chamaram de minha trilogia dos dinossauros” e afirma categoricamente no início do seu artigo: “Mas quero me deter aqui em outro dinossauro, um que pode estar a caminho de extinção: a mídia norte-americana”.

As inúmeras possibilidades que as novas tecnologias de comunicação poderão desenvolver através das superrodovias da comunicação, com possíveis utilizações, através da multimídia (como por exemplo sua utilização de forma interativa) abrem perspectivas de um amplo leque de atuações. É assim que Crichton prevê a crise da atual mídia americana, mas de forma talvez até otimista acredita que as mudanças serão somente para melhor.

“Uma vez que Al Gore consiga colocar as estradas de fibra ótica no lugar e a capacidade de informação no país esteja onde deve estar, serei capaz, por exemplo, de ver qualquer encontro público do Congresso através da rede. E terei agentes inteligentes percorrendo banco de dados, recolhendo informações em que tenho interesse e montando para mim uma primeira página, ou um programa de TV que corresponda aos meus interesses” (ibid).

Crichton exemplifica sua argumentação dizendo que terá - através das novas tecnologias de comunicação - as 12 reportagens mais quentes em que está interessado, com os resumos à sua disposição e que poderá dar um clique de mouse para obter mais detalhes. “Como Peter Jennings e MacNeil - Lehrer¹³ ou um jornal vão competir com isso?”

O autor conclui que as instituições de comunicação vão ter que mudar. E que essas prospecções amplas e fontes interpretativas terão valor - “se estas fontes se empenharem em trabalho interpretativo genuinamente de alta qualidade. No momento, nenhum dos dois acontece muito freqüentemente.” (ibid.)

¹³ Jornalistas - ancoras de grandes redes da TV norte- americana.

Aproveitando as reflexões de Crichton, poderíamos arriscar e ir bem mais longe e dizer que as possibilidades que as novas tecnologias poderão nos dar serão de interagir em rede e não apenas na disponibilidade de selecionar a melhor programação e a informação primária que mais nos interessa. Se for colocada em prática nas superrodovias da comunicação, a experiência já existente nas redes de informática, como a INTERNET, as novas tecnologias em comunicação serão potencializadas e aproveitadas de uma forma que será muito difícil o controle por um pequeno grupo, uma elite vertical.

Poderemos imaginar conferências eletrônicas, como as que existem hoje, através do correio eletrônico das redes de informática, potencializadas em forma de multimídia (imagem, som, texto e dados). O mais importante neste processo não é o fato de recebermos esses dados em forma de multimídia, mas o fato de podermos dialogar em forma de rede, em forma de conferência multimídia horizontalizada. Assim, poderemos dialogar com inúmeros parceiros dos mais variados cantos do mundo, utilizando essa tecnologia. Muitas redes poderão ser formadas, muitos temas e causas poderão ser defendidas e muitas produções e troca de informações poderão ser realizadas. Assim, certamente muitos movimentos sociais em rede poderão surgir nas superrodovias da informação. Porém, nada garante que toda essa tecnologia vá ser colocada a curto e médio prazo nas mãos de uma significativa parcela da humanidade. Só a articulação e a mobilização dos setores democráticos da sociedade civil mundial poderão pressionar e garantir avanços significativos em favor da democracia neste *cenário de luta*, como diz o professor Murilo César Ramos (RAMOS, 1994).

Foi neste cenário de luta, nesta terra fértil e dessa matéria prima, que surgiu e tem se organizado no Brasil, o Movimento pela Democratização da Comunicação, que nos anos noventa, tem se fortalecido e enriquecido com o surgimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

PARTE III

UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Uma década de luta pela democratização da comunicação no país

Nesta parte iremos traçar um perfil do Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC) no país. Analisaremos as primeiras iniciativas de organização institucional do movimento nos anos 80 e da consolidação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) nos anos 90. Identificaremos os principais atores sociais e suas redes de relações sociais estabelecidas através do FNDC, descrevendo ainda as principais frentes de luta do movimento e seus desafios.

Capítulo 4 - Os anos oitenta: Da resistência ao impulso das novas tecnologias

Na história recente do Brasil, o Movimento pela Democratização da Comunicação passa por três fases distintas da vida política, econômica e social, segundo a professora Regina Festa (1986, p.10), registrando igualmente três processos diferentes de comunicação popular (no nível das bases sociais) e alternativa (no nível médio da sociedade civil)¹⁴: “ A primeira fase, que

¹⁴ Regina Festa diferencia a comunicação popular, da comunicação alternativa, caracterizando o alternativo como sendo “em nível médio da sociedade civil” e o popular “em nível das bases sociais”. Nosso trabalho não tem o objetivo de aprofundar esse tema, porém gostaríamos de salientar que o termo “alternativo” sempre foi historicamente vinculado mais a criação de alternativas técnicas e culturais ao estabelecido (tecnologias, linguagens, novas formas de vida, etc.) e visto também com a margem, como paralelo a sociedade estabelecida; já o termo “popular” tem se caracterizado pelo seu conteúdo ideológico

corresponde ao período de 68 a 78 - entre o AI-5 e a abertura política - caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e acumulação de forças por parte das oposições; a segunda fase, de 78 a 82, período da explosão social, eleições nacionais, abrandamento das restrições políticas, caracteriza-se por projetos políticos mais definidos e pela existência de uma comunicação popular, multiplicadora de meios nas bases e pelo quase desaparecimento da comunicação alternativa;” e o terceiro período, 1982-1983 época onde termina o estudo da autora e que ela chama de “tempos de indecisão e de crise” onde a comunicação popular e alternativa vive um clima de indefinições, sem estratégias, propostas e avanços significativos.

Este terceiro período não pode ser considerado exatamente um período, mas uma época de gestação de um novo período. “ Naqueles dias nada parecia indicar que milhões de brasileiros sairiam às ruas exigindo eleições diretas, democracia e desenvolvimento e que essa força social em refluxo retomaria com maior vigor um papel protagônico no cenário brasileiro” (FESTA, 1986, p.29). Mas a pesquisadora já detecta um novo fenômeno, um novo sintoma, que estava aparecendo: a adoção de novas tecnologias como resultado de uma

comprometido com os setores de esquerda tradicionais. Poderíamos dizer que a origem do termo “alternativo” surgiu com mais força a partir dos anos sessenta, junto com movimento de contracultura, movimento hippy, pacifista, etc. O termo “popular” tem sua origem vinculada aos grupos tradicionais de esquerda. As “Frentes Populares” por exemplo, surgiram nos anos trinta deste século como uma política da terceira internacional comunista (IC), como aliança política dos setores democráticos e progressistas contra o avanço do fascismo (ver CLAUDIN, p.130, 1978). Nos anos setenta no Brasil a chamada “imprensa alternativa” era uma mescla destes dois conceitos. Era uma imprensa que inovava em nível de linguagem e conteúdo e se comprometia politicamente contra a ditadura militar. Nos anos oitenta, o movimento de “vídeo popular” brasileiro também articula estes dois conceitos, testa novas tecnologias e experimenta linguagens de forma periférica e alternativa, mas se compromete politicamente com os chamados “movimentos populares”. Fernando GABEIRA (1985), analisa o conceito “vida alternativa” ressaltando os pontos de interdependência entre os temas ditos “alternativos” (ecologia, feminismo, cultura) e a interdependência com tudo que existe no sistema político-econômico e social. Sobre o “popular” ver ainda interessante artigo que analisa a contribuição de Antônio Gramsci para essa discussão: ESCOSTEGUY, Ana C. D. A Pesquisa sobre o popular: pistas para um enfoque teórico. In: FERNANDES, Francisco A.M., BARROS, Lann M. (Orgs.). Comunicação e Solidariedade. (1992, p.112).

outra etapa de desenvolvimento localizado e seletivo, que chegaria mais tarde. O Brasil começava a entrar, em caráter irreversível, na era da eletrônica e da informática, abrindo conseqüentemente a possibilidade de uso alternativo dessas tecnologias por setores dos movimentos sociais (op.cit). Este terceiro período onde encerra o trabalho da professora Regina Festa é onde começa o estudo e a pesquisa da nossa dissertação: o período de aglutinação de forças do movimento pela democratização da comunicação, entre 1984-1994.

O movimento de luta pela democratização no Brasil teve como seu primeiro marco organizativo significativo à nível nacional, como já vimos no primeiro capítulo, os anos oitenta, época onde acontece um importante ascenso do movimento social no Brasil. Durante essa época, já é corrente entre setores progressistas que atuam na área cultural brasileira, uma postura crítica, a visão maniqueísta que simplesmente criticar e negar os meios de comunicação de massa e a indústria cultural. O professor Carlos Eduardo Lins da SILVA¹⁵ (1986, p.31) resume bem a argumentação da época contra a postura de simples crítica, sem criar alternativas, que já angustiava positivamente os setores progressistas da sociedade brasileira: “Este artigo parte do pressuposto de que a indústria cultural não é, ao contrário do que apregoam os que seguem a linha da Escola de Frankfurt, um todo monolítico e impenetrável, um instrumento coerente utilizado pelas classes dominantes numa sociedade capitalista para impor sua ideologia a toda a população. Ao contrário, o autor acredita que existe *uma relativa autonomia* da atividade cultural, mesmo

¹⁵ O artigo chama-se “As brechas da indústria cultural brasileira” e faz uma análise da indústria cultural brasileira através da análise do jornalismo, do cinema, da televisão, do rádio e do disco. A conclusão do artigo é de que existem muitas contradições e “brechas” na indústria cultural que podem ser utilizadas para transmitir ao público conteúdos diversos e, algumas vezes, contrários aos interesses das classes dominantes e do próprio Estado.

quando ela é produzida de forma industrializada, com extrema divisão social do trabalho, para ser consumida por milhões de pessoas a um só tempo, como é o caso da cultura transmitida pela televisão, pelo rádio ou através de filmes, jornais e revistas. Esta relativa autonomia expressa-se nas contradições que podem ser observadas em seu conteúdo, mesmo em nível de senso comum, por qualquer consumidor mais arguto” (grifo meu). É nesta período histórico (anos 80), por exemplo, que a campanha pelas eleições diretas ganha fôlego, tendo um tratamento bastante diferenciado na imprensa. Um exemplo disso foi a Folha de São Paulo, que, com uma visão liberal e mais progressista que a maioria dos jornais da grande imprensa brasileira da época, apoiou a campanha da “Diretas Já” e por outro lado, a rede Globo de Televisão que com uma visão mais conservadora, boicotou a mesma campanha. As duas empresas de comunicação tinham como objetivo final sua solidificação no mercado: a Folha queria se diferenciar e ampliar suas vendas e a Globo queria continuar sendo a rede do poder estabelecido. As duas empresas conseguiram suas façanhas: a Folha de São Paulo se consolidou como o jornal de maior tiragem do país e a Rede Globo de Televisão conseguiu continuar sendo a porta voz da elite dominante e do governo de plantão.

Como diz o professor Linz da SILVA, a cultura industrializada revela a hegemonia que um conjunto de classes ou frações de classes sociais detêm sobre o conjunto da sociedade, mas também ela deixa transparecer a correlação de forças que existe no interior do próprio meio de produção cultural. Como vimos no caso da Folha de São Paulo e da Rede Globo, o conteúdo dos meios de comunicação mudam à medida em que mudam o

panorama da luta de classes e a conjuntura da sociedade e a correlação de forças no interior desta mesma sociedade.

Nesta época (campanha das diretas já), um jornalista da Folha de São Paulo, provavelmente teria mais liberdade de escrever um artigo criticando o governo do que um jornalista da Rede Globo; porém alguns segundos de imagens transmitidos via satélite, de uma manifestação com milhões de pessoas (como o comício da praça da Sé em São Paulo), mesmo com um texto truncado que manipule a intenção deste ato, pode causar um impacto em milhões de telespectadores que talvez jamais fossem saber deste fato via Folha de São Paulo, pelo simples fato de que não lêem jornal. As pessoas reinterpretem as notícias e muitas vezes a intenção inicial é reelaborada pelos telespectadores. Outro elemento a ser considerado são as contradições das relações sociais dentro dos próprios meios de comunicação da indústria cultural. Muitos jornalistas, diretores de TV, atores, cinegrafistas, etc, tem uma atuação classista, ou posição ideológica definida divergente da posição ideológica da empresa e tentam explorar os espaços disponíveis para passar suas visões de mundo.

Como diz Lins da SILVA (1986,p.32), se esta interpretação é correta, faz sentido atuar na indústria cultural em busca desses espaços. O bem produzido neste tipo de atividade econômica é muito peculiar. Entre as características que diferenciam a indústria cultural de um material convencional está a capacidade que possui de ajudar a formar consciências. “Por isso, muitos intelectuais acham conveniente para seus objetivos políticos

ingressar na indústria cultural e, nela, lutar para que suas idéias possam ser veiculadas para as grandes audiências” (idem).

Com a democratização do país e com o fim da censura estatal da imprensa, os meios de comunicação de massa, principalmente os jornais impressos que não dependem de concessão legal do Estado para funcionar, liberalizaram suas redações e flexibilizaram suas linhas editoriais, absorvendo muitos jornalistas que trabalhavam nos jornais alternativos de oposição. Assim, os tradicionais jornais alternativos diminuíram de importância e muitos desapareceram¹⁶. Já na televisão e no rádio a situação é um pouco diferente. O acesso e a liberdade é menor, o controle da programação é mais intenso e as concessões dos canais continuam a ser um instrumento de tráfico de influência e poder político.

É neste momento que surgem as primeiras experiências coletivas de comunicação eletrônica independentes (rádios livres, TV livres, vídeos populares), que vão se desenvolver a partir do surgimento e do barateamento do custo das novas tecnologias de comunicação.

¹⁶ Nos anos noventa, com o advento das novas tecnologias e o barateamento do custo de impressão, vão surgir muitos jornais de bairro e comunitários. Os jornais sindicais também adquiriram grande importância na última década, ocupando um importante espaço deixado pelos tradicionais jornais da imprensa alternativa.

4.1- As possibilidades democráticas das novas tecnologias

As novas tecnologias da comunicação e da informação surgem nos países industrializados na década de 70, em decorrência dos grandes avanços da indústria eletrônica, mas só entram naqueles mercados na década de 80 e simultaneamente se espalham pelo resto do mundo (MELO,1989).

Na década de oitenta no Brasil, a partir do acesso a essas novas tecnologias (vídeo, fax, correio eletrônico, computadores, etc.) o movimento popular cria novo fôlego para sua atuação na área da comunicação. Segundo José Marques de MELO, as novas tecnologias de comunicação representam um desafio maior do que aquele inicialmente dimensionado pelos analistas, pois não se trata de utensílios eletrônicos manejados por cidadãos isolados que possam tornar portátil a cultura audiovisual, completando uma revolução que o livro iniciaria no século XV com a cultura impressa. “Seu impacto é mais profundo, pois não se limitam a servir aos interesses de lazer das minorias privilegiadas que freqüentam as free-shops ou as instâncias burocráticas que as utilizam para estocar dados rotineiros. Elas se entrecruzam com as velhas tecnologias e condicionam o ritmo e a abrangência da difusão cultural massiva, modificando as estruturas de produção, alterando as sistemáticas de trabalho.” (1989, p.39)

Apesar do forte controle pelo Estado brasileiro das ondas radiofônicas, bem como o controle sobre a venda e produção de equipamentos de informática e eletroeletrônicos em geral, o barateamento do custo dos mesmos, faz com que surjam muitos grupos alternativos e populares que utilizam as

novas tecnologias para se comunicar. As chamadas “rádios-piratas”, mais tarde chamadas de rádios livres, surgem em todo o Brasil, especialmente no estado de São Paulo.

“Em 1985, na cidade paulista de Sorocaba, estudantes de segundo grau, a partir de aulas e livros de eletricidade, colocam no ar a voz de nada menos que 56 pequenas emissoras. O carnaval da novidade se espalhou e várias lembranças sobre rádios do passado, em muitos lugares do Brasil, vieram à tona. O impacto sorocabano foi grande. Centenas de rádios forma surgindo, numa reação natural ao monopólio, por desobediência civil, por hobby, para experiência técnica, por brincadeira, por anarquia. Mas tudo constituindo uma atitude contra o monopólio. Então o poderoso monopólio botou a polícia atrás de muita gente, como se isto fosse coisa sensata. Cada vez que uma rádio cai, outras cinco aparecem. Depois, o assunto não pode ser debatido abertamente porque, senão, o público fica do lado das rádios. Enfim, criou-se um movimento natural de crescimento espontâneo, que ninguém pode segurar, graças às inovações tecnológicas e à energia da juventude, que o sustenta. Instalou-se então um Movimento Nacional de Rádios Livres(...) Em São Paulo, nasceu a ARLESP (Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo), com registro em cartório.” (RADIO LIVRE, 1993, p.9)¹⁷

A possibilidade de descentralização dos fluxos de informação, do baixo custo e do fácil acesso à esses novos meios, cria uma infinidade de

¹⁷ Cartilha publicada sob o título: Rádio Livre - Aprenda a fazer a sua. Editada por “Mafalda e Cidadão Kane” e redigida por “Magali, Peninha, Pateta, Clarque Kent, Margarida e Silver” O livreto é dedicado aos estudantes de comunicação Roberta Magalhães e Jeam Faber. Eles trabalhavam em rádios comunitárias livres em Goiânia, apreendidas pelo DENTEL em 1992. Foram processados por infração do Código de Telecomunicações do Brasil. Podem ser punidos com até dois anos de prisão.

possibilidades de utilização destes recursos a favor da democracia e da cidadania, criando inúmeras alternativas, como redes telemáticas e de multimídia onde os mais variados grupos sociais, desde minorias até cientistas e educadores podem se articular, planejar estratégias conjuntas e trocar informações em nível mundial. E o que é mais importante, de forma descentralizada, com a possibilidade de um fluxo de informações onde os bancos de dados sejam democratizados onde tanto os parceiros do Norte como os do Sul tenham acesso a todas as informações. Mas é indispensável pensar as novas tecnologias como polarizadoras de situações, no mundo do trabalho e da cultura, na esfera da política e da economia, que acarretam perplexidades para os cidadãos e os grupos sociais (MELO, 1989). O que é mais preocupante é a lentidão com que as pessoas se dão conta do impacto que tais transformações exercerão sobre nossa sociedade, “em especial no tocante ao desemprego da mão-de-obra não especializada (no setor de serviços, por exemplo); à descentralização das informações a partir do uso maciço de computadores; ao controle social mais eficiente com a utilização da informática e assim por diante. Ora, já se fala nessas tecnologias há pelo menos uma década”, analisa Luiz Fernando Santoro no início dos anos oitenta (1982, p.24).

Durante os anos oitenta e início dos anos noventa, não está mais em discussão na América Latina a questão de introduzir ou não as novas tecnologias, até porque elas já estavam em processo de introdução e a globalização mundial está se fazendo cada dia com maior rapidez, sendo que a América Latina e o Caribe “se converteram em verdadeiros campos de batalha na competição das transnacionais para lograr introduzir mais velozmente seus

novos artefatos tecnológicos. Trata-se de uma situação da qual poderemos habilmente tirar partido, negociando condições, barganhando oportunidades.” (MELO, 1989, p.33).

Com a introdução das novas tecnologias em vídeo, com o surgimento do videocassete portátil e da câmera VHS e ainda com o barateamento do custo destes equipamentos, o movimento popular e sindical começa a utilizar esses recursos para o seu trabalho popular. O I CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) realizado em agosto de 1983 em São Bernardo do Campo, São Paulo, além de discutir e articular as lutas sindicais e fundar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) trouxe para o seio do movimento sindical outra novidade: a documentação do evento através de câmeras de videocassete.

Durante três dias, dezenas de câmeras, dentre as quais apenas cinco pertencentes a emissoras de televisão, colheram depoimentos das principais lideranças presentes, dando-lhes espaço e voz; testemunharam todo o processo de organização para a consecução do evento; reconheceram a importância dos mais de cinco mil delegados vindos dos pontos mais distantes do país, contando um pouco de sua história e evidenciando suas expectativas. Surgiram alguns vídeos sobre o I CONCLAT, planejados e realizados de maneira completamente independentes entre si, mostrando a opção de vários grupos pelo vídeo como meio de documentação e expressão, “substituindo definitivamente o cinema, num tipo de trabalho onde a rapidez em exibir os resultados e a possibilidade de descentralização na captação de informações

para uso específico desses grupos, superou a melhor qualidade, em todos os sentidos, obtida pelo filme” (SANTORO, 1986, p.164).

Nesta época, a vinculação do vídeo aos movimentos populares vinha sendo feita basicamente no aspecto documentação. No início dos anos oitenta poucos são os grupos que consideram o *processo* de gravação e não apenas o produto final, ou seja, o vídeo editado. Porém, alguns grupos se preocupam com a organização de um espaço e de um público que se envolva numa atividade de animação sociocultural. Estes grupos e instituições que possuem o equipamento e dirigem-se a grupos populares, envolvidos em lutas reivindicatórias e de organização, colocam-se “à disposição para colaborar e poder, assim, atuar politicamente usando seus conhecimentos e privilegiando o vídeo como meio de expressão. São raros os grupos populares que não sentem a necessidade do vídeo como um dos instrumentos de sua luta, graças às suas vantagens e especificidades no que tange à imediaticidade, baixo custo de produção, agilidade, facilidade operacional, etc” (ibidem, 1986, p.166-167) .

Em julho de 1983 organizou-se uma equipe que denominou-se VIDEOCLAT com o objetivo de documentar o I CONCLAT. Cinco grupos¹⁸ de centros de educação popular, que mais tarde vão dar origem às chamadas ONGs (organizações não-governamentais) articularam um projeto comum de documentação do evento. “O que nos parece essencial, e que deve ser

¹⁸ A idéia de formar-se o grupo VIDEOCLAT surgiu a partir de um curso, que foi oferecido em julho de 1983, pelo Núcleo de Memória Popular do ABC, do Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo, em São Paulo. O tema do curso foi “O vídeo como instrumento de animação cultural e intervenção social”, planejado pelos professores Luiz Roberto Alves, Regina Festa e Luiz Fernando Santoro que foram encarregados de ministrá-lo. Os cinco grupos que formaram o VIDEOCLAT foram o Núcleo de Memória Popular do ABC, o CEPIS (Centro de Educação popular do Instituto Sedes Sapientiae), o CEPS - ABC (Centro de Estudos Políticos e Sociais do ABC), o CEPASE (Centro de Pesquisa e Assessoria Socio-econômica) e Celso Maldos pelo PT (Partido dos Trabalhadores).

recuperado nessa experiência, é menos o resultado final e sim, o processo de trabalho.” comenta o professor Luiz Fernando SANTORO (1986, p.168). Esta preocupação revela uma tendência e uma característica que posteriormente cresce no trabalho dos grupos, entidades e ONGs, que passam a trabalhar com o vídeo junto ao movimento popular. Nos anos noventa este tipo de trabalho com vídeo vai ficar conhecido no Brasil como “vídeo-processo” significando a utilização do vídeo como instrumento pedagógico e a preocupação com o processo de produção como um momento de utilização para a formação, valorizando desta forma o *processo* como um elemento tão importante quanto o acabamento ou o produto final.¹⁹

A experiência do grupo VIDEOCLAT foi muito significativa. O grupo resolveu continuar se reunindo após a experiência do I CONCLAT e mudou de nome para grupo do VÍDEO POPULAR. (op.cit, 1986, p.170) Este grupo foi o embrião, uma das principais sementes que fez surgir em dezembro de 1984 a Associação Brasileira de Vídeo do Movimento Popular (ABVP), agrupando já em 85 mais de sessenta grupos e entidades de vários estados brasileiros interessadas nesta área de atuação.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, é durante os anos oitenta que se esboçam as primeiras tentativas de articulação nacional do movimento pela democratização da comunicação. Paralelamente a essas experiências práticas, como o movimento das rádios livres e o movimento de vídeo popular, começa a se gestar um movimento político que vem se

¹⁹ Sobre metodologia participativa em vídeo, ver texto do autor : VIEIRA DE SOUZA, Marcio. “Terra e vida Catarina: um vídeo feito pelos trabalhadores sem terra”. In: Rompre la culture du silence. Passerelles-Dph, Paris - França, nº 7, RITIMO & FPH.

institucionalizar na Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação. Esse movimento é paralelo e não está articulado aos projetos e trabalhos desenvolvidos com as novas tecnologias em comunicação. São dois lados de uma mesma moeda que inicialmente são gerados de forma espontânea e independente.

4.2- A luta institucional do Movimento pela Democratização da Comunicação

O movimento “institucional”, ou seja, aquele que vai se organizar para lutar por políticas públicas democráticas de comunicação, por legislação, direitos reconhecidos juridicamente, institucionalmente, etc; teve como embrião as teses apresentadas pela delegação do Curso de Comunicação da UFSC, em setembro de 1980 em Curitiba, no IV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação - ENECOM. Estas teses foram apresentadas sob o título “Os estudantes de Comunicação e a Radiodifusão Brasileira”. A tese que foi aprovada no ENECOM, ainda não deixava claro a importância da criação de um movimento nacional articulado com outras entidades em nível nacional. Apenas estabelecia as bases teóricas e técnicas para o questionamento do sistema de comunicação vigente no país que irão nortear o início do movimento.

Em 7 de outubro de 1983, como já vimos, durante a realização do IV Encontro Latino americano de Faculdades de Comunicação e o VII Congresso da ABEPEC, acontecido em Florianópolis, é realizada a primeira reunião do movimento que culmina no ano seguinte com o lançamento de um documento-

manifesto oficializando a criação da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação. Pela primeira vez, reunia-se em torno de um projeto político comum para a luta por políticas democráticas de comunicação, entidades representativas e acadêmicas de comunicação, bem como outras entidades ligadas à sociedade civil (OAB-RJ, Sind.Eng.-RS, Sind. Processamento de Dados- RS.).

Mas como podemos ver, estas entidades ainda eram entidades afins, tinham uma relação técnica e direta com a matéria. O Sindicato dos Engenheiros, por tratar de elementos de telecomunicação, eletrônica e outros processos tecnológicos que perpassam a engenharia; o Sindicato de Processamento de Dados, pela evidente relação da informática e as novas tecnologias da comunicação e a Ordem dos Advogados do Brasil, talvez a entidade que mais caracterizasse esse sentido amplo que o movimento busca até hoje; por um envolvimento legal, institucional e jurídico, que o movimento adquiriu desde o seu início.

Dois elementos inéditos caracterizaram essa reunião: pela primeira vez se articula no Brasil uma proposta global, que tenta dar conta do papel das políticas de comunicação do Estado brasileiro, bem como tenta esboçar as primeiras propostas de encaminhamento concreto para uma luta política em nível deste Estado. Até esse momento, havia ocorrido apenas lutas e propostas específicas, fragmentadas, que tinham sido esboçadas e referendadas por um discurso genérico de crítica à política e ao sistema de comunicação vigente, sem porém propor alternativas concretas. O segundo elemento é a importância do evento e a representatividade da reunião que, pela primeira vez,

reuniu entidades tão expressivas e representativas. Esse foi o elemento fundamental que animou os participantes e os organizadores a propor uma nova reunião para discutir a criação de uma *Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação - (FNPDC)*. A reunião foi marcada para os dias 22 e 23 de novembro de 1983, porém o início do movimento já começava a demonstrar como seria dura a luta e quantas dificuldades iria enfrentar na sua organização. O movimento, sem recursos, teve que protelar diversas vezes a reunião que seria realizada em Brasília. O lançamento de um documento-manifesto, no dia 4 de julho de 1984, foi uma estratégia para articular e divulgar o movimento para o lançamento oficial que foi realizado no dia 24 de setembro do mesmo ano.

O lançamento oficial da Frente, ocorreu em Brasília, na sala da comissão de comunicação da Câmara dos Deputados. O lugar estrategicamente escolhido, já demonstrava que o movimento daria uma grande importância para as lutas legais, de mudança da legislação, como o Código Brasileiro de Telecomunicações, lei de imprensa, entre outras.

É relevante salientar que o país vivia um momento conjuntural importante, com o avanço dos novos movimentos sociais, a luta pela redemocratização do país, aglutinada na campanha pelas eleições diretas para presidente da república - a campanha das "Diretas Já"- que levou milhões de brasileiros às ruas exigindo a volta da democracia. Aumentava a cada dia a pressão para que a emenda Dante de Oliveira que estabelecia eleições diretas para presidente da república fosse votada. Em todas as grandes cidades brasileiras realizaram-se comícios gigantescos como nunca haviam acontecido

no país. Entre o segundo semestre de 1984 e o início de 85, quando foi derrotada a emenda das “Diretas Já” no Congresso Nacional, e foi articulada pela oposição moderada a alternativa da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pelo colégio eleitoral, a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação chegou a reunir 45 entidades e 27 parlamentares.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira e com a instalação da “Nova República” a Frente se desestrutura enquanto organização, não conseguindo reunir-se para encaminhar lutas e tirar posições comuns. O ano de 1985 é considerado e avaliado pelo movimento como um ano de refluxo (FENAJ, 1993). Várias entidades de peso dentro do movimento pela democratização da comunicação como a FENAJ, ABI e OAB, se empenharam e priorizaram a mobilização por uma Assembléia Nacional Constituinte. A FENAJ ainda tentou debater o tema da comunicação dentro do movimento por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática, porém a repercussão foi pequena. O movimento por uma Constituinte exclusiva, eleita com a tarefa única de elaborar a nova Constituição, proposto por entidades da sociedade civil, foi derrotado. O Congresso aprova uma alternativa conservadora, delegando poderes constituintes ao Congresso que seria eleito em 1986. Neste momento a Frente Nacional se diluiu dentro do processo de mobilização da constituinte e de desmobilização que começa a tomar corpo em vários setores da sociedade civil progressista, em consequência das varias derrotas sofridas (eleições diretas, constituinte). Em abril de 1986, a FENAJ promove o Encontro Nacional dos Jornalistas sobre “Comunicação e Constituinte” com a participação de 140 delegados de 25 sindicatos de todo o

país. Esse encontro, juntamente com o X ENECOM promovido em julho de 1986, são os dois eventos significativos que debateram e tentaram articular e reafirmar a Frente Nacional por Políticas de Comunicação no ano de 1986, conforme já ressaltamos no primeiro capítulo.

Em um relatório apresentado no Congresso de Goiânia (1987) a FENAJ faz um balanço do acúmulo teórico e político alcançado pela Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação no anos 80. Neste relatório a FENAJ avalia que, a partir do acúmulo da experiência adquirida durante a existência da Frente, é possível unificar a luta pela democratização da comunicação, através de uma Frente Nacional entre diversas categorias profissionais ligadas á área da comunicação (jornalistas, radialistas, artistas, técnicos, etc.), certos setores empresariais que tem interesse na área da comunicação (pequenas e médias emissoras de radio e TV, jornais e agências de publicidade), bem como setores democráticos e populares sensíveis à do questão da comunicação.

Assim, a partir da experiência da Frente Nacional, a FENAJ argumenta no documento, que deve ser dada prioridade à luta pela democratização da radiodifusão. No relatório intitulado, “A base social para a luta pela democratização da comunicação: a rearticulação de uma frente nacional de luta”, a FENAJ avalia que sem democratizar o rádio e a televisão não teremos avanço significativo na democratização da comunicação no Brasil. Neste momento conjuntural, a FENAJ avalia que é preciso assinalar que as contradições fundamentais dos sistemas de comunicação no Brasil são aquelas suscitadas pela caracterização do atual controle das emissoras como privado e

comercial. "...é um controle que gera concentração da propriedade, do capital, da tecnologia e da produção numa área vital para a busca de autonomia ideológica para as classes sociais majoritárias e oprimidas" (FENAJ,1987,p.23).

A compreensão de que é preciso romper com o corporativismo e fazer um grande movimento de massa, com participação popular já é ressaltado no relatório, deixando claro o entendimento de que as categorias profissionais da área da comunicação não são as únicas e nem os setores mais prejudicados com o atual controle monopolista dos veículos de comunicação. O documento relaciona como interessados nesta luta, além das categorias de trabalhadores da comunicação, pequenos e médios empresários da área, bem como "aqueles que sofrem a utilização brutal do rádio e da televisão num processo histórico de exclusão dos benefícios da produção e do progresso material e espiritual da sociedade." (op.cit, 1987, p.24)

Capítulo 5- Nos anos noventa, a consolidação institucional do movimento

Como vimos na primeira parte deste trabalho, em junho de 1991 surgiu oficialmente o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O FNDC começou através de uma organização de comitês presente em sete estados da federação (SC, RJ, SP, GO, MG, DF e MT). Apenas para efeito de análise dos atores sociais do Fórum, estamos relacionando as entidades e grupos representados nas últimas duas plenárias do Fórum

Nacional pela Democratização da Comunicação (1993 e 1994), acrescentando também algumas entidades que não tem atuado diretamente no Fórum, mas tem se destacado no âmbito da democratização da comunicação na década de noventa no país e na América Latina. Além disso, estamos incorporando o recente recadastramento (início de 1995) feito pela coordenação do FNDC para que possamos comparar estatisticamente e identificar a atuação dos atores regionais nos mais variados comitês espalhados pelo país.

5.1- Identificação dos atores sociais da rede do Fórum Nacional

Os grupos que classificamos como atores do Movimento pela Democratização da Comunicação e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação são:

Entidades sindicais e representativas ligadas aos trabalhadores da comunicação e telecomunicação : Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e TV - FITERT, Federação Interestadual dos trabalhadores em Telecomunicações - FITTEL, sindicatos de jornalistas, de radialistas, de trabalhadores em Radio e TV, publicitários, Associação Brasileira de Imprensa - ABI, Associação Nacional de entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões - ANEATE, Associação dos Músicos, Arranjadores e Regentes.

Entidades e movimentos e de atuação direta com novas tecnologias na luta pela democratização da comunicação: Associação Brasileira de Vídeo

Popular - ABVP, Associação Rádios Livres do Estado de São Paulo - ARLESP, Coletivo Nacional de Rádios Livres, Articulação Nacional de Rádios Populares, Associação Mundial de Rádios Comunitárias - AMARC, ARLIVRE- Associação de Rádios Livres do Estado do Rio de Janeiro, Coalizão Internacional Audio-Visual para Desenvolvimento da Democracia - VIDEAZIMUT.

Entidades acadêmicas e de pesquisa em comunicação : Faculdades de Comunicação Social, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação - INTERCOM, União Cristã Brasileira de Comunicação - UCBC, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - ABT, Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação - COMPOS.

Entidades do movimento estudantil: Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação - ENECOS, União Nacional dos Estudantes - UNE, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES.

Entidades sindicais e outras não vinculadas diretamente com a comunicação: Central Única dos Trabalhadores - CUT, Federação Nacional de Secretárias e Secretários, Sindicato dos Profissionais em Arqueologia, Movimento Nacional de Defesa da Economia Nacional - MODECOM, Associação Nacional Docentes do Ensino Superior - ANDES, Confederação democrática dos Metalúrgicos da CUT,

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, Conselho Brasileiro em Defesa da Paz - CONDEFAZ, Federação Nacional dos Urbanitários, Grupo Tortura Nunca Mais, Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE, Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, Centro de Estudos e Solidariedade Amilcar Cabral - CESAC.

Entidades de comunicação ligadas às igrejas progressistas: União Cristã Brasileira de Comunicação - UCBC, Organização Católica Internacional de Cinema - OCIC, Associação Latino-americana de Educação Radiofônica - ALER-Br, União de radiodifusão Católica - UNDA-Br.

Partidos Políticos: Partido Democrático Trabalhista - PDT, Partido dos Trabalhadores - PT, Partido Comunista do Brasil - PC do B, Partido Popular Socialista - PPS, alguns políticos (parlamentares e executivos) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e do Partido Social Democrático Brasileiro - PSDB, juventude socialista do PDT, movimento de mulheres do PDT, Instituto Alberto Pasqualini (PDT).

ONGs: Instituto Brasileiro de Análise Sócio- Econômica - IBASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e muitas ONGs regionais e estaduais, que participam do movimento em seus comitês estaduais ou ainda são representados por entidades federativas e associativas de caráter nacional.

Comitês e comissões pela Democratização da Comunicação:

Em 1993 para a IV Plenária do FNDC se cadastraram 20 comitês e comissões pró-comitês estaduais e regionais e locais de todas as regiões do Brasil. No ano seguinte (1994), para a V Plenária Nacional, se cadastraram 30 comitês e 18 comissões pro-comitês pela democratização da comunicação.

Estes comitês estaduais e locais são organismos de base do movimento. São constituídos pelas entidades e grupos que fazem parte do movimento, para atuação em determinada região ou estado do país. É através dos comitês, que se encaminham as lutas e a organização do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). É através destas instâncias que o movimento elege os delegados para suas plenárias nacionais, que são os encontros que definem as linhas políticas, organizativas e a direção executiva do Fórum. A comissão organizadora da VI Plenária do FNDC fez um recadastramento rigoroso das entidades do Fórum e de todas as entidades pertencentes aos comitês regionais. Este recadastramento teve prazo limitado para preenchimento, por isso provavelmente algumas entidades e comitês menos organizados, podem ter ficado de fora do mesmo, porém é um interessante parâmetro para que possamos conhecer o perfil do Fórum. Por esse recadastramento de 1995 o Fórum está mais visível com 32 entidades nacionais e 19 comitês que reúnem 273 entidades regionais.

A lista das entidades e das organizações que foram recadastradas pelo Fórum está em anexo no final deste trabalho.

Dividimos os atores sociais em 9 grupos, identificados pela sua área de atuação específica. Essa divisão tem efeito metodológico e não quer representar nenhuma identidade ideológica entre eles. A divisão ou classificação “partidos políticos” por exemplo, mostra apenas que estes atores atuam em uma mesma área institucional: são instrumentos, ferramentas, de luta pelo poder no Estado, com propostas e estratégias para a atuação junto ao parlamento, ao governo, ao Estado e sociedade civil. O próprio fato de serem partidos diferentes demonstra que tem propostas ideológicas e políticas diferenciadas. Esta observação vale também para relativizar as demais divisões feitas aqui. Existem entidades que poderiam estar relacionadas e participar de dois ou mais grupos aqui citados.

Estamos entendendo o movimento pela democratização da comunicação com uma rede de movimentos sociais que atuam de forma a estabelecer intercâmbios entre si, através de metas comuns e conjuntas. Estas redes de movimentos podem ser definidas como interações horizontais e práticas socio-políticas, pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos em torno de identidades e valores coletivos (SCHERER-WARREN, 1993).

Essas redes de movimentos sociais, fazem com que uma entidade como a UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação, possa estar relacionada como uma entidade “de comunicação ligada às igrejas progressistas” mas também poderá estar relacionada como entidade “acadêmica e de pesquisas na área da comunicação”, pois a UCBC tem uma atuação muito forte na área

acadêmica e de pesquisa. As “teias” que poderíamos estabelecer seriam inúmeras, pois cada entidade nacional aqui relacionada, tem suas redes regionais e locais, possuindo grupos específicos que atuam nos estados e municípios. Além disso, todas elas atuam em outros fóruns e movimentos em nível nacional e internacional. Estamos compreendendo o Movimento pela Democratização da Comunicação e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação como uma rede ampla, que cresce a cada dia, conseguindo mais adesões e que possui uma riqueza e criatividade muito grandes, oriundas da sua pluralidade. Porém esse movimento social, também possui suas contradições internas, suas dificuldades oriundas da própria diversidade e pluralidade do movimento, suas limitações estruturais e financeiras, bem como de encaminhamento das propostas votadas nas plenárias nacionais.

Outra advertência que gostaríamos de fazer, é que ao relacionarmos uma entidade em um grupo, não significa que outras entidades relacionadas em outro grupo não possuam aquela característica apresentada. Como exemplo, citaremos o grupo “entidades e movimentos de ação direta com novas tecnologias em comunicação”. Essa classificação quer apenas tentar agrupar metodologicamente algumas entidades que não se enquadram em outra classificação e que tem como uma de suas bases de identidade e existência, a atuação e a produção de materiais de comunicação popular e alternativo (como a ABVP na área de vídeo e o movimento das rádios livres com a emissão programas de rádios através de ondas livres). Isso não significa que outras entidades não tenham atuação prática concreta ou ação direta na luta pela democratização da comunicação, nem tão pouco que outras entidades não tenham atuação nestas áreas como vídeo, radiodifusão ou comunicação

eletrônica. Apenas relaciona entidades e redes que se caracterizam pela especificidade destes temas.

Por último relacionamos os comitês e comissões pela democratização da comunicação, que são um espaço, um “locos” de atuação regional. Esses comitês são compostos por grupos locais, entidades que muitas vezes não aparecem com seu nome em nível nacional, mas que regionalmente tem importância e ajudam a sustentar a luta do movimento. Muitos sindicatos estaduais, organizações não governamentais (ONGs) e grupos de vídeo ou rádios livres participam de comitês e comissões locais. Esses comitês e comissões podem ser considerados “nós” importantes dessa rede nacional que é o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Alguns dos atores sociais aqui citados, são analisados dentro dos espaço dos comitês regionais, (como por exemplo as ONGs), por que é neste espaço regional que estes atores tem muitas vezes maior relevância na rede do movimento.

5.2- O Fórum Nacional de Democratização da Comunicação: Uma Rede de Redes

Um grande número de redes de ONGs e movimentos tem surgido na última década. Ilse SCHERER-WARREN (1994, p.10-11) atribui algumas causas ao surgimento do grande número de redes, destacando: as transformações nos sistemas políticos latino-americanos, que permitiu a visibilidade pública das ONGs num momento de democratização do continente; fatos históricos relevantes (terremoto no México, ECO-92, etc.); a crise das utopias tradicionais da esquerda; um movimento internacional que

vem estimulando e apoiando a formação de redes transnacionais de ONGs e movimentos sociais e o desenvolvimento tecnológico que tem agilizado a comunicação e a formação de redes informatizadas, com a utilização das novas tecnologias (correio eletrônico, formação de banco de dados, publicações mais rápidas e mais baratas, etc.).

Podemos afirmar também, pelo que já colocamos no segundo capítulo deste trabalho, que esse movimento internacional que vem estimulando e apoiando a formação de redes transnacionais de ONGs, está ocorrendo em consequência da intensificação das relações sociais e econômicas, das transformações que se convencionou chamar de globalização. A modernidade é globalizante (GIDDENS, 1991) e o avanço cada vez mais rápido do desenvolvimento dos meios de comunicação e a formação de blocos econômicos (NAFTA, CEE, MERCOSUL²⁰) estimula esse movimento internacional de formação de redes transnacionais de ONGs e movimentos sociais, que podemos dizer que é um embrião da sociedade civil mundial (IANNI, 1993).

O fenômeno das redes de movimentos cresce a cada dia. SCHERER-WARREN (1994) cita alguns exemplos de redes temáticas (Rede Mulher, Rede PTA - Agricultura sustentável, Rede Brasileira de Educação Ambiental, rede Anti-Nuclear, Rede Mata-Atlantica), Fóruns de ONGs (articulações conjunturais que as vezes se tornam permanentes), Associações de ONGs

²⁰ O NAFTA é bloco econômico de livre comércio que reúne Estados Unidos, Canadá e México, a Comunidade Econômica Européia (CEE), reúne os países da Europa Ocidental e o MERCOSUL reúne atualmente Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

(ABONG, ALOP²¹), Redes de Reflexão (Rede de reflexão Política Livre - Brasil, Espacios - México, Boletim Rede, etc.) e *Redes de Informações*.

A pesquisadora analisa nestas Redes de Informações, varias entidades do campo da informação, salientando a importância das redes de direitos humanos e justiça social na América Latina, na utilização e divulgação de informações através da criação de agências de notícias alternativas como a “Notícias Aliadas” no Peru e a AGEN (Agencia Ecumênica de Notícias) no Brasil e lembra a importância das redes de comunicação eletrônica (Rede Mundial APC²²).

Referenciando-nos nesta reflexão, diremos que o Movimento de Democratização da Comunicação no Brasil, que forma o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) é atualmente uma *Rede de Redes*. Sua identidade passa por sua temática (a luta pela democratização da Comunicação); possui grupos de estudo e reflexão dentro de si, mas não tem sua prioridade apenas neste aspecto, sendo mais importante sua atuação concreta /política (apoio a projetos de leis, democratização da TV a Cabo, atuação no Congresso Nacional, Lei da Informação Democrática, etc.).

A atuação do Fórum (FNDC), como o próprio nome diz, tem também características de Fórum, sendo que a sua Plenária anual, exerce uma enorme força na criação de sua identidade. Assim, o Fórum (FNDC) é composto como uma rede de redes, pois possui em seu interior muitas outras redes diferenciadas. Como exemplo disso, podemos citar a FENAJ, que é uma

²¹ ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, criada em 1992, ALOP - Asociación Latinoamericana de Promoción, fundada em 1979 com sede na Costa Rica.

²² APC - Associação para o Progresso das Comunicações.

federação nacional de trabalhadores, possuindo sua rede própria de sindicatos estaduais e regionais filiados a ela, ou ainda a ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular) que é uma associação que possui uma rede de mais de 250 filiados (ONGs, produtores de vídeo independentes, sindicatos, etc.) em todo o Brasil (VIEIRA DE SOUZA, 1994²³). Cada entidade, cada organização não-governamental, cada sindicato, possui sua rede regional ou local própria, ampliando a teia e a complexidade desta rede de redes.

Ampliando o conceito de Redes de Informação, poderemos dizer talvez que o Movimento pela Democratização da Comunicação, que tem a sua face institucional mais articulada no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, é uma *rede de comunicação ou uma rede de redes de comunicação*. O conceito comunicação é mais abrangente que informação. Estas redes não tem apenas o objetivo de informar, de levar a informação aos demais, mas tem também o objetivo de dialogar, trocar informações e criar políticas públicas de comunicação. O conceito *redes de comunicação* leva em consideração as várias práticas e o diálogo entre os atores. O FNDC é uma complexa rede de atores sociais, que discutem e negociam entre si, elaborando propostas para atuação conjunta sem perder a identidade dos atores e das entidades específicas.

Analisaremos aqui cada grupo de atores que classificamos anteriormente. Essa análise dos principais atores internos do FNDC é baseada

²³ O artigo "Política de Comunicação das ONGs: o fenômeno das redes de movimentos no surgimento da nova trindade", foi apresentado pelo autor em palestra no XVIII Congresso Brasileiro de Comunicação Social, organizado pela UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação e Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS em São Leopoldo- R.S. em 31/10/1993. Este artigo está sendo publicado pela editora Paulinas, juntamente com artigos dos demais palestrantes do congresso.

na observação e acompanhamento da IV e V plenárias nacionais (Rio de Janeiro e Salvador), onde o autor se fez presente. O estudo e gravação de 20 horas debates e entrevistas com lideranças do movimento durante esses encontros, além da análise dos documentos internos e externos do Fórum, foram a base desta tipificação. Em nosso entender, toda tipificação é uma simplificação da realidade, e neste caso, nosso objetivo é apenas mostrar por dentro a diversidade de relações, as teias e as complexificações que uma rede de redes como o Fórum pela Democratização da Comunicação pode possuir. Comentaremos também alguns atores latino-americanos que participam do movimento internacional de luta pela democratização da comunicação, assim como as relações que alguns atores brasileiros tem com eles. Essa articulação internacional está sendo considerada nesta análise em consequência do momento histórico que estamos vivendo de internacionalização e globalização, como já vimos no segundo capítulo.

5.3- As Entidades Sindicais e Representativas de Trabalhadores da Comunicação e Telecomunicação: Da ABI as federações (FENAJ, FITERT e FITTEL): a luta dos trabalhadores em comunicação tenta ampliar-se e renovar suas concepções e articulações.

Criamos essa categoria para diferenciar as entidades de trabalhadores na área da comunicação, que por sua realidade específica tem atuação direta, trabalhando junto a empresas de comunicação e telecomunicação. Entidades como a FENAJ, FITERT e FITTEL tem papel destacado na construção do Fórum e do movimento pela democratização da comunicação, sendo que, como já vimos, historicamente a FENAJ foi uma das primeiras entidades a se

engajar na luta (anos 80). É importante destacar que a FENAJ tem sido uma das entidades que mais tem produzido propostas e pode-se dizer que tem sido uma das polarizadoras do movimento. Sempre com posições definidas, a FENAJ tem polemizado, ora com o comitê de São Paulo (principalmente no encaminhamento da Lei da Informação Democrática - LID), ora com a FITTEL (nos encaminhamentos da TV a Cabo). Os documentos-base para discussões das teses finais do Fórum tem sempre tido uma grande contribuição da FENAJ e contribuições valiosas da FITERT. A FITERT tem sido uma das grandes articuladoras internas do Fórum. Sua atuação tem sido de grande valia para o consenso no fórum e a habilidade de seus dirigentes na coordenação das duas últimas plenárias nacionais tem dado uma grande contribuição para o movimento. A FITTEL tem participado com intensidade das discussões e encaminhamento dos projetos de cabodifusão no Brasil e na V plenária se destacou pelo questionamento e contribuição para o aperfeiçoamento da propostas do Fórum relativas às novas tecnologias de cabodifusão.

A ABI, por sua importância histórica, tem que ser destacada neste análise dos atores sociais. A Associação Brasileira de Imprensa é filiada ao Fórum e cedeu sua sede nacional para a realização da IV Plenária Nacional que aconteceu no Rio de Janeiro. Destacamos também a importância moral da participação da ABI no FNDC, pois a entidade, fundada em 1908, é sem dúvida a herdeira das primeiras lutas da classe trabalhadora do setor de comunicação no Brasil (LEUENROTH, Edgard, 1987)²⁴.

²⁴ O jornalista Edgard LEUENROTH (1881-1968) foi uma das maiores lideranças do anarco-sindicalismo no Brasil. Militante e organizador de associações e sindicatos de gráficos e jornalistas, foi liderança das greves de 1917 em São Paulo. Sua preocupação com a memória e o resgate da luta dos jornalistas está registrada no seu livro: A organização dos jornalistas brasileiros 1908-1951. São Paulo: Com arte, 1987. 197 p.

Essas entidades sindicais, principalmente as federações, tem contribuído significativamente com sua militância e apoio estrutural para a luta do Fórum. Os sindicatos, como veremos quando analisarmos os dados sobre o perfil das entidades participantes dos comitês estaduais e regionais do Fórum, são parcela significativa e majoritária na composição do FNDC em nível nacional (47%). De todas as entidades sindicais cadastradas nos comitês estaduais para a V plenária, que totalizam 129 organizações, apenas 36 são sindicatos de trabalhadores ligados à comunicação e a telecomunicação, representando um percentual de apenas 29% do total de entidades sindicais cadastradas no FNDC. Porém, na realidade, as entidades sindicais de trabalhadores da área da comunicação, tem sido a base regional e estadual para a mobilização de parte significativa das outras entidades sindicais que fazem parte do Fórum. Muitas vezes, são elas que mobilizam e organizam as reuniões bem como cedem o espaço físico e de divulgação para que aconteçam as articulações de organização do movimento. Outras entidades e grupos, muitas vezes possuem uma relação mais fluída com a parte institucional do movimento. Os sindicatos e federações pela sua própria natureza, transitam com facilidade junto aos órgãos estatais, tem facilidade para fazer análises jurídicas e legais e experiência no relacionamento com o Governo Federal e o Congresso Nacional.

Em consequência do fenômeno da globalização da comunicação e da internacionalização das relações de trabalho, que já estudamos no segundo capítulo, destacamos também o trabalho que a FENAJ vem fazendo em suas relações internacionais. A FENAJ é filiada à Federação Internacional dos Jornalistas - FIJ. Dentre outras atividades que a FENAJ realizou e participou

para discussões e articulações internacionais, destacamos o Encontro MERCOSUL & IMPRENSA 94 realizado em Florianópolis - S.C., organizado pela entidade com apoio do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, articulando também a Federação Argentina de Trabalhadores de Imprensa - FATPREN, a Associação Uruguaya de Imprensa - APU e o Sindicato dos Jornalistas do Paraguai - SPP, com observadores da Bolívia, Chile e Colômbia.

Esta 1ª Conferência dos Jornalistas do MERCOSUL, que foi realizada de 2 a 4 de setembro de 1994, discutiu a importância estratégica das comunicações na sociedade contemporânea, ressaltando que os governos e organismos internacionais tem se mostrado pouco sensíveis à introdução do direito à informação na agenda de negociações entre os países, mesmo nas negociações para a formação de blocos sócio-econômicos, como é o caso do MERCOSUL. Além disso, foi relatado e discutida a importância de movimentos nacionais como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) do Brasil, para se romper o monopólio da comunicação no continente.

5.4- A atuação das entidades não vinculadas diretamente com a comunicação:

5.4.1-O desafio para romper com o corporativismo se articulando em uma rede estratégica

Muitas entidades como a CUT, PNBE ou ANDES por exemplo, apoiam institucionalmente o movimento; porém no seu dia-a-dia, os encaminhamentos são feitos por entidades específicas de comunicação que tem proximidade, ou ainda, que são filiadas a elas. O Fórum tem tentado no discurso e em seus

documentos, romper a visão corporativista de que a “comunicação é problema dos comunicadores”, porém na prática, são as entidades que trabalham com comunicação que tem encaminhado as lutas cotidianas do Fórum.

Nas entidades “gerais” da sociedade civil, como CUT, OAB ou sindicatos de outras categorias profissionais, a participação ou representação se faz através dos “especialistas”. Normalmente quem representa a mesma, é o jornalista contratado pela entidade para fazer assessoria de imprensa. Raramente estas entidades vêm a luta pela democratização da comunicação como um movimento prioritário. Sua adesão é mais formal, do que concreta e real. Como exemplo, podemos citar que, várias entidades sindicais que participam no Fórum são filiadas a CUT, portanto a CUT está representada, em parte, no Movimento pela Democratização da Comunicação; porém sabemos que as relações e estruturas institucionais de cada entidade possuem autonomia e que a participação direta de um dirigente da executiva nacional da CUT que não seja “trabalhador da comunicação” daria outra qualidade ao engajamento da entidade. Entendemos que, para que um dirigente nacional da CUT assuma como trabalho prioritário sua participação no Fórum, seria preciso que a direção da entidade e portanto também uma parcela hegemônica de suas lideranças, estivessem convencidos de que esta tarefa é prioritária. Esse mesmo fato ocorre com a maioria das outras entidades nacionais e gerais que não são ligadas tematicamente à comunicação que participam do FNDC. Evidentemente que a filiação, o apoio formal e o reconhecimento desta articulação (FNDC) é um primeiro passo importante para um possível engajamento maior futuramente, porém atualmente, a ação e o engajamento de outros setores da sociedade civil que não são vinculados diretamente a

temática da comunicação é bastante limitada. O movimento ainda não conseguiu sensibilizar esses setores para que essa luta se torne prioritária.

Em alguns momentos e de forma individual, vários sindicatos de trabalhadores tem tentado criar políticas próprias mais avançadas na área de comunicação. Em São Paulo, um grupo de sindicalistas ligados à CUT e profissionais da comunicação, criaram a TV dos Trabalhadores - TVT. A TVT é uma ONG que atua como uma produtora de televisão, chega a vincular programas locais na televisão paulista e produz uma gama de vídeos. Vários sindicatos, como os bancários (SP e RS), tem suas produtoras de vídeo próprias, vinculam programas de rádio e TV (Petroleiros da Bahia) e muitos possuem gráficas próprias. O sindicato dos metalúrgicos do ABC conquistou um canal de rádio e reivindica um canal de TV, que foi negado pelo governo federal. Porém todas essas entidades tem uma participação relativamente pequena no Fórum Nacional.

Recentemente (1994/1995), a CUT tem demonstrado preocupação em aprofundar e criar uma política de comunicação própria. A Central Sindical tem organizado seminários regionais sobre “Política de Comunicação e de Marketing na disputa de projetos na Sociedade” debatendo nos estados a questão da comunicação para subsidiar este processo de construção da entidade à nível nacional (APUFSC-ANDES-SN,1995).

Romper com a visão corporativista e “especialista” da comunicação e envolver prioritariamente outras entidades sindicais e populares no Fórum, é um dos desafios do movimento. O perfil atual do Fórum Nacional pela

Democratização da Comunicação mostra que existe uma proximidade e uma sensibilidade de grande parte das entidades sindicais para com o Movimento pela Democratização da Comunicação, pois, como já vimos, 71% das entidades sindicais cadastradas para a VI plenária e que apoiam os comitês pela democratização das comunicação são de categorias profissionais não vinculadas à comunicação. Porém, entre as entidades nacionais que participam da coordenação executiva ou do conselho político do FNDC, não existe nenhuma federação de trabalhadores que não seja ligada diretamente a área da comunicação e telecomunicação²⁵, demonstrando claramente que entre o apoio formal demonstrado por entidades sindicais de base de várias categorias de trabalhadores e a participação concreta e militante no movimento existe uma grande diferença.

5.5 - As entidades e movimentos de atuação direta com novas tecnologias em comunicação

5.5.1 - O movimento de rádios livres e comunitárias: a aproximação entre a contestação ao monopólio e a educação popular

O surgimento das novas tecnologias em comunicação criou movimentos culturais e sociais no Brasil e em nível internacional, em tecnologias diferenciadas: na radiofonia, na videografia²⁶ e mais recentemente na

²⁵ As entidades que fazem parte do Conselho político do FNDC em 1994 são: ANEATE, ENECOS, FITERT, FITTEL, FENAJ, e os Comitês SP, RJ, RS.

²⁶ Utilizamos o termo "videografia" para designar a produção de vídeos que são exibidos majoritariamente em grupos e comunidades através do videocassete. Esse fenômeno surgiu a partir da criação do videocassete portátil. A Radiodifusão "é o serviço de radiocomunicação cujas transmissões se destinam a ser recebidas diretamente pelo público em geral, podendo compreender, rádio, televisão, telefac-simile, telex ou outros tipos de transmissão."(RABAÇA & BARBOSA, 1987, p.492) No nosso caso, queremos nos referir à radiofonia, ou seja "sistema de transmissão de sons à distância que utiliza as propriedades da propagação das ondas eletromagnéticas".(RABAÇA & BARBOSA, 1987, p.493)

teleinformática²⁷. Como já vimos, nos anos setenta surgem as primeiras tecnologias de baixo custo na área de radiodifusão e com elas surgem os primeiros movimentos de rádios livres e populares, principalmente na Europa (GUATARI, 1981; MACHADO, MAGRI & MASAGÃO, 1986). Como já constatamos anteriormente, foi no Estado de São Paulo que a partir da década de oitenta se proliferam as primeiras rádios livres em Frequência Modulada (FM). Se nos anos oitenta a rádio livre ou rádio pirata era utilizada principalmente por jovens, “por desobediência civil, por *hobby*, para experiência técnica, por brincadeira, por anarquia” (RADIO LIVRE, 1993, p.9), nos anos noventa esse movimento tem um amadurecimento em seus objetivos e se organiza em um Movimento Nacional das Rádios Livres.

Em maio de 1989, realizou-se na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, quando se definiu o conceito de Rádio Livre para as rádios que “vão ao ar sem pedir permissão a quem quer que seja”, em oposição aos termos “piratas” ou “clandestinas”, considerados inaceitáveis porque essas rádios não “são lucrativas nem partidárias”. Em São Paulo, em abril de 1991 se estrutura uma associação estadual de rádios livres, a Associação de Rádios Livres do estado de São Paulo - ARLESP, em consequência da apreensão da Rádio Livre *Reversão* pela Polícia Federal e do processo realizado contra Leo Tomaz, coordenador da rádio.²⁸ Na sua fundação a ARLESP já contava com 15 emissoras associadas (ROCHA, 1991). Esse movimento nacional, que possui

²⁷ teleinformática - Área de tecnologia comum à informática e às telecomunicações, abrangendo comunicação de dados, redes de computadores e processamento distribuído. Também se diz *telemática*. (RABAÇA & BARBOSA, 1987, p.562)

²⁸ A apreensão dos equipamentos da Rádio Livre *Reversão* e o indiciamento pela Polícia Federal do jornalista e diretor do Projeto Casa de Cultura *Reversão*, Leo Tomaz, em 9 de abril de 1991 foi o fato que gerou a articulação e fundação da ARLESP (ROCHA, 1991). O processo e absolvição de Leo Tomaz, ocorrida em outubro de 1993, serviram para reforçar a luta e o direito à antena livre.

uma maior organização no Rio de Janeiro e em São Paulo, tem participado ativamente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Nas duas plenárias estudadas, seus representantes deram importantes contribuições a discussão e tiveram papel ativo nas decisões das plenárias.

É importante salientar que nos anos mais recentes, tem surgido um trabalho de rádios livres vinculadas as comunidades carentes: as rádios comunitárias. Essas rádios comunitárias normalmente são mantidas pelos movimentos sociais, culturais e comunitários a que elas servem. No Rio de Janeiro esse trabalho é estimulado, entre outras entidades, pelo CRIAR-Centro de Assessoria em Rádio, que assessora a capacitação técnica dos radialistas populares e apóia uma articulação em forma de rede de rádios comunitárias. Podemos dizer que é uma nova fase do movimento de rádios livres no Brasil, é a fase da articulação entre os jovens que utilizam as rádios para questionar o monopólio das comunicações ou simplesmente por “anarquia” e os grupos que trabalham com educação popular. Existem há muitos anos o trabalho com rádio comunitária e também o trabalho com rádios piratas, porém o fenômeno da articulação política entre estes trabalhos está acontecendo mais recentemente. Algumas publicações ligadas ao movimento de rádios livres chegam a dizer que existem “mais de 1000 Rádios Comunitárias”²⁹ no Brasil lutando pela sua regulamentação. Porém, não existem dados de pesquisa confiáveis para que possamos afirmar um número exato destas rádios em atividade, pois muitas delas atuam de forma clandestina, pela sua situação jurídica de ilegalidade. Por essa condição, muitos grupos de rádios livres possuem vida curta, mas para cada rádio livre

²⁹ PEIXOTO, Ana Cristina. A Vez de quem tem Voz. Jornal Alô Comunidade, Rio de Janeiro, Jun. de 1995. Faculdades Integradas Hélio Afonso/NECC.

que desaparece, surgem duas outras no seu lugar, como costumam dizer os militantes do movimento de rádios comunitárias. O certo é que, a cada dia que passa, as rádios comunitárias de frequência livre se organizam mais, tendo uma importante participação no movimento pela democratização da comunicação no Brasil e uma contribuição significativa ao Fórum (FNDC).

O movimento de rádios comunitárias e livres possui atualmente uma importante articulação com sindicatos de radialistas (SP e RJ) e aliança com universidades e juristas para sua luta por espaço no dial³⁰. Algumas rádios já possuem seu trabalho reconhecido em diversas comunidades, com as rádios Novos Rumos (Rádio Comunitária de Queimados) e Timbau (Favela da Maré) no Rio de Janeiro, ou ainda a rádio livre do Grupo cultural *Reversão* da Vila Ré em São Paulo. O movimento de rádios livres possui participação destacada em pelo menos dois comitês estaduais do FNDC : o comitê de São Paulo e do Rio de Janeiro, justamente nos estados onde o movimento de rádios é mais forte. Atualmente o Ministério das Comunicações resolveu autorizar o funcionamento provisório e experimental de seis rádios comunitárias, abrindo uma brecha legal importante para o movimento das rádios livres. Para o mês de junho de 1995 está previsto o Iº Encontro de Rádios Livres e Comunitárias do Estado de São Paulo, que é apoiado pelo “Fórum Democracia na Comunicação”, pelo Sindicato dos Radialistas de São Paulo e pela ARLESP e será realizado na Câmara Municipal da Capital Paulista.³¹ Assim como para o mês de agosto está previsto o Iº. Encontro Estadual de Rádios Livres do Rio

³⁰ Dispositivo que serve para graduar e determinar a sintonia em um receptor de rádio.(RABAÇA & BARBOSA, 1987, p.203)

³¹ dados do convite para o encontro e do cartaz de divulgação do evento.

de Janeiro, em Macaé - RJ, organizado pela ARLIVRE- Associação de Rádios Livres do Estado do Rio de Janeiro³².

Existe uma diversidade muito grande de organizações radiofônicas de cunho popular na América Latina e no Brasil. Além da ARLESP, da ARLIVRE e do Coletivo Nacional de Rádios Livres, que é a articulação nacional do movimento de rádios livres, existem vários grupos que trabalham com programas radiofônicos em rádios legalizadas, com propostas de cunho educativo e comunitário. Muitos destes trabalhos são realizados por ONGs, com apoio de setores da igreja progressista, de sindicatos de trabalhadores, universidades, fundações e outras instituições. No meio rural, no interior do país, muitos sindicatos de trabalhadores rurais possuem espaço em rádios ligadas à Igreja Católica. Existe também a Associação Latino Americana de Educação Radiofônica - ALER que tem uma seção no Brasil e tem trabalhado na articulação e formação de profissionais de rádio e educação popular em toda a América Latina. Seu trabalho é próximo da igreja progressista Latino Americana e possui material pedagógico bastante rico, que tem servido para que muitas organizações e movimentos sociais preparem seus quadros técnicos para atuação em programas de rádios comunitárias e educativas. Outra importante articulação que possui sólida representação na América Latina é a AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias. A AMARC possui contatos no Brasil mas sua maior força está em outros países da América Latina (Equador, Peru, Colômbia, Bolívia, Nicarágua, México, etc.) possuindo

³² Espera-se para o Encontro mais de vinte e cinco rádios livres do Rio de Janeiro, além da presença de ONGs, sindicatos e representantes de rádios de outros estados brasileiros.

mais de 300 rádios filiadas em toda a América Latina³³. A AMARC é uma associação mundial com sede no Canadá, que articula internacionalmente cerca de 600 rádios comunitárias e livres. É importante salientar que alguns países latino americanos, como o Peru e a Colômbia por exemplo, não possuem uma legislação clara para a radiodifusão, deixando brechas legais, que criam espaço para a instalação de rádios e TVs comunitárias de baixa potência.³⁴

Segundo informações pesquisadas junto à líderes do movimento de rádios livres no Brasil e junto à direção da AMARC, existia até recentemente, pouco contato entre o movimento brasileiro e a AMARC. Como já vimos, atualmente está acontecendo um movimento de aproximação entre o trabalho de militantes das rádios livres e o trabalho das rádios comunitárias, porém ainda falta uma articulação latino americana e mundial mais intensa, entre o movimento nacional das rádios livres e comunitárias brasileiro e o movimento internacional. Mais recentemente, em 1995, a AMARC começou a ter representatividade junto ao movimento de rádios livres do Brasil e ao FNDC.

Segundo a jornalista Marisa MELIANI (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995b), desde outubro de 1993, quando a justiça absolveu Leo Tomaz de qualquer pena por manter a rádio livre *Reversão*, o Brasil tem assistido a um novo “boom” desses veículos não-autorizados de comunicação. Segundo MELIANI, este “boom” tem descaracterizado o papel “político” das rádios

³³ Sobre experiências de rádio participativa e comunitária ver o interessante livro *La Passion Radio* que relata 23 experiências de rádios comunitárias em todo o mundo. BERQUÉ, Pascal, FOY, Évelyne, GIRARD, Bruce. *La Passion Radio*. Paris, Syrus, 1993. 275 p.

³⁴ Dados sobre a Colômbia e México

livres e comunitárias e segundo a pesquisadora³⁵, depois de uma fase “heróica”, na década de oitenta, as rádios não legalizadas que estão surgindo em grande número na década de noventa, em sua maioria estão ficando nas mãos de grupos evangélicos ou de pessoas com interesses comerciais. Segundo a pesquisa, de 50 rádios não autorizadas de São Paulo (que tem 300 deste tipo) 44% eram evangélicas, 24% comerciais-musicais e 24% culturais e sem fins lucrativos.

Analisando os dados da pesquisa, chama a atenção o fato de que 24% das rádios são classificadas como sem fins lucrativos e culturais, ou seja, as rádios que conhecemos como comunitárias e livres. Isto significa que mais de 70 rádios funcionam com esse perfil em São Paulo. Um número bastante expressivo. Segundo estes dados, as igrejas evangélicas se apossando do dial das rádios livres, mas é interessante salientar que este fenômeno também está acontecendo com as rádios legalizadas, principalmente nas ondas medias (AM). Além disso, o número de rádios livres é igual ao número de rádios comerciais, o que demonstra a força que este tipo de proposta pode ter a médio prazo.

Em junho de 1995 o FNDC concluiu uma proposta de regulamentação para as emissoras de radiodifusão comunitárias e livres. Com o impasse gerado em torno da tramitação da Lei da Informação Democrática - LID, no qual alguns artigos incluíam a regulamentação das rádios livres e comunitárias,

³⁵ A jornalista Marisa MELIANI, defendeu dissertação de mestrado em 1995, na ECA-USP, com o título: “Rádios Livres: o outro lado da Voz do Brasil”. Os dados aqui citados são de entrevista dada à Folha de São Paulo no dia 27 de junho de 1995.

o Fórum passou a desenvolver uma nova formulação, partindo da hipótese da possibilidade de regulamentação por decreto, sem necessidade de lei.

Em 10 de abril de 1995 o FNDC participou de uma audiência com o Ministro das Comunicações Sérgio Motta, quando ficou acertada a composição de um grupo de trabalho integrado por técnicos do Ministério das Comunicações e representantes do Fórum (FAXFORUM, nº26,1995).

Desde de abril de 1995, o FNDC vem tentando regulamentar as rádios livres e comunitárias através de uma comissão formada a partir do grupo de trabalho³⁶ que elaborou uma proposta de regulamentação do serviço especial de radiodifusão comunitária e de radiodifusão livre, que será encaminhada para apreciação do Ministério da Justiça e posterior tentativa de transformação em decreto-lei.

5.5.2-O movimento de vídeo popular na América Latina: uma contribuição para a democratização do continente

Como já vimos neste capítulo, o trabalho com vídeo popular no Brasil, surge intimamente vinculado ao trabalho sindical e comunitário. Desde o início dos anos oitenta as novas tecnologias em vídeo já eram utilizadas para documentação de congressos e encontros sindicais (SANTORO, 1986) como a articulação do grupo VIDEOCLAT que juntamente com outros grupos deu origem à ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular). A ABVP foi

³⁶ O grupo de trabalho foi composto pelos seguintes representantes do FNDC : Sebastião dos Santos (FITERT e Ar Livre), Marco Aurélio Carvalho (AMARC), Malu Gaspar (ENECOS) e Leo Tomaz Pigatti (Comitê de São Paulo e ARLESP) que atuou estreitamente ligado à comissão de trabalho do Fórum encarregada do assunto, integrada também por Daniel Herz (FENAJ) e Luciano Alvarenga (Juventude Socialista do PDT).

fundada em dezembro de 1984 e é a mais antiga associação nacional de vídeo da América Latina. O seu objetivo principal é o fortalecimento do trabalho com vídeo no contexto dos movimentos sociais populares e a luta pela democratização da comunicação e dos espaços audiovisuais (VIEIRA DE SOUZA, 1994). Hoje com dez anos de existência, a ABVP reúne cerca de 300 associados e um número igual de outros usuários de seus serviços. O perfil dos associados da entidade se dividem basicamente em quatro tipos: ONGs, movimentos sociais, produtores independentes e pesquisadores vinculados à universidades. A ABVP é um caso exemplar de redes de movimentos e de *pluralismo organizacional* e ideológico. Muitos atores sociais, filiados a ABVP participam de várias organizações ou redes e a entidade incorpora esses atores com concepções ideológicas, estéticas e culturais variadas. Isso não significa porém que estes atores não tem uma identidade mínima. Todos estão dentro de um quadro mínimo de princípios éticos comuns. No caso da ABVP, esses princípios éticos e ideológicos incluem o interesse e o estímulo ao trabalho de vídeo junto ao movimento popular e à luta pela democratização da comunicação no Brasil.

A partir de 1986, a ABVP iniciou um trabalho de capacitação e utilização do vídeo visando familiarizar e potencializar os agentes e educadores populares para melhor aproveitamento dos recursos dos vídeo em suas entidades e trabalhos. Já em 1987, a ABVP inicia a implantação de um sistema de distribuição de vídeos, reunindo produções de seus associados e de outros produtores independentes. A distribuidora de vídeos fundada pela ABVP conta hoje em seu catálogo de distribuição com mais de 500 títulos de produções de seus associados e de outros produtores independentes. A ABVP

publica um boletim informativo- o “Vídeo Popular”- que possui mais de 25 exemplares editados.

A ABVP possui sua sede nacional localizada em São Paulo e tem estrutura organizativa baseada em Encontros Nacionais onde são definidas e avaliadas as suas diretrizes. Desde 1991, a estrutura nacional da entidade contempla cinco regionais: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Cada regional possui um representante na direção nacional da entidade, que compoem o conselho nacional. Também fazem parte da direção os coordenadores estaduais- um para cada estado da federação. O Encontro Nacional também elege um Coordenador Geral. A ABVP é reconhecida hoje como uma das mais consolidadas articulações permanentes na área de vídeo popular de âmbito nacional da América Latina. A entidade realizou o seu Xº encontro em 1994. A ABVP é uma ONG típica das redes de movimentos que vem se formando nos anos noventa. Ela se caracteriza por ser, ela própria, uma rede de movimentos específica - de grupos e pessoas interessadas no vídeo popular - além de ter, desde 1991, tirado como prioridade *articular-se com outros atores e com movimentos sociais, ONGs, entidades sindicais e partidos políticos interessados na luta pela democratização da comunicação no Brasil*. Desde então, a ABVP vem participando ativamente do FNDC fazendo parte da coordenação nacional desde o IV Plenária Nacional (1993) do Fórum.

Durante o ano de 1994 e 1995 a ABVP tem participado do grupo de trabalho sobre a implantação da TV a Cabo no FNDC, o chamado “grupo do Cabo”³⁷. Durante a ECO-92³⁸, a ABVP articulou vários grupos de vídeo que

³⁷ O “grupo do cabo” é composto pelas seguintes entidades: FITERT, FITTEL, FENAJ, ABVP, ANEAT, STIC e SINDICINE.

estavam documentando a conferência paralela e trabalhou articulada em rede. Os Tratados das ONGs, aprovado no Fórum Internacional de ONGs da ECO - 92, inclui um “ tratado de comunicação, informação, meios de comunicação e redes” que destaca como fundamental o estabelecimento de redes de comunicação e informação. O princípio é o direcionamento de esforços para estabelecer e fortalecer as redes existentes interconectadas e descentralizadas que oferecem uma possibilidade de “pensar globalmente, agir localmente” assim como pensar localmente e agir globalmente” (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1992, p.58).³⁹

Inspirada neste princípio a ABVP, com apoio da ONG italiana Centro Internazionale Crocevia, está desenvolvendo um programa de implementação de uma rede de núcleos que são embriões de Centros de Comunicação Popular. Este programa terá cinco centros regionais, um para cada região do país, equipados com ilhas de edição em formato S-VHS, tendo como editor um computador tipo IBM PC-486 dotado de placas e software Vídeo Machine, transformando a edição em um processo “não-linear”⁴⁰. Este projeto só está sendo possível, graças ao barateamento de custos das novas tecnologias, que vai também permitir que o projeto se estenda e tenha como perspectiva criar uma rede telemática de vídeo popular. Esta rede possibilitará melhorar a articulação dos associados e a distribuição de vídeos que a ABVP faz, criando inclusive um banco de dados sobre vídeo popular. Estes cinco

³⁸ Encontro Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Rio de Janeiro em 1992.

³⁹ O “Tratado das ONGs” é um livro publicado pelo Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais, que contém os documentos aprovados no âmbito do Fórum Global da ECO-92 no Rio de Janeiro, com propostas e soluções de entidades da sociedade civil mundial para a crise ecológica e social que ameaça o planeta Terra e seus habitantes.

⁴⁰ É chamado de edição não-linear o processo digitalizado que realiza o vídeo sem necessidade de que o trabalho seja editado em seqüência linear. Isto é, ele pode ser feito em tempo real e não obrigatoriamente em seqüência lógica e linear.

centros estão sendo instalados em parcerias com ONGs, universidades e outras instituições públicas.

O nascimento do movimento dos videastas latino-americanos recolheu em suas elaborações de base aspectos positivos do antigo movimento dos cineastas, que nos anos 60 e 70 tinham caracterizado fortemente o desenvolvimento das culturas nacionais e a necessidade da autorepresentação como momento de intercâmbio e compreensão entre os povos latino-americanos. O movimento dos cineastas foi um fator que ajudou a desencadear as primeiras intervenções de educação popular nos setores marginais da população. Foi importante a realização de muitos filmes que representavam as contradições sociais dos países latino-americanos cujo conteúdo endereçaram muitas intervenções da cooperação ao desenvolvimento da década subsequente.

Sucessivamente, a partir dos anos 80, foi o movimento dos videastas que se caracterizou como coletivo em condições de representar de maneira mais adequada as diferentes realidades sociais destes países.

As transformações tecnológicas permitiram, entretanto, colocar no mercado equipamentos com custo cada vez mais baixo e de maior qualidade, o que tornou possível a difusão em massa do vídeo para uso social. Meios e equipamentos pensados para a documentação das férias e lazer das populações do Norte, tornaram-se meios e equipamentos para fazer informação, contra-informação, educação e entretenimento da sociedade latino-americana.

A partir das primeiras experiências do final dos anos 70 com os equipamentos em betamax, doados pela Sony a muitas universidades latino-americanas, foi possível construir a capacidade de refletir - também através da comunicação social - sobre a constituição de uma sociedade que queria a resolução dos conflitos sociais e o fim da ditadura.

Na história da década passada o movimento de vídeo latino-americano deu forte contribuição ao crescimento democrático. O movimento de vídeo latino-americano nasceu quando os regimes militares ainda eram hegemônicos no continente e se desenvolveu a partir da segunda metade dos anos 80. Hoje o movimento de vídeo tem potencialidade que vai além da capacidade que nessa fase foi expressa.

Existe atualmente um número estimado de mil associações civis que fazem referência às diversas associações nacionais de vídeo na América Latina.⁴¹ O movimento de vídeo latino-americano atualmente é uma importante realidade para o desenvolvimento do continente; estas associações e produtores independentes estão numa nova fase, na qual apresentam-se de maneira mais organizada e crítica a respeito do passado. Em particular, o que atualmente está sendo completamente revisto é a função e o papel do movimento de vídeo em relação ao mercado.⁴²

⁴¹ O primeiro Encontro Latino-americano de vídeo ocorreu em Santiago do Chile (Chile) em 1988; o segundo Encontro Latino-americano aconteceu em Cochabamba (Bolívia) em 1989, o terceiro em Montevideu (Uruguai) em 1990 e o quarto encontro em Cuzco (Peru) em 1992. Ver mais em SANTORO, Luiz F. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo, Summus editorial, 1989, p.135. RONCAGLILO, Rafael. *L'expansion du paysage audiovisuel en Amérique Latine*. In: THEDE, Nanci & AMBROSI, Alain. *Petits écrans et démocratie: vidéo légère et télévision alternative au service du développement*. Paris, Syrus e Fph, 1992. 273 p. e FESTA, Regina & SANTORO, Luis F. *De nouvelles tendances dans le domaine de l'audiovisuel latino-américain*. In: *Ibid*.

⁴² O texto, *Comunicação para o desenvolvimento na América Latina*, elaborado pela ABVP e CROCEVIA, (mimeo, 1993) tem interessante análise deste aspecto entre o mercado e o movimento de vídeo.

A *transnacionalidade* é um aspecto que apresenta-se no seio da criação de muitas ONGs, pois muitas delas, desde sua criação possuem contato e apoio de agências e outras ONGs dos países do Norte. Esse fenômeno está se intensificando com o uso da informática e das novas tecnologias; pois atualmente, através de diversas redes de comunicação eletrônica é possível entrar em contato com grupos de todo o mundo. Desde a sua criação a ABVP contribui participando nas articulações do movimento latino-americano de vídeo.⁴³ Em 1992, a ABVP participou do IV Encontro latino-americano em Cuzco, Peru, com uma das maiores delegações estrangeiras.⁴⁴ A ABVP esteve representada em 1993 na Olimpíada de Vídeo da França e atualmente apoia a organização, no primeiro semestre de 1996, do encontro internacional da VIDEAZIMUT - Coalizão Internacional Audiovisual para o Desenvolvimento e a Democracia.⁴⁵

⁴³ Além das associações e articulações nacionais, existem outros atores importantes que tem contribuído para o movimento latino-americano de vídeo como o IPAL do Peru, Videazimut, CROCEVIA - CIC da Itália, Vídeo Tiers-Monde do Canadá.

⁴⁴ O movimento latino-americano, além da ABVP, é composto por diversas associações nacionais como: Sociedade Argentina de Videastas - SAVI, Movimento Nacional de Cine e Vídeo Boliviano, Videocombo- Associação Colombiana de Vídeo, Movimento Nacional de Vídeo de Cuba; Associação de Produtores de Cine, Vídeo e Televisão do Chile, Movimento de Vídeo de Honduras, Associação de Vídeo de Lima - AVL (Peru), Associação de Produtores de Cine e Vídeo do Uruguai.

⁴⁵ Fundada em 1990, a VIDEAZIMUT é formada por grupos que trabalham com vídeo alternativo e televisão independente em todos os continentes. Seus membros tem o objetivo de, através da comunicação audiovisual, promover e desenvolver a prática da democracia. Possui filiados no Brasil, Burkina Faso, Canadá, França, Hong Kong, Índia, Itália, Moçambique, Peru e Estados Unidos.

5.5.3- Redes telemáticas de comunicação eletrônica: Um diálogo alternativo e globalizado dentro da INTERNET

A INTERNET é uma rede de redes. Essa talvez seja a melhor definição para a palavra que virou moda e criou o fascínio nos últimos tempos no Brasil e no mundo. Utilizada inicialmente pelo mundo acadêmico e sem fins lucrativos, com apoio governamental, a INTERNET é um conjunto de redes de computadores que é acionada via linha telefônica, utilizando os mais modernos recursos da comunicação (satélite, ondas de rádio, fax-modem, cabos de fibra ótica, etc.), interligando-se com outras redes de computadores em dezenas de países do mundo para trocar informações (dados, notícias, projetos de pesquisa, programas de computação, etc.).

A INTERNET funciona com o mesmo princípio das redes de radioamador : cada instituição paga somente um trecho regional de transporte da informação. Assim o custo é reduzido e as instituições facilitam e democratizam a informação. “O espírito democrático e abrangente dos pesquisadores estadunidenses que criaram a *INTERNET* fez com que ela se tornasse a maior rede de computadores do planeta, em um ambiente informal em que o espírito colaborativo e a confiança mútua são a base motivadora de seu desenvolvimento” (AFONSO, 1994, p.13).

A rede mundial de computadores cresceu 300% em 1994 e chegou a mais de 40 milhões de usuários em mais de 100 países. Em 1995, segundo estimativas, a rede crescerá 900%, ou seja, a INTERNET ganhará

quase quatro novos usuários para cada bebê que nascer no mundo e chegará ao fim do ano com cerca de 400 milhões de usuários (ALCÂNTARA, 1995, p.48).

O carro-chefe da INTERNET é o correio eletrônico, que atravessa o mundo a um custo de uma chamada telefônica local e chega a lugares que muitas vezes outras formas de comunicação não podem chegar. Por exemplo, uma pessoa residente nos Estados Unidos não pode realizar uma chamada telefônica para Cuba nem viajar diretamente para lá pois o governo americano bloqueia essas rotas. Porém, se essa pessoa souber um nome ou endereço eletrônico cubano, ela poderá enviar mensagens para Cuba com alguns poucos toques no teclado do seu computador e a um preço de chamada local.

Durante a crise da extinta União Soviética, a rede foi usada para passar informações contra o golpe militar que tentou derrubar Gorbachov. A INTERNET também serviu para divulgar os comunicados do líder do movimento Zapatista Sub-Comandante Marcos, durante a rebelião guerrilheira no Estado de Chiapas no México. O potencial da rede é enorme, ela resiste ao controle governamental e a qualquer outra autoridade central, considerando tentativas de censura como um mau funcionamento do sistema e reconfigurando-se a fim de evitá-las. Assim, a rede é uma força para a democratização governamental e para mudanças sociais (IEEE, 1992).

A rede está também transformando o local de trabalho. Já se foi a época em que os engenheiros repassavam seus problemas como um bastão em um interminável corrida de revezamento. Hoje as empresas e universidades

convocam pesquisadores, mesmo que separados por oceanos, para trabalharem juntos em complexos projetos.

Atualmente, o correio eletrônico atinge milhões de pessoas ao redor do mundo e diversas redes continuam a crescer espontaneamente, apesar do correio eletrônico estar sujeito a incompatibilidades, pois muitas redes não estão ainda conectadas entre si. Porém, a tendência a cada dia que passa, é a ampliação das conexões das redes. Por isso, a INTERNET é chamada de uma rede de redes.

Os grupos de discussão, conferências ou listas eletrônicas são também de grande utilidade e muito usados. A conferência eletrônica normalmente possui um moderador e pode ser aberta ou fechada. As conferências ou listas abertas debatem os temas mais variados possíveis (feminismo, ecologia, cultura equatoriana, física quântica, AIDS, etc.) e pode ser utilizada por qualquer pessoa, de forma democrática.

5.5.4- A INTERNET COMERCIAL: uma luta de hegemonia entre a sociedade civil mundial e a sociedade capitalista

A extensão da rede e a eficácia com que realiza sua tarefa de dialogar e transferir informações, fez com que empresas capitalistas e as elites dominantes em nível internacional, despertassem seu interesse na tecnologia da INTERNET com fins de mercantilizar a rede e engordar seus lucros. A potencialidade da rede para ganhar dinheiro é enorme. Teoricamente, o público potencial tem um bom poder aquisitivo e um bom padrão de consumo, porém,

atualmente, existem vários fatores de resistência que interferem neste processo. Os atuais usuários da INTERNET possuem uma linguagem e uma ética próprias, que inclui o uso não comercial da rede. Existem muitos obstáculos técnicos para transformar a INTERNET no maior Shopping Center do mundo, mas um dos obstáculos mais espinhosos é a resistência cultural de seus usuários. Porém, com o aumento comercial da rede e do número de usuários, essa resistência tende a diminuir. “A maior rede do mundo não é o maior mercado do mundo” admite Jim Blidlos, presidente da ASA, uma das melhores empresas especializadas em segurança de dados dos Estados Unidos. Colocar as mãos na rede, dominá-la, é um dos maiores projetos do capitalismo nesta década (ALCÂNTARA, 1995).

A INTERNET cresceu demais para ser ignorada pelo mercado e para ignorá-lo. Segundo dados da INTERNET Society, atualmente a INTERNET é usada para : fins de pesquisa - 48%, fins comerciais - 29%, fins de defesa- 10%, fins governamentais - 7% e educacionais - 6%. A CompuServe, a maior rede computadorizada comercial do mundo, decidiu dar a seus 2 milhões de assinantes acesso aos fóruns da INTERNET. O conflito de culturas informatizadas é iminente.

Os usuários de longa data da INTERNET, que incluem uma parcela razoável da comunidade científica internacional e de organizações não governamentais vinculadas à sociedade civil, estão se preparando para um influxo de recém-chegados, que são conhecidos como “os novatos insensatos” pelos “interneteiros”. Os usuários tradicionais da rede temem que eles

monopolizem suas linhas e façam todo mundo perder tempo e congestionem as linhas com propaganda e comércio (KLEINER, 1994).

As redes comerciais terão também problemas, pois, para conectar as redes à INTERNET terão um aumento de dores de cabeça em relação a segurança de suas redes de computadores. Com a entrada na INTERNET, os piratas da informática, que para acessar os segredos destas redes comerciais de computadores, tinham que alcançar via modem, agora via INTERNET, podem fazer isso a partir de qualquer um dos milhões de pontos usuários e hospedeiros interligados em todo o mundo (FARROW, 1994). Mas apesar das dificuldades e reações, a INTERNET está se tornando um espaço de grande disputa comercial, pois as companhias particulares estão dispostas a arrancar lucros de suas 1500 redes locais e regionais nos Estados Unidos e 3000 outras redes ao redor do mundo (POOLE, 1994).

5.5.5- A INTERNET no Brasil

No Brasil, a INTERNET é acessada através da RNP - Rede Nacional de Pesquisa, que é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia e tem como objetivo implantar uma infra-estrutura de redes eletrônicas para o apoio a atividade de educação e pesquisa no país. A RNP é formada por vários centros universitários e institutos de pesquisa e apóia alguns grupos e instituições não-governamentais em seus projetos via INTERNET, principalmente através de convênios por intermédio de universidades.

Em dezembro de 1994 a EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações, anunciou a sua entrada na INTERNET, com o claro objetivo de comercializar a rede. A EMBRATEL irá lançar o acesso a INTERNET Comercial até agosto de 1995. Enquanto o governo americano acaba de privatizar o último tronco de fibras óticas de alta velocidade da INTERNET que ainda mantinha em seu poder, o governo brasileiro, através da EMBRATEL, fez o contrário. O poder público americano lançou as bases de comunicação da rede, financiou-a nos primeiros anos e subsidiou sua manutenção até o ano passado. Agora que a rede está desenvolvida, desencumbiu-se da função (ALCÂNTARA, 1995). No Brasil, a EMBRATEL, deu as costas para a INTERNET em seus primeiros anos, deixando que os poucos usuários, principalmente as universidades e institutos de pesquisa, tomassem a iniciativa de contratar conexões no exterior. Agora que a rede começa a ter viabilidade, a EMBRATEL entra para apoiar um projeto essencialmente comercial e anuncia o monopólio da EMBRATEL sobre a INTERNET.

Nos Estados Unidos, o país mais liberal do mundo, o Estado apoiou a pesquisa e a extensão e estimulou a rede. Com o interesse do mercado pela tecnologia e com a maioria e possibilidade de autonomia das redes já criadas, o Estado está deixando o mercado entrar também com os riscos da competição e com os custos de infra-estrutura. No Brasil, o Estado, através da EMBRATEL, está monopolizando a rede para privatizá-la, ou seja, a infra-estrutura, os riscos são de todos mas os lucros são dos empresários.

5.5.6- As redes internacionais de comunicação eletrônica alternativas no Brasil

Existe hoje, em nível internacional, a APC - Associação para o Progresso da Comunicação que é rede internacional alternativa, composta de redes nacionais operadas por ONGs de vários países. No Brasil, existe o sistema ALTERNEX que foi criado pelo IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas que é associado da rede APC e sedia o seu secretariado internacional. Com cerca de 20 mil usuários em mais de 130 países, a APC é hoje a maior rede eletrônica internacional permanente de entidades da sociedade civil⁴⁶. A rede ALTERNEX recentemente filiou-se à rede INTERNET podendo desta forma servir seus usuários com os serviços e contatos da INTERNET.

O ALTERNEX é um serviço sem fins lucrativos do IBASE à comunidade e tem um alto custo operacional. Em grande medida, a operação do sistema já se aproxima da auto-suficiência, pois os próprios usuários contribuem mensalmente de forma proporcional ao uso do serviço. Quando se consolidar essa auto-suficiência, planeja-se uma redução correspondente dos custos de utilização. No ALTERNEX pode se encontrar mais de 800 conferências que servem como espaço de debates, noticiários, serviços informativos temáticos, etc.

⁴⁶ Além do ALTERNEX (Brasil) fazem parte da APC a Wamani (Argentina), Chasque (Uruguai), EcuaneX (Ecuador), Nicarao (Nicarágua), Laneta (México), IGC Networks (EUA), WEB (Canadá), Green Net (Inglaterra), Glasnet (Rússia), SangoNet (África do Sul), Pegasses (austrália), Comlink (Alemanha) entre outras.

Existe uma limitação hoje no acesso aos serviços do ALTERNEX. O sistema está no Rio de Janeiro e os usuários de outras cidades do país tem que utilizar a Rede Nacional de Pacotes (RENPAK), da EMBRATEL, ou fazer uma ligação interurbana para utilizar o sistema. Assim, o custo de conexão ao ALTERNEX, para a maioria dos usuários é muito alto, uma vez que a RENPAK ainda é dos mais caros serviços de conectividade do mundo (AFONSO, 1994, p.15). Porém o IBASE está procurando solucionar essas limitações e criar alternativas para baratear o custo do serviço. Entre as muitas conferências oferecidas pelo ALTERNEX está a conferencia internacional DEVMEDIA, sobre comunicação popular, que é organizada pela AMARC e VIDEAZIMUT.

Outra rede internacional alternativa informatizada é a *REDE DPH - Diálogos para o Progresso da Humanidade*. Esta rede surgiu com o apoio da Fundação para o Progresso do Homem, da França, como um programa de desenvolvimento de um banco de dados internacional com informações alternativas. O DPH é uma rede internacional descentralizada de troca de experiências, cujo objetivo principal é contribuir para a divulgação de informações produzidas por organizações e indivíduos interessados na democratização da sociedade e na promoção do desenvolvimento e da palavra dos povos de vários lugares do mundo.

Em nível operacional, a rede desenvolve um banco de dados alternativo sobre as mais variadas temáticas (educação popular, ecologia, feminismo, agricultura alternativa, comunicação popular, etc.) utilizando o programa ISIS da UNESCO. As fichas tem caráter subjetivo e analítico, buscando novas

formas de linguagem e utilização das informações. As fichas DPH do banco de dados são produzidas em quatro línguas (Francês, Inglês, Espanhol e Português), além da língua de origem. A rede possui uma conferência eletrônica na INTERNET, para trocar informações entre seus membros. No Brasil várias ONGs participam desta rede e constroem o banco de dados DPH⁴⁷. Várias redes temáticas fazem parte da rede DPH, entre elas a *Rede Vozes do Silêncio- Comunicação pela Base*, que é uma rede temática internacional de comunicação e cultura popular. Na América Latina, a *Rede Vozes do Silencio* é animada pela associação DIÁLOGO- Cultura e Comunicação, uma ONG que administra, com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI- S.C), uma conferência eletrônica, em português e espanhol sobre a temática da comunicação popular e a democratização da comunicação na América Latina. Esta conferência (Vozes-L) conta atualmente com mais de 50 inscritos, sendo que 35 deles são da América Latina, 9 da América do Norte e 8 da Europa⁴⁸.

Em maio de 1995, foi inaugurada em Natal, capital do Rio Grande do Norte, um BBS (Bulletin Board System) organizado pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), que possui um banco de dados interativo sobre cultura e direitos humanos da região nordeste e principalmente sobre cultura Potiguar. Este BBS de Direitos Humanos e Cultura também estará ligado à rede INTERNET e à rede ALTERNEX.

⁴⁷ Fazem parte do Grupo Brasil do DPH, entre outras as seguintes entidades: ABIA, ASPTA, SAPÉ, DIÁLOGO, C. I. Mulher, ISER, PACS, IBASE, POLIS e CEARAH periferia.

⁴⁸ Estão inscritos na conferência eletrônica Vozes-L, entre outras as seguintes entidades: AMARC (Canadá/ Equador), VIDEAZIMUT (Canadá/ Brasil), ABVP (Brasil), GEA-PASOS (México), CINEP (Colômbia), BRECHA (Uruguai), CEDAL (França / Chile), IPAL (Peru), CROCEVIA (Itália), FPH (França), PDP (México), LAMI (França), DIALOGO (Brasil), CECA (Brasil) e ANARAP (chile).

Segundo Roberto Monte, secretário executivo do CDHMP, o BBS “Direitos Humanos e Cultura” oferece aos usuários um canal público de informações, integrando-os aos movimentos sociais, a promoção dos direitos humanos e da cidadania, à difusão da cultura popular. O usuário pouco familiarizado com essa novidade tecnológica, terá no monitor de seu micro explicações sobre como funciona um BBS, além de um vocabulário do “ciberespaço”, ou seja o espaço das ondas eletrônicas referentes ao mundo da comunicação eletrônica. Poderá também ter informações sobre o estatuto do CDHMP (Jornal de NATAL, 1995). O Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte faz parte da rede da articulação nacional de ONGs do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Em Florianópolis, capital de Santa Catarina, desde setembro de 1994, existe um Centro Integrado de Informações de Florianópolis (CIIF). Este Centro foi criado com apoio da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Prefeitura Municipal de Florianópolis. O objetivo principal do CIIF é permitir que ONGs, sindicatos, entidades assistenciais e movimentos sociais possam ter acesso à rede INTERNET e à outras redes de comunicação eletrônica, bem como acessar informações de Santa Catarina, além de formar tecnicamente pessoas e grupos dos movimentos sociais para utilização desta nova tecnologia⁴⁹.

A parte estrutural do CIIF fica instalada em uma pequena casa, em frente a catedral Metropolitana de Florianópolis, no centro da cidade, um local de fácil acesso, onde existem alguns computadores com assessores técnicos a

⁴⁹ O CIIF já realizou cursos com apoio das ONGs CECA, CEDEP e DIÁLOGO, assim como cursos para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR).

disposição do público. Segundo Luiz Fernando Melgarejo, coordenador do EDUGRAF (Laboratório de Software Educacional da UFSC) e um dos idealizadores do projeto, a importância do projeto é que a comunicação é bilateral, pois além de captar informações (textos e imagens) o CIIF vai divulgar trabalhos realizados em Florianópolis, além de dados turísticos (D.CATARINENSE, 28 set. de 94, p.32).

5.5.7- Os centros de poder na INTERNET

Atualmente, no Brasil, convencionou-se chamar de “Internet”, todo o espaço de redes eletrônicas que ocupam o “ciberespaço”. Porém, existem muitas redes mundiais de comunicação eletrônica, sendo que a maior é a INTERNET, mas não é a única. A tendência mundial, parece ser a articulação entre as outras redes internacionais e a INTERNET. Apesar de sua descentralização, a INTERNET possui centros de poder localizados. Quem manda atualmente na INTERNET não são as grandes corporações ou as grandes organizações e a rede não possui um único dono. “Os donos da rede são os subdonos de cada uma das grandes redes que estão interagindo na Internet”, diz José Barletta, diretor do escritório para a América Latina da Internet Society (SILVESTRE, 1995)⁵⁰. Isto significa dizer que as grandes organizações de usuários da rede possuem um peso considerável nesta. Uma das características alardeada pela mídia é de que a “Internet é um espaço anárquico e sem censura, onde todos podem dizer o que pensam livremente”. As relações dentro das redes de comunicação eletrônica não são tão simples assim. Cada grupo ou rede que se articula dentro da INTERNET possui seus

⁵⁰ A Internet Society é uma entidade internacional sem fins lucrativos, criada em 1992, que cuida dos assuntos ligados à rede, principalmente no que se refere aos seus padrões e compatibilidades técnicas.

códigos e ideários próprios e não se pode generalizar. Existe, é verdade, algumas regras, ou liberdades que são comuns a vários grupos, porém os interesses e códigos de linguagem são próprios de qualquer grupo organizado e de poder.

No Brasil, por exemplo, a luta de poder e a disputa por espaço e hegemonia é cada vez mais evidente dentro da rede. Com a abertura para usuários comuns e comerciais, cria-se uma nova situação na rede no país. Até recentemente, somente as Universidades, centros de pesquisa, ONGs e outras entidades próximas a essa concepção de mundo e interesses tinham acesso à INTERNET no Brasil. Algumas Universidades abriram- de modo informal- acesso a INTERNET para ONGs e outros grupos da sociedade civil e a Rede APC possui uma estrutura própria através do ALTERNEX, que através de um convênio com a EMBRATEL, tem acesso a rede . Hoje existem mais de 200 BBS locais ou regionais funcionando em todo o Brasil, quase todos com fins apenas comerciais, só esperando a EMBRATEL liberar a sua participação na INTERNET. Os grandes veículos de comunicação, os grandes jornais e TVs do país tem divulgado sua entrada na INTERNET com alarde. Alguns bancos, como o Banco Rural, estão abrindo um acesso à INTERNET para usuários comuns associados.

A questão do controle e do poder na INTERNET, uma rede aberta, é bastante diluída. Os usuários normalmente são associados de entidades ou organizações em forma de rede e grupos locais ou temáticos, pelos quais tem acesso a essas redes associadas maiores. Essas organizações possuem suas regras e regulamentos, tanto as sem fins lucrativos, como as comerciais.

A questão da liberdade de expressão na INTERNET foi levantada em forma de polêmica recentemente pelo engenheiro carioca Antônio Carlos Zamith Júnior, de orientação ideológica assumidamente fascista e que se filiou a ALTERNEX, uma rede que “defende a paz, a eliminação do militarismo, o avanço dos direitos humanos e a aplicação da justiça social”. Para provocar os associados da rede ALTERNEX, Zamith começou a pregar dentro dos fóruns, coordenados pelo IBASE, a pena de morte, a insultar o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e a senadora do Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva. Depois de advertido algumas vezes, Zamith foi desligado da rede ALTERNEX (VEJA, nº.27, 1995, p.77). O fato criou uma polêmica e o IBASE foi acusado de censura. Nos Estados Unidos também se tem discutido muito sobre o controle da INTERNET e tem sido usado o fato que a rede está cheia de mensagens pornográficas, pedófilas, ataques políticos e apelos à violência, com o objetivo de impor possíveis formas de controle da INTERNET.

A rede ALTERNEX, como qualquer outra sociedade ou associação, tem suas regras que devem que ser respeitadas pelos seus associados, ainda mais sendo uma entidade civil particular. É importante salientar, que nos Estados Unidos, muitos dos grupos que utilizam a INTERNET são grupos de extrema-direita, como a Ku Klus Klan (KKK) e outras entidades racistas e fascistas americanas. A sociedade civil mundial não é só composta por grupos humanitários e progressistas, mas por grupos das mais variadas matizes ideológicas e estes grupos estão organizados em suas entidades, disputando espaço e navegando no chamado ciberespaço.

É evidente que, por trás da discussão sobre o controle da INTERNET, está a discussão sobre o poder e controle da informação das redes de comunicação eletrônica em nível internacional. A descentralização e a forma anárquica e horizontal de crescimento e articulação das redes, incomoda as elites tradicionais mantenedoras do poder em nível internacional e os grandes monopólios da comunicação mundial.

5.5.8- O FNDC e a INTERNET

O Fórum não tem priorizado um espaço de sua luta para articular e aprofundar uma política específica para a questão da comunicação eletrônica. Não existe uma frente de luta específica para discutir e encaminhar as questões da INTERNET. Apesar de vários grupos, entidades e articulações que fazem parte do FNDC estarem criando e participando de experiências de redes de comunicação eletrônica, a luta de hegemonia que analisamos tem passado ao largo do Fórum. É evidentemente que o projeto de cabodifusão que o FNDC tem como uma de suas lutas centrais, faz parte desta luta pela democratização da comunicação através das novas tecnologias, porém, a superrodovia da informação não será composta apenas por estradas de cabos de fibra ótica, mas por uma gama enorme de novas tecnologias que envolvem satélites, antenas parabólicas, telefones celulares e que articuladas ao vídeo e ao computador integrarão o mundo das informações.

Este fenômeno globalizante faz com que o Fórum e sua rede tenha como desafio para o futuro próximo, pensar alternativas para essa viagem e essa batalha que já está ocorrendo. Não adianta existirem superrodovias da comunicação, democráticas, se a sociedade civil não estiver preparada e

articulada em suas redes para utilizar essas rodovias. Podemos dizer também, que provavelmente essas superrodovias que estão sendo construídas cotidianamente, a cada nova tecnologia que entra no mercado, só serão democráticas, se a sociedade civil for ocupando os espaços que lhe cabe e exigir que a cultura democrática já existente na INTERNET, seja preservada e ampliada. No caso do Brasil, o Fórum pode e deve ter um papel fundamental neste processo, porém não tem ainda priorizado de forma ampla, como deveria, essa luta.

5.6- As entidades acadêmicas e de pesquisa em comunicação:

Um “locus” para articulação de redes horizontais e transversais

Podemos dizer que entre as entidades acadêmicas e de pesquisa em comunicação, nos últimos anos, tem se destacado a INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação que, através de pesquisas, congressos e publicações (livros, cadernos, revistas, boletins, etc.) tem reforçado a reflexão crítica sobre o monopólio da comunicação e a luta pela democratização da Comunicação. Estimulando o estudo interdisciplinar, a INTERCOM adquiriu um destaque bastante grande no meio acadêmico brasileiro e latino-americano.

A INTERCOM é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que reúne pesquisadores de comunicação de todo o país interessados em estudos avançados numa perspectiva interdisciplinar. Talvez o crescimento da

INTERCOM tenha acontecido justamente por essa característica interdisciplinar. A sociedade realiza Ciclos Anuais de estudos interdisciplinares e, desde o final dos anos setenta, edita livros em parceria com editoras nacionais como resultados destes ciclos⁵¹. Essa concepção interdisciplinar tem uma atualidade cada vez maior e tem contribuído muito para a teorização crítica da comunicação no Brasil. Recentemente a INTERCOM tem também regionalizado sua atuação criando organização e encontro regionais. A INTERCOM não tem atuado significativamente no FNDC, porém muitos dos estudiosos e filiados da entidade tem significativa atuação e representatividade junto à outras entidades que atuam no Fórum, tendo portanto relação indireta com o FNDC.

Outra entidade importante que vem se destacando por sua atuação no campo acadêmico e de pesquisa em comunicação contribuindo para a teoria crítica sobre a comunicação, é a União Cristã Brasileira de Comunicação Social - UCBC. A UCBC é uma sociedade civil sem fins lucrativos, ecumênica, destinada a congregar pesquisadores, profissionais da comunicação, professores, agentes de pastoral da Comunicação das Igrejas Cristãs, que estejam interessados e comprometidos com os princípios de “liberdade de expressão e pensamento”, tendo ainda como finalidade estimular a “presença cristã na área da comunicação e promover o estudo e o debate da comunicação social a serviço da comunhão, do progresso e da liberdade” (UCBC,1994).

⁵¹ Periodicamente, a INTERCOM edita o Boletim INTERCOM e a Bibliografia Brasileira de Comunicação (anual), além dos Cadernos da INTERCOM. Publicou também vários livros, dentre eles os seguintes títulos: Ideologia e Poder no Ensino da Comunicação, Comunicação e Classes Subalternas, Populismo e Comunicação, Comunicação, Hegemonia e contra-informação, todos em co-edição com a editora Cortez. A INTERCOM possui sua sede nacional em São Paulo- SP.

Nascida a partir do IV Congresso latino-americano de Imprensa Católica, realizado em São Paulo (1969) e consolidada em ocasião do seu primeiro Congresso, realizado no Rio de Janeiro, ao longo dos seus 25 anos a UCBC já realizou 18 congressos. Durante o Regime Militar a UCBC foi um importante espaço de resistência à censura e um importante aliado na luta pela democratização da sociedade e da comunicação. Inspirada nos mesmos princípios cristãos que fizeram surgir as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na América Latina, que teve o Brasil como um dos seus principais berços, a UCBC também foi influenciada pela Teologia da Libertação e tem como doutrina “estimular a presença cristã mais efetiva nos meios de comunicação, promover o estudo, o debate e a difusão das grandes linhas doutrinárias que coloquem a comunicação a serviço da comunhão, do progresso e da justiça”. A UCBC poderia ser classificada simplesmente como uma entidade ligada às igrejas progressistas, ou ecumênica, porém resolvemos situá-la como uma entidade ligada à área acadêmica e da pesquisa, pois ela tem dado uma contribuição relevante para o debate da comunidade acadêmica que vai para além das fronteiras das religiões cristãs, campo no qual ela se coloca.

A UCBC através de seus congressos e publicações (livros, boletins), tem articulado e aberto espaço para a comunidade acadêmica, ligada a Universidades Cristãs, Universidades Federais, Organizações Não-Governamentais, entre outras, colocando em pauta temas sempre atuais para o momento. No XVIII Congresso Brasileiro de Comunicação Social realizado pela UCBC, o tema central do programa foi “Políticas de Comunicação das ONGs: o desafio da Democratização”. As ONGs e o Movimento pela

Democratização da Comunicação foram temas muito discutidos durante o encontro. A riqueza e a diversidade de entidades que participam do Movimento pela Democratização da Comunicação estiveram representadas neste congresso.

A UCBC tem presença constante nas articulações e encontros do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. A entidade teve significativa participação no encaminhamento da Segunda Quinzena Nacional da Lei da Informação Democrática (LID), organizada em setembro de 1993 e que apoiada e incentivada pela UCBC, com a participação da Rede de Imprensa Católica (UCBC,1993).

Em alguns casos, como aconteceu por exemplo, no XVIII Congresso da UCBC, podem ocorrer também articulações transversais, pois estavam presentes, discutindo o tema da política de comunicação das ONGs, entidades que trabalham sob diversas óticas: movimento ecológico, movimento de mulheres, movimento sindical, movimento negro, etc. Neste congresso a UCBC se articulou com a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais). Toda essa diversidade de relações, faz com que a comunicação e a articulação em rede tenha que ser uma fina e complexa trama de relações e linguagens que leve em consideração as diferenças e articule as identidades para a criação de projetos comuns e conjuntos.

Outro exemplo interessante é a articulação da UCBC com a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT). A ABT é uma entidade privada de caráter científico e sem fins lucrativos, que tem por objetivo impulsionar no

país “os esforços comuns e a aproximação mútua para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo da tecnologia educacional, em favor da promoção humana e da coletividade” (ABT, 1993). Essa Associação, fundada em 1971, tem caráter nacional e articula professores, educadores e comunicadores preocupados com a temática e com a relação entre a educação e a comunicação. As discussões sobre as tecnologias da comunicação e as relações culturais e educacionais criadas a partir do surgimento das novas tecnologias, são dos principais temas de debate desse importante fórum. A ABT possui sede nacional no Rio de Janeiro e publica a revista Tecnologia Educacional que já está no 22º. ano.

Em 1993 a ABT realizou o XXV Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional, com o Tema “Comunicação e Educação: a Tecnologia Educacional na perspectiva do III milênio”. O Seminário da ABT articula grupos que trabalham com educação formal e não-formal além de comunicadores e técnicos em novas tecnologias em comunicação. A articulação entre educadores preocupados com a democratização e dinamização da educação através dos novos recursos da comunicação, debate temas como: A Educação à Distância; A utilização da Multimídia na Escola; As redes de Comunicação Eletrônica e a Educação; e Os Meios de Comunicação na Escola. Para o ano de 1995 a UCBC e a ABT estão articulando a realização em conjunto do 19º. Congresso da UCBC com o tema: “Comunicação e Educação para a Cidadania”. Essas articulações e redes que estão aglutinando cada vez mais grupos e entidades, atualmente tem tido o mérito de potencializarem suas forças e recursos para discutirem temas de interesse comum. Desta forma, a aproximação tem se dado sempre em torno de

temas de conteúdo de cunho social e relevante para a democratização da comunicação e da sociedade brasileira.

5.7- As igrejas progressistas: das Comunidades Eclesiais de Base nos anos 80 às redes de Comunicação Católica nos anos 90

Não se pode falar hoje do trabalho de comunicação popular das entidades dos movimento sociais progressistas, sem citar a influência do trabalho desenvolvido pelos setores progressistas das igrejas católica e protestantes tradicionais⁵². A rede de relações institucionais e sociais que as igrejas estabeleceram na sociedade latino-americana merece um estudo à parte, pela sua riqueza e complexidade, porém, não podemos deixar de citar alguns destes elementos. Primeiramente, queremos salientar que no Brasil, a Igreja progressista teve importante papel durante a resistência ao regime militar, defendendo e dando acolhida aos perseguidos pela ditadura. Este fato foi reforçado, com o surgimento da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgiram e se desenvolveram no final dos anos setenta e durante os anos oitenta. São milhares de pequenos grupos integrados por cristãos “leigos” no linguajar teológico, que com apoio e incentivo de padres, bispos e pastores, se organizam a luz do evangelho para lutar por seus direitos e pela justiça social. Na busca de um mundo mais pluralista e democrático, as CEBs, segundo o sociólogo Luiz Alberto Gomes de SOUZA (1994, p.5), representam, na Igreja Católica, a trilha que setores crescentes da sociedade vêm percorrendo para passar da centralização autoritária do poder

⁵² Referimo-nos as igrejas protestantes de origem européia (Evangélicos tradicionais, Luteranos, Metodistas, Presbiterianos, etc.), que vieram com os imigrantes para a América Latina e que desenvolvem um trabalho ecumênico de aproximação com a igreja católica progressista.

das organizações burocráticas às redes flexíveis da intercomunicação e da diversidade.

O apoio institucional de parcela considerável da hierarquia eclesial e portanto, da estrutura destas igrejas, principalmente a católica na América Latina e as protestantes na Europa, deu espaço para que surgissem muitos dos chamados novos movimentos sociais. As próprias CEBs, em nível micro, constituíram importante rede de comunicação alternativa nas épocas de maior autoritarismo e limitação da expressão pública. Segundo Frei BETTO (1986, p.104), há dois tipos de emissores básicos nas CEBs: o agente pastoral (que representa a instituição eclesiástica) e o membro da CEB (integrante das classes populares). Os agentes pastorais se dividem entre os que emitem ou comunicam *da* instituição eclesiástica *para* as CEBs, os que comunicam *das* CEBs *para* a instituição eclesiástica e os que mantêm dialeticamente essa relação.

Fazendo uma analogia com essa relação dialética e contraditória estabelecida e vivida pelos agentes pastorais, podemos dizer que os meios de comunicação de massa, principalmente as rádios de posse das igrejas, viveram nos anos oitenta, esse mesmo dilema. Um estudo organizado pela CAMECO (Catholic Media Council) revelou que em meados dos anos oitenta, as entidades Cristãs de Comunicação Social possuíam no Brasil, 129 emissoras de rádio, sendo 121 pertencentes à Igreja Católica, 16 centros de produção de rádio e TV, 28 centros de comunicação, 46 editoras e 211 periódicos impressos (diários, semanais, mensais, etc.).⁵³ Apesar deste grande potencial

⁵³ Excelente catálogo com dados primários sobre as entidades Cristãs de comunicação social no Brasil: CAMECO (1987)

evidenciado pelos números, a Igreja Católica não teve uma política muito clara e articulada para os seus meios de comunicação de massa, principalmente as rádios. Talvez por ser concessão do Estado, de um modo geral, as rádios católicas não refletiram os anseios da comunidade, muitos menos das CEBs e de maneira alguma se tornaram meio alternativo ao estabelecido. A exceção foram algumas rádios em pequenas cidades do interior do país, onde existiu algum espaço comunitário e de aproximação com os sindicatos de trabalhadores rurais e com as CEBs. A menor presença do Estado no interior do país pode ter permitido esse fenômeno. Diferentemente das rádios, a igreja não conseguiu muitas concessões de televisão, as quais em sua maioria foram concedidas depois da implantação do regime militar. Cabe destacar que as rádios católicas também sofreram censura e repressão durante o regime militar, assim como a maioria da grande imprensa no Brasil.

Nas últimas décadas, aconteceu o fenômeno de crescimento das chamadas Igrejas Evangélicas⁵⁴ de formação recente, de caráter conservador, messiânico e carismático, em sua maioria apoiadas por grupos econômicos e religiosos norte-americanos, que se expandiram fazendo das rádios o seu principal instrumento de pregação. Este fato ajudou a Igreja Católica à nível internacional e também no Brasil, a repensar sua relação com os meios de comunicação de massa.

Nos anos noventa surgiram basicamente dois projetos de política de comunicação para as igrejas na América Latina. O primeiro foi elaborado a partir do Vaticano e apoiado pelos setores conservadores da Igreja Católica, o

⁵⁴ Igrejas como: Evangélico-quadrangular, Deus é amor, Pentecostal, Assembléia de Deus, etc.

Projeto LUMEN 2000. Através de sofisticada tecnologia de comunicação e muitos milhões de dólares, este projeto tem como perspectiva transmitir via satélite para todo o mundo, a mensagem e a evangelização numa perspectiva vertical e centralizada no Vaticano, com apoio técnico de setores da Igreja Norte-americana ⁵⁵.

5.7.1- A Rede Brasileira de Imprensa Católica : organizando políticas alternativas de comunicação para a Igreja Católica

O segundo projeto está nascendo das discussões concretas das centenas de organizações de comunicação social cristãs que existem na América Latina. Não é um projeto unificado, mas respeita a diversidade e se constrói a partir da articulação e da discussão das entidades e comunicadores que estão no cotidiano eclesial e pastoral. Identificamos pelo menos duas propostas concretas que estão se materializando dentro da perspectiva deste projeto, mais próximo da igreja progressista brasileira. A primeira, foi a articulação da Rede de Imprensa Católica fundada oficialmente durante o 7º. Encontro Nacional de Imprensa Católica, realizado no dia 12 de agosto de 1993, em São Paulo.

A *Rede Brasileira de Imprensa Católica* foi fundada por cerca de 45 comunicadores procedentes de sete estados brasileiros, representando mais de trinta órgãos da Imprensa Católica. O encontro foi coordenado pelo setor de comunicação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e teve apoio de várias entidades como a União Católica Internacional de Imprensa- (UCIP), UCBC e UNDA-Br.

⁵⁵ Não aprofundaremos a análise do projeto Lumen 2000, porque consideramos que o mesmo não está dentro de uma perspectiva democratizadora da comunicação, alvo da análise da nossa dissertação.

Desde o VI Encontro Nacional, realizado em 1992, na cidade de Curitiba, tinha sido definida a criação de um entidade que pudesse ser o lugar de encontro e representação dos interesses específicos da imprensa católica e a criação de uma agência de notícias⁵⁶ em nível nacional. Assim, a Rede de imprensa católica surgiu com o objetivo geral de “promover a solidariedade entre os veículos de imprensa católica, buscando maior eficácia na formulação das políticas de comunicação da Igreja no Brasil”, tendo também como objetivos específicos, articular a imprensa católica, promovendo formas de intercâmbio de informação, de material, de recursos humanos e técnicos; contribuir para a implementação da Pastoral da Comunicação nos diferentes níveis pastorais e eclesiais; criar mecanismos que apoiem, sustentem e aperfeiçoem os veículos, buscando ampliar o universo dos leitores de veículos católicos (UCBC,1993b, p.01).

É interessante notar que o nome *Rede* foi uma opção consciente de visão estrutural e política de articulação, sintonizada com a tendência dos anos noventa. Depois de estudarem “diversas formas de estruturação da organização, os presentes optaram pela constituição de uma rede, privilegiando a intercomunicação horizontal dos veículos de imprensa católica”, informa o boletim da UCBC (ibidem, p.01). Além disso, a *Rede Brasileira de Imprensa Católica*,⁵⁷ optou pela articulação com a UCBC que está articulada e filiada

⁵⁶ Uma importante experiência nesta área, não vinculada diretamente à Rede de imprensa católica, foi a criação da AGEN - Agencia Ecumênica de Notícias, que se caracteriza por ser ecumênica, comprometida com os empobrecidos, profissional e suprapartidária. Chegou a possuir um boletim diário e uma conferência eletrônica na rede ALTERNEX.

⁵⁷ Várias outras redes regionais estão sendo criadas, como a RECON - Rede de Comunicadores do Nordeste, formada por jornalistas, produtores de vídeo, radialistas e agente de pastoral da comunicação dos estados do Piauí, Ceará e Maranhão.

no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e é representante da União Católica Internacional de Imprensa (UCIP) no Brasil.

5.7.2- De Rede em Rede: Da Rede de Imprensa para a Rede de Rádio

Em 1995 articulou-se a *Rede Católica de Rádio (RCR)*, dentro desta perspectiva e com a experiência da *Rede Brasileira de Imprensa Católica*, com o apoio da União de Radiodifusão Católica do Brasil (UNDA/Br) e da UCBC). “A segmentação e a formação de redes são duas tendências apontadas pelos estudiosos como alternativas para o rádio”, chegaram à conclusão os articuladores da RCR, pois assim a criação de redes tem possibilitado que as grandes emissoras ofereçam aos clientes uma forma de atingir um mercado mais amplo por um custo menor e as pequenas rádios uma programação mais variada e profissional. O projeto da RCR foi articulado e negociado com a EMBRATEL, sendo que o contrato prevê a transmissão por satélite, através de três rádios bases de redes regionais (Rádio Difusora, em Goiás, Rádio Clube, no Paraná e Rádio Aparecida, em São Paulo). Inicialmente estão previstos 85 receptores para as três bases. O sistema de transmissão de radiodifusão será digital, que é o sistema mais atualizado de transmissão radiofônica. Essas três rádios-mães serão as rádios que coordenarão o sistema e a integração das demais rádios a rede. O sistema entrará em operação ainda em 1995 (UCBC-UNDA/BR,1995).

5.7.3- Rede VIDA de Televisão: terceirização e interatividade em um projeto de rede de televisão católica.

Talvez o projeto mais ousado e ambicioso de rede de comunicação alternativa que tenha surgido nos últimos anos, seja o projeto da *Rede Vida de Televisão*. No primeiro semestre de 1995, estará no ar, a partir de sinal emitido de São José de Rio Preto, estado de São Paulo, uma experiência pioneira: uma rede de televisão com uma filosofia assumidamente católica. A *Rede Vida de Televisão* começou a se concretizar quando, no final do mandato do presidente José Sarney, o empresário João Monteiro de Barros Filho conseguiu a concessão para instalar uma emissora de televisão, a TV Independente de São José de Rio Preto.

O edifício que abrigará a sede da futura rede e a torre de transmissão já foram inaugurados e através de contrato com a EMBRATEL já está garantido o acesso de dois milhões de antenas parabólicas espalhadas por todo o país.

Segundo o professor Ismar de Oliveira SOARES (1994), a concessão do novo canal, ocorreu com o conhecimento do projeto que estava nele implícito, pois o governo federal sabia das pretensões da família Monteiro. Na verdade desde o início das negociações em Brasília, o empresário deixou claro que não pretendia simplesmente entrar no mercado com uma mera “TV regional”, mas que pretendia “criar um espaço de produção cultural e de prestação de serviços que levasse em conta as efetivas necessidades da sociedade brasileira” (ibidem,1994). Desta forma, o empresário católico

articulou-se com setores da Igreja Católica e procurou a CNBB, buscando uma aliança que permitisse desenvolver uma política de comunicação coerente com os princípios defendidos pelo setor de comunicação da CNBB. O apoio veio de forma indireta, com adesão de alguns bispos como Dom Antônio Mucciolo de Barretos e Dom Luciano Mendes de Almeida, de Mariana e com o envolvimento de entidades como a UCBC, a UNDA/BR e a Organização Católica de Cinema - (OCIC). Tal fato possibilitou a criação do *INBRAC-Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã*, uma associação destinada a implantar e a manter a futura *Rede Vida de Televisão- RVT*.

A proposta política de trabalho da RVT optou pela terceirização, valorizando o trabalho das produtoras independentes. A *Rede Vida* não investirá em grandes produções apostando na parceria com produtoras independentes de todo o país. A rede irá iniciar seu trabalho estimulando as Dioceses a adquirirem antenas parabólicas e utilizarem sua programação para debates, formação e divulgação do seu projeto de televisão.

O INBRAC tem articulado um diálogo com segmentos especializados da sociedade como pesquisadores da comunicação, educadores, produtores independentes de vídeo e cinema. Várias reuniões foram organizadas com a colaboração de professores da ECA - USP. A partir destas discussões, a Rede Vida está criando um Departamento de Comunicação e Educação que é responsável por programas de “Cultura”, “Educação para a Cidadania”, “Educação Sistemática” e “Educação Religiosa à Distância”. O INBRAC tem chamado esta proposta de projeto de “Interatividade”, ou seja um diálogo com a sociedade através das organizações sociais.

Entre as ONGs que tem se disposto a discutir a proposta de programação, está a ABVP, que tem examinado a possibilidade de oferecer uma contribuição na apresentação de programas de vídeo já terminados e na elaboração de novos projetos em parceria com produtoras associadas em diversos estados do Brasil. A RVT baseou-se em uma das conclusões do último Congresso da UCBC, segundo a qual nem as ONGs, nem as pastorais da Igreja, possuem uma política de comunicação articulada, além de não dispor de canais regulares de comunicação com a sociedade para se colocar a disposição destes projetos sociais. “A RVT coloca-se à disposição dos coordenadores de projetos, não apenas para divulgar, mas principalmente para favorecer a criação de produtos que tenham qualidade e conteúdo, permitindo uma efetiva democratização da comunicação social no país”, argumenta o professor Ismar de Oliveira SOARES, professor da ECA-USP e presidente da União Católica Latino-Americana de Imprensa (UCLAP), além de responsável pelas propostas de trabalho da *Rede Vida de Televisão* (idem).

Como vimos, a RVT está articulando uma malha de relações que vai envolver desde entidades de comunicação (UCBC, OCIC-Br, UNDA/BR, ABVP, UCLAP) até dioceses e paróquias municipais. Este processo cria uma relação diferenciada entre o programador (emissor) e o telespectador (receptor). A mediação, a interação e o diálogo que pode se estabelecer entre esta rede de televisão e o público é algo bastante novo e pode ajudar a criar uma relação diferenciada com os meios de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão. É importante destacar, como já vimos,

que várias destas entidades que estão contribuindo para o projeto da RVT participam diretamente do FNDC.

Recentemente tem sido estimulada uma tendência de “interatividade” na televisão brasileira. A Rede Globo tem colocado no ar o programa “Você Decide” onde um tele-drama é encenado e o telespectador decide o final através do voto. O programa tem feito muito sucesso e o seu formato já foi vendido e exportado para diversos países incluindo a Inglaterra. “sim ou não”, estas são as alternativas que a Rede Globo oferece ao telespectador. Este estilo simplista e maniqueista de resolver os problemas, na verdade não contribui seriamente para uma discussão da realidade brasileira. Os problemas apontados no programa são isolados do seu contexto e o democratismo é a solução para o populismo eletrônico realizado pela Rede Globo de Televisão. No final, “você decide” e está tudo encerrado. Populares de alguma cidade do Brasil reúnem-se organizados pela Rede Globo para assistir o programa e dar a sua opinião: sim ou não. Após a contagem final dos votos dados por telefone, o final pré-gravado que venceu vai ao ar e tudo está resolvido, “democraticamente”. Nenhuma entidade representativa da sociedade civil dá opinião, nenhum caso é contextualizado historicamente e nenhuma solução coletiva é apontada para o problema. O que vale é o divertimento, o entretenimento e o final que a maioria deseja.

Diferentemente, da proposta interativa da Rede Globo, a Rede de Televisão Educativa (TVE) tem desenvolvido um programa interativo diferente. O programa “Um Salto para o Futuro” da TVE tem como objetivo discutir temas relevantes para a escola. Planejado para debater em cadeia

nacional temas relacionados com a educação, o programa é preparado por diversos grupos de diversos estados da federação, que participam via satélite no aprofundamento do tema debatido naquele programa. O público-alvo do programa são os professores das escolas públicas brasileiras. Estes programas são transmitidos ao vivo e gravados para serem utilizados em cursos e debates com professores nos diversos estados onde são transmitidos os programas. Especialistas do assunto são consultados via satélite e uma apresentadora do Rio de Janeiro faz a mediação do debate.

O programa é diário e muitas vezes durante uma semana vários temas se complementam dando oportunidade para que a discussão seja aprofundada. Existe também uma preocupação em diversificar as regiões e estados que participam do programa, mostrando a diversidade e a riqueza cultural do Brasil, de norte a sul.

A Rede Vida de Televisão demonstra preocupação em seus documentos, com a regionalização e participação da sociedade civil. Parece-nos que a proposta de “interatividade” da RVT está mais próxima da proposta do programa “Um Salto para o Futuro” do que da “interatividade” do programa “Você Decide”.

Um elemento importante de ser ressaltado no projeto da RVT, é o fato de que a rede, apesar de ter uma filosofia assumidamente católica, é “leiga”, ou seja, a concessão do canal da emissora geradora é de um grupo empresarial privado de Barretos, interior de São Paulo. O Grupo de João Monteiro de Barros Filho é proprietário de cinco emissoras de rádio e um jornal diário na

região (LOPEZ, 1994). A proposta que culminou com a criação do INBRAC articulou os interesses de vários atores neste processo. Atualmente, um largo setor da hierarquia da Igreja Católica, cerca de 300 bispos, apoia o projeto. O presidente do INBRAC é Dom Antônio Maria Mucciolo, Arcebispo de Botucatu e grande amigo de Monteiro de Barros Filho (idem). Dentro deste projeto, a grosso modo, identificamos, pelo menos três atores importantes : os empresários de comunicação (além da família Monteiro de Barros está envolvido o empresário Roberto Montoro filho, proprietário da TV Morada do Sol); setores da hierarquia da Igreja Católica (Arcebispos e bispos) e entidades e especialistas em comunicação próximos da Igreja Católica (além da UCBC, UNDA/BR, OCIC-Br, estão envolvidas várias produtoras de comunicação vinculadas as congregações da igreja (Sistema Salesiano de Vídeo, Irmãs Paulinas, Associação Senhor Jesus, Verbo Filmes e outros).

Este ambicioso projeto pretende articular os interesses de todos estes grupos, além de abrir espaço para produtoras independentes, terceirizando sua produção. O projeto é comercial e pretende conquistar uma fatia do mercado nacional de propaganda. Por princípios éticos, a rede não aceitará, propaganda de cigarros e bebidas alcóolicas. Este projeto não possui uma característica ideológica muito clara. Na divulgação apresentada até agora, sobre a futura programação da Rede, dá-se uma ênfase a aproximação com as paróquias, com muito espaço para programas religiosos (Missa na TV, cursos de batismo, catecismo, etc.) e algum espaço para programas educativos. A proposta acrescenta porém, que haverá espaço para programas “leigos”, ou seja programas independentes, desde que não firam os princípios da rede : “ nada de pornografia e violência exagerada”(LOPEZ, 1994).

Podemos dizer, que a tática de negociação e conciliação interna, em que a Igreja Católica historicamente tem uma larga experiência, poderá ser muito útil para o projeto da RVT. Afinal, dentro do projeto, existem grupos mais próximos à Teologia da Libertação como a UCBC, OCIC-BR e outros próximo do Movimento Católico de Renovação Carismática, com características mais conservadoras, como a Associação Senhor Jesus. Todos eles ainda terão que se entender e se acomodar com a vertente empresarial e comercial do projeto da RVT. Pelas informações ainda embrionárias que temos sobre a Rede Vida de Televisão (pois ela ainda está em fase de implantação) não podemos fazer uma avaliação de sua composição final. Porém é preocupante, dentro de uma perspectiva que pretende ver a RVT como uma alternativa democratizadora, o fato de que somente os programas religiosos e carismáticos estejam garantidos na programação, sendo que para os programas sociais, documentários e programas independentes esteja garantido apenas o “espaço” para ser usado comercialmente. Se a Rede Vida não tiver um projeto específico mais claro para sua proposta de “interatividade” e diálogo com a sociedade civil, ela corre o risco de se transformar em apenas mais uma rede de televisão católica tradicional, transmitindo mensagens religiosas e carismáticas⁵⁸.

5.7.4- A ética na Comunicação: uma importante contribuição das organizações cristãs

Outro elemento que não podemos deixar de salientar, quando falamos da contribuição das entidades vinculadas às igrejas progressistas para o Movimento pela Democratização da Comunicação é a reflexão sobre a “Ética

⁵⁸ Estados Unidos, Portugal e o Vaticano por exemplo, possuem seus canais de TV Católicos que são essencialmente religiosos.

na Comunicação”. Podemos dizer que existem basicamente dois grupos que tem contribuído para a discussão e reflexão das questões referentes à *ética na comunicação*: um grupo ligado às categorias profissionais da comunicação, que é liderado pelos sindicatos de jornalistas profissionais e pela FENAJ e um segundo grupo vinculado às entidades de comunicação cristã e estimulado pela União Católica Internacional de Imprensa (UCIP) e outras entidades cristãs ligadas à área da comunicação.

Durante o Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais realizado em setembro de 1985, no Rio de Janeiro, pela FENAJ, foi aprovado o *Código de Ética do Jornalista Profissional*. Este Código de Ética leva em consideração a proteção à informação pública e o direito social à informação, bem como estimula a pluralidade de versões de um fato jornalístico. Além disso, o Código de Ética do Jornalista fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre os jornalistas (FENAJ/UFSC 1992).

Em 1984, a equipe de reflexão do setor de comunicação da CNBB, por ocasião do Dia Mundial das Comunicações Sociais publicou a “Carta aos Comunicadores” que pretendeu ser “um instrumento de encontro entre os profissionais da comunicação da CNBB com todos os profissionais de comunicação do Brasil”. A carta discorria sobre a realidade da comunicação social no país e advogava “uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação que colocasse os meios de comunicação a serviço do povo” (GOMES apud Carta aos Comunicadores, 1989, p.12). Em 1986, a União Católica Internacional de Imprensa (UCIP) solicitou às suas afiliadas que se

posicionassem frente aos “Dez princípios Internacionais de Ética Jornalística”, aprovados pela UNESCO em 1983. Em 1988, em reunião realizada nos Estados Unidos, a UCIP elaborou e aprovou um comentário favorável aos dez princípios da Ética Jornalística, que era inspirado e baseado no Relatório MacBride da UNESCO que gerou muita resistência e polêmica, como já comentamos no primeiro capítulo deste trabalho.

Dentro deste contexto, comunicadores e teólogos latino-americanos, inspirados na Teologia da Libertação e nas discussões ocorridas nos fóruns da UNESCO, mencionam, no final dos anos oitenta, uma *Ética da Comunicação Libertadora*, que é a filosofia da praxis comunicativa, isto é, “ciência teórica e prática cujo objeto é a fundamentação de uma ação-reflexão tendente ao sucesso da comunicação humana que seja fator eficaz de convivência e de desenvolvimento integral das pessoas e da sociedade”(CELAM, 1988, p.202).

Estes setores da igreja refletem sobre a problemática da ética na comunicação, partindo da realidade do mundo e da comunicação social, fazendo uma crítica contundente à crise de valores morais da sociedade atual e discutindo a postura do profissional de comunicação dentro deste contexto, além de valorizar os atores sociais que são marginalizados nos processos de comunicação social de massa. “A problemática da ética da comunicação, a partir do desenvolvimento realizado, coloca-se no âmbito de superar a moral social vigente em direção a uma ética libertadora. Ética libertadora que se coloca desde o ponto de vista do pobre e marginalizado na sociedade. Isto é, daquele que, em termos de comunicação, não possui um espaço para dizer a sua palavra, exercer a sua voz na sociedade. Não significa dar-lhe voz, mas

criar condições para que a voz, que existe, seja pronunciada e possa ser ouvida” (GOMES,1989, p.107).

No Brasil dos anos noventa os temas da ética e da cidadania, tomaram uma dimensão nacional e tornaram-se um eixo de debate e atuação dos movimentos sociais. A partir do “impeachment” do presidente Collor, a ética na política e conseqüentemente o papel dos meios de comunicação neste processo, tornaram-se temas de debate nacional. O movimento pela ética na política, articulou-se com o movimento “Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, formado por ONGs, entidades sindicais, setores empresariais sensíveis as causas sociais e outras entidades da sociedade civil. Em conseqüência deste movimento, temas como esses (ética, cidadania, etc.), que até bem pouco tempo pareciam distantes para grande parte da população brasileira, começaram a ter espaço na mídia e adquiriram a dimensão de temáticas nacionais. Pode-se dizer que esta discussão sobre a “dimensão ética” tem tido uma influência dos atores sociais que participam do Fórum e indiretamente do próprio MNDC, assim como, os movimentos “pela Ética na Política” e “Contra a Fome” tem tido influência sobre o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

5.8- Os Comitês Estaduais e Regionais pela Democratização da comunicação: um locus das articulações e organização da rede de movimentos sociais

Analisaremos neste ponto, a composição e a cadeia de atores que fazem parte dos Comitês Regionais, que são os organismos de base do Fórum. Aproveitaremos para nos deter também em alguns atores sociais que citamos, como *o movimento estudantil, as ONGs e os Partidos Políticos* e suas relações com o FNDC.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, nos anos oitenta, a *Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação*, criada em 1984, já possuía um perfil preocupado em envolver outros setores da sociedade e em ter um caráter pluralista e interdisciplinar. Porém, durante sua breve existência, essa articulação nunca conseguiu avançar em sua organização para além de uma Frente que se articulava, através das direções de entidades nacionais, principalmente com base em entidades sindicais e com apoio de alguns parlamentares. Ou seja, através da Frente Nacional o movimento não conseguiu organizar-se como um movimento de base com articulações regionais e estaduais.

Nos anos noventa, a fragilidade orgânica da *Frente Nacional por Política Democráticas de Comunicação*, serviu como experiência para que o Movimento pela Democratização da Comunicação, voltasse mais a sua atenção ao que se convencionou chamar entre os novos movimentos sociais de “trabalho de base”. No decorrer de sua articulação, *o Fórum Nacional pela*

Democratização da Comunicação (FNDC) levou em conta a importância de fortalecer um trabalho tendo como referencial os estados geográficos do país. Assim, começaram a ser criados os Comitês Estaduais pela Democratização da Comunicação.

5.8.1- Os comitês regionais são um retrato dos atores sociais do Fórum Nacional

Estes comitês tem a função de articular e encaminhar nos estados as lutas do Fórum Nacional. Os comitês também podem organizar-se em nível de uma cidade. Convencionou-se no movimento que quando um grupo possui uma forma ainda embrionária, chama-se “Comissão pró-comitê” para sinalizar o caráter inicial da articulação e possibilitar a arregimentação de mais entidades que tiverem interesse em participar. O Comitê pela Democratização da Comunicação é a instância do Fórum que articula entidades da sociedade civil que aderiram em âmbito regional, podendo abranger um município, um conjunto de municípios ou um estado inteiro. Um comitê, para ser fundado, deve congrega pelo menos cinco entidades atuantes na sua região (FNDC, 1994c, p.1). Além dos comitês e comissões, elegem delegados para a Plenária do FNDC, as entidades de caráter nacional filiadas ao Fórum. É considerada “Entidade Nacional” pelo Fórum, entidades da sociedade civil, de qualquer natureza, que tenha atuação nacional.

Pela análise que fizemos de vários documentos do Fórum e da relação das entidades cadastradas para as plenárias do Rio de Janeiro (VI Plenária, 1993), Salvador (V Plenária, 1994) e Belo Horizonte (VI Plenária, que realizar-

se-á em agosto de 1995) e com o acompanhamento que tivemos do movimento nos três últimos anos (92, 93 e 94), verificamos que o perfil dos comitês estaduais, muitas vezes são de uma atuação conjuntural, nascem e desaparecem em determinada região, mostrando certa fragilidade de organização. Os Comitês são o espaço de eleição de delegados para os encontros (plenárias) nacionais. Desta forma, muitos se reúnem somente para indicar delegados para a plenária nacional, ou para encaminhar algum assunto urgente deliberado pelo Fórum Nacional, ou ainda por entidades nacionais que a ele influenciam. Existem porém, alguns comitês que adquiriram vida e importância próprias dentro do Fórum Nacional, independente das entidades que representam, como os comitês do sudeste do país: Rio de Janeiro e São Paulo.

O comitê do Rio de Janeiro é atualmente o maior do país possuindo atualmente (1994/5) 41 entidades regionais cadastradas. O comitê de São Paulo, tem como referência uma sala cedida pelo Sindicato dos Radialistas do estado e possui uma dinâmica própria, que frequentemente tem divergido da orientação da coordenação nacional do FNDC. É interessante notar que o interior do Estado de São Paulo possui vários comitês regionais (Piracicaba, Araçatuba, Bauru, Guarulhos, Presidente Prudente, São José dos Campos, São Bernardo do Campo), sendo que no cadastramento para a VI Plenária Nacional do FNDC, o comitê da cidade de Piracicaba aparece como o segundo maior comitê do país, com 35 entidades filiadas.

Através de um recadastramento feito pela coordenação nacional do Fórum no início de 1995, pode-se ter uma base da rica diversidade dos atores

sociais que tem atuado no Fórum e de elementos gerais como a frequência na participação nas plenárias nacionais do Fórum, revelando o perfil dos comitês do FNDC. O FNDC possui uma rede de 32 entidades nacionais e 274 entidades regionais cadastradas, totalizando 306 entidades filiadas.

5.8.2- A importância das Entidades Nacionais no Fórum Nacional

A IV plenária realizada no Rio de Janeiro, teve 20 **entidades nacionais** cadastradas; a V Plenária, realizada em Salvador, teve 35 entidades nacionais filiadas e a VI plenária a realizar-se em Belo Horizonte conta com 32 entidades nacionais cadastradas. As formas de cadastramento e filiação ao Fórum Nacional foram sendo aprimoradas com o aumento da organização e da complexificação das redes de relações entre cada uma das últimas plenárias: na IV Plenária (1993), foi aceito cadastramento dos delegados até durante a realização do encontro; já para a V Plenária (1994) o cadastramento obedeceu critérios mais rígidos, sendo que os comitês tiveram que seguir um regulamento, estabelecido anteriormente ao encontro. Para a VI Plenária (1995) foi realizado um recadastramento mais rigoroso e com critérios e datas bastante rígidas diminuindo, em consequência disso, o número de entidades e comitês filiados ao Fórum. Houve inclusive um atrito entre a direção nacional do FNDC e a direção do comitê regional de São Paulo, terminando em uma coibição por parte do conselho político do FNDC para com a filiação de entidades no Estado de São Paulo (FAXFORUM, 1995, n.º.27, p.4).

Comparando e analisando as entidades nacionais participantes do FNDC nos três anos mais recentes, notamos que treze (13) destas entidades

participaram do cadastramento de todas as três plenárias. Estas 13 entidades nacionais tem uma grande participação efetiva. Além destas, mais quatro entidades participaram de pelo menos duas plenárias das últimas três últimas ocorridas.⁵⁹ Essa participação efetiva foi constatada através da divulgação do movimento por essas entidades em seus boletins, congressos, etc; na apresentação de propostas ao Fórum, nas intervenções de suas lideranças durante a realização das plenárias nacionais, na atuação em seus grupos de trabalho e na organização das lutas do FNDC.

Verificamos também, que estas entidades nacionais, tem sido fundamentais na organização e encaminhamento do FNDC e são forças determinantes na coordenação executiva e no conselho político do Fórum. Como exemplo podemos citar a composição do último conselho político do Fórum no qual 60% dos membros são representantes de entidades nacionais ou ainda a Coordenação Executiva eleita na V plenária onde a composição é igualmente de 60% de entidades nacionais⁶⁰.

De modo geral, podemos dizer que os comitês regionais, teriam cerca de 40% da representação da direção nacional do Fórum. Evidentemente, não podemos fazer uma relação mecânica destes dados, pois como estamos vendo, os atores sociais do Fórum formam uma cadeia muito grande de relações e essa divisão esquemática serve apenas para identificarmos pedagogicamente os locais, os “nós” de atuação do movimento e quem constitui nessa rede. Por

⁵⁹ Participaram de 3 plenárias: ABVP, ANEAT, ENECOS, FASE, FITERT, FENAJ, Inst. Alberto Pasqualini, IBASE, Juv. Soc. PDT, PT, ANDES, INTERCOM, UCBC e participaram de 2 plenárias: FITTEL, MODECOM, UNDA- Brasil e UNE.

⁶⁰ A coordenação executiva eleita na V Plenária era composta pelas seguintes entidades: FITTEL, FENAJ, ENECOS, Comitê SP e Comitê RJ.

exemplo, a FITERT está representada no Fórum como uma entidade nacional, mas alguns dos sindicatos estaduais de radialistas mais ativos estão representados e influenciam nos comitês regionais. Isto acontece com muitas entidades. A ENECOS, representa os estudantes, mas muitos diretórios estudantis tem importância na mobilização dos comitês regionais. Isto relativiza a força de algumas entidades nacionais e fortalece e sedimenta a força de outras. Outros fatores devem ser considerados na atuação do Fórum que não aparecem como elementos objetivos e “cadastráveis”. Um exemplo que pode ser dado é sobre a atuação da classe artística. Constata-se que a participação de entidades sindicais dos artistas tem tido uma representação constante em nível nacional, porém nos comitês regionais ela não tem sido expressiva. Entretanto, deve-se destacar que esta categoria profissional tem tido um papel importante para o Fórum, pois atores conhecidos do grande público, principalmente através das novelas, tem sempre que possível se manifestado a favor do Movimento pela Democratização da Comunicação. A ex-deputada Bete Mendes, o ator Paulo Betti, a atriz Lucélia Santos e muitos outros atores conhecidos através da mídia, historicamente tem ajudado a romper o bloqueio da mesma em relação ao movimento. Estes formadores de opinião pública tem um poder que não pode ser calculado apenas através da representação de sua categoria profissional.

5.8.3- A hegemonia das entidades sindicais nos comitês regionais do Fórum

Das 274 entidades regionais filiadas aos comitês regionais, 129 são entidades sindicais, uma percentagem de 47 % do total de entidades. Todos os 19 comitês regionais cadastrados para a VI Plenária do FNDC, possuem alguma entidade sindical filiada. De todas as entidades sindicais filiadas, 33 são da área de comunicação, ou seja, 25,5% do total das entidades sindicais. Além disso, 14 comitês possuem alguma entidade sindical ligada à área de comunicação (jornalistas, radialistas, telecomunicações, etc), ou seja 73,6% dos comitês regionais. Já entre as entidades nacionais, apenas 9 são de origem sindical e se fazem representar no FNDC, ou seja, 28% das entidades⁶¹. A coordenação executiva do Fórum, eleita na V Plenária, mostra porém uma composição de forças, onde a importância e o peso das entidades sindicais aparece claramente: duas das cinco entidades representadas na direção são federações sindicais, representando 40% da direção executiva do FNDC. Porém, a totalidade destas entidades sindicais (FITEL e FENAJ), são ligadas aos trabalhadores da área da comunicação (100%). Como já falamos anteriormente, esses dados sobre os comitês regionais e as entidades nacionais evidenciam que as entidades sindicais ligadas a área da comunicação exercem forte influencia na direção do movimento. O desafio de envolver de forma mais intensa as outras entidades sindicais é uma das questões que o movimento tem para resolver no seu futuro próximo, caso queira ampliar suas raízes e articulações em rede. A hegemonia das entidades sindicais nos comitês

⁶¹ Para saber mais sobre o movimento sindical e suas correntes ideológicas, ler "O que é sindicalismo" de Ricardo ANTUNES (1980, 95p.). Para compreender o "novo sindicalismo" no Brasil, sua origem e suas principais concepções ler dois excelentes trabalhos: "A Estratégia da Recusa", de Amnérís MARONI (1982, 135p.) e "Quando os novos personagens entram em cena" de Eder SADER (1988, 329p.).

regionais, com a honrosa exceção do Comitê do Rio de Janeiro, também levanta um questionamento: até que ponto, o movimento está verdadeiramente enraizado junto aos outros setores da chamada sociedade civil (movimentos sociais, ONGs, organizações comunitárias, etc.)?

5.8.4- A presença de alguns atores sociais estimulam ambiente para organização e crescimento dos comitês

Alguns pólos aglutinadores, alguns “locus” são importantes e devem ser destacados para entendermos a rede do MDC. Como já falamos, o movimento sindical é um espaço importante para a organização e apoio estrutural de muitos comitês. Os sindicatos, principalmente de jornalistas e radialistas, tem dado importante contribuição como espaço para a articulação em rede do movimento em muitos estados. Porém além dos sindicatos, temos que destacar outros espaços institucionais importantes que tem dado grande contribuição para a construção em rede. O espaço universitário tem sido um elemento importante de estímulo para a articulação e o debate do movimento.

As entidades acadêmicas e estudantis possuem 47 entidades cadastradas formando 17% das entidades regionais. Estas organizações representam 9% das entidades nacionais (3). O movimento estudantil é bastante ativo sendo que no cadastro nacional existem 31 entidades estudantis cadastradas nos comitês regionais (centros, diretórios e grêmios estudantis). Existem também faculdades e departamentos de comunicação (4) filiados ao Fórum. A importância das universidades como pólo aglutinador do movimento, como um “locus” da rede, pode ser exemplificada pelo comitê de Piracicaba - S.P.

Este comitê do interior de São Paulo, destacou-se no recadastramento do FNDC como o segundo maior comitê do país, com 35 entidades filiadas. Destaca-se entre as entidades participantes do comitê, as entidades ligadas ao ambiente universitário piracicabano, representadas pelo departamento de comunicação da UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba), pelo DCE da UNIMEP, pela Pastoral Universitária, pelo Núcleo Universitário de Cultura da UNIMEP, o que demonstra o potencial que a vida acadêmica pode ter como estímulo para o debate e a aglutinação do Movimento pela Democratização da Comunicação.

Este elemento universitário combinado com a forte tradição que o movimento de rádios livres tem no interior de São Paulo (como a rádio Alternativa de Piracicaba), pode ajudar a explicar o crescimento dos comitês no interior paulista. Outros comitês, como o da Bahia, o de Santa Catarina e de Itajaí (SC), também possuem influência do ambiente universitário na sua formação.

5.9- O movimento estudantil e sua tradição de lutas democráticas

O movimento estudantil brasileiro tem uma forte tradição de lutas democráticas. A UNE (União Nacional dos Estudantes), nascida em 1937, marca a era moderna do movimento estudantil brasileiro. Já durante o Estado Novo a UNE teve importante atuação. A luta contra o Nazi-facismo, pela democratização do país e pelo fim do Estado Novo; as campanhas pelas reformas de base e a criação dos CPCs (Centros Populares de Cultura) da UNE

nos anos 60 e a luta contra a Ditadura Militar nos anos 70 e 80, são alguns episódios, onde a atuação da juventude e do movimento estudantil foram fundamentais para a mudança da história do Brasil⁶².

O movimento estudantil esteve presente na luta e organização da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC). Como já vimos no primeiro capítulo, os estudantes da Faculdade de Comunicação da UFSC, com apoio de um grupo de professores, apresentaram a tese: “Os estudantes de comunicação e a radiodifusão brasileira” durante o IV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação, realizado nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 1980. Este documento, que colocava um diagnóstico da concentração e do monopólio da comunicação no Brasil, já apontava alguns rumos teóricos iniciais que seriam fermento para a criação do Movimento pela Democratização da Comunicação que iniciou institucionalmente, em dimensão nacional, com a FNPDC nos anos oitenta.

O documento dos estudantes da UFSC, que foi base da resolução final aprovada pelo Congresso dos Estudantes de Comunicação, propunha a luta pela desconcentração do poder político, lutando pela criação do “Conselho Nacional de Radiodifusão”, para que “as concessões de emissoras de radiodifusão fossem outorgadas pelo Congresso Nacional”, pela criação de “Conselhos de comunitários de radiodifusão” e já levantavam a problemática das novas tecnologias e “da implantação da TV a cabo no Brasil” (UFSC/SJPSC, 1980).

⁶² Para saber mais sobre a história do movimento estudantil brasileiro, ler o excelente livro “O poder Jovem” de Artur José Poerner, que conta a história da participação política dos estudantes brasileiros desde o Brasil Colônia.

Com vemos, de forma embrionária, muitas das lutas e das propostas que atualmente estão sendo desfraldadas pelo Fórum Nacional, já se esboçavam há pelo menos quinze anos atrás. É interessante notar que algumas destas questões, como a cabodifusão, que naquele momento poderia parecer algo longínquo e distante, hoje são lutas centrais do FNDC. Assim podemos dizer que, por estarem há tanto tempo sendo discutidas e amadurecidas pelo movimento, essas lutas também puderam se tornar as primeiras vitórias do Fórum nacional, como a aprovação da lei de TV a cabo e do Conselho de Comunicação Social que comentaremos mais adiante.

5.9.1- O movimento estudantil: do “impeachment” de Collor ao FNDC

Mais recentemente, o “impeachment” do Presidente Collor de Melo foi desencadeado a partir da mobilização dos estudantes. Independentemente de entrarmos na discussão de que “a Rede Globo utilizou-se ou não das manifestações estudantis e capitalizou enquanto marketing institucional para se isentar de seu apoio a Collor”, não se pode negar o fato de que, dialéticamente, o movimento estudantil também se utilizou do momento conjuntural e da série televisiva “Anos Rebeldes” para mobilizar seus pares.

O assessor de imprensa de Lula durante as duas últimas campanhas presidenciais, o jornalista Ricardo KOTSCHO também afirma que só depois que Lula foi conversar com Roberto Marinho pedindo para que a Globo transmitisse as manifestações estudantis e outras manifestações que a

sociedade estava realizando contra Collor, é que a Rede Globo divulgou estes fatos⁶³.

5.9.2- A ENECOS, força atuante no FNDC

Neste momento, não podemos deixar de destacar a atuação do movimento estudantil de comunicação, que através da ENECOS (Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação) tem sido a face mais presente e atuante do movimento estudantil no FNDC. Os estudantes de comunicação tem tido uma forte presença e atuação não só nas plenárias do fórum, mas durante todos os encaminhamentos cotidianos do movimento. A sua militância tem sido marcante nas três plenárias analisadas, sendo que a ENECOS tem participado do conselho político e da coordenação executiva do FNDC.

Além disso, os números revelam a importância do movimento estudantil para o Fórum: dos 19 comitês registrados para a VI Plenária Nacional, 14 possuem presença e o apoio de alguma entidade ligada ao movimento estudantil (universitário e secundarista), ou seja, 73,6% dos comitês possuem alguma entidade estudantil filiada. Além disso, 10 comitês possuem entidades estudantis ligadas a comunicação, ou seja 52,6% dos comitês regionais. A influência do movimento estudantil, só é superada pela das entidades do movimento sindical que estão presentes em todos os comitês regionais.

Através da ENECOS, os estudantes de comunicação tem organizado congressos de estudantes de comunicação, que tem servido para reforçar a luta

⁶³ Palestra de aula inaugural na Faculdade de Comunicação e Artes da UNIVALI-SC., em agosto de 1995.

do FNDC e também estão criando, uma rede de comunicação eletrônica própria, ligada a INTERNET. Os estudantes já estão experimentando práticas, criando políticas sobre novas tecnologias em comunicação e formando a sua própria rede, dando assim uma importante contribuição para o Movimento de Democratização da Comunicação.

5.10- A hegemonia das ONGs no maior comitê do país

As ONGs representam hoje importante setor da sociedade civil brasileira organizada (LANDIM, 1993, SCHERER-WARRER, 1994). As ONGs (Organizações Não-Governamentais) possuem 6 entidades nacionais cadastradas ao FNDC, isto significa 18% do total das entidades nacionais. Existem 28 ONGs regionais filiadas nos comitês de base representando 10% do total. É importante destacar que no estado do Rio de Janeiro se concentram 13 destas ONGs, representando 31% das organizações do comitê carioca, sendo que 8 entidades sindicais estão filiadas no estado do Rio de Janeiro, representando 19% das entidades filiadas. Assim a hegemonia das ONGs no comitê do Rio de Janeiro torna-se um elemento de destaque, pois é o maior do Fórum. Este destaque regional, torna-se um elemento bastante significativo, para mostrar a importância do apoio das entidades da sociedade civil para o crescimento dos comitês de base do FNDC, reforçando assim o Movimento pela Democratização da Comunicação como um todo. Este exemplo carioca, porém, expõe uma limitação do FNDC em nível nacional: os comitês de base tem tido pouca participação de organizações não-governamentais e comunitárias.

As ONGs são consideradas atualmente parte importante da sociedade civil⁶⁴, do terceiro setor, em contraste com o Estado e o Mercado. Várias ONGs tem se destacado recentemente por suas campanhas e ações. O movimento que desencadeou a “Ação da Cidadania, contra a Fome, a Miséria e pela Vida” e o movimento pela “Ética na Política”, ou mais recentemente o movimento “VIVA RIO” que tem como objetivo o resgate e a revalorização do Estado do Rio de Janeiro, foram movimentos que tiveram a frente as ONGs. Este ambiente de crescimento, organização e articulação entre as ONGs cariocas, talvez explique porque as ONGs se destacam no comitê do FNDC do Rio de Janeiro. ONGs como o IBASE, a FASE e o ISER⁶⁵, conseguiram se articular e ampliar seu campo de atuação, criando parcerias e criando fatos na principal vitrine do Brasil que é a cidade do Rio de Janeiro.

Certamente a realização da ECO-92 na capital carioca contribuiu para a articulação de muitas redes de ONGs daquele estado e também de outros estados do país. O documento final do Fórum internacional da ONGs dedicou um tratado especial para a questão comunicação sob o título: “Tratado de Comunicação, Informação, Meios de Comunicação e Redes”. Esse documento salienta que o processo de estabelecimento de *redes e de partilhar informações* tem sido reconhecido pelas ONGs como essencial para um trabalho conjunto efetivo. Para as ONGs da ECO-92, estabelecer redes envolve comunicação dentro e através dos limites setoriais e organizacionais, utilizando todos os meios que permitam a disseminação de idéias. O documento salienta a importância da promoção de relações pessoais com a imprensa e a partilha e

⁶⁴ Sobre sociedade civil e ONGs, ver interessante artigo de Ilse Scherer-Warren : Organizações Não-Governamentais na América Latina: Seu papel na construção da sociedade civil .

⁶⁵ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Federação de Orgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Social de Estudos da Religião (ISER).

intercâmbio de informação entre pessoas e grupos com interesses comuns e que estão envolvidos em atividades afins. Segundo o documento “a Promoção de tais redes é um objetivo básico do Tratado de Comunicação”(FÓRUM DAS ONGs, 1992,p.56-61). Entre as várias ações de comunicação planejadas para ação imediata, os signatários do documento salientam a importância da articulação em rede através da comunicação eletrônica encurtando distâncias através da comunicação de dados, promovendo o uso adequado de computadores para atividades de informação (idem).

Muitas ONGs de todo o Brasil, se articulam em redes específicas como por exemplo a ABVP (associação de vídeo) ou tem o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, como um espaço de referência para discutir políticas de comunicação. Este fato porém, é ainda muito recente, mas acreditamos que a tendência é de aumento da participação e de referência das ONGs no FNDC. A ABONG, associação que articula uma boa parte das maiores ONGs do País, por exemplo, ainda não é filiada ao FNDC. Várias ONGs nacionais, fóruns ou associações de ONGs, que representam redes específicas, também ainda não participam do FNDC e de sua rede de redes. O FNDC vai ter que desenvolver uma política externa de aglutinação e articulação para que estes vários setores se sensibilizem pela causa da democratização e reconheçam o Fórum como o espaço legítimo para aglutinação e criação de políticas públicas democráticas de comunicação.

5.11- Outros setores da sociedade civil estão presentes, mas são pouco ativos no Fórum

Além dos atores sociais citados anteriormente, podemos destacar alguns movimentos sociais, comunitários e outras entidades da sociedade civil não vinculadas a comunicação, que possuem representação junto aos comitês regionais. São 34 entidades e movimentos sociais que representam 12,5% do FNDC e 6 entidades nacionais que representam 18% destas entidades. Entre estes atores estão o movimento de direitos humanos (4 entidades), movimento negro (3 entidades) movimento ecológico (3 entidades), movimento de mulheres (3 entidades), associações comunitárias com 13 entidades e Ordem dos Advogados do Brasil (2 seccionais).

Para o Fórum, a importância da participação destas diversas entidades e movimentos é significativa, porém, como podemos notar, pelo número de entidades cadastradas, a presença de outras redes e movimentos sociais no Fórum ainda é tímida e não massiva.

Através dos dados que possuímos, pelas propostas apresentadas (teses) e pelo engajamento e atuação observada nos comitês de base (regionais), podemos dizer que, apesar do movimento tentar ampliar e romper com o corporativismo e com a visão de que “a democratização da comunicação é um tema que só diz respeito à quem trabalha com o assunto”, ainda é muito presente esta concepção corporativa junto à sociedade civil organizada.

As entidades gerais da sociedade civil, de um modo geral, atuam como entidades de apoio e até o momento não se engajaram e priorizaram as lutas do FNDC. A direção e atuação direta no movimento fica por conta das entidades de especialistas em comunicação e telecomunicação. Como vimos, a sociedade civil no FNDC já é bastante rica e diversa, porém este ainda precisa ampliar a inserção junto a esses movimentos sociais e suas redes específicas, para que esta articulação possa criar uma atuação mais eficiente para boa parte da sociedade civil brasileira.

5.12- Os partidos políticos no FNDC: hegemonia da esquerda, mas autonomia do movimento

Esta mesma análise feita em relação às entidades gerais da sociedade civil, pode ser feita em relação aos partidos políticos. Ou seja, os partidos políticos tem deixado para os seus “especialistas” o problema da comunicação. Os grupos e partidos políticos representados em nível nacional no último recadastramento do Fórum são apenas três: o diretório Nacional do PT, a Juventude Socialista do PDT e o Instituto Alberto Pasqualini do PDT, significando 9% das entidades nacionais do FNDC. Os núcleos e grupos partidários que participam no FNDC nos comitês regionais são 14 núcleos de base (PT-8, PC do B-2, PPS, PV, PSB, PDT, são citados 1 vez cada), sendo que as representações partidárias são 5% dos comitês do FNDC.

Evidentemente, esse número expressa parcialmente a verdade. Estas entidades estão representadas no Fórum apenas institucionalmente. Muitos militantes de várias organizações são simpatizantes ou militantes de partidos de

esquerda, representando uma influência indireta destes partidos no FNDC, mas dialeticamente, também existe uma influência do Fórum na construção destas entidades partidárias. Apesar disso, o que se constata é que, oficialmente, esses partidos não tem priorizado a luta pela democratização da comunicação em sua prática e não tem discutido e construído um projeto de política de comunicação alternativa para a sociedade brasileira.

Nos partidos políticos de esquerda o discurso crítico contra o monopólio ainda é dominante, sendo que as propostas são quase sempre genéricas e muitas vezes irrealizáveis. Um exemplo disso é o incansável discurso do PDT, que “heroicamente” combate a “Rede Globo”. O discurso do PDT, de um modo geral, reduz o problema dos meios de comunicação “ao monopólio da Rede Globo”. Em seu jornal “Fio da história”, o PDT publicou uma série de reportagens sob o lema: O Brasil encara a Rede Globo. Desde questões morais (sexo, violência) até questões políticas (manipulação de resultados eleitorais, propaganda política, censura, etc.) são denunciados contra a Rede Globo. Mas muito poucas propostas são apresentadas como alternativas ao padrão de televisão estabelecido. A proposta mais concreta apresentada pelo jornal foi um projeto que o Senador Darcy Ribeiro encaminhou ao presidente Itamar Franco para que a Secretaria Extraordinária do Governo do Rio de Janeiro, elaborasse programas educativos que seriam apresentados pela TV Educativa destinados aos CIEPS e CIACS (Centros de Educação Integral) (FIO DA HISTÓRIA, 1993 , p.6).

A Juventude Socialista do PDT, tem uma atuação de destaque em alguns comitês do Fórum e sempre mobiliza seus militantes “contra a Globo”. No Rio

de Janeiro a JS/PDT comemorou seus 12 anos de fundação com um ato em frente a Central Globo de jornalismo. “O ato questionava o monopólio global, a escola de violência em que se transformou a programação da Rede Globo, a manipulação das matérias jornalísticas e a campanha de desmoralização e esvaziamento econômico, político e cultural do Estado do Rio de Janeiro promovida pelas organizações Globo. Manifestamos ainda nosso apoio à Lei da Informação Democrática (LID) e ao presidencialismo” (FIO DA HISTÓRIA, 1993, p.20). O discurso simplista de que a Rede Globo é a culpada de todos os males, tem também uma solução simplista: eleger Leonel Brizola para presidente. Certamente, o fato de Leonel Brizola ter sentido diretamente a dura oposição da Rede Globo ao seu Governo no Rio de Janeiro e ter sofrido a tentativa de fraude da Proconsult (RAMOS,1985, p.257)⁶⁶, na contagem dos votos de sua primeira eleição para o governo do estado carioca em 1982, tem influenciado os brizolistas a reduzirem o seu projeto à simples crítica de Roberto Marinho e da Rede Globo. Por outro lado, o fato de o PDT ter vivenciado bem de perto a força e a manipulação dos meios de comunicação de massa, tem sensibilizado os trabalhistas para que participem, principalmente através da sua juventude, no Movimento pela Democratização da Comunicação e no FNDC.

A Frente Brasil Popular (PT, PSB, PC do B) na campanha presidencial de 1989, apresentou o seu programa de governo “Brasil Urgente” onde depois de fazer uma análise sobre o monopólio das comunicações no Brasil, propunha 4 medidas de governo:

⁶⁶ Apoiada pela Globo, a Proconsult, empresa contratada para apurar os votos na eleição para o governo do Rio de Janeiro, começou a atrasar a votação e modificar os prognósticos da apuração. Leonel Brizola chamou a imprensa nacional e internacional e denunciou a manobra eleitoral. Ver mais sobre o assunto em Murilo Cesar RAMOS (1985, P.257).

1. A unificação de todo o controle da política de comunicação social num Conselho de Comunicação Social independente e autônomo, inclusive quanto ao sistema de concessões de rádio e TV. O Conselho deve ser integrado por trabalhadores da área (jornais, agências de publicidade, rádios e TV) e Centrais Sindicais, democraticamente eleitos.

2. As rádios e televisões só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis sem fins lucrativos.

3. O governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e o oligopólio da área da comunicação social. 4. Apoio à criação de canais de comunicação próprios das organizações populares (LULA 89,1989, p.11).

A proposta de política de comunicação para o Brasil, da Campanha de Lula e Bisol em 89, restringia tanto o espectro de atores sociais de sua política de comunicação, que o Conselho de Comunicação Social proposto pela Frente para determinar as regras da comunicação do país, seria composto apenas por sindicalistas (trabalhadores de comunicação e centrais sindicais), não possuindo nem espaço para outras entidades da sociedade civil (OAB, Igrejas, ONGs, associações comunitárias, rádios livres, etc.), quanto mais para os demais interessados do setor (pequenos, médios e grandes empresários de comunicação). Na verdade, o projeto propunha, sem dizer de que forma iria realizar isso, extinguir com o empresariado de comunicação de rádio e televisão, pois determinava que as rádios e TVs só poderiam “ser exploradas por fundações e associações sem fins lucrativos” e reforçava que o governo iria

tomar “medidas para eliminar com o monopólio e o oligopólio da comunicação”.

Não é de se espantar, que a Rede Globo tenha admitido publicamente a intervenção no processo eleitoral de 1989, com a manipulação dos debates entre Collor e Lula no segundo turno e toda uma campanha de “merchandising”⁶⁷ a favor do seu candidato, o “caçador de marajás”⁶⁸. O empresário Roberto Marinho em um encontro pessoal que teve com Luiz Inácio Lula da Silva, mantido em setembro de 1992, admitiu que suas empresas intervieram partidariamente no processo eleitoral. “Numa espécie de patético pedido de desculpas público, Roberto Marinho disse que optou por Collor porque se sentia ameaçado por Lula e Brizola. O momento desta confissão foi oportuno e estratégico. A Globo já estava com a posição assumida em relação ao *impeachment* de Collor (...) O contexto era de “lua-de-mel” entre a mídia e a sociedade” (HERZ, p.15, 1994). Porém, como já comentamos anteriormente, isso não impediu que os setores democráticos e o movimento estudantil, também tirassem proveito deste episódio. Os “caras-pintadas” bem ou mal, são o fruto da sociedade mediatizada em que vivemos. A televisão e a série “Anos Rebeldes”⁶⁹ tiveram forte influência neste movimento e vários novos elementos de linguagem foram criados pelos estudantes. A alegria, as músicas, as caras-pintadas e irreverentes da

⁶⁷ termo que designa, em mídia, a veiculação de menções ou aparições de um produto, serviço ou marca, de forma não ostensiva e aparentemente casual, em um programa de TV, rádio, fotonovela, etc.

⁶⁸ termo criado pela Rede Globo para designar o candidato Collor de Melo.

⁶⁹ Série televisiva produzida pela Rede Globo de Televisão, que tem como tema a luta dos jovens estudantes na década de 60 e 70 contra a Ditadura Militar Brasileira. Esta série foi transmitida na época em que começaram a ser divulgadas as denúncias de corrupção contra o presidente Collor. As músicas da série foram utilizadas pelo movimento estudantil para mobilizar os estudantes em suas passeatas e outras manifestações.

juventude, foram elementos marcantes destes movimento recente dos estudantes brasileiros.

Segundo Ricardo KOTSCHO (ibidem), as entidades sindicais ligadas à CUT possuem mais de 800 assessores de comunicação contratados em todo o país, porém não possuem um projeto comum de política de comunicação para a central sindical e muito menos para o movimento sindical como um todo. O mesmo podemos dizer dos partidos políticos progressistas que tem apoiado o FNDC. Eles não tem proposto nenhuma atuação concreta de política de comunicação. Na verdade, o FNDC é quem tem proposto e atuado como elaborador de propostas de políticas de comunicação, invertendo a lógica tradicional dos partidos de esquerda.

Os novos movimentos sociais tem surpreendido as instituições, com propostas discutidas em espaços de atuação que passam ao largo dos partidos. Apesar de muitos militantes do Movimento pela Democratização da Comunicação serem simpatizantes ou filiados a partidos (PT, PDT, PSB, PC do B, PSDB, etc.) pode-se dizer que o movimento é completamente autônomo, não seguindo a orientação partidária de nenhuma organização. Nem o PT, nem o PDT, partidos que possuem maior representatividade junto aos comitês, dão orientação ideológica ao movimento.

É importante ressaltar que existe também uma vertente anarquista e autonomista junto ao movimento, que se expressa através da origem de alguns grupos artísticos e culturais que tem forte inspiração no movimento de rádios livres e comunitárias, tanto no Brasil como em nível internacional.

Assim, podemos concluir dizendo que o FNDC tem apresentado propostas e tentado ampliar seu leque de apoio e alianças no Congresso Nacional, sem porém, ficar atrelado a nenhum partido. O movimento já tem uma tradição de luta institucional, pois desde seu início teve intervenção nesta área, tentando a modificação da legislação da área da comunicação. Podemos dizer até que o fórum, para se fortalecer, precisa se aproximar mais de outros setores da sociedade civil e ganhar espaço junto a outros grupos sociais e por consequência ter mais apoio na luta institucional.

Os partidos de esquerda possuem uma maior simpatia junto aos quadros do movimento, porém tem sido bastante importante o apoio de alguns políticos de centro-esquerda para com o movimento. O apoio do deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) para a LID ou da Prefeita Lídice da Matta (PSDB-BA) para a realização da V Plenária Nacional em Salvador são um exemplo disso.

5.13- Casa de ferreiro, espeto de pau: a falta de um projeto de marketing do FNDC

O risco de o movimento atuar somente no campo institucional, já deu mostras de sua limitação. Em um primeiro momento, nos anos oitenta, o movimento atuou e teve à frente apenas as entidades sindicais ligadas aos trabalhadores da comunicação, que por suas características atuaram sempre tentando modificar a legislação e criar políticas públicas em relação as grandes mídias. Nos anos oitenta, a *Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação*, não avançou e logo esgotou seu fôlego. Num

segundo momento, a articulação entre as entidades sindicais de trabalhadores em comunicação e as entidades de comunicação popular e alternativa, deram um novo fôlego ao movimento e ao Fórum, criando perspectivas de incremento do movimento. Mas, para ampliar a luta é preciso que o FNDC consiga sensibilizar, as várias entidades da sociedade civil e partidos políticos, fazendo com que deixem de dar apoio formal ao movimento e assumam a luta pela democratização da comunicação como uma prioridade de trabalho. Um exemplo de luta incorporada na luta democrática geral é a histórica bandeira da Reforma Agrária: todos os movimentos sociais tem clareza da importância e necessidade de sua realização, sem necessidade de maiores aprofundamentos.⁷⁰

Para que a luta pela democratização da comunicação se torne uma luta massiva é preciso um projeto tático e estratégico de alianças, que leve em consideração a diversidade de forças que hoje atuam na sociedade brasileira e um projeto de campanha institucional e de marketing do movimento. “Casa de ferreiro espeto de pau”, diz o ditado popular que resume a relação que o Fórum Nacional vem tendo com a sua imagem institucional externa e de comunicação. O FNDC não possui uma política externa de comunicação, demonstrando a dificuldade do movimento em transmitir suas propostas e mensagens para fora de sua rede de contatos. O FaxForum, o boletim interno do Fórum, é o único meio de comunicação institucional do FNDC. O FaxForum, que teve seu projeto inicial preparado para ser divulgado via fax-modem, hoje transformou-se num boletim comum, distribuído principalmente pelo correio e impresso de forma tradicional. A falta de uma sigla, uma marca e de uma política para

⁷⁰ No movimento de rádios livres é utilizado o lema “Reforma Agrária na terra e no ar”.

dinamização do fluxo de informações do Fórum, é um problema muito comum em muitos grupos, instituições e redes de movimentos sociais. Essa questão chama mais a atenção por se tratar de um movimento que trata da questão da comunicação.

A falta de uma política de comunicação do Fórum e a falta de divulgação do movimento, também devem ser vistos sob o prisma das dificuldades enfrentadas pelo movimento em relação ao tema do qual se ocupa: o fim do monopólio da comunicação. Evidentemente, as elites dominantes e os empresários do setor, que fazem parte desta elite, articulados com os seus representantes no Estado brasileiro, não tem tido interesse em divulgar o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Um exemplo de como os meios de comunicação podem ignorar fatos que não lhe interessam foi a “CPI das Concessões”, instalada no Senado em abril de 1987 por pressão das entidades da sociedade civil, que denunciavam o favoritismo político e o clientelismo que vinham pautando a farta distribuição de emissoras de rádio e TV durante o governo Sarney.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, foi solicitada pelo Senador Fábio Lucena (PMDB-AM) e teve o apoio de 24 senadores. A CPI foi presidida pelo Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), um dos favorecidos por concessões no Governo Sarney, sendo que *quinze dias após ter assumido a presidência da CPI, sua família recebeu mais uma concessão de rádio em Pernambuco.* A “CPI das concessões” demorou cerca de um ano para ser concluída e foi uma das mais longas já realizadas pelo legislativo, não chegando, porém, a conclusão alguma. Esta CPI revelou, como diz Paulino MOTTER (1994,

p.315), as dificuldades de grande parte dos parlamentares para desvencilhar-se dos seus interesses particulares para enfrentar a questão da comunicação, seja como proprietários de concessões de radiodifusão, seja pelas ligações que possuem com grupos empresariais de comunicação ou medo de enfrentá-los. “A CPI do silêncio”, como denomina Motter, foi praticamente inexistente para a mídia brasileira, demonstrando que a “liberdade de imprensa” se torna “liberdade de empresa”, quando toca nos interesses do empresariado de comunicação. Esse exemplo demonstra na prática, como é difícil trabalhar com esse tema no Brasil. Um segundo exemplo foi a censura ao vídeo “ Brasil: para além do cidadão Kane”. Produzido para a BBC de Londres, o documentário foi proibido de ser veiculado na Rede Cultura de Televisão por pressão direta do Sr. Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, porque o vídeo faz uma análise do monopólio exercido pela Globo no Brasil. Este fato acabou ganhando destaque na imprensa, mas o vídeo só foi visto nos meios acadêmicos e alternativos do país através de cópias “piratas”. Romper com o monopólio da mídia e apresentar-se para a sociedade brasileira, talvez seja um dos mais difíceis desafios para o FNDC.

Capítulo 6- As frentes de luta atuais do FNDC

6.1- Da luta pela LID à aprovação das leis do Conselho de Comunicação (lei 8.389/ 91) e de TV a Cabo (lei 8.977/ 95).

Analisaremos aqui as principais frentes de luta em que o FNDC tem atuado. A luta pela modificação da “Lei de Imprensa” e pela criação de uma Lei da Informação Democrática, tem feito parte das discussões do Fórum desde de seu início, como também a luta pelo Conselho de Comunicação Social, onde a sociedade civil possa participar ativamente interferindo nos rumos das políticas públicas de comunicação do país. Mais recentemente (1993-1994), duas novas frentes de lutas tem adquirido importância e dividido a energia do Fórum: a luta pela regulamentação da cabodifusão (TV a cabo) e a regulamentação das rádios livres e comunitárias. Além destas lutas, poderíamos citar várias outras que conjuntamente mobilizaram e mobilizam o FNDC como foi o caso da greve e da reestruturação da Rede Manchete de Televisão e a luta pela ética na política e pelos comitês de autodefesa eleitoral. Porém vamos nos deter especificamente nas quatro principais frentes de luta que tem sido priorizadas pelo FNDC.

6.2- A construção do conceito de “ controle público” numa rede de movimentos sociais

Como temos visto desde o começo deste trabalho, atualmente existem novas concepções ideológicas em formação, de atuação e mobilização, sendo que essas novas relações políticas estão se sedimentando entre o mercado, o Estado e a sociedade civil. Em nível de organização, concepções mais horizontais, em forma de rede estão surgindo em substituição às práticas verticais e monolíticas ortodoxas no campo da esquerda.⁷¹ Vimos também, que novas idéias-chaves estão se formando e a dicotomia “Estatal versus Privado”, está dando lugar para novas reelaborações mais pluralistas e menos maniqueístas. O conceito de “público” está tomando uma nova dimensão. O FNDC tem demonstrado um fôlego invulgar e as cerca de 300 entidades da sociedade civil que fazem parte de sua rede de articulação tem demonstrado uma criatividade bastante grande, na tentativa de superar o oposicionismo, a linguagem da impotência e a falta de alternativas de políticas de comunicação,

⁷¹ As práticas verticalistas da esquerda ortodoxa foram também chamadas de “concepção leninista de organização” que através do “centralismo democrático”, gerou a dicotomia entre a “vanguarda revolucionária” e a “massa” trabalhadora. Esta visão vanguardista deu origem ao estalinismo e à burocratização da Revolução Soviética. A visão de esquerda, de partido único, consolidada na III Internacional hegemonizou durante muitos anos, as lutas sociais, fazendo predominar a dicotomia “vanguarda- massa” nos movimentos sociais. Essa concepção, entrou em completo colapso com a queda do chamado “socialismo real” no Leste Europeu. Os novos movimentos sociais surgidos em todo o mundo, a partir de então, tentam recuperar práticas autogestionárias, conselhistas, libertárias e democráticas que levam em consideração estruturas organizacionais, mais horizontais, ou seja, organizações com uma relação de poder mais flexível, menos burocrática e menos centralizada. As novas estruturas de organização, formadas através de redes complexas, respeitando a diversidade e a pluralidade dos atores sociais, acabam criando uma engenharia política rica em diversidade, sem grande centralização mais democráticas e próxima aos movimentos que a originou. Para saber mais sobre teoria da organização ver: CLAUDIN (1977, 706p.), GARCIA (1979, 154p.), VARES (1985, 134p.), GORENDER (1988, 319p.), GARCIA (1986, 101p.).

que marcaram os setores progressistas e as oposições da esquerda no Brasil até recentemente.

“Na abordagem do Fórum não há a espera do momento de uma suposta “conquista do Estado”, nem há a expectativa simplória de se produzir uma Globo com “sinal contrário”, com a virtual substituição do “mal” pelo “bem”. O Fórum reivindica uma democratização da comunicação baseada no estabelecimento de novas relações políticas em torno dos sistemas de comunicação de massa.” (HERZ, 1993b, p.6)

Uma das idéias-chaves que demonstra a sintonia do FNDC com os novos tempos em que estamos vivendo, é o desenvolvimento e o reforço do conceito de *“controle público”*. O Fórum tem proposto e articulado ações de *controle público*, canalizando suas ações para que a sociedade civil organizada constitua alguns “locus”, espaços mediadores, entre o Mercado e o Estado, entre os empresários de comunicação e o Executivo, produzindo normas que incidam sobre os meios de comunicação de massa.

Essa relação e este *controle público* sobre o privado e o estatal não se limita, por exemplo, às decisões técnicas sobre as rádios e televisões, mas a principal disputa se dá na atribuição de um papel para os meios de comunicação na determinação da cultura. “Uma sociedade que não controla os meios de comunicação da sua própria cultura, não consegue escolher o destino e não está apta a produzir projetos para o país”, comenta Daniel HERZ (idem), coordenador do FNDC. Independente da operação ser privada ou

estatal, são necessários meios de assegurar o exercício do pluralismo e isso só se consegue através do *controle público*.

Junto com essa nova trindade surge uma nova dimensão sobre a concepção do que é o conceito de “público”. A discussão dicotômica entre o “Estatual” versus “Privado” começa a dar lugar a uma outra trindade teórica, que leva em consideração a “utilidade pública”, do “valor público” e o do “controle público” de uma determinada instituição ou sistema social. Hoje, fala-se que uma instituição pode ser estatal e ter uma concepção privatista, ou seja, estar sendo usada para fins simplesmente comerciais, servindo aos interesses de uma minoria privilegiada. Assim como, com o fortalecimento da sociedade civil surgiram muitas ONGs, associações sem fins-lucrativos, porém de direito privado. Indo mais longe, atualmente discute-se a responsabilidade *pública* das grandes empresas privadas e a concepção de “empreendedor” está sendo relacionada com a autonomia e cidadania, fazendo que surjam novas concepções de “empreendedores” que não relacionam essa concepção apenas com o *mercado*, mas com a sociedade civil : o chamado “empreendedor social”. Esta trindade de conceitos- *estatal, privado e público* - também flexibiliza-se.

O Movimento pela Democratização da Comunicação é um exemplo típico de como esses novos conceitos e essa discussão ideológica estão influenciando esta correlação de forças e a criação de novas práticas sociais. As frentes de luta pela TV a cabo e pelo Conselho de Comunicação Social empreendidas pelo FNDC, são um exemplo deste novo contexto histórico no qual surgem novas táticas e novos discursos de convencimento. A chamada “guerra do cabo” exemplifica bem essa tática utilizada pelo FNDC, ora

denunciando e enfrentando o empresariado e o Estado, ora negociando e fazendo alianças táticas com o empresariado e com a TELEBRÁS para avançar no *controle público* das comunicações do Brasil.

A reconceituação do que é público, a desprivatização do Estado, a conscientização social dos setores privados, são experiências que fizeram parte da luta pela lei da TV a cabo. A idéia de *controle público* é algo distinto de um poder estatal, burocrático, normativo, censório e restritivo. Por controle público entende-se a criação de relações e instituições que resultem numa incidência do público sobre o privado. As instituições voltadas para o *controle público* constituem espaços apropriados para uma permanente pactuação e repactuação, um “fórum mediador” estabelecendo relações entre os setores organizados e representativos da sociedade (HERZ, 1992). As negociações do projeto de lei da TV a cabo e da composição do Conselho de Comunicação Social, resultaram numa surpreendente experiência de amadurecimento das partes (Fórum e empresários), que aprenderam, mutuamente, a lidar de forma inovadora com as concepções de mercado e interesse público. “O Fórum assimilou do empresariado uma noção de viabilidade de mercado e a representação do empresariado desenvolveu uma percepção de interesse público. Ambos passaram a reconhecer a importância de uma atuação em bases legitimadas pelo consenso” (FAXFORUM, nº.23, 1994, p.2).

Assim, vários setores sindicais ligados ao FNDC que lutam contra a privatização das empresas estatais brasileiras de telecomunicações, assimilaram e avançaram rumo a esta conceituação e já não defendem apenas a manutenção do monopólio estatal, mas a transformação do sistema

TELEBRÁS em um monopólio público. “Precisamos mudar o sistema TELEBRÁS de estatal para público, tornando-o ainda capaz de participar ativamente nas transformações econômicas e tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo” (FITTEL, 1995, p.15).

O *controle público* da infra-estrutura de comunicação é estratégico, pois as infovias, ou superrodovias da comunicação, são o meio por onde circulará todos os fluxos de informação. Murilo RAMOS (1994, p.208) lembra que o próprio Al Gore⁷² tem insistido em chamar de *rodovias da informação* ou *estradas eletrônicas*, numa metáfora que facilita o entendimento popular e enfatiza o caráter *inerentemente público* de que estão revestidas as estradas de qualquer tipo em todo o mundo.

O fórum tem trocado projetos finalistas e acabados por propostas com objetivos estratégicos de *controle público*. Dentro desta concepção, uma das primeiras lutas do FNDC tem sido o Conselho de Comunicação Social.

6.3- Oito anos de luta por um Conselho Público de Comunicação Social

A luta por um Conselho de Comunicação, como órgão autônomo em relação ao Executivo e ao Legislativo, composto por entidades da sociedade civil para estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação, foi proposto pela primeira vez, durante a Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). A FENAJ, como já vimos no primeiro capítulo, em

⁷² Al Gore é o vice- presidente americano e tem sido o grande estimulador das estradas eletrônicas nos Estados Unidos. É dele o projeto (quando era senador) de incentivo e ampliação das estrutura das redes de comunicação eletrônicas (estradas eletrônicas) nos EUA.

discussão com entidades do movimento pela democratização da comunicação, encaminhou e patrocinou o projeto. Depois de muitas negociações e “lobbies”, a Assembléia Nacional Constituinte aprovou o Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso e com funções consultivas, sendo que a comissão de redação final, mudou o nome de “Conselho Nacional de Comunicação” para “Conselho de Comunicação Social” com a clara intenção de esvaziar a proposta.

Em dezembro de 1990 é aprovado no Senado Federal projeto do Sen. Pompeu de Sousa (PSDB-DF) com emenda do Sen. José Fogaça (PMDB-RS) que descaracteriza e limita a proposta do conselho. Já em outubro de 1991, o recém-criado Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, negocia com o empresariado de comunicação, representados pela ABERT, ANJ e ANER⁷³ e chegam a um acordo, encaminhando texto substitutivo para o projeto de lei do Senador Pompeu de Sousa. Em novembro do mesmo ano, depois de ter passado na Câmara, o substitutivo do dep. Antônio Britto (PMDB-RS), é aprovado no Senado Federal. Assim, em 30 de dezembro de 1991, o Presidente da República, sanciona a Lei 8.389, que institui o Conselho de Comunicação Social como órgão consultivo ao Congresso Nacional. Após esta primeira vitória do FNDC, a postura do empresariado foi de negociação quanto à composição do Conselho. Desta forma em março de 1992, o FNDC e o empresariado de comunicação chegam a um acordo quanto à possível composição do Conselho de Comunicação a ser instalado.

⁷³ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Nacional de Jornais e Associação Nacional de Emissoras de Rádio.

Porém, a lei 8.389 estabelecia um prazo de sessenta dias para que o Congresso Nacional elege-se os membros do conselho. Esgotou-se este prazo e também os trinta dias posteriores que o Congresso tinha para instalação do conselho, após a sua eleição. O Conselho de Comunicação não foi implantado pelo Congresso Nacional até o primeiro semestre de 1995. As razões da não implantação do conselho são explicitadas em setembro de 1993, pelo vice-presidente da ABERT e diretor da rede Globo, Carlos Eduardo Borghert, ao assumir publicamente ser contra a instalação do Conselho e propor sua retirada da Constituição, na reforma constitucional de 1994, definindo-o como “conselho fascista” (FAXFORUM, 1995, nº.26, p2).

Desde então, o FNDC tem alternado uma postura estratégica ofensiva de denúncia, com a estratégia de negociação com o empresariado, visando forçar o Congresso Nacional a implementar o conselho. Em novembro de 1993 o Fórum, através da FENAJ, entra no Superior Tribunal Federal com mandato de Segurança exigindo que o Congresso cumpra a Lei e instale o conselho. Porém, em abril de 1994, o Ministro Francisco Resek não acata o mandato do FNDC, afirmando que “o direito dos jornalistas de integrarem o conselho não foi ferido com o atraso da implantação do mesmo”, evitando a questão central do mandato que era o não cumprimento da lei 8389.

Em agosto de 1994, o Fórum se utiliza de uma nova estratégia para forçar a implantação do Conselho de Comunicação Social. Através de acordo negociado com o empresariado sobre a Lei de TV a Cabo, a proposta prevê que o Executivo só baixará regulamentos e normas após ser ouvido parecer do Conselho de Comunicação Social. Desta forma, o Fórum e o empresariado,

através do acordo, tentam forçar o Congresso Nacional a implantar o conselho. Em dezembro de 1994, depois de passar na Câmara, o Senado aprova a Lei de TV a Cabo, acolhendo acordo entre FNDC e empresariado de comunicação. Em janeiro de 1995, o Presidente Fernando Henrique sanciona a Lei de TV a Cabo, sem nenhum veto, acolhendo o acordo entre o Fórum e o empresariado. Porém, em maio, o presidente do Senado, Senador José Sarney (PMDB), demonstra resistência à implantação do Conselho, em reunião com o FNDC e o empresariado. O retardamento da implantação do conselho gera novo impasse entre o FNDC e os demais setores. O FNDC ameaça entrar com uma ação no Superior Tribunal Federal pedindo o embargo da instalação das TVs a Cabo, em função do vácuo jurídico decorrente da inexistência de regulamento e da não implantação do Conselho de Comunicação Social (FAXFORUM,1995, n°.27, p.2).

Para entendermos os motivos que levaram o presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, a tomar esta atitude, basta lembrar que foi ele que em 1988, fez uma verdadeira derrama de concessões de rádios e TVs para políticos, em troca de mais um ano de mandato como presidente da República⁷⁴ (ROCHA, 1992, p.13). Ou ainda lembrarmos que, é o Senador

⁷⁴ Em 1987, até outubro, a média mensal de outorgas das principais modalidades de serviços de radiodifusão (FM, AM e TV) era de 13,6 concessões e permissões. Coincidindo com a ofensiva do Centrão (Aliança conservadora que apoiava os cinco anos para Sarney) na Constituinte, as outorgas chegaram a 26 em novembro e 45 em dezembro. Foi o início de uma corrida desenfreada. De janeiro de 1985 a outubro de 1987 haviam sido efetuadas 417 outorgas. Daí para a frente, o Governo Sarney iria despachar outras 335 concessões até agosto de 1988, quase duplicando a média mensal do restante do seu mandato. Em fevereiro de 1988 já estavam ocupadas 70,35% das concessões tecnicamente viáveis de emissoras AM, FM e TV, restando menos de 30% disponíveis. O Governo Sarney, tendo como Ministro das Comunicações o Sr. Antônio Carlos Magalhães, foi responsável pela distribuição de um total de 1.028 concessões de emissoras de radiodifusão, principalmente em troca de votos na Constituinte. fonte: Ministério das Comunicações, Diário Oficial da União (Brasil Urgente, 1989,p.11; Versão, 1993).

José Sarney que encabeça a lista dos principais políticos⁷⁵ e familiares proprietários de emissoras de rádio e televisão, que são articulados às oito famílias e grupos econômicos que dominam a radiodifusão no Brasil⁷⁶ (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994, p.18).

Com o caos jurídico instalado criou-se um impasse. O FNDC está pressionando o Congresso Nacional ameaçando iniciar uma batalha jurídica, que pode expor o “tendão de Aquiles” do setor de comunicação no Brasil. O caos jurídico da área de comunicação pode revelar a estrutura do monopólio e o impasse legal pode trazer sérias repercussões sobre o mercado de comunicação. O FNDC tem responsabilizado o Congresso Nacional e parte do empresariado, representado por setores da ABERT, pela situação de impasse. Recentemente, preocupado com as possíveis repercussões do impasse jurídico causado, o Senador José Sarney, deixou vazar através de assessores, que está disposto a resolver “o problema do Conselho” (FAXFORUM, 1995, nº27, p.2).

⁷⁵ Os principais políticos sócios de emissoras de radiodifusão são: José Sarney, Fernando Collor de Melo, José Eduardo Andrade Vieira, Antônio Carlos Magalhães, Inocencio de Oliveira, Aloísio Alves Filho, Orestes Quércia, José Agripino Maia, Jader Barbalho, Edson Lobão, Carlos Santos, João Alves Filho, Cícero Lucena, Geraldo Bulhões, José Ribamar Fiquene, Albano Franco, Odacir Soares, Júlio Campos, Hugo Napoleão, Mansueto de Lavor, Gilberto Miranda Batista e Tasso Jereissati. Todos estes políticos são ou foram presidente da República, Ministros ou Senadores. É comprovado o uso de testas-de-ferro para burlar o código brasileiro de comunicação. Vários políticos, criam empresários fantasmas para monopolizar a comunicação. Essa mesma estratégia é utilizada pela maioria das famílias detentoras do monopólio de comunicação no país. O ex-governador Orestes Quércia por exemplo, tem três rádios e uma TV registradas em seu nome, porém a Folha de São Paulo demonstrou que ele ainda possui posse efetiva de mais duas televisões no interior de São Paulo, através da estratégia dos empresários testa-de-ferro (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/6/1994, p.18).

⁷⁶ As oito principais famílias que dominam a radiodifusão no Brasil são: Família Marinho (Rede Globo), Família Sirotsky (RBS), Família Block (Grupo Manchete), Família Saad (Rede Bandeirantes), Família Abravanel (Grupo Silvio Santos- SBT), Família Câmara (Grupo Câmara), Família Dou (TV do Amazonas), Família Jereisatti (Grupo Verdes Mares), e mais recentemente a Família Andrade Vieira (Bamerindus/CNT).

Esta é uma importante batalha para o Fórum, pois, como já vimos, desde o início de sua existência ele tem lutado pela implantação do Conselho de Comunicação Social. Em nível organizacional, com o Conselho instalado e reconhecido como órgão consultivo do Congresso Nacional, a sociedade civil vai ter a possibilidade de fiscalizar, apresentar propostas e permanentemente lembrar que os meios de comunicação social, possuem um caráter público e devem servir a sociedade como um todo e não somente aos interesses dos grupos empresariais e políticos aos quais estão cedidos.

6.4- A polêmica Lei de Imprensa: fruto da ditadura militar, ela continua em vigor

A Lei de imprensa que está em vigor foi promulgada em 9 de fevereiro de 1967, durante o Regime militar. Originada durante o período autoritário, foi votada durante o período de vigência do ato institucional nº 2 (AI-2) e está totalmente defasada e ultrapassada, não condizendo com o período de democratização que o país está vivendo. Trata-se de uma lei draconiana mais preocupada em coibir e reprimir do que garantir uma verdadeira liberdade de expressão. Na verdade, a lei de imprensa em vigência, elaborada em um regime de exceção, serviu apenas para ajudar a reprimir e censurar profissionais e órgãos de imprensa durante a ditadura militar.

Existe na sociedade um razoável consenso sobre a necessidade de substituir este entulho autoritário por uma lei mais moderna e adequada aos novos tempos. Projetos para uma nova lei de imprensa são inúmeros no Congresso Nacional (mais de 17), todos tentando traçar o perfil ideal para a

Lei de Imprensa a ser aprovada. Porém, somente dois projetos estão conseguindo polarizar e se destacar no Congresso Nacional. O primeiro projeto, foi encaminhado pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA) com substitutivo do Senador José Fogaça (PMDB-RS), patrocinado pela ANJ e conta com o apoio de um poderoso Lobby dos empresários do setor da comunicação. O segundo projeto de lei é o da Lei da Informação Democrática (LID), patrocinado pelo Fórum Nacional pela Democratização Comunicação, que, depois de várias discussões com parlamentares, foi encaminhado pelo Deputado Zaire Rezende (PMDB-MG). Em abril de 1992, a proposta da LID foi lançada no Congresso Nacional com ato público que contou com a presença de lideranças como Vicentinho (presidente da CUT), Luiza Erundina (ex- prefeita de São Paulo), representantes da CNBB, artistas e outras lideranças sindicais e políticas (GUILHON, 1993b, p.8).

O substitutivo do Senador José Fogaça foi aprovado pelo Senado e apesar de ser um avanço em relação à atual Lei de Imprensa, pouco acrescenta para a democratização da Comunicação, uma vez que continua priorizando o enfoque dos chamados crimes de imprensa, privilegiando, os deveres e os direitos dos jornalistas e das empresas de comunicação. O FNDC entende que é necessário apontar para uma nova concepção que garanta a mais ampla liberdade de informação. O que está em discussão não seria apenas uma “lei de imprensa”, mas uma lei da informação democrática em benefício da cidadania. A LID não se restringe a regulamentar os chamados delitos de imprensa e o direito de resposta, mas também inclui dispositivos contra a concentração e monopólio dos meios, valoriza a concepção de direito a informação e dentro do espírito do que foi aprovado na nova Constituição, determina a livre circulação

de informações, sem restrições e o direito de comunicar para a cidadania (ROCHA, 1994, p.2).

6.5- Projeto Zaire Rezende: um projeto ambicioso, que serve para mobilizar e popularizar a luta pela democratização da comunicação

O projeto da Lei da Informação Democrática é um projeto amplo que revoluciona as relações sociais e políticas no Brasil, ampliando o mercado de trabalho, conferindo utilidade social às emissoras de radiodifusão, permitindo que a população tenha direito de assumir o processo da comunicação social exercendo sua cidadania. Os principais pontos da LID são:

Direito e liberdade de informação jornalística, sendo que a verdade dos fatos poderá ser revelada em todos os casos.

Liberdade de transmissão municipal. Emissoras comunitárias de rádio e televisão, de alcance municipal, sem fins lucrativos, poderão ser instaladas apenas mediante registro no cartório local.

Direito à informação. Todas as pessoas terão liberdade de acesso às informações existentes em repartições públicas de qualquer natureza.

Direito de Antena. Entidades e movimentos de caráter estadual ou nacional terão direito à horário gratuito no rádio e na televisão.

Fim do monopólio na comunicação. Ninguém poderá controlar mais de 30% da comunicação social em um Estado ou no país. Ninguém poderá ter rádio, jornal ou revista e televisão ao mesmo tempo.

Regionalização da produção. Quarenta por cento da programação das emissoras de rádio e televisão serão ocupados por produção local e regional.

Pluralidade de versões. Os veículos informativos publicarão sempre os dois lados de uma questão, com as versões simultâneas das partes envolvidas.

Privacidade e direito de resposta. A honra, a vida privada, a intimidade, a autoria intelectual e a imagem das pessoas não poderão ser violadas. O direito de resposta será amplo, seguro e rápido.

Atendimento ao público. Todos os serviços de comunicação terão um serviço de atendimento ao público (ombudsman) (Manifesto de apoio a LID, 1993).

O projeto da LID possui uma grande abrangência e tenta modificar toda a estrutura dos meios de comunicação no Brasil. O projeto serviu para mobilizar e debater o problema dos meios de comunicação no Brasil, principalmente durante 1992 e início de 1993. O FNDC encaminhou um abaixo-assinado que mobilizou muitos grupos de base, comunidades e sindicatos, canalizando um sentimento de organização contra o monopólio dos meios de comunicação no Brasil. Muitos comitês foram iniciados e tiveram contato como o FNDC através do movimento pela aprovação da LID, do projeto de Lei Zaire Rezende. Em maio de 1993, a UCBC, o setor de comunicação da CNBB, a UNDA-BR, a OCIC-BR e o departamento de Comunicação da IECLB⁷⁷ realizaram uma quinzena nacional da LID ampliando ainda mais a campanha pela democratização da comunicação no Brasil. O comitê pela Democratização de São Paulo foi o comitê que mais

⁷⁷ Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

intensamente se mobilizou pela aprovação da LID. Apesar disso, o projeto de lei não avançou no Congresso Nacional.

Apesar da boa vontade demonstrada por alguns militantes que acreditam na aprovação da LID, ela tem uma plataforma excessivamente ampla, de abrangência ilimitada e utópica. O projeto da LID do FNDC, como um programa de princípios ou como um projeto ideal alternativo é bastante rico em idéias, porém difícil de ser aplicado à realidade conjuntural brasileira. Esse elemento levou a que o FNDC divergisse sobre como encaminhar a LID durante a IV Plenária Nacional do Fórum em março de 1993. Um grupo, liderado pelo Comitê de São Paulo, sob a bandeira da tese “Ousar resistir, ousar vencer” defendia que a mobilização da LID em 92 tinha sido um “ensaio geral” e que tinha que ser ampliada a mobilização e a luta de massa da LID (FNDC, 1993a). Já um outro grupo de lideranças do Fórum aglutinados em torno das propostas da FENAJ, apresentou tese divergindo e advertindo que a LID estava condenada a não ter futuro com sua atual formulação, excessivamente ampla. “Além de suas pretensões exageradas - capaz de unir contra o projeto todos os setores empresariais da área de comunicação- a atual formulação da LID apresenta sérios problemas de elaboração, debilidades inaceitáveis” (FNDC,1995d).

Essas divergências no encaminhamento da LID, fizeram com que a IV Plenária aprovasse a necessidade de aperfeiçoamento do projeto da LID e abriu-se então um novo processo de debate para subsidiar as negociações no Congresso Nacional, que ficou a cargo da nova coordenação do Fórum (VIEIRA, 1993a, p.4).

Durante o período do segundo semestre de 1993 e começo de 1994, a campanha da LID e as negociações no Congresso não avançaram. Assim, o 26º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em abril de 1994, em Curitiba aprovou a seguinte tese sobre a LID: “A tramitação da Lei da Informação Democrática - LID, no Congresso Nacional, está notoriamente travada pela amplitude da sua abrangência, o que tem impedido qualquer avanço no processo de negociação.(...) Por isso que a FENAJ volta a denunciar a irresponsabilidade que significa continuar fazendo propaganda da LID sem tomar iniciativas sérias, para assegurar sua tramitação.”(FNDC,1995d)

Assim, o 26º Congresso dos jornalistas encaminhou para a VI Plenária do FNDC a proposta de uma elaboração específica para tratar dos pontos que estariam obstaculizando a aprovação da LID. Neste documento a FENAJ propõe que o Fórum elabore projetos de legislação específica sobre radiodifusão e novas tecnologias de comunicação, coibição do monopólio e oligopólio, regionalização da produção e estímulo à produção independente. Neste mesmo espírito, a tese da direção da FITERT para o seu IIIº. Congresso Nacional, que irá realizar-se em agosto de 1995, em Maceió - AL, chegou a conclusão que a LID “ já cumpriu seu papel de agitação e aglutinação do movimento, mas que para obtermos vitórias no Congresso será necessário desmembrá-lo, negociando uma lei de Imprensa que garanta formas de controle público sobre os meios de comunicação e o compromisso de regulamentar em separado os demais pontos polêmicos da LID” (FITERT, 1995).

Certamente, o projeto da LID tem que ser revisto, assim como a estratégia de luta pela sua aprovação. Vários elementos colocados no projeto de lei Zaire Rezende não tem condições de sustentação na atual conjuntura brasileira. Qualquer grupo minoritário no Congresso Nacional pode obstruir votações e no caso da LID, com um Congresso Nacional majoritariamente de perfil conservador, fica difícil imaginar sua aprovação sem negociação e um mínimo de consenso. Sendo assim, o Fórum tem criado alternativas de atuação produzindo novas táticas para implantar elementos que fazem parte do Lei da Informação Democrática. Uma delas é a luta pela regulamentação da radiodifusão comunitária e livre.

6.6- A proposta de regulamentação para radiodifusão comunitária e livre: uma nova tática para avançar na democratização do espaço radiofônico.

Com o impasse criado em torno da tramitação da LID no Congresso Nacional, em março de 1995, o Fórum passou a desenvolver uma nova formulação, partindo da hipótese de regulamentação das rádios livres e comunitárias através de decreto, sem necessidade de lei. Assim que o Fórum começou a articular a idéia, o Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) se propôs a patrocinar o projeto e participou com representantes do Fórum de uma audiência com o Ministro das Comunicações Sérgio Motta, em 10 de abril de 1995.

A partir desta audiência ficou acertada a composição de um Grupo de Trabalho composto por membros do Fórum e técnicos do Ministério das Comunicações.⁷⁸ A proposta de regulamentação elaborada pelo Grupo de trabalho tem o objetivo de ser apresentada através do Ministério das Comunicações como proposta de decreto lei para ser sancionada pelo Presidente da República. A partir destas primeiras negociações, o FNDC organizou uma comissão de entidades para continuar a encaminhar a regulamentação das Rádios e TVs Livres e Comunitárias junto ao Executivo e Legislativo⁷⁹ (FAXFORUM, n.º.26, 1995).

6.7- Novas tecnologias : TV a Cabo é a maior vitória do Fórum até o momento, mas corre o risco de ser absorvida pelo monopólio

As novas tecnologias em comunicação estão abrindo um novo mercado que envolve milhões de dólares e milhões de consumidores. Algumas destas novas tecnologias ainda estão em fase experimental, mas prometem rapidamente inundar o mercado globalizado com várias opções e formas de comunicação. O Governo Fernando Henrique Cardoso está em sintonia com a hegemonia neo-liberal em nível mundial, que prega a rápida privatização das estatais do setor de telecomunicações no país e a abertura do mercado. Este fato vai atrair grandes grupos econômicos internacionais de comunicação. O mercado de TV por assinatura⁸⁰ terá um mínimo de 6 milhões de assinantes até o ano 2000 e um faturamento de 2, 9 bilhões de dólares por ano só em

⁷⁸ O Fórum indicou quatro pessoas para compor o grupo de trabalho: Sebastião dos Santos (FITERT e Ar Livre), Marco Aurélio Carvalho (AMARC), Malu Gaspar (ENECOS) e Léo Pigatti (ARLESP).

⁷⁹ A comissão é constituída pelas seguintes entidades: ENECOS, FITERT, ABVP, AMARC, ARLESP (Mov. Rádios Livres de SP).

⁸⁰ Transmissões de programações de TV exclusivas que só podem ser captadas pelos usuários que pagam pelo serviço.

mensalidades pagas pelos assinantes, sem contar receita publicitária e de outros serviços. Entre as novas tecnologias possíveis de transmissão, estão a direta por satélite por banda Ku, a direta por satélite por banda C, a LMDS, MMDS e a transmissão por cabo⁸¹.

Existem no Brasil cerca de 32 milhões de aparelhos de TV (um para cada cinco habitantes) e dois milhões de antenas parabólicas espalhadas por todo o país. Porém, somente 80 mil residências em todo o país tem acesso a programações exclusivas de TV por assinatura. Segundo a ABTA, só no ano de 1995, serão criados mais de 20 mil empregos no país com o crescimento das redes de TVs por assinatura⁸². O mercado brasileiro é um dos maiores mercados a serem explorados em todo o mundo. Sozinho, o mercado brasileiro representa a metade do mercado latino americano. Por isso, os Grupos Globo e Abril já se associaram a grupos internacionais para explorar e ocupar esse espaço⁸³ (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995, E- p.3,4; BERNARDO,1995, C- 6.p1).

⁸¹ Transmissão em banda Ku, são canais transmitidos direto do satélite em alta frequência (10,7 a 12,2 gigahertz) e podem ser captados por antenas parabólicas de 60 cm de diâmetro, que podem ser instaladas na varanda dos apartamentos. O início das produção e venda no Brasil está previsto para início de 1996. Em banda C, são sinais que descem direto do satélite na faixa de frequência de 5,9 a 6,4 gigahertz (50 vezes mais alta do que a frequência de radio FM) e são captados por antenas parabólicas comuns. Como TV paga os sinais descem em códigos e exigem decodificador. LMDS - sigla que significa: Local Multipoint Distribution System (Distribuição local a partir de vários pontos). Sinal de voz, imagem e dados são distribuídos em altíssima frequência (28 gigahertz) e podem ser captados por antenas um pouco maiores que um cinzeiro (15cm x 15cm). MMDS- sigla que significa Multipoint Multichannel Distribution System (sistema de distribuição multicanal a a partir de vários pontos). A empresa operadora capta os canais de satélites por parabólicas e os retransmite para os usuários na faixa de frequência de 2,5 a 2,6 gigahertz. Por Cabo- Empresas que exploram o serviço captam as imagens de satélites por parabólicas e as transmitem para o assinante por cabos de fibra óptica ou de cobre.

⁸² Serão criados empregos especializados nas áreas de engenharia eletrônica, técnicos em telecomunicação, telemarketing e nas produtoras de TV e vídeo.

⁸³ A Rede Globo se associou ao grupo News Corporation, do australiano Rupert Murdoch e à Abril a Huhes Communications, subsidiária da General Motors e a Multivison do México.

6.7.1- A luta pela lei da TV a Cabo

A TV a Cabo é, destas novas tecnologias, a que está mais disseminada e o Brasil, com a tecnologia da fibra ótica, é um dos seis países que possui tecnologia de ponta. Além disso, ela é ideal para as grandes cidades. Foi por tudo isso que aconteceu uma disputa que durou cerca de 20 anos para a regulamentação da TV a Cabo.

Em 1974, num movimento iniciado no Rio Grande do Sul, surgiu a reação da sociedade contra a forma de implantação da TV a Cabo pretendida pelo Ministério das Comunicações, que se configurava como uma verdadeira negociata que beneficiava as Organizações Globo, os Diários Associados, ex-dirigentes do Ministério da Comunicações e setores da indústria eletrônica, que haviam elaborado um esquema para implantar por decreto a regulamentação da TV a Cabo. A APC (Associação de Promoção da Cultura), uma associação civil do RS, denunciou e desmascarou a articulação, divulgando um dossiê em plena época da repressão política, inclusive para o Serviço Nacional de Informação (SNI) e para a Polícia Federal. A tática deu certo e as denúncias tiveram forte reação em setores das Forças Armadas. O general Ernesto Geisel decidiu sustar a aprovação do decreto. Foi vencida a primeira batalha da “Guerra do Cabo”.

Em março de 1979, durante o Governo Figueiredo, houve nova tentativa de implantação por decreto, mas houve novas reações de setores da sociedade civil e de setores do Exército e o governo desistiu de implantar por decreto a nova tecnologia. Mas foi em dezembro de 1989, no final do Governo Sarney,

que o então Ministro Antônio Carlos Magalhães e o secretário geral do Ministério, Rômulo Furtado, baixaram a portaria 250, criando um serviço denominado DISTV. Essa era uma prerrogativa legal para criar uma situação de fato, estabelecendo condições para instalação de redes que depois seriam transformadas em TV a Cabo.⁸⁴ Cheia de irregularidades, essa portaria permitia, por exemplo, autorizações eternas, entregues sem licitação “aos amigos do rei e do planalto” (VERSÃO, 1993, p.1).

6.7.2- O FNDC entra na disputa da TV a Cabo

Com a entrada do Governo Collor, foram distribuídas 106 autorizações de DISTV nas principais cidades do país. Em 1991, o Ministério das Comunicações tentou aprovar por portaria e logo a seguir por decreto, uma regulamentação para a TV a Cabo. O então recém-criado Fórum pela Democratização da Comunicação organizou a resistência à nova manobra oficial. Em outubro do mesmo ano o Fórum, através do Deputado Tilden Santiago (PT-MG) apresentou o projeto de lei 2.120/91 regulamentando a matéria.

Em 1992, com a queda de Collor, a pressão do Executivo diminuiu e a deputada Irma Passoni (PT-SP), então Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, apoiada pelo FNDC, abre um processo de interlocução, criando um grupo de trabalho que reuniu os principais interessados na Lei de TV a Cabo⁸⁵. Neste debate o Fórum refez

⁸⁴ As DISTV na verdade são redes físicas, com estruturas de TVs a cabo, mas que não podem legalmente transmitir programação própria, podem apenas transmitir programação recebida via satélite.

⁸⁵ Pela primeira vez sentaram-se à mesa de negociações para discutir a TV a Cabo, representantes do empresariado de comunicação, indústria, FNDC e Governo Federal.

seus conceitos e depois de aprofundados estudos, lançou diversas hipóteses sobre o novo perfil para a lei de TV a Cabo.

No início de 1993, ao suceder a deputada Irma Passoni, o novo presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado Maluly Neto (PFL-SP), um dos contemplados por Sarney com concessões, deu fim ao grupo de trabalho. O Fórum começa a trabalhar em parceria com a TELEBRÁS. Em agosto o FNDC e a TELEBRÁS concluíram o texto substitutivo, mas o empresariado de comunicação não mostrava disposição de discutir o projeto. Ao contrário, o empresariado acelera a implantação das redes de DISTV em todo o país. Em setembro de 1993 o FNDC deflagra a “guerra do cabo”, com o objetivo de derrubar a portaria 250 do serviço de DISTV e obstruir em todo o Brasil a implantação da TV a Cabo. Deste modo, o FNDC prepara ações junto à Procuradoria da República, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Congresso Nacional. Em novembro, o empresariado de comunicação aceitou iniciar um processo de negociação. Em março de 1994, as negociações avançam com a interlocução do deputado Koyu Iha (PSDB-SP), relator do projeto e entra na reta final de aprovação. (FAXFORUM, nº.23, 1995, p.1; SJPSC, 1994, p.2; VERSÃO, 1993).

Segundo a direção do Fórum, estas negociações resultaram numa surpreendente experiência de amadurecimento das partes (FNDC e Empresários), que passaram a lidar de forma inovadora com as concepções de mercado e de interesse público. Tudo parecia caminhar para um entendimento final, quando aconteceu o imprevisto. Uma divergência profunda ocorre entre

os membros da comissão de negociação que representava o Fórum⁸⁶. Três dos quatro membros declaram que os objetivos foram alcançados num texto final com os representantes da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), mas o quarto membro, representante da FITTEL e os representantes da TELEBRÁS consideraram que o texto era inadequado. O processo de negociação ficou paralisado e os debates chegaram à V Plenária Nacional do FNDC com os ânimos acirrados.

A FITTEL acusa a FENAJ de apoiar um documento que chegou a ir ao plenário da Câmara em nome do Fórum, “que não atende aos princípios básicos do Fórum, não democratiza a comunicação e fere o monopólio estatal das telecomunicações na Constituição. Pior, cria a figura do monopólio privado, possibilitando ampliar a atuação e o poder dos oligopólios existentes no setor das comunicações” (FITTEL, 1994, p.1). A FENAJ por sua vez, acusa a FITTEL e a TELEBRÁS de corporativismo afirmando que “num processo em que a Comissão de negociação começou cerrando fileiras com a TELEBRÁS, estes três membros chegam, agora a conclusão de que para defender seus “legítimos interesses”, a TELEBRÁS consegue ser “menos pública”, do que as Organizações Globo estão dispostas a ser, na regulamentação da TV a Cabo” (FENAJ, 1994c, p.15). Em julho, durante a V plenária Nacional ocorrida em Salvador - BA, depois de acalorados debates entre as posições da FENAJ e da FITTEL, foram superadas as divergências, propondo-se ao empresariado ajustes pontuais nas bases do acordo. As principais reivindicações foram aceitas pelo empresariado de comunicação e no

⁸⁶ Os três membros eram Carlos Eduardo Zanatta, da assessoria do PT na Câmara, Murilo César Ramos, professor da UNB e UNICAMP e Daniel Herz, da FENAJ. O quarto membro era José Paulo Guimarães Neto da FITTEL.

dia 30 de agosto, foi selado um acordo expressando um consenso jamais alcançado na área de comunicação.

6.7.3- A TV a Cabo agora tem lei: Rede Única, Pública e com participação da sociedade civil

O Congresso acolheu o consenso na sociedade e a Lei da TV a Cabo foi votada, sem emendas, em setembro na Câmara do deputados e em dezembro no Senado federal. Aprovado pelo Congresso, restava evitar as ameaças de veto pelo Executivo. O Ministério das Comunicações tentou até o último momento, fazer o presidente vetar diversos pontos da Lei de TV a Cabo. Nitidamente, o Ministério das Comunicações não queria ter sua atuação exposta para a sociedade. O principal ponto de reação foi quanto ao envolvimento do Conselho de Comunicação Social nas normas de regulamentação da TV a Cabo. O Fórum através da FENAJ e os empresários através da ABTA, dirigiram um veemente apelo ao presidente Fernando Henrique pedindo a aprovação sem vetos da Lei da TV a Cabo. No dia 6 de janeiro, o presidente sancionou a lei da TV a Cabo sem qualquer veto, mantendo o texto original.

Essa foi a maior vitória do Fórum conquistada até o momento. E segundo a avaliação da direção do FNDC, “estão lançadas as bases para uma revolução na comunicação no Brasil.” (FAXFORUM, nº.26, 1995). Os principais pontos da lei são os seguintes:

Estatuto Público. A TV a cabo é um serviço privado, mas de dotado de um estatuto público.

Rede Pública e Única. Não existirá rede de TV a Cabo. A rede implantada será parte do sistema nacional de telecomunicações.

Canais de Utilidade Pública. Todos os assinantes do Serviço de TV a Cabo terão acesso, gratuitamente, a 6 canais de utilidade pública: três canais legislativos, um canal educativo, um canal universitário e um canal comunitário.

Desbloqueio da concorrência comercial. 30% dos canais disponíveis deverão ser utilizados por terceiros, sem qualquer associação coma operadora do serviço de TV a Cabo.

Canais para manifestações. Pelo menos dois canais deverão ficar reservados para uso exclusivo em caráter eventual. Assim, sindicatos, partidos e congressos de associações poderão ser transmitidos nos chamados *auditórios eletrônicos*.

6.7.4- Lutar para que a lei vingue: um desafio para o FNDC

O fato de ter conseguido consolidar e aprovar a Lei da TV a Cabo com o conceito de Rede Pública, Única e com participação da sociedade civil, foi muito importante para luta pela democratização da comunicação no Brasil, porém, isso não tem significado uma consolidação imediata desta vitória dos setores democráticos frente ao monopólio privado. Falta a regulamentação da Lei e também falta fazer “vingar a lei”. Apesar da direção do Fórum acreditar que “estão dadas as bases para uma revolução no país”, alguns setores do Fórum tem críticas ao processo e ao resultado da negociação da lei de TV a cabo. Marco Antônio Ribeiro, coordenador do Sindicato dos Radialistas de São Paulo, questiona a posição da direção do FNDC: “É estranho que a parte

(da lei de TV a Cabo) que interessa às entidades patronais já esteja em vigor e as partes que nos interessam dependam de regulamentação e todos sabemos que o congresso não está regulamentando nada(...)" (RIBEIRO, 1995). O Brasil é um país onde historicamente existem leis que foram aprovadas e nunca saíram do papel. O Estatuto do Menor e do Adolescente por exemplo, é ferido a todo instante e ninguém vai para a cadeia. Ao mesmo tempo em que era aprovada Lei da TV a Cabo, sintomaticamente o Governo, através do ex-ministro Djalma de Moraes, decidia duplicar o número de canais de MMDS (televisão por assinatura via microondas), favorecendo principalmente o grupo TVA, através da portaria 897, de novembro de 1994. Ao premiar de forma ilegítima determinadas empresas, esta portaria mostrou que atitudes escusas e autoritárias continuam em vigor convivendo com algumas atitudes democráticas.

Por fim, é importante lembrar que o atual mercado de exploração de TV a Cabo caminha para o monopólio e está cada dia mais dominado pelos mesmos grupos que concentram as rádios e TVs em VHF⁸⁷. Pesquisa recente comprovou que as organizações Globo já são sócias, direta ou indiretamente, de 42 das 70 operadoras de TV a Cabo, ou DISTV, em operação no país (LOBATO, 1995, p. E.1-16).

A lei da TV a Cabo aprovada possui vários princípios que foram conquistas do Movimento pela Democratização da Comunicação e do FNDC. Dentre eles, destaca-se a afirmação do conceito de rede única e pública, o estabelecimento de canais de utilidade pública (universitários, comunitários,

⁸⁷ Very High Frequency- frequência elevada de transmissão de sinais de televisão. Compreende os canais de números 2 a 13.

etc.) e a afirmação do Conselho de Comunicação Social. Porém, neste processo de negociação e embate, o grande empresariado também conseguiu pontos favoráveis às suas posições políticas, como a garantia da conversão das atuais concessões de DISTV em TVs a Cabo e a falta de um limite do número de concessões de TVs a cabo por pessoa jurídica, deixando em aberto a possibilidade para que os grandes grupos de radiodifusão continuem intensificando a monopolização do mercado que já vem delineando.

A luta pela regulamentação da lei de TV a Cabo, parece que se tornará um novo “round” desta batalha rica em propostas e articulações dos mais variados atores envolvidos. Porém, deve-se destacar que estes atores já não são os mesmos do início da luta. Todos estão mais experientes e conhecendo melhor uns aos outros, bem como os objetivos dos interlocutores e seu modo de agir.

A própria lei que criou o Conselho de Comunicação Social e o acerto para a composição do conselho, entre o Fórum e o empresariado de comunicação, reafirma o amadurecimento das partes envolvidas. Parece que neste momento estão no Congresso Nacional, os principais atores sociais, que ainda não assimilaram este novo momento político, vivenciado entre trabalhadores, sociedade civil e empresariado. É no Congresso Nacional onde se situa a maior resistência aos encaminhamentos para votação da composição do Conselho de Comunicação Social. Na proposta de composição acertada pelo Fórum com o empresariado, estão representados os empresários (Rádio, TV, imprensa), engenheiros de Telecomunicação, profissionais de Comunicação (jornalistas, radialistas, artistas, etc.) e membros da sociedade civil (CNBB, OAB, ABI, etc.).

Assim, chegamos a uma conjuntura onde duas leis votadas pelo Congresso Nacional, a lei 8.389 de 30/12/91 que estabelece o Conselho de Comunicação Social e a lei 8.977 de 6/01/95, a lei de TV a Cabo, encontram dificuldades para entrar em vigor por intransigência do presidente do próprio Congresso Nacional, Senador José Sarney, que não encaminha a votação da composição do Conselho de Comunicação Social criando um impasse jurídico e legal. Parece que o Conselho de Comunicação Social, incomoda uma parcela da elite política brasileira, mesmo não possuindo poderes deliberativos, sendo apenas um órgão de consulta e auxílio ao Congresso. Mais do que o poder do Conselho em si, talvez o que incomode essa parcela da elite política de Brasília, seja a concepção e a novidade que a proposta do Conselho traz no seu bojo. Um conselho composto e acordado por membros da sociedade civil, do empresariado e dos trabalhadores, atuando permanentemente junto ao Congresso Nacional, mudará completamente o ambiente da política de comunicação do Brasil.

CONCLUSÃO

Vimos no primeiro capítulo deste trabalho um histórico do Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil nos últimos dez anos (1984-1994); analisamos o surgimento da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, a luta do movimento na Constituinte e o surgimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Nestes últimos dez anos o mundo mudou bastante: “o verde violentou o muro” na Alemanha⁷⁶, a Perestróika ajudou a mudar a lógica da “guerra fria” e grande parte dos países do socialismo real ruiu. O fenômeno do surgimento das novas tecnologias e da globalização deixou de ser uma tendência do futuro e tornou-se uma realidade cotidiana, principalmente nos anos noventa.

No segundo capítulo, contextualizamos essas mudanças e essas tendências internacionais no Brasil e como influenciaram no surgimento do Movimento pela Democratização da Comunicação. Nos anos oitenta, a sociedade civil se rearticula rapidamente e o movimento popular e sindical surge com nova força e novas práticas, lutando pela redemocratização do país. A transição para a democracia é lenta e gradual, mas o movimento das “Diretas já” fortalece a democratização do país fortalecendo conseqüentemente os movimentos sociais populares. O Brasil é um dos países onde existe o maior monopólio do sistema de comunicação em nível mundial, sendo que *em nenhum outro país do mundo capitalista* existe uma tão grande concentração

⁷⁶ Referência ao título do diário de Ignácio de Loyola Brandão, sobre a situação Alemã e o muro de Berlim .

da propriedade dos meios de comunicação: 80% destes estão sob o controle de nove famílias e mais de 95% estão nas mãos da iniciativa privada (FITERT, 1995). Este fato certamente influenciou o surgimento e a organização de um movimento junto à sociedade civil que lutasse para modificar essa situação.

A Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC) surge como um embrião, um movimento de vanguarda, quase que para além de seu tempo, mostrando a ponta de um “iceberg” - o monopólio da comunicação no Brasil - e apontando a importância da organização e da articulação de um movimento por políticas democráticas de comunicação.

A sociedade civil mais politizada, nos anos oitenta, apesar de seu crescimento rápido, ainda era organicamente recente e possuía pouca experiência democrática, por isso não teve condições de assimilar a importância prioritária desta luta para o fortalecimento da democracia no Brasil. Somente após o episódio da manipulação do debate do segundo turno das eleições presidenciais de 1989 (Collor X Lula) deflagrou-se um sentimento de indignação por todo o país, fazendo com que vários setores da sociedade civil se articulassem para lutar pela democratização da comunicação. Surgem então em 1990, os primeiros comitês pela democratização da comunicação em vários estados (SP, RJ, DF, SC, GO, MG e MT) os quais, em 1991 articulam-se no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) (MOTTER, 1995, FITERT, 1995).

No início dos anos noventa, as novas tecnologias em comunicação (vídeo, rádio, informática) já são bastante acessíveis para uma grande parcela da população brasileira e, junto com elas, os movimentos de vídeo popular, rádios livres e comunitárias e as redes de comunicação eletrônica, iniciados em meados dos anos oitenta, vão sedimentando-se e ampliando a sua importância, principalmente através da criação de redes apoiadas por ONGs (Organizações Não-Governamentais), fóruns e associações de ONGs.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação cresce e amplia sua rede de relações políticas e sociais. A diferença na composição social da Frente (FNPDC) e do Fórum (FNDC) ocorre principalmente pela ampliação da participação dos movimentos e das organizações de vários tipos. Além das entidades sindicais ligadas aos trabalhadores da comunicação, que crescem e expandem sua base (e continua a ser um dos cerne do movimento) e do movimento estudantil (principalmente grupos ligados ao curso de comunicação social), a rede de relações do Fórum amplia sua atuação junto a outros atores sociais. Entidades e movimentos de atuação direta com novas tecnologias em comunicação (principalmente grupos que trabalham com rádios livres e comunitárias e vídeo popular) articularam-se com forte atuação junto ao Fórum, ajudando a dar um novo perfil para o FNDC.

Analisando os atores sociais que compõe o FNDC, notamos que entre as entidades nacionais participantes no Fórum nos três anos mais recentes, treze (13) destas organizações participaram de todas as três plenárias. Estas 13 entidades nacionais tem uma grande participação efetiva. Além destas, mais

quatro entidades participaram de pelo menos duas plenárias das últimas três ocorridas.⁸⁸ Verificamos também, que estas entidades nacionais, tem sido fundamentais na organização e encaminhamento do FNDC e são forças determinantes na coordenação executiva e no conselho político do Fórum representando 60% de sua direção política. De modo geral, podemos dizer que os comitês regionais teriam cerca de 40% da representação da direção nacional do Fórum. Evidentemente, não podemos fazer uma relação mecânica destes dados, pois como estamos vendo, os atores sociais do Fórum formam uma cadeia muito grande de relações e essa divisão esquemática serve apenas para identificarmos pedagogicamente os locais, os “nós” de atuação do movimento e quem constitui essa rede.

Podemos constatar uma hegemonia das entidades sindicais no Fórum, pois das 274 entidades regionais filiadas aos comitês regionais, 129 são entidades sindicais, uma percentagem de 47 % do total de entidades. Como vimos, todos os 19 comitês regionais cadastrados para a VI Plenária do FNDC, possuem alguma entidade sindical filiada. De todas as entidades sindicais filiadas, 33 são da área de comunicação, ou seja, 25,5% do total das entidades sindicais. Além disso, 14 comitês possuem alguma entidade sindical ligada a área de comunicação (jornalistas, radialistas, telecomunicações, etc.), ou seja 73,6% dos comitês regionais. A coordenação executiva do Fórum, eleita na V Plenária mostra uma composição de forças, na qual a importância e o peso das entidades sindicais aparecem claramente: duas das cinco entidades representadas na direção são federações sindicais, representando 40% da

⁸⁸ Participaram de 3 plenárias: ABVP, ANEAT, ENECOS, FASE, FITERT, FENAI, Inst. Alberto Pasqualini, IBASE, Juv. Soc. PDT, PT, ANDES, INTERCOM, UCBC e participaram de 2 plenárias: FITTEL, MODECOM, UNDA - Brasil e UNE.

direção executiva do FNDC. Além disso, a totalidade destas entidades sindicais (FITEL e FENAJ) é ligada aos trabalhadores da área da comunicação (100%). Esses dados evidenciam que as entidades sindicais ligadas à área da comunicação exercem forte influência na direção do movimento. O desafio de envolver de forma mais intensa as outras entidades sindicais é uma das questões que o movimento tem para resolver no seu futuro próximo, caso queira ampliar suas raízes e articulações em rede. A hegemonia das entidades sindicais nos comitês regionais, com a honrosa exceção do Comitê do Rio de Janeiro, também levanta um questionamento: até que ponto, o movimento está verdadeiramente enraizado junto aos outros setores da chamada sociedade civil (movimentos sociais, ONGs, organizações comunitárias, etc.)?

A atuação recente dos atores do Fórum já começam a esboçar uma resposta à questão levantada acima. Merece destaque a ampliação da rede de movimentos que o Fórum está conseguindo criar, como a participação dos setores da Igreja progressista, principalmente das entidades cristãs que trabalham com comunicação. Estas entidades integram o Fórum, de forma menos atuante em âmbito interno, mas tem dado importante contribuição à nível público na divulgação e debate sobre este. A participação de partidos políticos progressistas existe, mas ainda é tímida. A participação das entidades sindicais (não vinculadas à comunicação) tem sido de um apoio passivo ao movimento. A CUT é a central sindical que tem começado a se preocupar mais em ter uma política de comunicação. Observa-se também que a maioria das entidades sindicais filiadas ao Fórum está sob influência desta central sindical. Tem crescido também a participação de ONGs (organizações não-

governamentais), sendo que, como já vimos, no maior comitê estadual (RJ) elas possuem um expressiva participação.

A presença de alguns atores sociais estimulam ambiente para organização e crescimento dos comitês. Estes pólos aglutinadores, estes “locus”, são importantes e devem ser destacados para entendermos a rede do FNDC. Como já falamos, o movimento sindical é um espaço importante para a organização e apoio estrutural de muitos comitês. Os sindicatos, principalmente de jornalistas e radialistas, tem dado importante contribuição como espaço para a articulação do movimento em rede em muitos estados. Porém, além dos sindicatos, temos que destacar outros espaços institucionais importantes que tem dado grande contribuição para a construção em rede. O espaço universitário tem sido um elemento importante de estímulo para a articulação e o debate do movimento.

As entidades acadêmicas e estudantis possuem 47 entidades cadastradas formando 17% das entidades regionais. O movimento estudantil é bastante ativo, sendo que no cadastro nacional existem 31 entidades estudantis cadastradas nos comitês regionais (centros, diretórios e grêmios estudantis). Existem também faculdades e departamentos de comunicação (4) filiados ao Fórum. Um “locus” que ainda é pouco ocupado pelo FNDC é o das Igrejas progressistas, apesar do apoio explícito destes setores ao Fórum. Não podemos esquecer que este foi um espaço que teve muita importância na construção dos novos movimentos sociais do país e que está se organizando em redes de comunicação, como por exemplo, a Rede VIDA de Televisão⁸⁹.

⁸⁹ A Rede Vida ainda não tem uma definição muito clara de seu perfil, mas pode ser um espaço interessante a ser ocupado pelos setores próximos do MDC e FNDC.

O Fórum pode ser considerado uma “rede de redes” de comunicação. Ampliando o conceito de Redes de Informação (SCHERER-WARREN, 1995a), poderemos dizer que o Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC) que tem a sua face institucional mais articulada no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, é uma *rede de comunicação ou uma rede de redes de comunicação*. O conceito *comunicação* é mais abrangente que *informação*. Estas redes não tem apenas o objetivo de informar, de levar a informação aos demais, mas tem também o objetivo de dialogar, trocar informações e criar políticas públicas de comunicação. O conceito *redes de comunicação* leva em consideração as várias práticas e o diálogo entre os atores sociais caracterizado pelo fortalecimento de organizações horizontais, pelo fluxo de informações decorrentes dos diversos atores sociais e não apenas de um ator central e vertical.

O FNDC é uma complexa rede de atores sociais, os quais discutem e negociam entre si, elaborando neste “locus” muitas propostas para atuação conjunta, sem perder a identidade de atores e entidades específicas. Quando dizemos “uma rede de redes de comunicação”, estamos nos referindo tanto no sentido físico (rede técnica), organizacional, como no sentido político (rede de atores sociais), sociológico do termo. Denominamos uma rede de redes, porque o Fórum é uma rede temática (democratização da comunicação), mas que possui muitas entidades, associações e redes com identidades próprias (vídeo popular, cristãs, sindicais, partidos políticos, rádios livres, jornalistas, radialistas, telecomunicação, etc.). Em nível organizacional,

esta estrutura de rede mostra ainda um predomínio das entidades sindicais, principalmente ligadas aos trabalhadores da comunicação.

Como vimos, as redes de relações do Movimento pela Democratização da Comunicação são muito ricas e dinâmicas e o Fórum tem como desafio, a curto prazo, envolver mais alguns atores importantes que tem participado de forma periférica na organização estrutural do FNDC. O Fórum tem que pensar uma estratégia para discutir e se aproximar de outros atores sociais e outras redes como a Rede Vida de Televisão, a ABONG, as redes feministas, ecologistas, de valorização da cultura afro-brasileira, dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, entre outras.

Neste mesmo sentido, o desafio de romper com o corporativismo e fazer com que uma grande parcela da sociedade civil brasileira (não-especialista em comunicação) assuma a causa da democratização da comunicação como luta prioritária para a democratização do país, é fundamental para o crescimento e enriquecimento do Fórum, bem como para a luta pela cidadania e democracia brasileiras.

A nova ordem mundial tem como principal característica o fenômeno da globalização. Ela não é um fato acabado, mas um processo em marcha. Em poucos anos, terminou um ciclo da história e começou outro. Muitas coisas estão mudando no mundo, abrindo outras perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais (IANNI, 1993). Com a derrocada do socialismo de estado no Leste Europeu não se fala mais da tradicional trindade nas concepções de

desenvolvimento: Capitalismo avançado (1º. mundo), socialismo de estado (2º. mundo) e países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (3º. mundo). Neste momento, parece que uma nova trindade está tomando lugar da anteriormente citada. Reflete-se agora, sobre o caminho do Estado, do Mercado e de um caminho, cujas dimensões ainda são incertas, cuja importância é potencialmente enorme: o da sociedade civil⁹⁰ (WOLFE,1992).

Junto com essa nova trindade surge uma nova dimensão sobre a concepção do que é “público”. A discussão dicotômica entre o “Estatal” versus “Privado” começa a dar lugar a uma outra trindade teórica, que leva em consideração a “utilidade pública”, o “valor público” e o “controle público” de uma determinada instituição ou sistema social. Hoje, fala-se que uma instituição pode ser estatal e ter uma concepção privatista, ou seja, estar sendo usada para fins simplesmente comerciais, servindo aos interesses de uma minoria privilegiada. Também, com o fortalecimento da sociedade civil surgiram muitas ONGs, associações sem fins-lucrativos porém de direito privado. Indo mais longe, atualmente discute-se a responsabilidade *pública* das grandes empresas privadas e a concepção de “empreendedor” está sendo relacionada com a autonomia e cidadania, fazendo que surjam novas concepções de “empreendedores” que não relacionam essa concepção apenas com o *mercado*, mas com a sociedade civil : o chamado “ empreendedor social”. Esta trindade de conceitos - *estatal, privado e público* - também flexibiliza-se. O Movimento pela Democratização da Comunicação é um exemplo típico de como esses novos conceitos e essa discussão ideológica estão influenciando esta nova correlação de forças na prática social. As frentes

⁹⁰ Para aprofundar mais sobre o conceito de sociedade civil, ver o artigo, “Além da dicotomia Estado/Mercado”, onde Leonardo Avritzer recupera o conceito sociedade civil em Habermas, Cohen e Arato (AVRITZER, Leonardo, 1993).

de luta pela TV a Cabo e pelo Conselho de Comunicação Social empreendidas pelo FNDC são um exemplo deste novo momento histórico, no qual surgem novas táticas e novos discursos de convencimento, ora utilizando o enfrentamento com o empresariado e o Estado (por exemplo na chamada “guerra do cabo”), ora negociando e fazendo alianças táticas (com o empresariado, com a TELEBRÁS) para avançar no *controle público* das comunicações do Brasil.

A reconceitualização do que é público, a desprivatização do Estado, a conscientização social dos setores privados são experiências que fizeram parte da luta pela lei da TV a Cabo. A idéia de *controle público* é algo distinto de um poder estatal, burocrático, normativo, censório e restritivo. Por controle público entende-se a criação de relações e instituições que resultem numa incidência do público sobre o privado. As instituições voltadas para o controle público constituem espaços apropriados para uma permanente pactuação e repactuação, um “fórum mediador” estabelecendo relações entre os setores organizados e representativos da sociedade (HERZ, 1992). As negociações do projeto de lei da TV a cabo e da composição do Conselho de Comunicação Social, resultaram numa surpreendente experiência de amadurecimento das partes (Fórum e empresários) que aprenderam, mutuamente, a lidar de forma inovadora com as concepções de mercado e interesse público. “O Fórum assimilou do empresariado uma noção de viabilidade de mercado e a representação do empresariado desenvolveu uma percepção de interesse público. Ambos passaram a reconhecer a importância de uma atuação em bases legitimadas pelo consenso” (FAXFORUM, n.º.23, 1994, p.2).

Assim, vários setores sindicais ligados ao FNDC que lutam contra a privatização das empresas estatais brasileiras de telecomunicações, assimilaram e avançaram rumo a esta conceituação e já não defendem apenas a manutenção do monopólio estatal, mas a transformação do sistema TELEBRÁS em um monopólio público. “Precisamos mudar o sistema TELEBRÁS de estatal para público, tornando-o ainda capaz de participar ativamente nas transformações econômicas e tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo” (FITTEL, 1995, p.15). O controle público da infraestrutura de comunicação é estratégico, pois as infovias, ou superrodovias da comunicação, são o meio por onde circulará todos os fluxos de informação.

Atualmente, no Brasil, convencionou-se chamar de “Internet” todo o espaço de redes eletrônicas que ocupam o “ciberespaço” ou seja o espaço referente à comunicação eletrônica. Porém, existem muitas redes mundiais de comunicação eletrônica, sendo que a maior é a INTERNET, mas não é a única. A tendência mundial, parece ser a articulação entre as outras redes internacionais e a INTERNET. Apesar de sua descentralização, a INTERNET possui centros de poder localizados. Quem manda atualmente na INTERNET “são os subdonos de cada uma das grandes redes que estão interagindo na Internet”, diz José Barletta, da Internet Society (SILVESTRE, 1995)⁹¹. Isto significa dizer que as grandes organizações de usuários da rede possuem um peso considerável na rede.

A luta de poder e a disputa por espaço e hegemonia é cada vez mais evidente dentro da rede. Com a abertura para usuários comuns e comerciais,

⁹¹ A Internet Society é uma entidade internacional sem fins lucrativos, criada em 1992, que cuida dos assuntos ligados à rede, principalmente no que se refere aos seus padrões e compatibilidades técnicas.

cria-se uma nova situação na rede no Brasil. Até recentemente, somente as Universidades, Centros de pesquisa, ONGs e outras entidades próximas a essa concepção de mundo e interesses tinham acesso à INTERNET no Brasil. Algumas Universidades abriram de modo informal acesso à INTERNET para ONGs e outros grupos da sociedade civil e a Rede APC, possui uma estrutura própria através do ALTERNEX coordenado pelo IBASE o qual, tem acesso à rede através de um convênio com a EMBRATEL. Os grandes veículos de comunicação, os grandes jornais e TVs do país tem divulgado sua entrada na INTERNET com alarde. Alguns bancos, como o Banco Rural, estão abrindo um acesso à INTERNET para usuários comuns associados.

É evidente que, por trás da discussão sobre o controle da INTERNET, está a discussão sobre o poder e controle da informação das redes de comunicação eletrônica em nível internacional. A descentralização e a forma anárquica e horizontal de crescimento e articulação das redes, incomoda as elites tradicionais mantenedoras do poder em nível internacional e os grandes monopólios da comunicação mundial. Quando se fala de INTERNET ou da TV a cabo no Brasil, o que está em jogo é o controle do mercado da comunicação eletrônica do século XXI, um mercado onde os mais variados meios estarão integrados (jornal, vídeo, fax, computador, telefone, biblioteca, correio, banco, etc.) (RAMOS, 1994, p.219).

Por isso, a sociedade civil precisa estar organizada, atuando na INTERNET, nas redes de comunicação eletrônica, participando da construção não apenas legal, mas prática das redes mundiais de informação. E aqui talvez esteja uma das maiores deficiências do FNDC. Apesar de, nos últimos anos

estar acontecendo, uma transformação e um rápido crescimento da INTERNET no Brasil, além de uma acirrada disputa sobre o seu uso comercial, o Fórum não tem participado desta discussão e não priorizou esta questão como uma de suas “frentes de luta”.

Em sua plataforma, o Fórum não tem priorizado, um espaço para articular e aprofundar uma política específica para a questão da comunicação eletrônica. Não existe uma frente de luta específica para discutir e encaminhar as questões da INTERNET. Apesar de vários grupos, entidades e articulações que fazem parte do FNDC estarem criando e participando de experiências de redes de comunicação eletrônica, a luta por hegemonia que analisamos tem passado ao largo do Fórum. Evidentemente, o projeto de cabodifusão, uma das bandeiras centrais do FNDC, faz parte desta luta pela democratização da comunicação através das novas tecnologias. Entretanto, a superrodovia da informação não será composta apenas por estradas de cabos de fibra ótica, mas de uma variedade imensa de novas tecnologias do espaço hertziano, que envolve satélites, antenas parabólicas, telefones celulares e uma gama enorme de novas tecnologias que articuladas ao vídeo e ao computador, integrarão o mundo das informações e da comunicação.

Este fenômeno globalizante faz com que, para o futuro próximo o Fórum e sua rede tenham como desafio, pensar alternativas para essa *viagem* e essa *batalha* que já está ocorrendo. Não adianta existirem superrodovias da comunicação, democráticas, se a sociedade civil não estiver preparada e articulada em suas redes para utilizar essas superrodovias. Diríamos que, provavelmente, essas superrodovias que estão sendo construídas

quotidianamente, a cada nova tecnologia que entra no mercado, só serão democráticas se a sociedade civil for ocupando os espaços que lhe cabe e exigir que a cultura democrática já existente na INTERNET seja preservada e ampliada. No caso do Brasil, o Fórum pode e deve ter um papel fundamental neste processo, porém não tem ainda priorizado como deveria, de forma ampla, essa luta.

A articulação entre as entidades sindicais de trabalhadores em comunicação e as entidades de comunicação popular e alternativa, deram fôlego ao Fórum, criando perspectivas de enriquecimento político, social e cultural do movimento. Mas para ampliar a luta, é preciso que o FNDC consiga sensibilizar, as várias entidades da sociedade civil e partidos políticos, fazendo com que deixem de dar apoio apenas formal ao movimento e assumam a luta pela democratização da comunicação como uma prioridade de trabalho.

Para que a luta pela democratização da comunicação se torne uma luta massiva é preciso um projeto tático e estratégico de alianças, que leve em consideração a diversidade de forças que hoje atuam na sociedade brasileira e um projeto de campanha institucional e de marketing para o movimento. “Casa de ferreiro espeto de pau”, diz o ditado popular que resume a relação que o Fórum Nacional vem tendo com a sua imagem institucional externa e de comunicação. O FNDC não possui uma política externa de comunicação, o que demonstra a dificuldade que o movimento tem de transmitir suas propostas e mensagens para fora de sua rede de contatos. O FaxForum, o boletim interno do Fórum, é o único meio de comunicação institucional do FNDC. O “FaxForum”, que teve seu projeto inicial preparado para ser divulgado via fax-

modem, hoje transformou-se num boletim comum, distribuído principalmente pelo correio e impresso de forma tradicional. A falta de uma sigla, uma marca e de uma política para dinamização do fluxo de informações do Fórum é um problema muito comum em muitos grupos, instituições e redes de movimentos sociais. Porém, neste caso, esta questão chama mais a atenção por se tratar de um movimento que trabalha com o tema da comunicação.

A falta de uma política externa de comunicação do Fórum e a falta de divulgação do movimento, também devem ser vistos sob o prisma das dificuldades enfrentadas pelo movimento em relação ao tema do qual se ocupa: o fim do monopólio da comunicação. Evidentemente, as elites dominantes e os empresários do setor, que a ela pertencem, articulados com os seus representantes no Estado brasileiro, não tem tido interesse em divulgar o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Um exemplo de como os meios de comunicação podem ignorar fatos que não lhe interessam foi a “CPI das Concessões”, instalada no Senado em abril de 1987, por pressão das entidades da sociedade civil que denunciavam o favoritismo político e o clientelismo que vinha pautando a farta distribuição de emissoras de rádio e TV durante o Governo Sarney. “A CPI do silêncio”, como denomina Motter, foi praticamente inexistente para a mídia brasileira, demonstrando que a “liberdade de imprensa”, quando toca nos interesses do empresariado de comunicação se torna “liberdade de empresa”. Romper com o monopólio da mídia e apresentar-se para a sociedade brasileira, talvez seja um dos maiores desafios do FNDC. Para vencer esses desafios, o Fórum precisa se articular e ocupar os espaços possíveis que existem na mídia (TV educativas, rádios populares, programas de televisão de partidos políticos, programas de ONGs,

programas sindicais, Rede VIDA de Televisão, etc.) e explorar as contradições do mercado e da competição entre as redes de Radiodifusão (a crise entre a Rede Globo e a Rede Record do Bispo Edir Macedo, prova que é possível encontrar contradições entre elas⁹²).

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação prepara a sua VI plenária nacional, onde o tema central será a *organização* do Fórum e a implantação do seu programa. O debate da *organização* do Fórum buscará caminhos para uma organização dinâmica e profissionalizada, “como forma de realizar seus próprios objetivos programáticos de capacitar a sociedade para a luta pela democratização da comunicação”(FAXFORUM, N°.27,1995). Até o momento, o FNDC atuou como uma rede de movimentos sociais, tendo uma institucionalização mínima, vivendo basicamente dos apoios informais das entidades que o integram. Em termos de infra-estrutura própria, o Fórum não possui sede, funcionários ou qualquer outro equipamento para agilização do seu trabalho. Este fato limita o encaminhamento e avanço de muitas propostas que o movimento pela democratização da comunicação deseja implementar. Por isso a coordenação Executiva do Fórum está propondo a regulamentação da prática do Fórum e propondo a criação de uma entidade nacional, uma sociedade civil, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, constituída por pessoas jurídicas que representam setores organizados da sociedade brasileira interessados na democratização da comunicação do país (FNDC, 1995b).

⁹² Em 1995 acirrou-se a competição entre a Globo e a Rede Record, do Bispo Edir Macedo. Com o crescimento da Rede Record e da Igreja Universal do Reino de Deus, proprietária daquela rede, a Rede Globo produziu uma série televisiva com o nome “Decadência”, criticando indiretamente a Igreja Universal e o bispo Edir Macedo. A Rede Record, através de suas rádios e principalmente através do programa televisivo de debates “Vigésima quinta hora” atacou frontalmente o monopólio da Rede Globo de Televisão, criticando Roberto Marinho e transmitindo cenas do filme “Brasil: para além do Cidadão Kane”, cuja temática central é a crítica à Globo.

A institucionalização do Fórum traz dentro de si uma contradição dialética. Por um lado, pelas dimensões que adquiriu, com cerca de 300 entidades filiadas, o FNDC não pode mais depender da boa vontade de alguns e do voluntarismo de outros. É necessário que se profissionalizar, ou seja o crescimento do Fórum criou a necessidade de quadros profissionalizados, funcionários que irão dedicar mais tempo e trabalhar profissionalmente pelo movimento. Este foi o caminho trilhado por vários outros movimentos sociais, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e o movimento de vídeo popular brasileiro (ABVP), entre outros. Por outro lado, a profissionalização e a institucionalização levam o movimento a correr o risco de burocratizar-se, limitando sua atuação apenas em relação às lutas legais, transformando o FNDC em uma entidade tradicional de representação. Profissionalizar quadros, militantes do movimento, não significa que, de agora em diante o movimento não prescindia do trabalho voluntário. “Engessá-lo em modelos de entidades tradicionais é matá-lo na raiz de sua múltipla riqueza. E, ao mesmo tempo, termina por importar as lutas internas das entidades que o compõe. Contudo, sem uma estrutura diretiva e material ficaremos abandonados ao mais cruel dos voluntarismos” (FNDC, 1995a), analisa a tese do INDECS⁹³, para a VI Plenária Nacional do Fórum.

Como vimos neste trabalho, nos anos oitenta, a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, não conseguiu ampliar sua luta para além do campo institucional. Certamente este fato contribuiu para a sua desarticulação. Nos anos noventa, o Fórum Nacional, , conseguiu ampliar sua

⁹³ Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Sociedade, filiado ao Comitê - RJ pela Democratização da Comunicação.

luta e articular-se para além dos trabalhadores de comunicação e da luta sindical e criou laços com as lutas cotidianas do dia-a-dia, articulando-se com redes de comunicação popular e alternativa revigorando-se e ampliando seu espectro de atuação, junto a outros setores da sociedade civil brasileira (OAB, CUT, CNBB, etc.). Porém, como já analisamos, quem hegemoniza a direção e realiza os encaminhamentos práticos do Fórum são as entidades ligadas à comunicação (sindical e popular), apesar de o FNDC contar com o apoio de outras entidades da sociedade civil em sua rede de atores sociais. A institucionalização do FNDC faz com que o Fórum corra o risco de cristalizar esta relação, tornando-se mais uma entidade de “especialistas de comunicação”, como várias outras que existem no Brasil.

A partir da institucionalização, o Movimento pela Democratização pela Comunicação e o Fórum não podem mais confundir-se. O Fórum terá que ter suas instâncias próprias, que ajudem, de forma flexível, ao movimento e os comitês estaduais a agilizarem suas lutas, sem querer tolher outras iniciativas autônomas que possam surgir na sociedade brasileira no rumo da luta pela democratização da comunicação e da cultura. O Fórum institucionalizado não poderá querer abarcar toda a multiplicidade e pluralidade de relações que o movimento pela democratização da comunicação já possui e tende a desenvolver cada vez mais.

Por outro lado, o fato de possuir uma estrutura profissionalizada pode fazer com que o FNDC possa implementar uma política que deliberadamente aproxime-o de outras entidades da sociedade civil, que até este momento só se comprometeram “moralmente” com a luta pela democratização da

comunicação, podendo inclusive criar um projeto e um planejamento estratégico de atuação, preenchendo algumas lacunas deficientes no movimento, como por exemplo, uma política de marketing para o Fórum e a participação em redes de comunicação eletrônica. Institucionalizado-se, o Fórum poderá aproximar-se mais do trabalho de Organizações Não Governamentais (ONGs), articulando-se e aproximando-se de outras redes afins, participando de uma teia ainda maior de atores e relações sociais na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ABI. ABI chama a sociedade para discutir a TV via embratel: um programa para ajudar a mobilização. Rio de Janeiro, mimeo, mar de 1993.3p.

ABT. Comunicação & Educação. Tecnologia Educacional, Ano XXII, nº.113/114, jul./out. de 1993. 84p.

ABVP. Relatório: 2º Seminário nacional de vídeo popular. Belo Horizonte, mimeo, 1993. 5p.

ABVP/CROCEVIA. Comunicação para o desenvolvimento na América Latina, São Paulo/Roma, mimeo, 1993. 15p.

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: o iluminismo como mistificação de massa. In: LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da Cultura de Massa. 3a. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1982. 340p.

AFONSO, Carlos A. A magia das redes de computadores. Democracia, Rio de Janeiro, volume X, nr.108, p.13-15, nov/dez 1994.

ALCÂNTARA, Eurípedes. A rede que abraça todo o planeta. Veja, ano 28, nº.9, 1 de mar. de 1995. p.48-58.

AMORIM, José Salomão. Políticas de Comunicação no Brasil: evolução e impasse. In: GOMES, Pedro, PIVA, Marcia. Políticas de comunicação: participação popular. São Paulo: Paulinas, 1988. 231p. p.19-37.

----- . Liberdade de imprensa, sim. Mas quem controla a imprensa? Tempo e Presença, Rio de Janeiro/São Paulo, Nº. 269, ano 15, p.5-8. mai/jun de 1993.

APUFSC-ANDES-SN. Seminário. O Boletim, nº.103, ago.de 1995.6p.

AVRITZER, Leonardo. Além da Dicotomia Estado/Mercado: Habermas, Cohen e Arato. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº. 36, jul. de 1993. p.213-222.

BENAKOUCHE, Tamara. Redes de comunicação eletrônica e desigualdades regionais. In: Gonçalves, M.F.(org.) O novo Brasil urbano, impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995. p.227-237.

BERNARDO, José Vicente. TVs por assinatura contratam 20 mil. Folha São Paulo, São Paulo, 2 de abr. de 1995. C-6, p.1.

BETTO, Frei. Comunicação popular e igreja. In: FESTA, Regina, SILVA, Carlos E.L. (Orgs.) Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986. 266p.p 99-117.

BISSIO, Beatriz. O Quarto Poder. In: Cadernos do Terceiro Mundo. n°.179. Rio de Janeiro:Terceiro Mundo, 1994. 44p.

BOBBIO, Norberto. O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo. 4a.edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 171p.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. O verde violentou o muro. São Paulo: Global, 1984. 279p.

CALAME, Pierre, ROBIN, Jacques. Autoroutes de l'infomation et Multimedia: Chances et risques pour la citoyennete et le lien social. Paris: Fondation pour le progrès de l'homme (FPH), 1995. 7p.

CAMECO.Entidades Cristãs de Comunicação Social no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1987. 199p.

CAPARELLI, Sérgio. Televisão e Capitalismo no Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1982. 196p.

CARVALHO, Marco Aurélio. As rádios populares em todo o mundo.Proposta, Rio de Janeiro, n°.58, p.37-40, set.de 1993.

CDHMP-RN. NO ar a primeira BBS dos movimentos populares. 1995

CELAM. Comunicação: missão e desafio. São Paulo: Paulinas, 1988. 338p.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1981. 219p.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1981. 219p.

CLAUDIN, Fernando. La crisis del movimiento comunista: de la Komintern al Kominform. Barcelona: Ibérica, 1977. 706p.

COSTA, Sergio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, nº.38, mar.1994. p.38-52.

CRICHTON, Michael. O parque dos midiassauros. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de jan. de 1995. p.6-3

DIÁLOGO. Diálogos e documentos para o progresso do homem. foulder. Florianópolis: Diálogo - Cultura e Comunicação.1994.

DIÁRIO CATARINENSE. Informática liga capital ao mundo. Flórianópolis-SC, 28 de set. de 1994. p.32.

ECO, Umberto, TITAN, Samuel (trad.). Folha de São Paulo, São Paulo, mais!, 14 de mai. de 1995. p.5-9.

ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados. 2a.edição. São Paulo: Perspectiva, 1978. 391p.

ERBOLATO, Mário. Dicionário de propaganda e jornalismo. Campinas: Papirus, 1985. 344p.

ESCOSTEGUY, Ana C. D. A Pesquisa sobre o Popular: pistas para um enfoque teórico. In: FERNANDES, Francisco, BARROS, Laan M.(Orgs.). Comunicação e Solidariedade. São Paulo: Loyola, 1992.180p.

FARROW, Rik. Mantendo o mundo fora de suas redes. Byte Brasil, São Paulo, jan. de 1994. 20p.

FAX FORUM . ano 2, nº.10. 22 abr.1993. 15p.

----- . boletim do FNDC, ano 3, nº.22. 22 set.1994. 10p.

----- . boletim do FNDC, ano 4, n . 23. 16 de janeiro de 1995. 8p.

----- . boletim do FNDC, ano 5, nº. 26. 14 de jun de 1995. 10p.

----- . boletim do FNDC, ano 5, nº27. 11 de julho de 1995. 9p.

----- . boletim do FNDC, ano 3, nº.20. 22 jul.1994. 8p.

FENAJ. 47 anos: a trajetória da Fenaj. Jornal dos Jornalistas, Brasília, out.1993, nº.39. 16p.

----- . A base social para a luta pela democratização da comunicação: a rearticulação de uma frente nacional de luta. Brasília: Fenaj, 1987, mimeo.28p.

----- . Dossiê: Negociação da regulamentação da TV a cabo. Brasília: Fenaj, mimeo, jul. de 1994c. 78p.

----- .- Manipulando as eleições de 1994. mimeo. 12 de ago.1994. 1p.

----- . News Letter. Brasília: FENAJ, nº.18, mai de 1994a. 12p.

----- . News Letter. Brasília: FENAJ, nº.19 jul de 1994b. 12p.

----- . News Letter. Brasília: FENAJ, nº.6, mar. de 1993a.8p.

----- . News Letter. Brasília: FENAJ,nº.3, dez. de 1992. 8p.

----- . Proposta dos Jornalistas à sociedade civil. 1991.6p.

----- . Relatório para o congresso de Goiânia : a base social para a luta pela democratização da comunicação: A rearticulação de uma Frente Nacional de Luta, mimeo.1987. 29 p.

FENAJ/UFSC. Código de Ética do jornalista profissional. mar de 1992. 14p.

FESTA, Regina. Movimentos Sociais, comunicação popular e alternativa.In: FESTA, Regina, SILVA, Carlos E.L. (Orgs.) Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986. 266p. p.22

FETAPREN, FENAJ, APU, SPP. Mercosul & Imprensa 94. MERCOSUR, MERCOSUL: Comision mercosur de prensa radial, escrita y televisada. Florianópolis, set. de 1994. 12p.

FIO DA HISTÓRIA. JS mobiliza o país contra a Globo. Brasília: PDT, nº21, mar. de 1993.23p.p.20

----- . Uma rede educativa de verdade para os professores. Brasília:PDT, nº21, mar. de 1993.23p.p6.

FISCHER, Desmond. O Direito de Comunicar: Expressão, informação e liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1984. 150p.

FITERT. Democratização da comunicação: diagnóstico da situação. In: III Congresso Nacional da FITERT: tese da direção. Maceió: FITERT, 1995.

FITTEL. As Telecomunicações no Brasil e o sistema Telebrás. Brasília: mimeo, [?]. 4p.

----- . Telecomunicações públicas. Brasília: Estado da Arte, 1995a. 16p.

----- . Telecomunicações: subsídios para uma avaliação segura. Brasília: Sindical gráfica, 1995b. 21p.

----- . TV a cabo. mimeo,1994. 4p.

FNDC. Bases de um programa para a democratização da comunicação no Brasil: propostas de caminhos e atitudes para transformações revolucionárias na esfera pública do país. mimeo, julho de 1994a. 14p.

----- . (Tese 4-FENAJ)- Lei da Informação Democrática. mimeo, jun. de 1995d. 1p.

----- . Defenda-se. Comitês de autodefesa eleitoral Democracia na Comunicação. São Paulo: FDC, abr. de 1994b. 8p.

----- . INDECS (comitê Rio). (tese 2). mimeo, 1995a. 4p.

----- . Jogar a campanha da LID nas ruas e locais de trabalho. (tese ousar resistir, ousar vencer). , mar. de 1993a, 15p.

----- . Lista de entidades nacionais credenciadas para IV plenária. Rio de Janeiro: mimeo, 1993b. 4p.

----- . Proposta FENAJ/FITTEL acordada em 27/07/94: substituto do projeto de lei 2.120 de 1991. mimeo, 1994d. 15p.

----- . Tese da coordenação executiva. (tese 1). mimeo,1995b. 10p.

----- . TV e sociedade civil: sobre a implantação das TVs de acesso público no Brasil. ABVP (tese 3).mimeo, jun de 1995c. 9p.

----- . Urgente Brasil. A lei da informação democrática. São Paulo/Brasília, 1994e.

----- . Normas da V Plenária do Fórum, mimeo, 1994c, p.1.

FOLHA DE SÃO PAULO. Telecomunicações: Brasil se abre ao mundo e entra em nova era das comunicações. São Paulo, Caderno Especial, 8p, 1º. de ago. de 1995.

----- . Rádios livres do Brasil são menos políticas nos anos 90, diz jornalista. São Paulo, 27 de jun. de 1995b.

----- . Raio X das Telecomunicações: Donos se escondem em testas-de-ferro. São Paulo, 12 de jun. de 1994. Brasil, p.I-17-18.

FÓRUM DAS ONGs. Tratado de Comunicação, Informação, Meios de Comunicação e Redes. In: Tratado das ONGs: aprovados no Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais, no âmbito do Fórum Global ECO-92. Rio de Janeiro: Fórum da ONGs, 1992. 264p. p.56-61.

GABEIRA, Fernando. Vida Alternativa: uma revolução do dia-a-dia. Porto Alegre: L&PM, 1985. 86p.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). As esquerdas e a Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 101p.

GARCIA, Fernando Coutinho. Partidos políticos e teoria da organização. São Paulo: CORTEZ & MORAES, 1979. 153p.

GAZIR, Augusto. O caso da Manchete: Crise política e empresarial e a mobilização por uma alternativa democrática para a TV. UFF. Rio de Janeiro: mimeo, 1994. 243p.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991. 177p.

GIRARD, Bruce, FOY, Évelyne, BERQUÉ, Pascal (orgs.). La passion radio: vingt-trois expériences de radio participative et communautaire à travers le monde. Paris: Syros, 1993. 275p.

GOMES, Pedro , BULIK, Linda, PIVA Marcia (Orgs.) Comunicação Memória & Resistência. São Paulo: Paulinas, 1989. 260p.

GOMES, Pedro, PIVA, Marcia (Orgs.). Políticas de Comunicação: participação popular. São Paulo: Paulinas, 1988. 231p.

GOMES, Pedro. O direito de ser: a ética da comunicação na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1989.109p.

GORENDER, Jacob et all. Socialismo em debate : 1917-1987. Cajamar: INCA, 1988. 319p.

GUATTARI, Felix. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981. 229p.

GUILHON, Orlando. Democratizar a comunicação: questão de cidadania. Tempo e Presença, Rio de Janeiro/São Paulo, N°.269, ano 15, p.9-10 mai/jun de 1993.

----- Lei da Informação Democrática: uma questão de cidadania. Proposta, Rio de Janeiro, n°. 58, p.8-11, set. de 1993b.

HERZ, Daniel. Em teste a ação da sociedade civil. Teoria e Debate. São Paulo: PT-SP, n°.27, ano7, jun./ago de 1994. 96p. p.14-18.

----- Luta pela democratização da comunicação com novos rumos. Utopia , Porto Alegre, n°6, nov. de 1992a.

----- A história secreta da Rede Globo. São Paulo: Ortiz, 1991

----- Cabodifusão: Opções de hoje para o Brasil do século XXI. Brasília: FENAJ, mimeo.1993a. 16p.

----- Fórum pela Democratização da Comunicação quer sacudir a sociedade civil. Proposta, Rio de Janeiro, n°.58, p.5-7, set. de 1993b.

----- Ipsis Litteris, no.16. Florianópolis, Fund. Adelmo Genro, 1993c. 8p.

----- Omissão da sociedade civil assegura usurpação privada. Utopia , Porto Alegre, n°6, nov. de 1992.

----- Relatório para o Congresso de Fortaleza. Fenaj.mimeo.1991. 6p.

----- TV a Cabo: pluralismo ou monopólio? Políticas Governamentais, v.IX, nº.96, out./nov.1993. p.23-24.

IANNI, Octavio. A Sociedade Global. 2a.edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. 194p.

IEE. Correio Eletrônico: Difundido e Persuasivo. Brasília: RNP, 1992. 2p.

JORNAL DE NATAL. Movimento popular entra na Internet. Natal- RN, 1995.

KLEINER, Kurt. Internet sofre invasão comercial. mimeo, Folha de São Paulo. [199?].

LANDIM, Leilah. Para além do Mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil. Série: Textos de pesquisa. Rio de Janeiro: ISER, 1993. p11-44.

LEUENROTH, Edgard. A organização dos jornalistas brasileiros: 1908-1951. São Paulo: Com arte, 1987. 197p.

LOBATO, Elvira. Globo domina mercado e caminha para o monopólio na exploração de TV a cabo. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de abr. de 1995. p. E. 1-16.

LOPEZ, Immaculada. Igreja vai colocar seu sinal no ar. Tela Viva, agosto de 1994. p27-29.

LULA 89. Comunicação social: Um escândalo legal. Brasil Urgente: Lula presidente. 1989. 16p. p.10.

MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. Rádios Livres: a Reforma Agrária no Ar. São Paulo: Brasiliense, 1986. 181p.

MARONI, Amnérís. A estratégia da recusa: análise das greves de maio /78. São Paulo: Brasiliense. 1982, 135p.

MATTA, Fernando Reyes (org.). A informação na Nova Ordem Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 291p.

MATTELARD, Armand, PIEMME, Jean-Marie. La televisión alternativa. Barcelona: Anagrama, 1981. 127p.

MATTOS, Heloísa (org.). Mídia, eleições e democracia. São Paulo: Página Aberta, 1994. 228p. p.21

MELIANI, Marisa. Rádio Livre e democracia. Video popular. São Paulo, mar/abr. de 1994. 12p. p8.

MELO, José M. (org.). Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise. São Paulo: Papirus, 1989. 193p.

MELO, José Marques. Comunicação e Modernidade. São Paulo: Loyola, 1991. 166p.

MONTEIRO, Marcelo. O "outro" oligopólio. In: Cadernos do Terceiro Mundo. N°.179. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1994. 44p.

MOTTER, Paulino. A batalha invisível na Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. Brasília: UNB, mimeo, 1994. 333p.

----- História da luta pela Democratização da Comunicação no Brasil. Jornal dos Jornalistas, Brasília, n°.39, p.8-9, out. 1993.

O POTI. Natal vai sediar primeira BBS privada do Nordeste. Natal-RN, Informática, 05 de fev. de 1995.

PEIXOTO, Ana Cristina. A vez de quem tem voz. Alô Comunidade. Rio de Janeiro, jun. de 1995.

PEREIRA, Moacir. A Democratização da Comunicação: o direito à informação na Constituinte. São Paulo: Global, 1987. 96p.

POERNER, Artur José. O Poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. 381p.

POOLE, Gary Andrew. É tempo de duelo no espaço cibernético. Byte Brasil. São Paulo, jan. de 1994. 20p.

RABAÇA, Carlos A., BARBOSA, Gustavo. Dicionário de Comunicação. São Paulo: Ática, 1987. 637p.

RÁDIO LIVRE, Aprenda a fazer a sua. Manual de rádios livres, [Porto Alegre?],1993. 30p.

RAMOS, Murilo Cesar. Brasil, Mídia, Futuro e futuro da política. In : Mídia, eleições e democracia. MATTOS, Heloísa (org.).São Paulo: Página Aberta, 1994. 228p. 20p.

----- . O papel dos meios de comunicação de massa na abertura política brasileira: da sínctole à diástole, os limites da democracia. In: Comunicação e transição democrática. MELO, José M. (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 280p. 16p.

RANDOLPH, Rainer. Novas redes e novas territorialidades. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, mimeo. 1993a. 20p.

----- . Novas redes e novas territorialidades. Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ,1993. p171-172.

RIBEIRO, Marco Antonio. TV a Cabo: A polêmica continua. São Paulo: mimeo, 1995.

ROCHA, José C. 1670 novas rádios e tevês. Unidade, São Paulo, p.13, julho de 1992.

----- . Vladimir Herzog: Primeiro os gritos. Depois um pavoroso silêncio. Unidade, São Paulo, p.11-13, out.de 1992a.

----- . LID: Campanha em fase decisiva. Unidade, São Paulo, 12 de jun. de 1992b. p.12

----- . Relações de comunicação : celeiro da crise. Proposta, Rio de Janeiro, nº.58, p.12-14, set. de 1993.

RONCAGLILO, Rafael. L'expansion du paysage audiovisuel en Amérique Latina. In: THEDE, Nanci, ANDROSI, Alain (orgs.). Petits écrans et démocratie: video légère et television alternative au service du developpement. Paris: Syrus/FPH, 1992. 273p.

RUBIM, Antonio A. Canelas. Comunicação, política e sociabilidade: os poderes dos media. Tempo e Presença, Rio de Janeiro/São Paulo, N°.269, ano 15, p.14-16, mai/jun de 1993.

----- . Media e Democracia: Aspectos teóricos. Salvador: U.F.Bahia/ANPOCS, 1994. 18p.

----- Mídia e política: transmissão de poder. In : Mídia, eleições e democracia. MATTOS, Heloísa (org.).São Paulo: Página Aberta, 1994. 228p. p.21.

SÁ, Fernando. As ONGs e o desafio da comunicação. Tempo e Presença, Rio de Janeiro/São Paulo, N°.269, ano 15, p.28-30, mai/jun de 1993.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 329p.

SANTORO, Luis F., FESTA, Regina. De nouvelles tendances dans le domaine de l'audiovisuel latino-américain. In: THEDE, Nanci, ANDROSI, Alain (orgs.). Petits écrans et démocratie: video légère et television alternative au service du developpement. Paris: Syrus/FPH, 1992. 273p.

SANTORO, Luis Fernando. A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989, 135p.

----- . O impacto social das novas tecnologias de comunicação. In : São Paulo: Cortez, Cadernos Intercom .1982. 67p. 9p.

----- . Rádios Livres: o uso popular da tecnologia. In: Comunicação Alternativa: cultura popular. São Paulo: Cortez. 1981. 176p.10p.

----- . O vídeo nos movimentos populares. In: FESTA, Regina, SILVA, Carlos E.L. (Orgs.) Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986, 266p. 8p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de Redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. Florianópolis: UFSC, 1995a.12p.

-----. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC,1984. 150p.

-----. ONGs na América Latina: trajetória e perfil.In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo/Florianópolis, Cortez/Edufsc, 1995b. 120p.

-----. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. In: OLIVEIRA, Francisco et all. Sociedade Civil: organizações e movimentos. São Paulo: SEADE, 1994. 126p. p.6-14.

-----. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola- Centro João XXIII, 1993. 143p.

SILVA, Carlos Eduardo L. As brechas da indústria cultural brasileira. In: FESTA, Regina, SILVA, Carlos E.L. (Orgs.) Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986. 266p. p.21.

SILVESTRE JR, Paulo Fernando. A rede de influência da Internet. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de jan. de 1995. p. 6-16

SJPSC. Brasil tem lei de TV a cabo. Boletim dos Jornalistas, fev. de 1994. 4p.

SOARES, Ismar de Oliveira. Rede Vida de Televisão: Interatividade e terceirização. Jornal de Opinião, São Paulo, 1994.

SOARES, Ismar, MOTTA, João (Orgs). A Comunicação na construção da Paz. São Paulo: Paulinas, 1986.180p.

SOARES, Murilo C. Televisão e Democracia. In: MATOS, Heloiza (org.). Mídia, Eleições e Democracia. São Paulo: Página Aberta, 1994. 228p. p.111-131.

-----. Televisão e Democracia. In : Mídia, eleições e democracia.

SOUZA, Herbert de. A opinião global. Políticas Governamentais, Rio de Janeiro, nº.84, set./out. de 1992. p.33-34.

SOUZA, Luis Alberto Gomes de. Centralização ou pluralidade? o caminho criativo das CEBS. Mutações Sociais , Rio de Janeiro, 1994. p5-11.

TCHAKHOTINE, Serge. A Mistificação das Massas pela Propaganda Política. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967. 609p.

TEIXEIRA, Coelho. O que é indústria cultural. 4a.edição. São Paulo: Brasiliense, 1981. 111p.

THEDE, Nancy, AMBROSI Alain. Petits écrans et démocratie: vidéo légère et télévision alternative au service du développement. Paris: Syrus/FPH, 1992. 273p.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994. 380p.

----- Os novos conflitos sociais: para evitar mal entendidos. Lua Nova, São Paulo, n.º.17, jun. de 1989.p. 5-18.

TRAMONTE, Cristiana. Globalização a nossa maneira. Vídeo Popular, São Paulo, jan./fev. de 1993. boletim da ABVP, n.º.17. 12p.

UCBC et all. Dia mundial das comunicações: quinzena nacional da LID. São Paulo, Paulinas, maio de 1993.

UCBC-UNDA/BR. A RCR em marcha. São Paulo, jun. de 1995. 4p. p.3.

UCBC. Fouler de apresentação. São Paulo, 1994.

----- Nasce a Rede de Imprensa católica. UCBC informa, São Paulo, anoXX, n.º. 154, set. de 1993b. 4p.

UFSC/SJPSC. Os estudantes de Comunicação e a Radiodifusão Brasileira. Florianópolis: mimeo. set. de 1980. 8p.

UNESCO. Um Mundo e Muitas Vozes: comunicação e informação na nossa época. Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da comunicação. Rio de Janeiro: FGV-UNESCO, 1983. 500p.

VARES, Luiz Pilla . Socialismo & liberdade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 134p.

VEJA. Provocação em rede. São Paulo, ano 28, n.º27, 5 de jul. de 1995. p.77.

VERSÃO. A guerra do cabo. Porto Alegre, SJPRS, dez. de 1993. 4p.

VIDEAZIMUT. Clips, n.º.7, fev.1995. 11p.

VIEIRA DE SOUZA, Marcio. Catarinenses em linha direta com o vídeo. Vídeo popular, São Paulo, nº.18, mar/abr. de 1993a.

-----. IV Plenária fortalece luta pela democratização da comunicação. Vídeo Popular, São Paulo, mar./abr. de 1993b. boletim da ABVP nº.18. 18p.

-----. Política de comunicação das ONGs: o fenômeno das redes de movimentos no surgimento da nova trindade in: A política de comunicação das ONGs. São Paulo: Paulinas-UCBC, no prelo, 1995.

-----. Rompre la culture du silence: pour une multiplicité des pratiques et des voix. Passerelles, Paris, nº7, Ritmo/FPH, dezembro de 1994a. 54p.

-----. Terra e vida Catarina: um vídeo feito pelos trabalhadores rurais sem terra. Rompre la culture du silence. Passerelles, Paris, nº7, Ritmo/FPH, dezembro de 1994b. 54p.2p.

WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil. In: Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs. Rio de Janeiro, IBASE, PNUD, 1992.

ANEXOS

4	Centro Acadêmico Vladimir Herzog da Faculdade de Comunicação da UFBA
5	Diretório Acadêmico de Pedagogia da Faculdade de Educação da UCSAL
6	Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia
7	Grêmio Zumbi dos Palmares dos Alunos do Colégio Manoel Devoto
8	Partido dos Trabalhadores - PT - Diretório Estadual do Espírito Santo
9	Sindicato dos Empregados e Servidores do Poder Executivo da Bahia
10	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia
11	Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia
12	Sindicato dos Radialistas e Publicitários da Bahia
13	Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos da Universidade Federal da Bahia
14	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários da Bahia
15	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Salvador
16	União Nacional dos Estudantes - BA

Comitê pela Democratização da Comunicação de Araçatuba - SP (1 delegado)	
1	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Araçatuba - SP
2	Conselho das Sociedades de Amigos de Bairro - Araçatuba - SP
3	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serv. de Saúde de Araçatuba e Região
4	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo - Araçatuba
5	Sindicato dos Professores e Auxiliares de Araçatuba e Região - SP
6	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru - SP

Comitê pela Democratização da Comunicação de Bauru - SP (1 delegado)	
1	Centro Acadêmico de Radialismo - CARA - UNESP
2	Conselho Municipal da Condição Feminina - Bauru
3	Diretório Acadêmico Di Cavalcanti - DADICA - UNESP
4	Sindicato dos Bancários de Bauru e Região - SP
5	Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo - Sub-Sede de Bauru
6	Sindicato dos Trabalhadores Empregados Ferroviários de Bauru
7	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Derivados de Petróleo - Bauru
8	Sindicatos dos Trabalhadores em Empresas de Energia Elétrica - Bauru
9	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Bauru - UMESB

Comitê pela Democratização da Comunicação de Goiás (3 delegados)	
1	Central Única dos Trabalhadores - CUT/GO
2	Centro Acadêmico de Jornalismo da UFG
3	Centro Acadêmico de Radialismo da UFG
4	Comissão Pastoral da Terra - Regional GO
5	Gabinete da Vereadora Marina Santanna (PT-Goiânia)
6	Instituto Brasil Central - IBACE
7	Movimento de Resgate da Identidade Cultural
8	Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás
9	Sindicato dos Médicos no Estado de Goiás
10	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
11	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Public. no Est. de Goiás
12	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
13	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas em Goiás
14	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de Goiás
15	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em Goiás
16	SINTFESP-GO/TO
17	União da Juventude Socialista de Goiás

Comitê pela Democratização da Comunicação de Guarulhos (1 delegado)	
1	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos
2	Sindicato dos Bancários de Guarulhos
3	Sindicato dos Servidores Municipais de Guarulhos
4	Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Guarulhos
5	União Guarulhense dos Estudantes Secundaristas - UGES - Guarulhos

Comitê pela Democratização da Comunicação de Itacoatiara - AM (1 delegado)	
1	Delegacia Sindical do Sinteam em Itacoatiara

10	Sindicato dos Radialistas - Presidente Prudente
11	Sindicato dos Servidores Públicos de Presidente Prudente
12	Sindicato dos Trab. na Ind. Quím., Farm. e Fab. de Alcool de Pres. Prudente e Região
13	Sindicato dos Trab. no Com. Hotel., Bares, Rest. e Simil. de Pres. Prudente e Região
14	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Presidente Prudente
15	Sindicato Profissional dos Trab. em Serv. de Secur. e Vigil. de Presidente Prudente
16	SINDISAUDE - Presidente Prudente

Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina (3 delegados)	
1	Associação Brasileira de Vídeo Popular - ABVP - SC
2	Associação Diálogo - Cultura e Comunicação - SC
3	Associação dos Professores da UFSC - APUFSC
4	Centro Acadêmico Livre de Jornalismo Adelmo Genro Filho - UFSC
5	Departamento de Comunicação da UFSC
6	Fundação Adelmo Genro Filho - SC
7	Movimento Negro Unificado de Florianópolis
8	Partido dos Trabalhadores - PT - Diretório Regional de SC
9	Sindicato dos Eletricitários de SC - SINERGIA
10	Sindicato dos Empregados em Edifícios de Florianópolis
11	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região
12	Sindicato dos Jornalistas de SC
13	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisa e Informação de SC
14	Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais de Florianópolis
15	Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento - SC

Comitê pela Democratização da Comunicação de São José dos Campos (2 delegados)	
1	Associação dos Aposentados e Pensionistas de São José dos Campos e Região
2	Diretório Central dos Estudantes Henfil - São José dos Campos
3	Partido Comunista do Brasil - PCdoB - Diretório Municipal São José dos Campos
4	Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo - São José dos Campos
5	Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de São José dos Campos
6	Sindicato dos Engenheiros de São Paulo - Delegacia Regional de São José dos Campos
7	Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região
8	Sindicato dos Radialistas do Est. de SP - Diretoria Vale do Paraíba - S.J. dos Campos
9	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de São José dos Campos
10	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de São José dos Campos
11	SOS Mulher São José dos Campos

Comitê pela Democratização da Comunicação de São Paulo (6 delegados)	
1	Associação Brasileira de Imprensa - ABI - Seção SP
2	Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal - SP
3	Associação dos Funcionários e Servidores da Secretaria de Estado da Cultura - SP
4	Associação dos Jornalistas Aposentados do Estado de São Paulo
5	Associação dos Moradores da Região da Carmosina - SP
6	Centro Acadêmico Benevides Paixão da Faculdade de Jornalismo da PUC - SP
7	Centro Acadêmico Carlos Drummond de Andrade da Fac. Comun. e Arte do IMS
8	Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP
9	Centro de Documentação Mário Pedrosa - CEMAP - SP
10	Comitê Ação da Cidadania de Santa Ceclília - SP
11	Diretório Acadêmico Comunica "Ação"
12	Diretório Acadêmico Getúlio Vargas da FGV - SP
13	Diretório Acadêmico Mary Anesley Schambarlain
14	Diretório Central dos Estudantes da USP
15	Diretório Central dos Estudantes XXIX de Maio
16	Executiva Nacional de Letras - SP
17	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - SP
18	Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança
19	Instituto Cajamar
20	Movimento de Defesa do Favelado - SP
21	Museu da Imagem e do Som - SP
22	Rec Play Comunicações

23	Sindicato dos Artistas e Técnicos em Diversões do Estado de São Paulo
24	Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
25	Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo - APEOESP
26	Sindicato dos Profissionais de Dança de São Paulo
27	Sindicato dos Radialistas de São Paulo
28	Sindicato dos Trabalhadores em Editoras de São Paulo
29	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica de São Paulo
30	Sociedade Amigos das Vilas Unidas de Vila Marieta - SP
31	TV dos Trabalhadores - TVT

Comitê pela Democratização da Comunicação do Distrito Federal (2 delegado)

1	Central Única dos Trabalhadores - CUT/DF
3	Centro Acadêmico de Comunicação do CEUB - DF
4	Juventude Petista do Distrito Federal
5	Movimento Comunitário do Varjão - Brasília
6	Sindicato dos Bancários de Brasília
7	Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais e Recreativas - SENALBA - DF
8	Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Distrito Federal
9	Sindicato dos Radialistas do Distrito Federal
10	Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal
11	Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal - SINTEL/DF
12	Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Inst. de Pesq. Agropecuária

Comitê pela Democratização da Comunicação do Espírito Santo (1 delegado)

1	Central Única dos Trabalhadores - CUT/ES
2	Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos do Espírito Santo - SATED/ES
3	Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga de Portos do Estado Espírito Santo
4	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Espírito Santo
5	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Espírito Santo
6	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomun. e Oper. Mesas Tel. - SINTEL/ES

Comitê pela Democratização da Comunicação do Mato Grosso (1 delegado)

1	Central Única dos Trabalhadores - CUT/MT
2	Federação dos Bancários do Centro Norte - MT
3	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Mato Grosso
4	Sindicato dos Trabalhadores da Previdência Social - SINTSAPS/MT
5	Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso

Comitê pela Democratização da Comunicação do Mato Grosso do Sul (1 delegado)

1	Central Única dos Trabalhadores - CUT/MS
2	Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupã
3	Federação dos Trabalhadores em Educação - FETEMS
4	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Mato Grosso do Sul
5	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomun. e Oper. Mesas Tel. - SINTEL/MS

Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro (8 delegados)

1	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - RJ
2	Associação Cultural dos Trabalhadores na Baixada Fluminense
3	Associação de Moradores do Conjunto Campinho - RJ
4	Associação de Moradores e Amigos do Bairro São Victor - AMAU
5	Associação dos Empregados da Embratel - AEBT - RJ
6	Associação Estadual de Rádios Livre do RJ - Ar Livre
7	Associação Popular de Informação Solidária - APIS - RJ
8	Bem TV Produções Audiovisuais - RJ
9	Centro Acadêmico da Escola de Comunicação da UFRJ
10	Centro Acadêmico de Comunicação Universidade Veiga de Almeida
11	Centro de Apoio ao Movimento Popular da Zona Oeste - CAMPO - RJ
12	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - CEAP
13	Centro de Defesa e Garantia de Direitos Humanos do IBISS - Projeto Legal - RJ
14	Centro de Imprensa Assessoria e Rádio - Criar Brasil
15	Centro de Projetos da Mulher - CEMINA - RJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — JORNALISMO

Os Estudantes de Comunicação e a Radiodifusão Brasileira

(Tese com as moções apresentadas pela delegação do
Curso de Comunicação — Habilitação Jornalismo da
UFSC no IV Encontro Nacional de Estudantes de Co-
municação, realizado nos dias 26, 27 e 28 de setembro
de 1980, em Curitiba)

1. **Emprender esforços para desenvolver, nas atividades curriculares e extracurriculares, a compreensão teórica e o conhecimento histórico sobre a importância e o papel dos sistemas de comunicação no Brasil.**

A grande definição teórica a desenvolver é a análise dos sistemas de comunicação como meios técnicos que mediam as relações sociais. Os processos de comunicação estão embutidos nas relações sociais e estas lhe dão conteúdo. Não existe uma teoria da comunicação, portanto, sem uma teoria da sociedade, sem uma compreensão lógica da história das sociedades. É no conjunto das relações sociais, e mais especificamente no caráter das relações de produção, que devemos buscar a essência dos processos de comunicação. O estudo da configuração dos sistemas é dos processos de comunicação só tem sentido no contexto concreto das relações sociais e de um determinado modo de produção, assim como é estéril o exame dos fenômenos da comunicação humana dissociados da sociedade e da história.

É investigando e compreendendo a relação dos sistemas de comunicação — aqui entendidos como o conjunto dos meios técnicos de produção que permitem processos de comunicação — e a sociedade, que podemos aguilatar sua importância. A função organizadora que os sistemas de comunicação cumprem, coexiste com seu caráter de substrato organizativo das relações sociais. Os sistemas de comunicação, portanto, são simultaneamente, organizados e organizadores. E por isso ocupam um lugar central dentro da sociedade. E por isso merecem toda atenção científica e política daqueles que se preocupam com as transformações sociais. E por isso, finalmente, a luta pela estruturação dos sistemas de comunicação não pode ser travada pelo imobilismo daqueles que só vinculam uma mudança qualitativa dos sistemas de comunicação a uma mudança qualitativa na composição da sociedade. A luta pela democratização dos sistemas de comunicação é uma frente fundamental de luta por uma transformação ampla da sociedade.

2. **Esforçar-se, particularmente, na investigação e análise da importância e do papel da radiodifusão na história do Brasil, especialmente depois de 1964.**

A radiodifusão no Brasil apresenta-se, ao mesmo tempo, como um instrumento empresarial de intervenção econômica e como um instrumento político administrado pelo Estado. Essa dupla orientação confere a essência da política oficial de radiodifusão, que se ampara nas leis mas não é por estas limitada. O utilitarismo econômico da radiodifusão é consequência do enraizamento dos sistemas de comunicação, do aparato tecnológico de comunicação, no sistema produtivo. A legislação, formalmente voltada para o "interesse público", legitima o uso econômico que os grupos capitalistas dão à tecnologia e faz desse uso econômico o seu caráter cultural mais marcante. O Governo, por sua vez, regulamentando a distribuição de benefícios entre os grupos capitalistas, cobra-lhes permanentemente um papel político. Nesse contexto, e sob o controle dessas forças sociais — o Governo e os grupos capitalistas, entre os quais sobressaem os grandes — a radiodifusão brasileira não foi tratada como uma tecnologia de comunicação social, com amplas possibilidades culturais, mas prioritariamente como uma infraestrutura técnica que dá apoio logístico à implementação de políticas econômicas.



O que defendemos é que a radiodifusão foi e é fundamental para o modelo de organização da sociedade que se implantou no país. No primeiro governo Vargas, que vai de 1930 a 1945, o rádio, juntamente com a imprensa, teve uma participação estratégica na definição do modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo país. Do mesmo modo, os sistemas de comunicação instalados no país depois de 1964, amparados por uma moderna infraestrutura técnica de telecomunicações, foram vitais para o desenvolvimento vinculado aos interesses do capitalismo internacional. E esses sistemas de comunicação — no Brasil pós-64 em especial a televisão — constituem um ponto nevrálgico da organização da sociedade. Os sistemas de comunicação cumprem simultaneamente um papel político, econômico e cultural.

É na organização econômica dos sistemas de comunicação que encontramos o impulso inicial. Mas depois de ativado o sistema, as suas funções econômicas, políticas e culturais mesclam-se e sobredeterminam-se. A orientação política da radiodifusão expressa-se no caráter da intervenção econômica sobre a sociedade e nos valores culturais veiculados. A função cultural da radiodifusão é determinada por sua orientação política e por um determinado uso produtivo, e portanto econômico, dos meios técnicos. E o papel econômico da radiodifusão ampara-se numa prática cultural, o que também caracteriza sua orientação política.

Nessa linha de análise, concluímos que a radiodifusão — e particularmente a Rede Globo — foi o instrumento de manipulação política e cultural que viabilizou a expropriação econômica das maiorias. A televisão foi o grande sistema de comunicação que serviu aos interesses das multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis (geladeiras, televisores, eletrodomésticos, automóveis, etc.) e não duráveis (cigarros, enlatados, produtos descartáveis, etc.) sofisticados, que necessitavam da integração e estimulação — em escala nacional — do mercado interno (criado pela concentração da renda), para esses produtos inacessíveis à maioria da população. A televisão foi imprescindível para a perpetuação do crime histórico de imposição ao país de um modelo de organização da economia que hoje nem o Governo eximense de qualificar como "capitalismo selvagem".

3. Empreender todos os esforços para sustar a distribuição, pelo Governo, das concessões dos canais de televisão do falido Diários e Emissores Associados, para a formação de novas redes no país.

Em julho do ano passado, em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, o atual ministro Haroldo Corrêa de Mattos, das Comunicações, afirmava que "A rápida expansão dos serviços (de telecomunicações e radiodifusão) em todo o País ampliou consideravelmente a gama de relações entre o Governo, indústria, empresas exploradoras e usuários, contribuindo para que a legislação codificada se mostrasse desvinculada da nova realidade".

E continuava: "Como esse diploma legal (Lei 4.117, de 27/8/62) reflete um contexto anterior da experiência histórica, vêm-se impondo ao Ministério, ao longo dos anos, soluções emergenciais de grandes proporções, através de normas de menor hierarquia, naturalmente insatisfatórias ante os diferentes conflitos de interesse que são, com crescente frequência, levados ao judiciário".

Concluía o Ministro explicando que "um anteprojeto, resultado do trabalho de um razoável número de profissionais, se acha, no momento, em fase de revisão crítica, para breve encaminhamento à superior consideração do Presidente da República".

Ora, como pode o Governo promover uma profunda alteração da radiodifusão brasileira, com a criação de novas redes, amparando-se numa legislação que reflete "um contexto anterior da experiência histórica" e que se mostra "desvinculada da nova realidade"? O que evidenciou-se é um notório esforço para criar situações "de fato", beneficiando-se poderosos grupos econômicos, para depois adaptar a estas a nova legislação. Essa iniciativa deve ser denunciada e repudiada como um ato lesivo aos interesses dos radiodifusores, jornalistas, radialistas e de todos os que têm interesses econômicos imediatos na radiodifusão, além das classes populares.

Devemos defender a imediata suspensão da licitação que coloca à venda os canais da antiga Rede Tupi. Em primeiro lugar, porque a forma prevista para a licitação e a transferência das concessões, através de dois grupos de 4 e 5 canais, conduz à legitimação do abuso do poder econômico, limitando o acesso às concessões apenas a grandes grupos econômicos. Em segundo lugar, porque os objetivos sociais da radiodifusão, mesmo os previstos genericamente na legislação, em virtude das bases econômicas de organização da radiodifusão que são toleradas graças a interpretações dúbias da legislação. Isto é, a organização das emissoras de televisão em rede, com a produção centralizada, inviabiliza o cumprimento das disposições legais, que exigem a subordinação da exploração comercial da radiodifusão às suas finalidades educativas e culturais. Em terceiro lugar, promover uma profunda reforma da radiodifusão brasileira amparando-se numa legislação defasada e na anatempera da criação de uma nova legislação, é trair o interesse público inerente à radiodifusão, se entendemos esse interesse como o interesse das maiorias.

Por isso defendemos a suspensão da licitação e da criação de novas redes de televisão, e reivindicamos a imediata abertura de um debate público sobre a nova legislação de radiodifusão. Antes de serem distribuídos os canais, é preciso que as empresas, as categorias profissionais que têm interesse no rádio e televisão, as Universidades, e a população em geral, tenham a oportunidade de participar de um debate público sobre o modelo de radiodifusão que interessa ao Brasil.

Entendemos também que o Governo não pode justificar a apresada licitação desses canais com a demagógica justificativa de socorrer os funcionários da falida Rede Tupi, em aflitiva situação financeira. Afinal, se esses funcionários foram logrados pelo senador bionico João Calmon e seus sócios, cabe à Justiça e ao Governo dar-lhes a devida compensação. O que não se pode admitir é que o Governo explore a difícil situação dos funcionários da extinta Tupi — situação da qual, em última análise, o Governo é responsável e conveniente, por ser o concessionário dos canais indevidamente utilizados — para entregar um patrimônio público dessa importância a grandes grupos empresariais, de forma arbitrária e guiado por critérios evidentemente políticos.

4. Enviar ao Ministério das Comunicações e à Presidência da República, carta aberta reivindicando a imediata suspensão da licitação das emissoras que pertenciam aos Diários Associados. Medidas de tamanho alcance — como a formação de novas redes — não devem ser adotadas antes da elaboração de um novo Código Brasileiro de Telecomunicações que deve ser colocado imediatamente em debate público.

Nesse sentido, sugerimos a carta aberta com o seguinte teor.

"Em virtude da reconhecida defasagem da legislação vigente, reafirmada pelo próprio Ministro das Comunicações, apelamos a V.S.

para que suste a licitação em bloco dos canais da extinta Rede Tupi, suspendendo a transferência das concessões, de modo a permitir que através de um amplo debate público, as entidades interessadas e a população brasileira tenha a oportunidade de antes manifestar-se sobre o modelo de radiodifusão que deseja para o Brasil.

Entendem os estudantes de comunicação que os debates podem ser canalizados, pelo Congresso Nacional, para definir a elaboração de um novo Código Brasileiro de Telecomunicações. A distribuição apresada dos canais da falida Rede Tupi só criará situações "de fato" que dificilmente poderão ser alteradas pela legislação que se está prestes a enviar ao Congresso, conforme anunciam seguidamente fontes do Ministério das Comunicações.

Entendem também, os estudantes de comunicação, que o Governo não pode justificar a apressada licitação desses canais com o argumento de socorrer os funcionários da falida Rede Tupi, em afilhada situação financeira. Afinal, se esses funcionários foram logrados pelo senador biônico João Calmon e seus sócios, cabe à Justiça e ao Governo dar-lhes a devida compensação. O que não se pode aceitar é que a busca de uma saída para a difícil situação dos funcionários da extinta Rede Tupi — situação da qual, em última análise, o Governo é responsável por ser o concessionário dos canais indevidamente utilizados — apareça e legitime a entrega de um patrimônio público dessa importância a grandes grupos empresariais, de forma arbitrária e marcada por critérios evidentemente políticos.

Por isso, apelam os estudantes de comunicação, para que V. S. adote as medidas necessárias para sustar a licitação e a outorga dos canais licitados. Assegurando assim que a população, antes de ver reforçado este modelo de radiodifusão adotado no Brasil, pense e decida sobre o modelo que mais interessa ao país.

(O texto da carta aberta sofreu reparos formais do Plenário do Enecom e aqui encontra-se na sua versão final.)

5. Desenvolver estudos e propostas para a elaboração do novo Código Brasileiro de Telecomunicações de modo a promover uma efetiva democratização da radiodifusão brasileira, na perspectiva dos interesses das classes populares.

A grande perspectiva para a radiodifusão brasileira é a sua organização como instrumento de comunicação social, orientada pelo "interesse público", pelo interesse das maiorias. O debate desse "interesse público" inicia com a denúncia de que o uso que se dá à radiodifusão no Brasil — e muito especialmente à televisão — não é política nem economicamente inevitável e nem necessário, mesmo num regime capitalista. Só é inevitável e necessário se destinar-se a manter a ordem econômica e social vigente. É essa ordem que está em debate. Propõe um uso qualitativamente distinto das tecnologias de radiodifusão significa ter em mente um tipo de sociedade que se quer alcançar. E para isso devemos responder à questão: "Quem deve controlar a radiodifusão?". Esta é a questão fundamental e é a partir de sua resposta que chegaremos a responder como deve ser organizada a radiodifusão e com que objetivos. Isto é, o uso que se dá à radiodifusão deriva de decisões que são políticas antes de ser técnicas.

Nossa proposta é de que a radiodifusão seja controlada pelos grupos ou entidades que melhor representem as maiorias. A radiodifusão, por essa proposta, deve ser organizada atendendo a objetivos que, em suas linhas mais gerais, resultem de um amplo debate que

envolva toda a sociedade e que, em suas disposições específicas, atenda as exigências produzidas por um permanente acompanhamento da comunidade atingida pela veiculação eletrônica.

A reivindicação fundamental, em relação à política de radiodifusão é a democratização do seu controle e dos seus objetivos, e insere-se na luta pela ampla democratização da sociedade brasileira. Trata-se de despertar o interesse das maiorias pela radiodifusão e formar uma frente de luta pela democratização das políticas para o setor. Trata-se de tornar público o processo de decisão política, de retirá-lo das sombras dos gabinetes do Ministério das Comunicações e dos grandes empresários.

A atual política de radiodifusão é francamente prejudicial à grande maioria dos pequenos e médios radiodifusores; à grande maioria das pequenas e médias agências de publicidade; à pequena e média empresa comercial e industrial, e às diversas categorias profissionais, como jornalistas, radialistas, artistas, engenheiros, técnicos, etc. Para todos esses profissionais, que têm interesses econômicos imediatos na organização da radiodifusão brasileira, sua discussão não pode ser meramente técnica, mas tem que assumir suas feições políticas. Enquanto essa discussão não for assumidamente política, continuará a girar em torno de intermináveis questões de "mercado de trabalho", de "qualidade das condições de trabalho", etc. Essa discussão passa a ser política quando se indaga além dos interesses econômicos imediatos dessas categorias e investiga-se se a radiodifusão está passando por uma crise ou se a crise é inerente a esta função que a radiodifusão cumpre na sociedade. A decisão passa a ser política, e então pode evoluir para a ação, quando se questiona o papel social dessas categorias profissionais e suas concepções sobre a organização da sociedade.

É para essa discussão — que é, em última instância, sobre a organização da sociedade — que devem ser convocados aqueles para os quais a radiodifusão nunca foi uma questão técnica ou profissional. Para essa discussão devem ser convocados os maiores prejudicados pela atual política de radiodifusão: os que foram explorados pela política econômica, marginalizados pela repressão política e cultural e afastados do processo de decisão sobre a organização da sociedade. Os maiores prejudicados pela atual política de radiodifusão não são os profissionais que têm interesses imediatos no setor, mas aqueles que sofrem a utilização brutal do rádio e da televisão num processo histórico de exclusão dos benefícios da produção e do progresso material e espiritual da sociedade.

A democratização do processo de decisão sobre política de radiodifusão não é algo que se possa construir com reivindicações abstratas. Só pode ser alcançada como o resultado da pressão social dos setores marginalizados dos benefícios de uso social das tecnologias de radiodifusão. A democratização dos benefícios da radiodifusão só poderá ser conseguida com o apoio e a mobilização de amplos setores da população brasileira. A luta pela democratização do processo de decisão é a luta concreta pelo reconhecimento dos benefícios que o homem do povo possa ter de uma reorganização da radiodifusão. A luta pelo alargamento dos objetivos sociais da radiodifusão, portanto, confunde-se com a luta pela aceitação pública de um projeto de reorganização da radiodifusão brasileira.

A luta pela reorganização da radiodifusão brasileira implica na identificação e arregimentação dos setores prejudicados pelo atual modelo e no isolamento das forças contrárias às mudanças. Pequenos e médios radiodifusores, pequenas e médias agências de publicidade, pequenas e médias empresas industriais e comerciais, publicitários, jorna-

listas, radialistas, engenheiros, artistas, técnicos, etc. são virtuais aliados na luta por um novo modelo de radiodifusão. Mas é preciso levar a luta aos trabalhadores; às donas de casa, enfim, às massas marginalizadas política, econômica e culturalmente, para as quais o controle da radiodifusão é vital. É preciso sensibilizar os sindicatos e as organizações populares para a importância de um novo modelo de radiodifusão como pré-requisito para qualquer processo de democratização substancial da sociedade. É preciso, finalmente, que empresários, jornalistas, radialistas, publicitários e outros aliados com interesses econômicos imediatos na questão, apresentem às classes populares um projeto de radiodifusão que seja atraente política e culturalmente e reflita a unidade de interesses.

Uma reorganização da radiodifusão brasileira exige novas bases econômicas de sustentação. A concepção desse projeto, que é pressuposto para a formação de uma frente de luta, deve partir da identificação dos pontos de estrangulamento da política oficial de radiodifusão. O vínculo fundamental do atual modelo é a concentração:

a) **Concentração da propriedade** — resultante dos benefícios e vantagens concedidas pelo Governo a algumas poucas e grandes empresas, o que é inaceitável na execução de um serviço público, em que a concorrência deve se dar pela qualidade (política e cultural, e não apenas técnicas) de programação e não pelo abuso do poder econômico;

b) **Concentração do capital e da tecnologia** — consequência que se natural da concentração da propriedade, o desequilíbrio econômico e técnico entre as emissoras é tolerado e até mesmo estimulado pelo Governo, que distribui favores (novas concessões, aumentos de potência) às grandes empresas. A concentração da tecnologia dificulta ou impossibilita a manutenção de uma programação própria, com bom nível de concorrência para a maioria das emissoras;

c) **Concentração geográfica da produção** — decorrente da grande concentração do capital e da tecnologia, a concentração da produção é um grave problema na televisão e começa a estender-se para o rádio;

d) **Concentração do poder de decisão** — que afasta das decisões sobre política de radiodifusão os setores socialmente representativos e protege toda sorte de abusos na execução dos serviços.

Nessa análise constatamos ainda que a televisão organiza todo o modelo de radiodifusão brasileira, condicionando inclusive o desenvolvimento do rádio ao abrir-lhe concorrência na captação das verbas publicitárias. Procurando resolver os problemas causados por esses pontos de estrangulamento do atual modelo brasileiro de radiodifusão, e combatendo a tese governamental de que a televisão só é viável economicamente se agrupada em redes, propomos as seguintes medidas:

I. DESCONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DO CAPITAL E DA TECNOLOGIA

a) **Limitação à propriedade de concessões** — estabelecimento de rígidos limites ao controle das concessões de rádio e televisão e criação de legislação que impeça a ação de testas-de-ferro e o controle indireto das concessões;

b) **Equiparação técnica das emissoras** — abertura de linhas de crédito que garantam o acesso à tecnologia, que assegure boas condições de operação a todas as emissoras de rádio e televisão. A indústria nacional, inclusive, poderia ser adequadamente preparada para atender essa demanda.

II. DESCONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO

a) **Estímulo à produção** — aplicável especialmente à televisão, poderia ser obtido com o estabelecimento de índice de exibição de programas. Por exemplo, com a fixação dos seguintes índices, a serem cumpridos diariamente, e por faixas de horário: máximo de veiculação de programação internacional, 25%; máximo de veiculação de produção nacional (produzida no país, mas em outra unidade da federação), 25%; mínimo de produção regional (produzido num mesmo estado, mas em outra localidade), 25%; e mínimo de produção local, 25%.

b) **Novo conceito de rede** — um novo conceito de rede de televisão deverá centrar-se na distribuição e não na produção. Trata-se de criar, entre as emissoras, circuitos de exibição da produção descentralizada.

c) **Bolsa de distribuição de programas** — equiparadas tecnicamente e com a produção de programação própria (local) estimulada, as emissoras teriam condições de produzir, em igualdade de condições, a programação na localidade e comercializar essa produção nos mercados regionais e nacional. Para estimular essa comercialização poderia ser criada uma empresa pública que disciplinaria o fluxo dessa produção. Os equipamentos de baixo custo e padronizados, como o videocassete profissional, que estará disponível no mercado brevemente, certamente agilizariam em muito a produção.

d) **Limitação da área de abrangência da concessão** — a concessão deverá limitar precisamente a área de abrangência do sinal, visando uma definição específica dos mercados publicitários atingidos por cada uma das emissoras, tanto de rádio como de televisão. Com isso, além de se abrir um mercado regional para a distribuição de programas, se impediria a concorrência predatória entre as emissoras. Impediria-se também a concorrência entre o rádio e a televisão como ocorre atualmente em zonas interiores, através do estudo exaustivo das características e potencialidades dos mercados publicitários. Finalmente, estimulariam-se com essas medidas os mercados publicitários locais e regionais, abrindo-os especialmente para os pequenos anunciantes.

e) **Centro Nacional de Radiodifusão** — seria um centro de estudos de alto nível de radiodifusão e de formação de pessoal especializado para as diversas áreas de trabalho. Funcionaria também como um centro de atividades experimentais e de pesquisas, que além da formação de pessoal para todas as emissoras, repassaria avançada tecnologia de produção a estas emissoras. Seria dirigido pelo Conselho Nacional de Radiodifusão.

f) **Produção nacional de programas** — a produção de programas informativos, diários e periódicos, tipo Jornal Nacional, deveria ficar a cargo de uma, duas ou mais redes de captação e distribuição do material informativo produzido pelas emissoras. Essas atividades deveriam ser executadas pelo Centro Nacional de Radiodifusão, ficando subordinadas do ponto de vista editorial ao Conselho Nacional de Radiodifusão.

III. DESCONCENTRAÇÃO DO PODER POLÍTICO

a) **Conselho Nacional de Radiodifusão** — Deveria ser amplamente representativo de todos os setores da sociedade. Um regime jurídico pouco excludente seria o da qualificação como membro do Conselho de toda entidade de caráter nacional, sem fins lucrativos. Também deveria ser assegurada a participação das Universidades. Esse Conselho daría orientação geral à política de radiodifusão, coordenando especialmente as atividades do Centro Nacional de Radiodifusão.

b) Concessões pelo Congresso — as concessões de emissoras de rádio e televisão deveriam ser outorgadas pelo Congresso Nacional, mediante concorrência pública e ouvido o Conselho Nacional de Radiodifusão. As concessões deveriam ser outorgadas especialmente a entidades socialmente representativas.

c) Conselhos comunitários de radiodifusão — seriam compostos e localizados dentro da área de abrangência do sinal das emissoras e aberto a todas as entidades sem finalidade lucrativa. Teriam a função de opinar sobre a linha de programação das emissoras. Esse tipo de conselho já foi sugerido, inclusive, pelo Ministro das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos.

Observe-se que estas são sugestões preliminares, que forneceriam uma base para discussão. Visa, em primeiro lugar, mostrar que é possível articular os diversos interesses atualmente prejudicados pela atual política oficial de radiodifusão. Em segundo lugar, fica claro que só um elenco articulado de medidas pode resolver os graves problemas estruturais da radiodifusão brasileira. Soluções parciais, e que não mexam no regime de propriedade, de controle do capital e da tecnologia, constituiriam meros paliativos.

6. Promover estudos e pesquisas, em atividades curriculares e extracurriculares, sobre a repercussão social de avançadas tecnologias de telecomunicações e informática que os grupos econômicos internacionais estão tentando impor ao país, discutindo desde já, em caráter antecipatório, a regulamentação do uso social da tecnologia, sempre na perspectiva das classes populares.

Está evidente a pressão internacional para a reclusão do sistema produtivo, com base na tecnologia da microeletrônica. Essa tecnologia orienta-se, inicialmente para os sistemas de telecomunicações e informática, evoluindo para os serviços integrados de teleinformática e tendendo a disseminar-se por todos os meios de produção, automação e processos de controle de trabalho. As tentativas para implantar a Televisão por Cabos no Brasil, desde 1975, são um indicador seguro dessas pressões. Além de tentar introduzir tecnologia obsoleta, esses interesses internacionais tentam assegurar o monopólio do uso da tecnologia aos grupos capitalistas que reproduzem as relações de dependência. Isto é, assim como a tecnologia de telecomunicações aplicada à radiodifusão hoje é empregada na sustentação do modelo econômico e político instaurado no país, essas novas tecnologias induzem a instalação de um novo modo de produção e às instituições que lhe correspondem. Só uma sociedade mobilizada pode discutir, em primeiro lugar, as necessidades sociais dessa tecnologia. Em segundo lugar, a especificação da tecnologia aos objetivos sociais definidos. E em terceiro lugar, a liberação do sistema produtivo para a produção e assimilação dessa tecnologia. Cabe aos estudantes de comunicação a responsabilidade pelo lançamento e alimentação do debate, no que se refere às tecnologias de comunicação.

LEI Nº 8.977, de 6 DE JANEIRO DE 1995

Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS E DEFINIÇÕES**

Art. 1º O Serviço de TV a Cabo obedecerá aos preceitos da legislação de telecomunicações em vigor, aos desta Lei e aos regulamentos baixados pelo Poder Executivo.

Art. 2º O Serviço de TV a Cabo é o serviço de telecomunicações que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio, a assinantes, mediante transporte por meios físicos.

Parágrafo único. Incluem-se neste serviço a interação necessária à escolha de programação e outras aplicações pertinentes ao serviço cujas condições serão definidas por regulamento do Poder Executivo.

Art. 3º O Serviço de TV a Cabo é destinado a promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País.

Art. 4º O serviço de TV a Cabo será norteado por uma política que desenvolva o potencial de integração ao Sistema Nacional de Telecomunicações, valorizando a participação do Poder Executivo, do setor privado e da sociedade, em regime de cooperação e complementariedade, nos termos desta Lei.

§ 1º A formulação da política prevista no "caput" deste artigo e o desenvolvimento do Serviço de TV a Cabo serão orientados pelas noções de Rede Única, Rede Pública, participação da sociedade, operação privada e coexistência entre as redes privadas e das concessionárias de telecomunicações.

§ 2º As normas e regulamentações, cuja elaboração é atribuída por esta Lei ao Poder Executivo, só serão baixadas após serem ouvidos os respectivos pareceres do Conselho de Comunicação Social, que deverá pronunciar-se no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da consulta, sob pena de decurso de prazo.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I - **Concessão** - é o ato de outorga através do qual o Poder Executivo confere a uma pessoa jurídica de direito privado o direito de executar e explorar o Serviço de TV a Cabo;

II - **Assinante** - é a pessoa física ou jurídica que recebe o serviço de TV a Cabo mediante contrato;

III - **Concessionária de Telecomunicações** - é a empresa que detém concessão para prestação dos serviços de telecomunicações numa determinada região;

IV - **Área de Prestação do Serviço de TV a Cabo** - é a área geográfica constante da outorga de concessão, onde o Serviço de TV a Cabo pode ser executado e explorado, considerando-se sua viabilidade econômica e a compatibilidade com o interesse público, de acordo com critérios definidos em regulamento baixado pelo Poder Executivo;

V - **Operadora de TV a Cabo** - é a pessoa jurídica de direito privado que atua mediante concessão, por meio de um conjunto de equipamentos e instalações que

possibilitam a recepção, processamento e geração de programação e de sinais próprios ou de terceiros, e sua distribuição através de redes, de sua propriedade ou não, a assinantes localizados dentro de uma área determinada;

VI - **Programadora** - é a pessoa jurídica produtora e/ou fornecedora de programas ou programação audiovisuais;

VII - **Canal** - é o conjunto de meios necessários para o estabelecimento de um enlace físico, ótico ou radioelétrico, para a transmissão de sinais de TV entre dois pontos;

VIII - **Canais Básicos de Utilização Gratuita** - é o conjunto integrado pelos canais destinados à transmissão dos sinais das emissoras geradoras locais de TV em circuito aberto, não codificados, e pelos canais disponíveis para o serviço conforme o disposto nas alíneas "a" a "g" do inciso I, do art. 23 desta lei;

IX - **Canais Destinados à Prestação Eventual de Serviço** - é o conjunto de canais destinado à transmissão e distribuição eventual, mediante remuneração, de programas tais como manifestações, palestras, congressos e eventos, requisitada por qualquer pessoa jurídica;

X - **Canais Destinados à Prestação Permanente de Serviço** - é o conjunto de canais destinado à transmissão e distribuição de programas e sinais a assinantes, mediante contrato, de forma permanente, em tempo integral ou parcial.

XI - **Canais de Livre Programação da Operadora** - é o conjunto de canais destinado à transmissão e distribuição de programas e sinais a assinantes, mediante contrato, em tempo integral ou parcial, nos quais a operadora de TV a Cabo tem plena liberdade de programação;

XII - **Cabeçal** - é o conjunto de meios de geração, recepção, tratamento, transmissão de programas e programações e sinais de TV necessários às atividades da operadora do Serviço de TV a Cabo;

XIII - **Rede de Transporte de Telecomunicações** - é o meio físico destinado ao transporte de sinais de TV e outros sinais de telecomunicações, utilizado para interligar o cabeçal de uma operadora do serviço de TV a Cabo a uma ou várias Redes Locais de Distribuição de Sinais de TV e ao Sistema Nacional de Telecomunicações;

XIV - **Rede Local de Distribuição de Sinais de TV** - é o meio físico destinado à distribuição de sinais de TV e, eventualmente, de outros serviços de telecomunicações, que interligam os assinantes deste serviço à Rede de Transporte de Telecomunicações ou diretamente a um cabeçal, quando este estiver no âmbito geográfico desta rede;

XV - **Rede Única** - é a característica que se atribui às redes capacitadas para o transporte e a distribuição de sinais de TV, visando a máxima conectividade e racionalização das instalações dos meios físicos, de modo a obter a maior abrangência possível na prestação integrada dos diversos serviços de telecomunicações;

XVI - **Rede Pública** - é a característica que se atribui às redes capacitadas para o transporte e a distribuição de sinais de TV, utilizado pela operadora do serviço de TV a Cabo, de sua propriedade ou da concessionária de telecomunicações, possibilitando o acesso de qualquer interessado, nos termos desta Lei, mediante prévia contratação.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 6º Compete ao Poder Executivo a outorga, por concessão, do serviço de TV a Cabo, pelo prazo de quinze anos, podendo ser renovado por períodos sucessivos e iguais

Art. 7º A concessão para o serviço de TV a Cabo será dada exclusivamente à pessoa jurídica de direito privado que tenha como atividade principal a prestação deste serviço e que tenha:

I - sede no Brasil;

II - pelo menos cinquenta e um por cento do capital social, com direito a voto, pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou a sociedade sediada no País, cujo controle pertença a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Art. 8º Não podem habilitar-se à outorga do serviço de TV a Cabo pessoas jurídicas que se enquadrem em qualquer das seguintes situações:

I - aquelas que, já sendo titulares de concessão do serviço de TV a Cabo, não tenham iniciado a operação do serviço no prazo estabelecido nesta Lei ou que se encontrem inadimplentes com a fiscalização do Poder Executivo, ou tenham tido cassadas suas concessões há menos de cinco anos;

II - aquelas das quais façam parte algum sócio ou cotista que tenha pertencido aos quadros societários de empresas enquadradas nas condições previstas no inciso I deste artigo.

Art. 9º Para exercer a função de direção de empresa operadora de TV a Cabo, a pessoa física não poderá gozar de imunidade parlamentar ou de foro especial

Art. 10. Compete ao Poder Executivo, além do disposto em outras partes desta lei, determinar ou normatizar, de acordo com a conveniência ou interesse público

I - os parâmetros técnicos de qualidade e desempenho da execução e exploração do serviço;

II - os requisitos para a integração, efetiva ou potencial, ao Sistema Nacional de Telecomunicações, do serviço de TV a Cabo e das redes capacitadas para o transporte de sinais de TV;

III - a fiscalização do serviço, em todo o território nacional;

IV - a resolução, em primeira instância, das dúvidas e conflitos que surgirem em decorrência da interpretação desta Lei e de sua regulamentação;

V - os critérios legais que coibam os abusos de poder econômico no serviço de TV a Cabo;

VI - o desenvolvimento do serviço de TV a Cabo em regime de livre concorrência;

VII - o estabelecimento de diretrizes para a prestação do serviço de TV a Cabo que estimulem e incentivem o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional e da produção de filmes, desenhos animados, vídeo e multimídia no país.

CAPÍTULO III DA OUTORGA

Art. 11. O início do processo de outorga de concessão para o serviço de TV a Cabo dar-se-á por iniciativa do Poder Executivo ou a requerimento do interessado.

Art. 12. Reconhecida a conveniência e a oportunidade de implantação do serviço de TV a Cabo pretendido, será publicado edital convidando os interessados a apresentar suas propostas, na forma determinada em regulamento.

Art. 13. O processo de decisão sobre outorgas para o serviço de TV a Cabo será definido em norma do Poder Executivo, que incluirá:

I - definição de documentos e prazos que permitam a avaliação técnica das propostas apresentadas pelos interessados;

II - critérios que permitam a seleção entre várias

propostas apresentadas:

III - critérios para avaliar a adequação da amplitude da área de prestação do serviço, considerando a viabilidade econômica do empreendimento e a compatibilidade com o interesse público;

IV - um roteiro técnico para implementação de audiência dos interessados de forma a permitir comparação equitativa e isenta das propostas.

Art. 14. As concessões para exploração do serviço de TV a Cabo não terão caráter de exclusividade em nenhuma área de prestação do serviço.

Art. 15. As concessionárias de telecomunicações somente serão autorizadas a operar serviço de TV a Cabo na hipótese de desinteresse manifesto de empresas privadas, caracterizado pela ausência de resposta a edital relativo a uma determinada área de prestação de serviço.

CAPÍTULO IV DA INSTALAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 16. A Rede de Transporte de Telecomunicações é de propriedade da concessionária de telecomunicações e será utilizada para diversas operações de transporte de sinais de telecomunicações, inclusive o de sinais de TV.

Art. 17. A Rede Local de Distribuição de Sinais de TV pode ser de propriedade da concessionária de telecomunicações ou da operadora de serviço de TV a Cabo, devendo, neste último caso, ser permitida a eventual prestação de outros serviços pela concessionária de telecomunicações.

Parágrafo único. Os critérios para a implantação da Rede Local de Distribuição e da Rede de Transporte de Telecomunicações serão definidos em regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo.

Art. 18. Após receber a outorga, a operadora do serviço de TV a Cabo deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - na instalação da Rede de Transporte de Telecomunicações, a operadora do serviço de TV a Cabo deverá consultar a concessionária de telecomunicações, atuante na área de prestação do serviço, sobre a existência de infra-estrutura capaz de suportar a execução de seu projeto, observados os seguintes critérios:

a) a concessionária de telecomunicações deverá responder à consulta da operadora de TV a Cabo, no prazo máximo de trinta dias, informando-lhe em que condições atenderá os requisitos do projeto que embasou a concessão, devendo fazê-lo dentro das seguintes opções, por ordem de prioridade: rede existente, rede a ser implantada ou rede a ser construída em parceria com a operadora de TV a Cabo;

b) em caso de resposta afirmativa, que respeite os requisitos técnicos e de prazos previstos no projeto que embasou a concessão, a operadora de TV a Cabo deverá utilizar a rede da concessionária de telecomunicações;

c) dentro do prazo anteriormente estipulado, se não houver resposta da concessionária de telecomunicações ou em caso de resposta negativa, ou ainda na hipótese de comprovado descumprimento dos requisitos técnicos e prazos por parte da concessionária de telecomunicações, a operadora de TV a Cabo poderá instalar segmentos de rede, de acordo com normas aprovadas pelo Poder Executivo, utilizando-os exclusivamente para prestação do serviço de TV a Cabo;

d) os segmentos de rede previstos na alínea anterior, para todos os efeitos, farão parte da Rede de Transporte de Telecomunicações, devendo a operadora do serviço de TV a Cabo possibilitar, mediante contratação entre as partes, a utilização destes segmentos pela concessionária de

telecomunicações, em condições a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.

II - no que se refere às necessidades da Rede Local de Distribuição de Sinais de TV, a operadora de TV a Cabo poderá instalá-la ou consultar a concessionária sobre seu interesse em fazê-lo, observando os seguintes critérios:

a) na hipótese de consulta à concessionária de telecomunicações, esta deverá, no prazo improrrogável de trinta dias, indicar se tem interesse ou possibilidade de atender às requisições do projeto da operadora do serviço de TV a Cabo e em que condições isto pode ocorrer;

b) caberá à operadora de TV a Cabo decidir, em qualquer hipótese, pela conveniência da construção de sua própria Rede Local de Distribuição ou pela utilização da Rede Local da concessionária.

§ 1º As concessionárias de telecomunicações e as operadoras de TV a Cabo empreenderão todos os esforços no sentido de evitar a duplicidade de redes, tanto nos segmentos de Rede de Transporte de Telecomunicações como nos de Rede Local de Distribuição.

§ 2º A capacidade das Redes Locais de Distribuição de Sinais de TV instaladas pela operadora de TV a Cabo não utilizada para a prestação deste serviço poderá, mediante ajuste prévio e escrito, ser utilizada pela concessionária de telecomunicações, atuante na região, para prestação de serviços públicos de telecomunicações.

§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior, as redes ou os seus segmentos serão solicitados, remunerados e utilizados em condições a serem normatizadas pelo Poder Executivo.

§ 4º Será garantida à operadora do serviço de TV a Cabo condição de acesso, no ponto de conexão com a Rede Local de Distribuição de sinais de TV de sua propriedade, às instalações da Rede de Transporte de Telecomunicações que atende a área de prestação de serviço, de modo a assegurar pleno desenvolvimento das atividades de implantação daquela rede e o atendimento aos assinantes.

§ 5º Nas ampliações previstas no projeto que embasou a concessão, no que respeita à instalação de redes, a Operadora de TV a Cabo deverá renovar o procedimento de consulta previsto neste artigo.

Art. 19. As operadoras do serviço de TV a Cabo terão um prazo de dezoito meses, a partir da data de publicação do ato de outorga, para concluir a etapa inicial de instalação do sistema e iniciar a prestação do serviço aos assinantes, em conformidade com o projeto referendado pelo ato de outorga.

§ 1º O prazo previsto no "caput" deste artigo poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo doze meses, se as razões apresentadas para tanto forem julgadas relevantes pelo Poder Executivo.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará outras condições referentes à instalação das redes e os procedimentos técnicos a serem observados pelas concessionárias de telecomunicações e operadoras do serviço de TV a Cabo.

Art. 20. As concessionárias de telecomunicações e as operadoras de TV a Cabo deverão observar rigorosamente os prazos e condições previstos no projeto de instalação de infra-estrutura adequada para o transporte de sinais de TV a Cabo, especialmente no que se refere aos interesses de investidores ou de parceiros, sob pena de responsabilidade.

Art. 21. As concessionárias de telecomunicações poderão estabelecer entendimentos com as operadoras de TV a Cabo, ou outros interessados, visando parcerias na construção de redes, e na sua utilização compartilhada.

Parágrafo único. Quando o serviço de TV a Cabo for executado através de parceria, o Poder Executivo deverá ser

notificado.

Art. 22. A concessão para execução e exploração do serviço de TV a Cabo não isenta a operadora do atendimento às normas de engenharia relativas à instalação de cabos e equipamentos, aberturas e escavações em logradouros públicos, determinadas pelos códigos de posturas municipais e estaduais, conforme o caso.

Parágrafo único. Aos Estados, Municípios e entidades de qualquer natureza, ficam vedadas interferências na implantação das unidades de operação do serviço de TV a Cabo, desde de que observada, pela operadora, a legislação vigente.

CAPÍTULO V DA OPERAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 23. A operadora de TV a Cabo, na sua área de prestação do serviço, deverá tornar disponíveis canais para as seguintes destinações:

I - CANAIS BÁSICOS DE UTILIZAÇÃO GRATUITA

a) canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo;

b) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembléia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

e) um canal Universitário, reservado para o uso compartilhado entre as Universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço;

f) um canal educativo-cultural, reservado para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal com jurisdição sobre a área de prestação do serviço;

g) um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos;

II - CANAIS DESTINADOS À PRESTAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS.

III - CANAIS DESTINADOS À PRESTAÇÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS

§ 1º A programação dos canais previstos nas alíneas c e d do inciso I deste artigo, poderá ser apresentada em um só canal, se assim o decidir a Mesa do Congresso Nacional.

§ 2º Nos períodos em que a programação dos canais previstos no inciso I deste artigo não estiver ativa, poderão ser programadas utilizações livres por entidades sem fins lucrativos e não governamentais localizadas nos municípios da área de prestação do serviço.

§ 3º As condições de recepção e distribuição dos sinais dos canais básicos, previstos no inciso I deste artigo, serão regulamentadas pelo Poder Executivo.

§ 4º As geradoras locais de TV poderão, eventualmente, restringir a distribuição dos seus sinais, prevista na alínea a do inciso I deste artigo, mediante notificação judicial, desde

que ocorra justificado motivo e enquanto persistir a causa.

§ 5º Simultaneamente à restrição do parágrafo anterior, a geradora local deverá informar ao Poder Executivo as razões da restrição, para as providências de direito, cabendo apresentação de recurso pela operadora.

§ 6º O Poder Executivo estabelecerá normas sobre a utilização dos canais previstos nos incisos II e III deste artigo, sendo que:

I - serão garantidos dois canais para as funções previstas no inciso II;

II - trinta por cento dos canais tecnicamente disponíveis serão utilizados para as funções previstas no inciso III, com programação de pessoas jurídicas não afiliadas ou não coligadas à operadora de TV a Cabo.

§ 7º Os preços e as condições de remuneração das operadoras, referentes aos serviços previstos nos incisos II e III, deverão ser compatíveis com as práticas usuais de mercado e com os custos de operação, de modo a atender as finalidades a que se destinam.

§ 8º A operadora de TV a Cabo não terá responsabilidade alguma sobre o conteúdo da programação veiculada nos canais referidos nos incisos I, II e III deste artigo, nem estará obrigada a fornecer infra-estrutura para a produção dos programas.

§ 9º O Poder Executivo normatizará os critérios técnicos e as condições de uso nos canais previstos nas alíneas "a" a "g" deste artigo.

Art. 24. Excluídos os canais referidos nos incisos I, II e III do artigo anterior, os demais canais serão programados livremente pela operadora de TV a Cabo.

Art. 25. Qualquer pessoa jurídica, no gozo de seus direitos, estará habilitada a contratar, junto às operadoras, a distribuição de sinais de vídeo destinados à prestação eventual ou permanente do serviço de TV a Cabo, previstos nos incisos II e III do artigo 23, responsabilizando-se integralmente pelo conteúdo das emissões.

§ 1º Os canais destinados à prestação eventual ou permanente de serviços serão ofertados publicamente pelas concessionárias de TV a Cabo.

§ 2º Sempre que a procura exceder a oferta, a seleção de interessados na utilização dos canais previstos nos incisos II e III do artigo 23 dar-se-á por decisão da operadora, justificadamente, com base em critérios que considerem a garantia do direito de expressão e o exercício da livre concorrência, bem como a gestão de qualidade e eficiência econômica da rede.

§ 3º Os contratos referentes à utilização dos canais previstos nos incisos II e III do artigo 23 ficarão disponíveis para consulta de qualquer interessado.

§ 4º Qualquer pessoa que se sinta prejudicada por prática da concessionária de telecomunicações ou da operadora de TV a Cabo ou por condições que impeçam ou dificultem o uso de canais ou do serviço, poderá representar ao Poder Executivo, que deverá apreciar o assunto no prazo máximo de trinta dias, podendo convocar audiência pública se julgar necessário.

Art. 26. O acesso, como assinante, ao serviço de TV a Cabo é assegurado a todos os que tenham suas dependências localizadas na área de prestação do serviço, mediante o pagamento pela adesão, e remuneração pela disponibilidade e utilização do serviço.

§ 1º O pagamento pela adesão e pela disponibilidade do serviço de TV a Cabo assegurará ao assinante o direito de acesso à totalidade dos canais básicos previstos no inciso I do artigo 23.

§ 2º A infra-estrutura adequada ao transporte e distribuição de sinais de TV, na prestação do serviço de TV

a Cabo, deverá permitir, tecnicamente, a individualização do acesso de assinantes a canais determinados.

CAPÍTULO VI DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO

Art. 27. A transferência de concessão somente poderá ser requerida após o início da operação do serviço de TV a Cabo.

Art. 28. Depende de prévia aprovação do Poder Executivo, sob pena de nulidade dos atos praticados, a transferência direta do direito de execução e exploração do serviço de TV a Cabo a outra entidade, bem como a transferência de ações ou cotas a terceiros, quando ocorrer alienação de controle societário.

Art. 29. O Poder Executivo deverá ser informado, no prazo máximo de sessenta dias, a partir da data dos atos praticados, nos seguintes casos:

a) quando ocorrer transferência de cotas ou ações representativas do capital social entre cotistas ou sócios e entre estes e terceiros, sem que isto implique transferência do controle da sociedade;

b) quando houver aumento de capital social com alteração da proporcionalidade entre os sócios.

CAPÍTULO VII DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 30. A operadora de TV a Cabo poderá:

I - transmitir sinais ou programas produzidos por terceiros, editados ou não, bem como sinais ou programas de geração própria;

II - cobrar remuneração pelos serviços prestados;

III - codificar os sinais;

IV - veicular publicidade;

V - co-produzir filmes nacionais, de produção independente, com a utilização de recursos de incentivos fiscais previstos na Lei 8.685 de 21 de julho de 1993 e outras legislações.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não exime a operadora de TV a Cabo de observar a legislação de direito autoral.

Art. 31. A operadora de TV a Cabo está obrigada a:

I - realizar a distribuição dos sinais de TV em condições técnicas adequadas;

II - não recusar, por discriminação de qualquer tipo, o atendimento a clientes cujas dependências estejam localizadas na área de prestação do serviço;

III - observar as normas e regulamentos relativos ao serviço;

IV - exibir em sua programação filmes nacionais, de produção independente, de longa-metragem, média-metragem, curta-metragem e desenho animado, conforme definido em regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, resguardada a segmentação das programações;

V - garantir a interligação do cabeçal à rede de transporte de telecomunicações.

Art. 32. A concessionária de telecomunicações está obrigada a realizar o transporte de sinais de TV em condições técnicas adequadas.

Art. 33. São direitos do assinante do serviço de TV a Cabo:

I - conhecer, previamente, o tipo de programação a ser oferecida;

II - receber da operadora de TV a Cabo os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos necessários à recepção dos sinais.

Art. 34. São deveres dos assinantes:

I - pagar pela assinatura do serviço;

II - zelar pelos equipamentos fornecidos pela operadora.

Art. 35. Constitui ilícito penal a interceptação ou a recepção não autorizada dos sinais de TV a Cabo.

CAPÍTULO VIII DA RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO

Art. 36. É assegurada à operadora do serviço de TV a Cabo a renovação da concessão sempre que esta:

I - tenha cumprido satisfatoriamente as condições da concessão;

II - venha atendendo à regulamentação do Poder Executivo;

III - concorde em atender as exigências técnicas e economicamente viáveis para a satisfação das necessidades da comunidade, inclusive no que se refere à modernização do sistema.

Parágrafo único. - A renovação da outorga não poderá ser negada por infração não comunicada à operadora de TV a Cabo, ou na hipótese do cerceamento de defesa, na forma desta Lei.

Art. 37. O Poder Executivo regulamentará os procedimentos para a renovação da concessão do serviço de TV a Cabo, os quais incluirão consulta pública.

CAPÍTULO IX DA PROTEÇÃO AO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Art. 38. O Poder Executivo deve levar em conta, nos regulamentos e normas sobre o serviço de TV a Cabo, que a radiodifusão sonora e de sons e imagens é essencial à informação, ao entretenimento e à educação da população, devendo adotar disposições que assegurem o contínuo oferecimento do serviço ao público.

Parágrafo único. As disposições mencionadas neste artigo não devem impedir ou dificultar a livre competição.

CAPÍTULO X DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 39. As penas aplicáveis por infração desta Lei e dos regulamentos e normas que a complementarem são:

I - advertência;

II - multa;

III - cassação da concessão para execução e exploração do serviço de TV a Cabo.

§ 1º - A pena de multa será aplicada por infração de qualquer dispositivo desta Lei ou quando a concessionária do serviço de TV a Cabo não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, qualquer exigência formulada pelo Poder Executivo e será graduada de acordo com a infração cometida, consideradas a gravidade da falta, os antecedentes da entidade faltosa e a reincidência específica, de acordo com atos a serem baixados pelo Poder Executivo.

§ 2º - Nas infrações em que, a juízo do Poder Executivo não se justificar a aplicação de multa, o infrator será advertido, considerando-se esta como agravante, na hipótese de inobservância de qualquer outro preceito desta Lei.

Art. 40. As penas de advertência e multa serão aplicadas tendo em vista as circunstâncias em que foram cometidas e agravadas na reincidência.

Art. 41. Fica sujeita à pena de cassação da concessão a operadora que incidir nas seguintes infrações:

I - demonstrar incapacidade técnica, pelo

descumprimento das exigências legais quanto à execução dos serviços;

II - demonstrar incapacidade legal;

III - demonstrar incapacidade econômico-financeira;

IV - submeter o controle ou a direção da empresa a pessoas não qualificadas na forma desta lei;

V - transferir, sem prévia anuência do Poder Executivo, a qualquer título e por qualquer instrumento, a concessão para execução do serviço ou o controle da entidade operadora;

VI - não iniciar a operação regular do serviço no prazo máximo de dezoito meses, prorrogável por mais 12 doze, a contar da data da publicação do ato de outorga;

VII - interromper, sem justificativa, a execução total ou parcial do serviço por prazo superior a trinta dias consecutivos, salvo quando tenha obtido a autorização prévia do Poder Executivo.

Parágrafo único. A pena de cassação só será aplicada após sentença judicial.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 42. Os atuais detentores de autorização do Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos - DISTV, regulado pela Portaria n.º 250, de 13 dezembro de 1989, do Ministro de Estado das Comunicações, outorgadas até 31 de dezembro de 1993, que manifestarem formalmente ao Ministério da Comunicações o seu enquadramento nas disposições desta Lei, terão suas autorizações transformadas em concessão para execução e exploração do serviço de TV a Cabo, pelo prazo de quinze anos, contados a partir da data da outorga da concessão.

§ 1º A manifestação de submissão às disposições desta Lei, assegurará a transformação das autorizações de DISTV em concessão para a prestação do serviço de TV a Cabo e deverá ser feita no prazo máximo e improrrogável de noventa dias, a partir da data da publicação desta Lei.

§ 2º O Poder Executivo, de posse da manifestação de submissão às disposições desta Lei, tal como prevê este artigo, expedirá, no prazo máximo e improrrogável de trinta dias, o correspondente ato de outorga da concessão para a prestação do serviço de TV a Cabo.

§ 3º As autorizatárias do serviço de DISTV que ainda não entraram em operação e tiverem a sua autorização transformada em concessão do serviço de TV a Cabo terão o prazo máximo e improrrogável de doze meses para o fazerem, a contar da data da publicação desta lei, sem o que terão cassadas liminarmente suas concessões.

Art. 43. A partir da data de publicação desta Lei, as autorizatárias de DISTV, enquanto não for transformada a autorização em concessão do serviço de TV a Cabo, conforme previsto no artigo anterior, deverão prosseguir na prestação do serviço em redes submetidas às disposições desta Lei.

Art. 44. Na implementação das disposições previstas nesta Lei, o Poder Executivo terá o prazo seis meses para baixar todos os atos, regulamentos e normas necessários, ouvido o parecer do Conselho de Comunicação Social.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de janeiro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Sérgio Motta